



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

EMPREGO, DESEMPREGO E REDUÇÃO
DA JORNADA DE TRABALHO:
UMA INVESTIGAÇÃO

Tese de Doutorado

Carlos Ilton Cleto

FLORIANÓPOLIS

2004

Carlos Ilton Cleto

**EMPREGO, DESEMPREGO E REDUÇÃO
DA JORNADA DE TRABALHO:
UMA INVESTIGAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.

Curitiba, 06 de dezembro de 2004

CARLOS ILTON CLETO

**EMPREGO, DESEMPREGO E REDUÇÃO
DA JORNADA DE TRABALHO:
UMA INVESTIGAÇÃO**

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutor em Engenharia de Produção, área de concentração Inovação Tecnológica e Avaliação de Empresas, aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2004.

Prof. Dr. Edson Pacheco Paladini
Coordenador

BANCA EXAMINADORA

Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.
Orientador

Prof. Judas Tadeu Grassi Mendes, PhD

Prof. Paulo Tonchak, Dr.

Prof. Osmar Ponchirolle, Dr.

Prof. Antoninho Caron, Dr.

*Para Tica, Rafa e Tóia,
porque a cada passo
estamos sempre juntos.*

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível graças ao auxílio de muitas pessoas que caminharam ao meu lado e que me ajudaram nos passos para esta conquista. Não foram poucos aqueles que comigo colaboraram de maneira expressiva, motivo pelo qual temo cometer injustiças.

Primeiramente, agradeço a todos os representantes e professores da Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, que me trouxeram conhecimento e capacitação para o desenvolvimento deste doutorado e desta tese, e que em muito influenciaram e influenciam minha vida profissional e pessoal. Dentre eles destaco e agradeço à pessoa fantástica do meu orientador, Prof. Dr. Francisco Antonio Pereira Fialho, que ao longo desta jornada foi fonte de luz, conhecimento, perseverança e motivação, e sem o qual talvez eu não tivesse escrito sequer a primeira página.

Agradeço à FAE – Faculdade Católica de Administração e Economia, instituição sem a qual não teria sido possível a realização do doutorado. Ao Prof. PhD Judas Tadeu Grassi Mendes, que, como grande motivador que é, incentivou-me até mesmo antes que este doutorado tivesse se iniciado, e que se apresentou fielmente como companheiro e incansável fonte de estímulo.

Também aos colegas de FAE devo gratidão, pois, seja através da colaboração com material de pesquisa, de sugestões e da solidariedade típica dos colegas de batalha, trouxeram-me o conforto imprescindível para, muitas vezes, romper com a solidão de um trabalho acadêmico. Obrigado: Caron, Osmar, Moisés, Chris, Mário, Túlio, Eliana, Lucas, Semi, Eduardo, Antonio, Maria Alice, Maria Anita, Stefanello, Tom, Aderbal, Dante, Guelzer, Glower, Jurandir e tantos outros.

Inúmeros também foram os companheiros de turma, em que sempre imperou a solidariedade e a quem também sou extremamente grato. A todos que participaram da turma de 2000, de modo particular a Mauricio Kuehne Jr., Paulo Tomchak e Teló, que sempre estavam disponíveis para auxiliar os colegas. Obrigado, amigos de sempre. Propositamente, dois colegas de turma e equipe não foram ainda mencionados, pois desejo agradecer-lhes de modo bastante especial: Gilmar Mendes Lourenço e Luiz Carlos Pereira. Certamente, sem o seu espírito de solidariedade e humanidade eu não teria conseguido enfrentar o desafio, pois estes amigos me ajudaram a superar um momento difícil da minha vida, surgido ao longo da caminhada. Gilmar e Luiz Carlos, obrigado.

Agradeço às pessoas que demonstraram boa vontade com o próximo e que se apresentaram solícitas para comigo, viabilizando a realização desta tese. Entre eles os Srs. Calvete e Fracalanza, da Unicamp, pelo envio de material, que me

auxiliou a enriquecer este estudo. Agradeço também, com louvor, ao Sr. Francisco Simeão, presidente da B. S. Colway, empresa objeto do estudo de caso aqui analisado, pessoa brilhante que tive o prazer de conhecer ao longo deste caminhar e que em muito contribuiu para a realização desta empreitada.

Há ainda aqueles que, mesmo não estando próximos do mundo acadêmico, nos apóiam com sua amizade. Devo agradecer à Caixa Econômica Federal, instituição de cujo corpo funcional me orgulho de fazer parte. Agradeço à Gifug/CT – Gerência de Filial do FGTS – Curitiba. Nesta, ao longo de 14 anos, tenho encontrado muitos amigos e sou sinceramente grato a todos. Devo citar também o Sr. Vilson Willemann, líder e amigo, tanto pelas minhas ausências, como pelas ansiedades com relação aos meus desafios. Expresso minha gratidão também aos Srs. Mizael Flávio Araújo e Paulo César Sartor, que tiveram o dom da paciência com a minha vida tripla.

Aos familiares, além de agradecimentos, eu peço o perdão. Perdão pela minha ausência. Peço perdão aos amigos, por estar tão distante. Aos meus sogros, por não ter ido a todos os churrascos e feijoadas. Mãe, eu a amo, me perdoe por não estar sempre junto de você. Pai, me perdoe por não te arrastar junto a mim. Julio, eu sei que deveria estar mais próximo. Marcão (*in memoriam*), me perdoe por não poder mais viver momentos junto a você.

Patrícia, eu te amo. Obrigado por você me amar e ter tanta paciência comigo. Se eu venço, você vence. Rafa, obrigado por ter compreendido que o filme do *Irmão Urso* era "menos importante" que o doutorado. Papai te ama. Victória, minha filha, que bom que você já sabe dançar. Deixe o papai acabar o doutorado que eu danço com você. Papai te ama. Meus filhos, desculpem pelo tempo em que não estive ao lado de vocês. Espero que a redução da jornada de trabalho permita que outros pais possam estar junto aos seus.

Esta tese de doutorado é resultado de um trabalho iniciado em 2000 e concluído em 2004. No decorrer deste tempo, diversas pessoas e instituições colaboraram para sua concretização.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 Exposição do Assunto.....	1
1.2 Definição dos Principais Conceitos	3
1.3 Definição do Problema	4
1.4 Objetivos	7
1.4.1 Objetivo geral.....	7
1.4.2 Objetivos específicos.....	7
1.5 Justificativa para a Escolha do Tema da Tese	8
1.6 Originalidade, Ineditismo e Relevância do Tema	9
1.7 Limites da Tese	10
1.8 Procedimentos Metodológicos	11
1.9 Estrutura da Tese	12
CAPÍTULO 2 - A RESPEITO DO HOMEM E DO TRABALHO	13
2.1 O Trabalho para Platão e Aristóteles.....	25
2.2 Súmula de Economistas	26
2.2.1 A riqueza das nações de Adam Smith.....	27
2.2.2 A teoria do valor de Ricardo	31
2.2.3 O trabalho como mercadoria pela concepção marxista	34
2.2.4 A teoria geral de Keynes	39
2.2.5 Schumpeter e a inovação	44
2.2.6 O pleno emprego e a visão neoclássica.....	47
2.3 A Escola Humanista de Administração.....	57
2.4 A Relação de Emprego e o Sistema Capitalista de Produção	61
2.4.1 Capitalismo e Revolução Industrial	62
2.4.1.1 A Primeira Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII).....	67

2.4.1.2 A Segunda Revolução Industrial (últimas décadas do século XIX).....	69
2.5 O Emprego Contemporâneo.....	71
2.5.1 A nova ciência das organizações e o alegre detentor de empregos	73
CAPÍTULO 3 - MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO	77
3.1 O Mercado de Trabalho	77
3.2 A Atividade Econômica e o Desemprego.....	78
3.3 Tecnologia e Emprego	82
3.4 A Questão da Tecnologia	87
3.4.1 Tecnologia e emprego no contexto avançado.....	102
3.4.2 Os fatores da mudança	106
3.5 O Macroambiente Econômico	109
3.5.1 Políticas econômicas e atividade econômica	109
3.5.2 Os instrumentos de política econômica.....	112
3.5.3 Conjuntura econômica brasileira	115
CAPÍTULO 4 - A QUESTÃO DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	130
4.1 A Sociedade do Trabalho	130
4.2 A Sociedade do Desemprego.....	132
4.3 A Abordagem Histórica	133
4.3.1 A redução da jornada de trabalho na França	139
4.3.1.1 O Decreto-Lei de 1982	141
4.4 Tempo de Trabalho e Jornada de Trabalho	142
4.5 As Políticas Econômicas Voltadas ao Mercado de Trabalho.....	145
4.6 A Lei sobre a Jornada de 35 Horas Semanais na França.....	146
4.7 A Redução da Jornada de Trabalho	149
4.8 O Estudo de Caso	161
4.8.1 A empresa B. S. Colway Pneus.....	162
4.8.2 Comentários sobre a entrevista com o Sr. Francisco Simeão, da B. S. Colway Pneus	165
4.8.3 O Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe).....	168
4.9 Proposta de Acordo para a Redução da Jornada de Trabalho.....	170

CONCLUSÃO.....	180
REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	
ANEXO 1 - ENTREVISTA COM O SR. FRANCISCO SIMEÃO, DA EMPRESA	
B. S. COLWAY PNEUS.....	204
ANEXO 2 - PROPOSTA DE PROJETO DE LEI	217
ANEXO 3 - PROPOSTAS PARA A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E	
REDUÇÃO DO DESEMPREGO SEGUNDO ENTIDADES	223

LISTA DE FIGURAS

1	LEI DOS RENDIMENTOS DECRESCENTES.....	51
2	PRODUTO MARGINAL DO TRABALHO	52
3	FUNÇÃO DEMANDA POR MÃO-DE-OBRA	54
4	FUNÇÃO OFERTA DE MÃO-DE-OBRA.....	55
5	EQUILÍBRIO NO MERCADO DE TRABALHO	56
6	EFEITO DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE SOBRE A DEMANDA POR MÃO-DE-OBRA.....	157

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABIS	- Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAT	- Central Autônoma de Trabalhadores
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESIT	- Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
CGT	- Central Geral dos Trabalhadores
CNI	- Confederação Nacional das Indústrias
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG	- Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS	- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIESP	- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE	- Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAI	- Plano de Ação Imediata
PEA	- População Economicamente Ativa
PED	- Pesquisa de Emprego e Desemprego
PEPE	- Pacto Empresarial para o Pleno Emprego
SELIC	- Sistema Especial de Liquidação e Custódia
URV	- Unidade Real de Valor

RESUMO

Esta tese trabalha a questão da redução da jornada de trabalho como uma solução alternativa para o desemprego. A lógica da redução da jornada caminha no sentido de que, com os trabalhadores (empregados) trabalhando menos horas, mais trabalhadores (desempregados) poderão vir a se empregar. Porém, será visto que o processo de substituição não ocorre em igual proporção, merecendo uma análise mais aprofundada. Para o desenvolvimento do trabalho foi necessário realizar a conceituação de trabalho e emprego, a partir dos quais se promove uma discussão sobre a relação de emprego que é característica da revolução industrial e do surgimento do sistema capitalista de produção. A partir das ponderações realizadas, procurou-se analisar fatores conjunturais e estruturais que afetam o nível de emprego. Para o aspecto conjuntural trabalhou-se o período recente da economia brasileira e, com relação aos fatores estruturais, discutiu-se a questão da tecnologia, a qual, ao longo deste trabalho, assumiu alguns papéis distintos. Primeiro, enquanto seus efeitos sobre a exclusão de trabalhadores. Contudo, verificando os condicionadores do desemprego em seu conjunto, não se consegue comprovar cientificamente o efeito da tecnologia sobre o nível de emprego, embora não se possa negar o efeito desta sobre a forma de emprego. Partindo do pressuposto de que um dos objetivos da tecnologia é produzir mais, ou seja, aumentar a produtividade do trabalhador, é possível pensar na inserção da tecnologia na promoção da redução da jornada de trabalho, que possibilitaria aos trabalhadores dispor de mais tempo livre para o lazer e para participar em outras esferas sociais. Independentemente dos efeitos da tecnologia sobre o nível de emprego, o fato é que o desemprego é um fenômeno socioeconômico de aspectos profundamente negativos, motivo pelo qual merece a devida atenção do governo e dos demais agentes sociais. A redução da jornada de trabalho se apresenta, nesse contexto, como solução alternativa para a questão do desemprego. Por fim, visando enriquecer a discussão, a tese traz um estudo de caso da B. S. Colway Pneus, que trabalha com a jornada reduzida de trabalho.

Palavras-chave: trabalho; emprego; desemprego; desemprego estrutural; tecnologia; inovação; desenvolvimento; redução da jornada.

ABSTRACT

This thesis deals with the subject of the reduction of the business hours as an alternative solution for the subject of the unemployment. The logic of the reduction relies in the sense that with the workers (employees), working less hours, more (unemployed) workers might be able to land jobs, although it will be seen that the proportion of the substitution doesn't happen on the same proportional basis, which demands further analysis. Due to the development of the work it was necessary to accomplish work and employment concepts, from which a discussion about the employment relationship is promoted, that is characteristic of the industrial revolution and of the appearance of the capitalist system of production. From the accomplished considerations, it was aimed to work factors of the situation and the structure that affect the employment level. For the aspect of the situation the most recent period of the Brazilian economy was used, and regarding the structural factors the subject of the technology was considered. Technology has assumed a couple of different roles throughout this essay. Firstly, regarding its effects on the workers' exclusion, nonetheless, verifying the conditioning of the unemployment, the effect of the technology on the employment can't be scientifically proved, although its effects on the employment can't be neglected, and considering that one of the objectives of the technology is to produce more, that is to say, to increase the worker's productivity, and also to increase the human being satisfaction, it is possible to promote the reduction of the business hours as a benefit to the worker, who can have more free time for leisure, as well as for the participation in other social spheres. Despite the effects of the technology on the employment level, the fact is that the unemployment is an economic phenomenon with deeply negative aspects, a reason that justifies the government's proper attention, as well as from other social agents, in order to find a solution. Therefore, the reduction of the business hours is also presented as an alternative solution for the subject of the unemployment. Finally, seeking the enhancement of the discussion, the thesis presents a case by B. S. Colway Pneus, which has implemented the reduction of the working hours.

Key words: work; employment; unemployment; structural unemployment; technology; innovation; development; reduction of the business hours.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 Exposição do Assunto

Esta tese tem como preocupação principal realizar uma investigação a respeito da relação do homem com o trabalho, notadamente no período pós-Revolução Industrial, em que esta é caracterizada pela relação de emprego. Também propõe-se estudar os impactos sobre o nível de emprego, a partir de causas conjunturais e estruturais. Desta maneira, serão discutidos os impactos da tecnologia sobre o nível de emprego, bem como as consequências da conjuntura econômica sobre este. Para o fechamento, apresentam-se sugestões para minimizar o problema, como a proposição da redução da jornada de trabalho, que pode, além de contribuir para a redução do desemprego, proporcionar uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores.

O desenvolvimento da história da humanidade é marcado pela luta pela sobrevivência e pelo crescente domínio do homem sobre a natureza, que o leva a criar instrumentos que são utilizados por ele na atividade produtiva e na obtenção de bens que venham a atender suas necessidades. O início da relação do homem com a natureza parte da adoção de instrumentos primários, que podiam ser vistos como a própria extensão do corpo humano e que facilitavam suas atividades de caça e extrativismo. Com o decorrer do tempo, a relação do homem com seus instrumentos vem se transformando de modo acelerado. Recentemente, a robotização¹ e a

¹Uso de máquinas automáticas programadas para exercer determinadas funções em diversos ramos da atividade humana. É um fenômeno típico do processo de automação, que vem transformando radicalmente a moderna tecnologia industrial.

informática² conseguem desenvolver, cada vez mais, as atividades produtivas com menor necessidade da participação humana no processo.

A tese não pretende realizar uma abordagem histórica sobre o trabalho, nem tampouco sobre a tecnologia, pois irá se concentrar na relação homem-trabalho existente pós-advento do sistema capitalista de produção, em que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, recebendo o salário como contrapartida.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi necessária a pontuação de definições do que sejam trabalho, emprego e tecnologia, e de como estes afetam e são afetados pelo processo produtivo e pela própria estrutura da sociedade. Da mesma forma, procurou-se apresentar a questão do desemprego como um significativo problema social, que, por sua vez, pode ser tomado como consequência do próprio sistema capitalista de produção.

Com base nessas definições, apresenta-se a proposta da redução da jornada de trabalho como solução para o desemprego. Ademais, se o sistema econômico tem sofrido profundas alterações, a redução da jornada de trabalho pode propiciar ao trabalhador mais tempo livre, sem que se altere a produção.

A redução da jornada de trabalho assume, portanto, papel fundamental nesta tese, em que se faz uma verificação histórica da mesma, esclarecendo que, além de constituir uma proposta para a questão do desemprego, apresenta-se também como uma tendência histórica.

Após a abordagem histórica, verificam-se aspectos positivos e eventuais inconvenientes da redução da jornada, assim como as políticas voltadas ao mercado de trabalho. Discute-se ainda o caso da França, país onde a redução da jornada foi adotada. Na mesma direção, com o intuito de aprofundar e elucidar a questão, apresenta-se estudo de caso da B. S. Colway Pneus, empresa situada na Região Metropolitana de Curitiba, que adota a jornada de trabalho reduzida e é vista como exemplo de sucesso.

²Disciplina matemática que cuida da transmissão de informações e da sua representação matemática.

1.2 Definição dos Principais Conceitos

Considerando a diversidade de conceitos e interpretações que permeiam o presente trabalho, alguns merecem destaque. O primeiro deles, e um dos mais relevantes nesta discussão, é o conceito de trabalho.

De acordo com o senso comum, tal conceito guarda estreita proximidade com o que se entende como emprego, e não há como negar que, muitas vezes, estes termos se confundem. Todavia, conforme será visto, o conceito de trabalho é mais abrangente, e diz respeito a qualquer ação humana com o objetivo de realizar transformações que venham a resultar em bens e serviços que atendam às necessidades dos indivíduos e/ou da comunidade. O conceito de emprego, por sua vez, é mais restrito à relação contratual entre empregados e empregadores.

Entende-se emprego como a relação de trabalho existente no modo capitalista de produção, em que o trabalhador (empregado) vende sua força de trabalho ao capitalista³ (empregador), vindo a receber, por esta, o pagamento de salários.

Outro conceito de significativa importância nesta tese é o de tecnologia, que se refere à utilização do conhecimento humano com o fim de atingir determinados fins propostos. O conceito de tecnologia estará, aqui, diretamente vinculado à utilização desta no processo produtivo.

O conceito de produtividade aqui tratado não se diferencia daquele utilizado nas ciências econômicas, referindo-se ao acréscimo trazido ao resultado da produção a partir da utilização de mais uma unidade do fator de produção variável, que, no enfoque desta tese, é considerado como mão-de-obra.

A idéia da redução da jornada de trabalho está ligada à diminuição do período de trabalho do empregado com o objetivo de abrir novas vagas para que novos trabalhadores (desempregados) possam vir a ser utilizados. Ou seja, com os

³O termo capitalista define o proprietário dos meios de produção, o dono do capital, que contrata trabalhadores, recebe a receita pela produção, e a partir deste ponto cobre os custos com os fatores utilizados na produção.

empregados já contratados trabalhando menos horas, mais postos de trabalho poderão ser oferecidos, resultando em maior número de trabalhadores empregados. Acrescente-se, ainda, que a redução da jornada de trabalho propicia maior qualidade de vida aos trabalhadores, que têm mais tempo livre.

A redução da jornada de trabalho pode se dar por diversas formas. Por exemplo, é possível a redução do tempo de trabalho ao longo da vida produtiva do trabalhador, em que este pode entrar mais tarde no mercado de trabalho, ou se aposentar mais cedo. Também há a redução anual da jornada de trabalho, ampliando o período de férias ou de repouso do trabalhador. Cite-se, ainda, a possibilidade de realização de anos sabáticos, ou licenças para situações especiais como nascimento de filhos, casamento, falecimento de familiares, entre outras.

O presente estudo trata, mais especificamente, da redução da jornada semanal de trabalho sem que haja diminuição dos salários, delimitando-se, assim, o campo de análise da tese.

1.3 Definição do Problema

Esta tese possui dois pontos distintos, os quais, contudo, se interpenetram enquanto objetivos a serem trabalhados. Ambos partem de um respaldo único, a redução da jornada de trabalho. Se o avanço tecnológico não causa aumento no nível do desemprego, ele no mínimo altera a estrutura do emprego, bem como o grau de necessidade do trabalho humano na produção.

A tecnologia ligada ao processo de obtenção de bens tem duas finalidades: produzir novos produtos e produzir mais. Quando se produz mais (tecnologia do processo)⁴, poupa-se mão-de-obra, que pode ser dispensada, causando desemprego,

⁴A questão da tecnologia de processo e tecnologia de produto será vista no capítulo 3, onde serão tratadas demais questões pertinentes à tecnologia.

ou pode-se beneficiar a classe trabalhadora através de melhores condições de trabalho, propiciadas pela tecnologia.

Uma investigação a respeito do trabalho, emprego, tecnologia e redução da jornada de trabalho traz à tona, inevitavelmente, temas mais amplos. No caso dos três primeiros, eles permitem tratamentos multidisciplinares e que envolvem peculiaridades, o que demanda cuidados no sentido de evitar, por um lado, um aprofundamento desnecessário em alguns pontos, e, por outro, superficialidade em aspectos relevantes.

O desemprego não é um fenômeno recente. Contudo, a intensidade deste tem se alterado, além de ter se transformado em um fenômeno global, despertando preocupação na maior parte das economias. Essa preocupação intensifica-se nas economias ditas emergentes, ou subdesenvolvidas, como a economia brasileira.

É importante entender que o desemprego é mais que um índice econômico. Dentre os problemas das economias, o desemprego deve ser considerado o mais grave, pois traz consigo inúmeras chagas de caráter econômico e social, como a exclusão social e a miséria. Esta questão do desemprego, portanto, é preponderante quando idealizamos uma nova e melhor sociedade.

Também sob o prisma econômico o desemprego pode ter consequências negativas. Algumas vertentes teóricas vêem no desemprego uma garantia de fornecimento de força de trabalho abundante e barata; contudo, o trabalhador desempregado deixa de ser um consumidor, o que pode resultar em redução da demanda, e, conseqüentemente, em complicações para o sistema produtivo. Desta forma, a redução da jornada de trabalho pode ser uma proposta viável, dado que possibilita a abertura de novos postos de trabalho, bem como mais tempo livre disponível para o trabalhador, melhorando sua qualidade de vida.

Um problema que se torna inerente a este estudo é a dificuldade de comprovação dos fatores que levam ao desemprego, o que torna complicado especificar se um determinado nível de desemprego é causado por um ou por outro fator.

Com relação à tecnologia, que assume destaque neste trabalho, é impossível, atualmente, determinar com precisão os efeitos desta sobre o nível de emprego. Há posições que entendem que a tecnologia é geradora de desemprego, enquanto outras argumentam que, embora o avanço tecnológico acabe por alterar a estrutura do emprego, não traz variações no nível deste, podendo mesmo ter efeitos favoráveis. Existem, também, posições que alardeiam um futuro apocalíptico de fim dos empregos.

Portanto, algumas hipóteses devem ser consideradas. A primeira tenta identificar os efeitos da tecnologia sobre o emprego. A despeito deste efeito, o fato é que o desemprego é um fenômeno negativo e pernicioso, tanto economicamente como socialmente. Em face do desemprego, a redução da jornada de trabalho apresenta-se como solução alternativa, que, além de possibilitar a geração de empregos, pode contribuir para o crescimento econômico. Além disso, somada ao avanço tecnológico, pode propiciar uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, através da obtenção de mais tempo livre.

Há, também, limitadores claros para comprovar que a redução da jornada de trabalho apresenta efeitos positivos, pois inexistem campos de experimentação para os seus efeitos. Ademais, muitas outras variáveis podem afetar o nível de emprego de maneira independente à redução da jornada de trabalho. Todavia, seria impossível determinar todas essas variáveis, motivo pelo qual procurouse- precisar, de modo mais específico, o efeito da redução da jornada de trabalho sobre o nível de emprego, sendo que, além da diminuição do nível de emprego, a redução da jornada pode apresentar outros efeitos positivos.

1.4 Objetivos

Os objetivos desta tese não buscam apenas responder a algumas questões, mas principalmente proporcionar uma discussão sobre a relação homem-trabalho-emprego, mostrando que os avanços tecnológicos e as mudanças estruturais podem ter efeitos sobre o nível e a relação de emprego e sobre a qualidade de vida. Discute-se, ainda, o problema do desemprego e suas inconveniências, para, por fim, apresentar a questão da redução da jornada de trabalho, como proposta não apenas para a redução do desemprego, mas também para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

1.4.1 Objetivo geral

Propõe-se, como objetivo geral, analisar a redução da jornada de trabalho como uma solução alternativa para a questão do desemprego, além de outros efeitos positivos sobre a produção, a sociedade e o trabalhador, dentre eles a possibilidade de disponibilização de mais tempo livre.

1.4.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, foram selecionados alguns objetivos específicos que pudessem contribuir para aprofundar o tema, a saber:

- Discutir a relação trabalho-homem-emprego, enfocando o modelo surgido com o advento do sistema capitalista, caracterizado pela venda da força de trabalho do trabalhador (empregado) ao capitalista (empregador).
- Descrever os efeitos conjunturais e, principalmente, estruturais sobre o nível e a forma do emprego, tornando-se necessário, para isto, pesquisar as variáveis que determinam esses efeitos, como a tecnologia e as políticas econômicas.

- Apresentar o fenômeno do desemprego como resultado do próprio sistema capitalista de produção, trazendo consigo a exclusão social, assim como diversas outras chagas de caráter social e econômico.
- Realizar estudo de caso, demonstrando que a redução da jornada de trabalho pode trazer resultados positivos para o trabalhador, empresas e sociedade, seja pela redução do desemprego, seja pela possibilidade de ceder mais tempo livre ao trabalhador.

1.5 Justificativa para a Escolha do Tema da Tese

A escolha do tema desta tese repousa no fato de se entender que o objetivo último das ciências sociais e das preocupações econômicas são a satisfação e o bem-estar humano, e que, para isto, é necessária a disponibilidade de recursos que permitam, além da subsistência, uma qualidade de vida compatível com o próprio avanço da humanidade.

No sistema capitalista de produção, a obtenção de bens e serviços para a satisfação das necessidades humanas é obtida, para a maior parte da população (trabalhadores assalariados), mediante recursos provenientes da venda da sua força de trabalho.

Dessa forma, o desemprego vem se transformando na maior preocupação dos sistemas econômicos contemporâneos, pois além de ferir diretamente o objetivo maior das ciências sociais, pode colocar em xeque o próprio sistema capitalista de produção.

Outra manifestação significativa do sistema capitalista contemporâneo é o acelerado desenvolvimento tecnológico, não apenas na evolução do *hardware*⁵, ou seja, equipamentos e maquinários, mas também do *software*, realçando, desta

⁵Entende-se *hardware* como sendo a parte física de um processo, máquinas, equipamentos e instalações, enquanto *software* se refere à parte vinculada ao conhecimento embutido no processo. A origem destes termos advém da informática, em que *hardware* refere-se ao equipamento, no caso o computador, enquanto *software* trata dos programas e aplicativos.

maneira, o *como fazer*, que passa pela reengenharia⁶, informatização, sistemas de comunicação e novos métodos administrativos.

Nesta tese, a importância da tecnologia contempla dois aspectos. O primeiro diz respeito aos seus impactos sobre o nível e a forma do emprego. O outro tem relação com o fato de a tecnologia ter como uma de suas finalidades facilitar o trabalho humano, podendo, desta maneira, propiciar a redução da jornada de trabalho.

Também justifica este estudo o fato de que a redução da jornada de trabalho vai ao encontro dos novos princípios humanistas que devem estar vinculados à construção de uma nova sociedade, pois, como se mencionou, além de constituir uma medida para a diminuição do desemprego, pode proporcionar ao trabalhador mais tempo livre para a sua participação em outras esferas sociais.

1.6 Originalidade, Ineditismo e Relevância do Tema

A originalidade do tema desta tese encontra-se na discussão de aspectos contemporâneos vinculados à preocupação com as empresas, através do prisma social e econômico que, por sua vez, pode colocar em conflito o próprio sistema capitalista de produção. Desse modo, evita-se uma abordagem puramente social e humanista, embora não se perca de vista esta preocupação, para, a partir de preocupações econômicas, apresentar facetas sociais que podem vir a ser consideradas suas variáveis endógenas e exógenas.

O ineditismo do estudo está no tratamento estrutural dado à questão do emprego, sem distanciar-se de aspectos conjunturais, apresentando, por fim, a redução da jornada de trabalho como medida viável, se não para o problema do desemprego, ao menos como instrumento capaz de propiciar maiores benefícios à

⁶Reengenharia significa uma revisão completa no sistema produtivo, adotando novas técnicas e formas produtivas; significa revolucionar o processo de produção, começar de novo.

classe trabalhadora. Assim, é no inter-relacionamento das variáveis e fenômenos tratados que reside o ineditismo deste trabalho.

Dentre as características desta tese, a relevância do tema apresenta-se como inegável, pois dentre os inúmeros fenômenos que se colocam para os sistemas econômicos contemporâneos, o desemprego representa o seu subproduto mais negativo, surgindo, a princípio, como consequência da sua própria evolução. Também o acelerado desenvolvimento tecnológico apresenta-se como aspecto "sempre novo" dentro da estrutura produtiva, uma vez que as multifacetadas desta ininterrupta evolução ainda não se encontram satisfatoriamente desvendadas, motivo pelo qual é sempre relevante a discussão sobre o tema.

1.7 Limites da Tese

Assim como qualquer trabalho de investigação científica, esta tese também possui suas limitações, o que é esperado quando tratamos de questões que ainda estão longe de ter sua sedimentação definitiva, as quais abrem um campo ainda maior a ser explorado pela ciência. Desta maneira, dado o rigor metodológico que se impõe a uma tese, é provável que aspectos incompletos e de comprovação tênue possam vir a ser percebidos ao longo desta.

Também devido à compreensão multidisciplinar que cerca as definições necessárias ao desenvolvimento deste trabalho, podem ocorrer lacunas conceituais relevantes quando consideramos isoladamente uma determinada área do conhecimento, mas que em nada comprometem o desenrolar deste estudo, assim como as observações e conclusões dele extraídas.

Dentre os limites pontuais, deve-se considerar que as causas do desemprego especuladas ao longo desta tese são de difícil precisão, da mesma forma que os efeitos estruturais da tecnologia sobre o nível de emprego não têm como ser precisados por um prisma mais macro e não setorizado.

Alguns aspectos vinculados à redução da jornada de trabalho também defrontam-se com limites, pois, dada a diversidade de variáveis que determinam os fenômenos sociais, torna-se impossível precisar os aspectos positivos e negativos de tal medida, ficando a nossa análise retida no campo da construção teórica.

1.8 Procedimentos Metodológicos

Neste subtópico serão tratados os procedimentos metodológicos que nortearam e guiaram as atividades e procedimentos deste trabalho, os quais constituem os passos percorridos para o seu desenvolvimento.

A princípio foram realizadas duas pesquisas, de maneira distinta. A primeira, de cunho qualitativo, envolveu extensa pesquisa bibliográfica e documental, em que se procurou apresentar respaldo teórico suficientemente consistente sobre o tema em análise. Nesta, inúmeros posicionamentos e vertentes de diversas áreas do conhecimento foram abarcados, provocando uma ampla discussão do tema.

No que se refere ao viés quantitativo, é preciso dizer que se colhe grande frustração quando se busca desvendar o tema, pois, como já comentado, não há instrumentos capazes de verificar as variáveis que podem ser consideradas como determinantes do desemprego, as quais, apesar de preocupantes ao capitalismo, ainda se mostram sem solução. Contudo, esta pesquisa corrobora a idéia de que o desemprego é crescente, e, cada vez mais, merecedor de atenção.

Porém, se por um lado existem limitadores de cunho quantitativo, por outro abre-se um vasto campo exploratório e descritivo, que permite refletir sobre o tema em questão.

Quanto à questão da redução da jornada de trabalho, também não se encontra vasto material para a realização da pesquisa, seja de cunho quantitativo ou qualitativo, motivo pelo qual somos gratos ao professor Paulo Sérgio Fracalanza, do Departamento de Economia da Unicamp, pelo encaminhamento de sua tese de doutorado, bem como ao Sr. Francisco Simeão e à B. S. Colway Pneus, que nos possibilitou a verificação das conseqüências da redução da jornada de trabalho.

A presente pesquisa também segue por dois caminhos, um deles de ordem documental e bibliográfica, quando procurou-se realizar discussão teórica a respeito do tema, trabalhando relações conceituais que cercam o assunto; e outro envolvendo trabalho de campo, através de estudo de caso, utilizando a B. S. Colway Pneus, empresa que desde 2000 faz uso da jornada reduzida de trabalho e é tida como exemplo de sucesso que induz à consideração da redução da jornada de trabalho.

1.9 Estrutura da Tese

A presente tese está organizada em três capítulos centrais. No primeiro faz-se uma discussão a respeito do homem e do trabalho, pois nesta encontra-se o cerne da problemática aqui tratada.

No segundo capítulo diversas visões são discutidas, com o intuito de elucidar o tema, sendo que estas têm origem nos campos da filosofia, da economia e da administração. A partir dessas visões é estudada a Revolução Industrial, atribuindo ao advento desta o surgimento da relação de emprego, para, posteriormente, apresentar as configurações que pautam esta relação de emprego na sua forma contemporânea.

No terceiro capítulo abordam-se causas conjunturais e estruturais que afetam o nível e a relação de emprego, em que nos concentramos, para a abordagem conjuntural, no período recente da economia brasileira, e, para os efeitos estruturais sobre o emprego, na questão tecnológica, considerando que se este segundo fator não afeta o nível de emprego, ao menos causa mudanças na sua forma e estrutura.

O último capítulo enfoca a redução da jornada de trabalho, em que se faz uma abordagem histórica concentrando-se no estudo na França, que recentemente adotou a redução da jornada de trabalho objetivando a diminuição no nível de desemprego. Tratou-se dos efeitos positivos e negativos da medida, e, por fim, realizou-se estudo de caso na B. S. Colway Pneus, que desde 2000 adota a jornada reduzida de trabalho.

CAPÍTULO 2

A RESPEITO DO HOMEM E DO TRABALHO

Pretende-se, neste capítulo, realizar uma discussão acerca das conceituações de trabalho e emprego, as quais assumem diferentes significados ao longo da história e em diversas culturas. Neste trabalho, contudo, tais interpretações estarão concentradas nos conceitos e interpretações pós-Revolução Industrial.

A discussão do emprego nunca esteve tão presente na sociedade. Não somente governantes, economistas e políticos, mas, sobretudo, as pessoas que empregam – as pessoas jurídicas, as empresas – e as que necessitam de emprego – as pessoas físicas, os trabalhadores – acompanham as tendências, as estatísticas e as previsões sobre o mercado de trabalho.

Em tempo de abertura, de liberalização de mercados e de eliminação de fronteiras físicas entre os países, quando cada vez mais os fatores de produção são transacionados livremente, a empregabilidade e as oportunidades de emprego são temas de interesse generalizado.

A substituição de determinadas tarefas do trabalhador pela máquina, com conseqüente geração de desemprego, deixou de ser uma alegação de ativistas, sindicalistas e da classe trabalhadora para se tornar uma constatação. É fato, contudo, que a mesma máquina que desemprega também pode vir a empregar em outras funções.

Desse modo, há radicalismos tanto na defesa da tecnologia enquanto instrumento de crescimento econômico e geração de empregos, quanto no entendimento de que a tecnologia é tão-somente causadora direta de destruição de postos de trabalho.

Neste tópico serão discutidas as questões relativas à vinculação do trabalho com o homem, pois é através do homem que se manifesta o trabalho, e é por meio

deste que o homem se desenvolve. Para tanto, faz-se uma breve abordagem da relação do homem com o trabalho.

Se o homem faz parte da natureza, as suas relações com ela são assim, desde a origem, mediatizadas por um terceiro elemento, o utensílio. O simples uso das suas forças físicas, muito inferiores às dos outros animais, condenava-o a uma morte certa: a invenção desses prolongamentos do seu corpo, os utensílios, não assegurava apenas a sua sobrevivência, mas contribuía também para que se sentisse dono e senhor da natureza.

Considerando as várias visões vindas do senso comum sobre o trabalho, cabe aqui uma conceituação sobre ele, para maior consistência do que se pretende estudar.

Em *Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico*, de Elida Rubini Liedke, tem-se a seguinte definição de trabalho:

Como categoria abstrata, o trabalho pode se entendido, estritamente, como esforço físico ou mecânico, como energia despendida por seres humanos, animais, máquinas ou mesmo objetos movidos por força da inércia. A energia colocada em movimento (o trabalho) tem por resultado a transformação dos elementos e estado de natureza ou, ainda, a produção, manutenção e modificação de bens ou serviços necessários à sobrevivência humana. Nessa acepção, prevalece, essencialmente, a dimensão física do trabalho. Sua valorização corresponde à utilidade da ação realizada, ou seja, à possibilidade de aproveitamento da força posta em movimento para a satisfação de necessidades humanas (LIEDKE, 1997, p.269).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define trabalho como sendo o "conjunto de atividades humanas, remuneradas ou não, que produzem bens ou serviços em uma economia, ou que satisfazem as necessidades de uma comunidade ou provêem os meios de sustento necessários para os indivíduos".

O trabalho é uma atividade humana que tem como meio a transformação da natureza, com a finalidade de atender a uma necessidade. Já o trabalho assalariado é típico do modo de produção capitalista, e, neste, a venda da força de trabalho caracteriza a relação de emprego.

O conceito de trabalho possui inúmeras vertentes, sendo possível, desta maneira, diversas interpretações. O seu significado é inerente à influência das características dos indivíduos e do meio social no qual estes se encontram inseridos.

Além do critério de distinção social, a área de conhecimento em que o conceito de trabalho constitui objeto de estudo faz com que este assumam conotações diferentes. O olhar do psicólogo, por exemplo, é diferente do olhar do antropólogo, do economista, do sociólogo, do pedagogo.

O senso comum normalmente traz o conceito de trabalho como estando em oposição ao conceito de lazer. Atividades como jogar futebol e fazer churrasco com os amigos não são vistas como trabalho, porém se quem os realiza é um jogador profissional, ou um churrasqueiro de algum restaurante, estas passam a ser vistas como trabalho. Tal exemplo deixa clara a confusão feita com base no senso comum de que o trabalho está diretamente relacionado à idéia de emprego e remuneração. A dissociação desses dois conceitos – lazer e trabalho – é necessária, uma vez que o emprego é a venda da força de trabalho ao proprietário do capital, fenômeno típico do sistema capitalista.

A transformação do trabalho em mercadoria configurou um novo padrão na sociedade, em que o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, pela livre oferta e procura, tornando-se fundamental para a continuidade do desenvolvimento industrial e para a formação de um mercado de trabalho.

Para Beatriz Francisca Chemin,

Dentre as várias acepções possíveis para o termo, portanto, a história da palavra trabalho se refere à passagem da cultura da caça e da pesca para a cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio, passando, mais modernamente, à passagem da cultura agrária para a industrial e, contemporaneamente, da industrial para a sociedade pós-industrial (CHEMIN, 2002, p.21).

O trabalho também pode ser conceituado como sendo aquilo que fazemos profissionalmente. Um taxista conduz passageiros, um professor ministra aulas. Uma

outra interpretação de trabalho diz respeito ao *status* ocupado na sociedade, como quando se diz: "Eu sou operador de câmbio do banco tal", "eu sou professor", em que o trabalho é o lugar que ocupamos dentro da sociedade, idéia bastante próxima da visão do homem como um detentor de emprego, conforme será tratado adiante.

Um aspecto relativo ao que se entende por trabalho, e à sua conceituação, está vinculado à idéia de esforço, de sacrifício. O termo trabalho aparece nas línguas latinas como um derivado do latim *tripaliare*, que significa "torturar com o tripalium" (ferro que os romanos usavam para marcar os escravos), daí, na nossa cultura, o conceito de trabalho estar ligado ao de tortura. A etimologia indica a concepção do trabalho como algo degradante para o homem.

A esse respeito, De Masi faz o seguinte comentário:

Talvez, seja aquela lembrança herdada dos nossos bisavós, talvez o fantasma bíblico do cansaço como castigo inevitável para expiar o pecado original, mas o certo é que o conceito de trabalho permaneceu impregnado no nosso inconsciente pessoal e coletivo como algo de devorador e avassalador que está acima de todas as coisas e do qual quase tudo depende (DE MASI, 1999b, p.12).

De acordo com Celso Barroso Leite (1994), uma outra visão aponta como origem da idéia de trabalho o termo latino *trabaculu*, da mesma raiz que gerou, em português, a palavra 'trava', do verbo travar, que em latim significa também uma canga colocada nos escravos para obrigá-los a trabalhar.

A história do ser humano e da própria sociedade pode ser observada sob o prisma da economia, e exposta através de um dos seus maiores ícones, o trabalho, em que o homem primitivo, nômade, que sobrevivia da caça, da pesca e do extrativismo de bens diretamente da natureza passa a se diferenciar dos outros animais pelo seu desenvolvimento cerebral, e, assim, pela sua capacidade de criar instrumentos que viessem a facilitar seu domínio sobre o meio ambiente.

Nas palavras de Daniel Nascimento e Silva,

Ao longo do transcurso histórico do homem no mundo, sucederam-se diversos e diferentes modos de produção, ou seja, as formas através das quais produziu e produz a sua subsistência – e de seus agregados. Evidentemente que todo esforço explicativo deste aspecto específico da ação humana – de construir, de agir, de modificar o mundo de forma relacional – não se deu de maneira homogênea; o que se chama de modo de produção, portanto, representa mais uma tentativa de homogeneização de uma pluralidade de formas de agir naquilo que esta apresenta em termos de elementos mais comuns, mais parecidos, mais característicos. Por exemplo, quando se fala de modo de produção escravista não se está afirmando que todas as sociedades ou comunidades apresentam de forma inequívoca e similar a mesma maneira de produzir, mas sim que, dentre um conjunto de características, algumas, consideradas centrais, se assemelham (SILVA, D. N. e, 2002, p.32).

É inegável a importância do trabalho para o ser humano, e é quase inquestionável a relevância deste para o próprio desenvolvimento do homem e da civilização, podendo-se mesmo afirmar que o trabalho é fruto e causa do desenvolvimento humano. O trabalho representa uma relação do homem com a própria evolução, e uma relação do homem com a natureza, conceito este diferente daquele que se entende por emprego, o qual é típico do sistema capitalista de produção.

De acordo com Carlos Roberto de Oliveira,

A história do trabalho começa quando o homem buscou os meios de satisfazer suas necessidades – a produção da vida material. Essa busca se reproduz historicamente em toda a ação humana para que o homem possa continuar sobrevivendo. Na medida em que a satisfação é atingida, ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho. O trabalho fica então subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado modo de produção. Em síntese, o modo de produção dominante, que convive com outros modos de produção subordinados, determina a organização e a execução dos processos do trabalho, que são produto das relações sociais. Assim, toda sociedade é um momento no processo histórico, e só pode ser apreendida como parte daquele processo (OLIVEIRA, 2001, p.6).

Para Oliveira (1987), o início da história do trabalho está associado com a busca da sobrevivência e tem sua origem na luta pela satisfação das necessidades humanas.

Cabe citar, aqui, Daniel Nascimento e Silva:

Quaisquer que sejam as formas de relacionamento homem-mundo, nestes primeiros estágios, o trabalho já existia, pelo menos uma aproximação do que se entende, hoje, por este fenômeno: agir sobre o mundo, mesmo com as maiores limitações, para sobreviver biologicamente. Desponta, portanto, um impulso inconsciente de sobreviver, de perpetuação da espécie; e foi esta necessidade vital que, à medida que a possibilidade de morte se avizinhava, fez com que o homem construísse meios através dos quais aumentasse sua capacidade de sobrevivência. Das técnicas primitivas de coleta e caça, o homem pouco a pouco, através do que se denomina hoje de trabalho, deu um salto qualitativo na sua relação com o mundo e desenvolveu os princípios daquilo que mais tarde será chamado de tecnologia (SILVA, D. N. e, 2002, p.32).

A princípio, o homem, à semelhança do próprio animal, procurava apenas prover as necessidades imediatas, produzindo um fenômeno eminentemente predatório, numa vida nômade, em que se utilizava das reservas animais e vegetais para a caça, a pesca, a colheita de frutos silvestres. Após a destruição das fontes naturais de manutenção, sentiu-se impelido a ampliar os braços e as pernas para a aquisição de recursos, recorrendo a instrumentos rudes, passando mais tarde à agricultura para, da terra, em regime de sociedade, extrair os bens que lhe facilitassem a preservação da vida, prosseguindo, imediatamente, a criação de rebanhos, que domesticou, capazes de lhe propiciar relativa abundância, pelo resultante do armazenamento dos excedentes da colheita e do abate animal, deixando de ser precárias as condições, bastante primitivas, em que vivia.

É cabível a interpretação de que quando o primeiro homem sobre a face da Terra realizou, pela primeira vez, uma atividade física ou intelectual, com o intuito de satisfazer uma determinada necessidade, este homem estaria realizando a produção através do seu trabalho. Naturalmente esta produção, assim como sua relação com o que se descreveu como sendo trabalho, são muito diferentes de como entendemos

esses conceitos contemporaneamente, em que a visão de trabalho aproxima-se, no senso comum, da idéia de emprego.

O emprego pode ser entendido como a utilização do fator de produção trabalho por uma empresa, e a partir deste ponto o emprego pode passar a ser visto como a função, o cargo, ou a ocupação remunerada exercida por uma pessoa.

Os empregados dispõem apenas de sua força de trabalho para a realização da produção e formam a massa que deseja vender esta força para as empresas, constituindo, assim, a oferta da força de trabalho. Esta, portanto, representa todo o contingente disposto a vender sua força de trabalho, mesmo que nem todos consigam a própria alocação no processo produtivo, sendo que o nível de emprego irá depender de inúmeros fatores, entre eles a demanda pela produção.

Dentro da visão keynesiana⁷, é possível afirmar que, quanto mais elevado o nível de emprego, maior a população inserida no processo de consumo, e, conseqüentemente, maiores a demanda e o nível de emprego do contingente disponível, processo que ocorre através do chamado multiplicador keynesiano. Assim, quanto mais pessoas inseridas no processo de consumo, maior a possibilidade de sustentação do sistema capitalista, pois sem consumo não há capitalismo.

Por sua vez, pode-se conceituar como desemprego a situação em que parcela da população, mesmo desejando, não consegue vender sua força de trabalho para as empresas, vindo a compor um contingente de pessoas que força a oferta de mão-de-obra, comumente resultando em redução de salários e precarização do emprego. Esta massa de desempregados compõe o que Marx chama de "exército industrial de reserva"⁸.

⁷Essa visão será apresentada no decorrer deste capítulo.

⁸Trata-se do conjunto de trabalhadores desempregados. O emprego de novas máquinas e novos equipamentos leva à diminuição da parte relativa à mão-de-obra.

Conforme texto de Catapan e Thomé (1999, p.12), "A relação inteligente com o mundo, com os outros e consigo é o determinante ou constituinte de sua produção histórica. Esta relação, constituinte e constitutiva da existência humana, é o trabalho".

Segundo essas autoras, destaca-se na atividade produtiva do trabalho a relação inteligente do homem com o mundo em que vive e que transforma, e justamente nesta transformação, com vistas à obtenção de bens para a satisfação das necessidades, é que se conceitua o trabalho.

Deve ser observado que, com o decorrer do tempo, inverte-se a relação de domínio entre o trabalhador e a ferramenta, o que se pode entender como a primeira manifestação da tecnologia, e que tem sua tradução através da evolução das ferramentas, que mais tarde irão se transformar no que chamamos capital fator de produção.

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica serve a máquina. Naqueles, procede dele o movimento instrumental de trabalho. Nesta tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles (MARX, 1987, p.483).

Nas palavras de Marx, fica clara a inversão de submissão da tecnologia ao homem e do homem a esta, que acontece no decorrer do tempo.

No princípio, salvo no caso do escravismo, o trabalho e a produção eram atividades originalmente inerentes ao ser humano, não sendo consideradas diferentes de outras atividades, como o lazer e o convívio com outros seres humanos. A dissociação só veio um longo período depois, com a Revolução Industrial, quando o homem (artesão) perde a posse dos meios de produção, que passam a ser de propriedade do capitalista, e em que passamos a interpretar a força de trabalho – compreendendo neste ponto todas as habilidades produtivas do trabalhador, da mais puramente física até o mais complexo esforço intelectual – como sendo uma

mercadoria a ser incorporada ao processo de produção, configurando o que Marx chama de trabalho alienado. Assim, além da dissociação do trabalho das outras atividades, ocorre também uma separação das ações de produzir e trabalhar. Estamos estudando, aqui, a concepção de trabalho considerando o homem livre, isolando as formas de servidão e escravismo.

Para Catapan e Thomé (1999, p.13), "O trabalho, em sua forma pura, não estava separado de outras atividades e esferas sociais. A revolução industrial destruiu metodicamente o velho sistema de acordo com o qual o trabalho, a família e o lazer eram semelhantes, desempenhados como um todo indiferenciado".

Existe, todavia, um longo caminho percorrido do ponto de partida da primeira manifestação do homem ligada à produção, até suas interpretações julgadas atuais, bem como os conceitos ligados à relação homem e trabalho sofreram transformações.

As transformações que seguem com o curso da história partem do homem com o auxílio da tecnologia realizando o trabalho, que está diretamente ligado à produção com o único intuito de consumir, não existindo, assim, as trocas e, portanto, o comércio.

Dessa forma, pode-se entender o trabalho não apenas na sua relação com a diferenciação do homem enquanto dominador da natureza e dos meios, mas também como fator determinante da evolução do ser humano e da própria civilização.

Outros animais desenvolvem o trabalho na sua conceituação pura; entretanto, o homem é o único animal que o desenvolve de maneira consciente.

Braverman (1987) afirma: "O trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo. As atividades instintivas são inatas antes que aprendidas, e representam um padrão relativamente fixo para a liberação de energia ao receber estímulos específicos" (p.50).

Outro ponto que deve ser analisado na relação até aqui especulada entre economia e evolução humana é o consumo. Pode-se, inclusive, definir economia como sendo a ciência que estuda a luta do ser humano para transformar a natureza

e obter bens e serviços que venham a atender às necessidades humanas. Assim, é possível dizer, de maneira razoavelmente lacônica, que a economia é a ciência que estuda o consumo obtido através dos recursos provenientes do trabalho.

O conceito de consumo tem aqui um sentido amplo, sendo entendido como qualquer forma de destruição de bens e serviços pelo homem e que venha a lhe trazer satisfação, sendo que, pela interpretação econômica, os bens consumidos devem, necessariamente, ser os chamados bens econômicos, e não os bens livres.⁹

Nas palavras de Catapan e Thomé, "Na análise econômica o consumo tem como premissa a expansão e preservação do sistema capitalista, que evoluiu aceleradamente, nos últimos tempos, com suas novas forças produtivas ancoradas em tecnologias avançadas, resultando em uma produção excedente, centralizada e concentrada de bens materiais, de bens de serviços e de bens culturais" (1999, p.79).

Da mesma forma que o ser humano evolui por meio do trabalho, sua evolução também está associada ao seu padrão de consumo, que avança com a própria mudança na sociedade. Além desta relação entre consumo e evolução da sociedade, constata-se uma relação entre o trabalho desenvolvido por determinado ser humano, em uma sociedade, e sua posição com relação ao consumo.

Isso se dá principalmente quando tratamos do sistema capitalista de produção, onde o trabalho, conforme postulado por Marx, torna-se uma mercadoria a ser vendida, e o trabalhador, a partir do momento em que vende sua força de trabalho, passa a assumir o posto de empregado. Ocupação que assume e que lhe permite, através do recebimento do salário, estar inserido no processo de consumo.

⁹No âmbito das Ciências Econômicas, entende-se como Bens Econômicos aqueles que são dotados de raridade, e comumente recebem valor econômico em troca. Bens Livres são aqueles que estão disponíveis na natureza em quantidade superior àquelas que são demandadas pelos agentes econômicos. A título de exemplo podemos esclarecer: um livro é um bem econômico; o ar que respiramos (ao menos por enquanto), por sua vez, existe na natureza em quantidade abundante e não requer pagamento pelo seu consumo, sendo considerado um bem livre.

Segundo Braverman,

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadoria e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornaram-se generalizadas através de toda a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de constrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições de venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador (1987, p.54-55).

Cabe ressaltar que nem todo trabalho é vendido. Existem outras maneiras de inserção do trabalho na economia capitalista. Todavia, a venda da força de trabalho, ou fornecimento de capital, são conseqüências quase inequívocas do capitalismo, o que leva o nosso tratamento a caminhar por esta interpretação.

Para Catapan e Thomé (1999):

De outra parte, a posição dos indivíduos em relação ao mercado de trabalho determina também sua posição em relação ao consumo. Ou seja, a inclusão do indivíduo nas relações de consumo é recorrente à sua posição no mercado de trabalho. Quanto maior o número de indivíduos excluídos do mercado de trabalho, maior o número de indivíduos excluídos do mercado de consumo no modelo capitalista (p.67).

Assim, pode-se retratar o trabalho e o consumo como etapas distintas inseridas no mais importante processo de retroalimentação do sistema capitalista, o da realização da destruição da produção, através do consumo. Desta forma, quando o homem encontra-se excluído de uma dessas etapas, provavelmente estará excluído de sua continuidade, reduzindo a demanda de todo o sistema.

Nossa discussão acerca do consumo faz-se necessária para caracterizar o sistema capitalista de produção, pois é importante frisar que a relação entre produção e consumo encontra uma separação a partir da economia capitalista, uma vez que, na economia feudal ou de subsistência, salvo em condições subumanas de escravidão, o indivíduo era incorporado no processo produtivo e na divisão do trabalho, como consequência de pertencer a uma sociedade, pois nestas economias um novo trabalhador era também um novo consumidor. De acordo com esta lei, inexistia o chamado desemprego involuntário, sendo que todos os trabalhadores estariam empregados, mediante a aceitação de um determinado nível salarial.

Com o advento do sistema capitalista de produção ocorre uma dissociação da produção e do consumo, que passam a representar etapas distintas. A produção não tem mais por fim atender ao consumo, todavia o consumo é um meio para atingir um fim, a saber, o lucro, objetivo máximo do sistema capitalista de produção.

É importante salientar que, no contexto desse sistema, sem que uma das etapas se manifeste a outra dificilmente irá ocorrer, assim como sem que se realize o trabalho provavelmente o trabalhador desempregado ficará excluído do processo de consumo. No sistema capitalista é a remuneração que premia o trabalho realizado, e através desta é possível o trabalhador consumir, mantendo vivo o processo de funcionamento desse sistema econômico. Caso passe a se configurar cada vez mais uma massa de excluídos, menor será o consumo existente no sistema.

A inter-relação entre trabalho-salário-consumo é um fenômeno típico do sistema capitalista e manifesta-se apenas para a classe social que vende como fator de produção sua mão-de-obra, ou seja, os trabalhadores (empregados), os quais, nesta faceta, assumem preponderantemente o papel de empregados ou desempregados que buscam espaço no sistema para a venda de sua força de trabalho.

2.1 O Trabalho para Platão e Aristóteles

Neste tópico serão trabalhadas as visões de Aristóteles e Platão acerca do trabalho, com o intuito de enriquecer o tema em questão, sem que se tenha, contudo, a pretensão de realizar um aprofundamento sobre as inúmeras questões filosóficas que possam surgir a partir da discussão em pauta.

Platão vê o trabalho como uma consequência da construção social, da constituição das cidades e da função essencial da divisão do trabalho. A sociedade, segundo esta concepção, é um agrupamento de indivíduos que encontram vantagem em viver em conjunto, porque isso lhes permite dividir entre si as tarefas e especializar-se cada vez mais no exercício de uma atividade determinada. Desta maneira surgem os diferentes ofícios e, depois, o comércio interno e externo.

A incorporação dos indivíduos às diferentes classes da sociedade requer aptidões específicas por parte deles. Por exemplo, o exercício da profissão militar exige qualidades que não se encontram em todos: combinação da força física com temperamento filosófico, que, segundo Denis (1982), permite desenvolver um grande ardor contra o inimigo, ao mesmo tempo que dá provas de grande doçura relativamente aos concidadãos.

A cada um a função social que merece pelo conjunto das suas qualidades físicas, intelectuais e morais: tal seria para Platão a definição da justiça social. Uma tal definição afasta-se das fórmulas modernas pelo pouco caso que nelas se faz da repartição das riquezas entre os indivíduos; entretanto, a idéia de organizar uma seleção entre os indivíduos em função das suas qualidades próprias está sempre bem no centro das nossas preocupações (DENIS, 1982, p.30).

Aristóteles diferencia-se de Platão, pois enquanto este vê na organização social e na existência de diferentes classes sociais as manifestações do trabalho, Aristóteles vê na escravidão a possibilidade de obtenção de bens para atender às necessidades da sociedade como um todo.

Para Aristóteles a finalidade da existência é uma felicidade terrestre, e para ele isto não significa que as condições de felicidade se encontram unicamente no âmbito da alma. O homem possui um corpo físico, e, para alcançar a felicidade, é necessária a existência de bens materiais para satisfazer o corpo.

A produção dos bens, portanto, exige trabalho, e tanto na visão de Platão como na de Aristóteles é incompatível com o fim verdadeiro do homem. A solução, para Platão, era a sociedade dividida em classes, em que algumas seriam mantidas pelas outras; já Aristóteles entendia que os bens são fornecidos por uma instituição já existente, a escravidão.

Para Aristóteles, enquanto os escravos eram responsáveis pela produção, era permitido aos homens livres realizarem a atividade do pensamento, propósito último da existência humana. Aristóteles respalda a ideia da escravidão no argumento de uma inferioridade natural de certos homens, sendo a mesma justificada na imposição aos vencidos em guerra, pois, para ele, o homem que não merece ser escravo jamais aceitará sê-lo.

2.2 Súmula de Economistas

Seguindo ainda por uma ótica conceitual, pretende-se, neste tópico, trazer as contribuições de alguns economistas ao tema. Longe de contemplar todos aqueles que debateram os assuntos tratados, buscamos aqueles que julgamos terem aprofundado os estudos correlatos com pontuações significativas.

Sabe-se que economistas previram a ocorrência de crises no sistema capitalista, ou mesmo o fim deste enquanto sistema econômico. Além da interdependência maior entre os países, por conta da abertura global dos mercados, os indicadores do desemprego mundial preocupam. Discute-se se a crise ora presenciada, sobretudo com relação à disponibilidade de emprego, será superada e novamente o modo de produção capitalista prevalecerá.

A análise dos impactos da tecnologia no mercado de trabalho no sistema capitalista remete a reflexões abrangentes sobre as teorias econômicas e os pressupostos do capitalismo na visão dos economistas.

Cada corrente do pensamento econômico aborda a questão do trabalho, ou do fator trabalho, e sua relação com os demais fatores de produção, sobretudo com o capital, de forma divergente ou complementar.

É importante rever esses conceitos históricos que, mesmo extemporâneos e, na maioria deles, inaplicáveis na atualidade, contribuem para a consolidação de uma interpretação abalizada sobre o comportamento atual do mercado de trabalho e o impacto do seu desempenho na economia como um todo.

2.2.1 A riqueza das nações de Adam Smith

O trabalho, para Adam Smith, tem uma relevância fundamental, sendo o preço real de uma mercadoria, para ele, determinado pela dose de sacrifício e de renúncia necessária para a produção, muito embora as correntes econômicas que surgiram posteriormente tenham deixado de dar valor à questão da natureza do valor, ficando esta isolada a algumas vertentes do pensamento marxista.

Para Smith, as fontes do valor são: os salários, que remuneram o trabalho, a renda da terra e os lucros, que remuneram a riqueza acumulada sob a forma de capital; estes três itens comporiam, assim, o chamado preço natural.

Contudo, a grande contribuição de Adam Smith acerca do trabalho, segundo sua visão incipiente do sistema capitalista de produção, ou seja, da relação de emprego, está na chamada divisão do trabalho, que posteriormente irá caracterizar o modo capitalista de produção.

De acordo com a divisão do trabalho de Smith, quando cada trabalhador dedica-se a uma etapa específica do processo produtivo, intensifica-se a sua especialização e eficiência, aumentando, desta maneira, o resultado do processo produtivo. Cada indivíduo torna-se, assim, um especialista na sua atividade e,

conseqüentemente, o volume de trabalho produzido é maior, aumentando também a utilização da ciência e tecnologia.

Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em conseqüência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitos (SMITH, 1996, p.68).

Inicialmente, Smith vê, a partir da própria divisão do trabalho, o espaço necessário para o desenvolvimento e a inovação através das máquinas.

...precisamos todos tomar consciência de quanto o trabalho é facilitado e abreviado pela utilização de máquinas adequadas. É desnecessário citar exemplos. Limitar-me-ei, portanto, a observar que a invenção de todas estas máquinas que tanto facilitam e abreviam o trabalho parece ter sua origem na divisão do trabalho. As pessoas têm muito maior probabilidade de descobrir com maior facilidade e rapidez métodos para atingir um objetivo único, do que quando a mente se ocupa com uma grande variedade de coisas. Mas, em conseqüência da divisão do trabalho, toda a atenção de uma pessoa é naturalmente dirigida para um único objeto muito simples (SMITH, 1996, p.69).

A divisão do trabalho torna possível a especialização, facilitando a mobilidade do fator mão-de-obra, contribuindo, desse modo, para a introdução da maquinaria e gerando, como conseqüência, o aumento da produtividade e o pleno emprego inerente à Teoria Clássica. Na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho.

Para Smith, a divisão do trabalho permite um melhor aprimoramento das forças produtivas, divisão que vem juntamente com outra questão estudada por Smith, a da acumulação de capital, existindo entre estas uma relação mútua de causalidade, ou seja, a divisão do trabalho permite maior acumulação de capital e

escalas de produção maiores, possibilitando maior fracionamento e divisão da participação humana no processo produtivo, embora o exemplo utilizado por Smith para a justificativa da divisão do trabalho tenha sido uma pequena manufatura, o célebre exemplo da fábrica de alfinetes¹⁰.

Em qualquer outro ofício e manufatura, os efeitos da divisão do trabalho são semelhantes aos que se verificam nessa fábrica insignificante embora em muitas delas o trabalho não possa ser tão subdividido, nem reduzido a uma simplicidade tão grande de operações. A divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzido, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho... (SMITH, 1996, p.66).

A divisão do trabalho leva, como consequência, às trocas, tornando praticamente inevitável a relação de emprego, ou seja, a venda da força de trabalho para que o trabalhador possa adquirir recursos para a sua sobrevivência. Cada trabalhador vende uma quantidade de seu próprio trabalho, além daquela de que ele mesmo necessita, e, pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem exatamente na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens, ou o resultado da venda de sua força de trabalho, por outros bens de que necessita, os quais, por sua vez, são resultado do empenho de outros trabalhadores.

O princípio da divisão do trabalho, em sua essência, reside no fato de o homem ser um animal coletivo. Assim, a divisão do trabalho aprofunda a necessidade de contato entre os seres humanos, intensificando a vida em comunidade. Desta maneira, é através da negociação, por escambo¹¹ ou por

¹⁰Smith utiliza uma fábrica de alfinetes como exemplo para a questão da divisão do trabalho. Se todos os trabalhadores envolvidos no processo fossem efetuar todas as etapas do processo produtivo, o produto total seria inferior, diferentemente do que se daria se cada trabalhador se ocupasse de uma etapa do processo de produção, argumentando, assim, favoravelmente à divisão do trabalho.

¹¹Entende-se por escambo a troca direta de bens, serviços ou fatores, sem a utilização de moeda.

compra, que o ser humano se supre da maior parte dos serviços de que necessita, e é desta tendência à permuta que se origina a divisão do trabalho.

A divisão do trabalho, bastante explorada por Adam Smith, abre espaço à criação de um instrumento que se caracteriza como um dos principais marcos da economia, a criação e uso da moeda¹², uma vez que, desde o momento em que o homem se especializa em uma determinada atividade produtiva, vindo a obter os outros bens de que precisa através das trocas, a moeda passa a exercer papel fundamental na atividade econômica, dado que facilita a circulação no sistema. "Foi dessa maneira que em todas as nações civilizadas o dinheiro se transformou no instrumento universal de comércio, através do qual são compradas e vendidas – ou trocadas entre si – mercadorias de todos os tipos." (SMITH, 1996, p.85).

Para Smith, uma vez que a satisfação das necessidades, ou seja, a obtenção de todos os bens de que o homem precisa se dá através das trocas, torna-se essencial a definição do valor das mercadorias. Assim, a mercadoria que o homem produz tem como valor a quantidade de trabalho que a mercadoria produzida lhe dá condições de comprar. Desta maneira, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias.

Nas sociedades ditas desenvolvidas, a compensação pelo esforço do trabalho costuma ser feita mediante os salários. O capital é acumulado pelo capitalista, que passa a empregar este capital, a mão-de-obra e os insumos produtivos, com o objetivo de auferir lucro com a venda do trabalho. A partir desta venda o capitalista espera receber, em dinheiro, o suficiente para pagar o preço dos materiais, os salários dos trabalhadores, e obter lucro. Desse modo, o valor acrescentado pelos trabalhadores ao processo pode ser dividido em duas partes: os salários e o lucro pelo empreendimento que realiza, uma vez que os empresários não terão incentivo

¹²Embora a moeda tenha surgido no ambiente e no âmbito das teorias econômicas há muito tempo, antes das publicações de Adam Smith.

para investir caso o retorno obtido não seja suficiente para exceder a extensão do patrimônio obtido.

2.2.2 A teoria do valor de Ricardo

Um dos autores que primeiro chamaram a atenção para a possibilidade de existência do desemprego tecnológico foi o economista clássico inglês David Ricardo (1772-1823), em seu livro *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicado no primeiro quarto do século 19, no contexto da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra. No capítulo XXXI da referida obra, intitulada "Sobre a Maquinaria", Ricardo destacava o fato de que a incorporação de máquinas nos processos produtivos poderia ser poupadora de mão-de-obra, o que o levou a concluir o que se segue: "...a opinião defendida pela classe trabalhadora de que o emprego da maquinaria é freqüentemente prejudicial aos seus interesses não emana de preconceitos ou erros, mas está de acordo com os princípios corretos da Economia Política" (RICARDO, 1996, p.264).

Para Ricardo, o valor de uma determinada mercadoria irá depender da quantidade relativa de trabalho para sua produção, independentemente, este fato, da remuneração paga por este trabalho. Assim, o valor de determinada mercadoria, que é dado pelo trabalho, independe do valor da remuneração paga ao trabalhador, porém no pleno emprego o volume total da força de trabalho é explicado pela produção. Quando a acumulação de capital é intensificada, isto é, quando há um aumento de produção, aumenta-se a demanda por trabalho e eleva-se o salário. Com um aumento da oferta da força de trabalho há uma pressão para baixo dos salários, até o atingimento de seu nível natural.

O nível natural dos salários é dado ao patamar em que permite ao trabalhador um nível de vida socialmente aceito por ele. Esse "preço natural" do trabalho é o salário de subsistência, definido pela quantidade de trabalho contido nos meios de subsistência, ou determinado pelo número de artigos necessários à subsistência do trabalhador.

Respalado por Smith, Ricardo trabalha com a concepção de valor, distinguindo o conceito de valor em valor de uso e valor de troca, sendo que os bens podem ter elevado valor de uso e baixo valor de troca, ou vice-versa. Por exemplo, o ar que respiramos possui elevado valor de uso, todavia nenhum valor de troca. Desta maneira, a utilidade não é a medida do valor de troca, embora esta seja essencial, também, para a constituição deste valor, pois se um determinado bem, por mais escasso que possa ser, não possuir utilidade, terá pouco valor de troca.

No que diz respeito à relação entre produção e emprego de mão-de-obra, o célebre economista David Ricardo é um dos que apresentam uma das maiores contribuições: "A utilidade, portanto, não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial. Se um bem não fosse de um certo modo útil – em outras palavras, se não pudesse contribuir de alguma maneira para a nossa satisfação –, seria destituído de valor de troca, por mais escasso que pudesse ser, ou fosse a quantidade de trabalho necessária para produzi-lo" (RICARDO, 1996, p.24).

A partir do momento de atribuição da utilidade, o valor das mercadorias passa a derivar de duas fontes: a escassez e a quantidade de trabalho necessária para obtê-las. São raríssimas as situações em que um determinado bem, comercializado cotidianamente no mercado, tenha o seu valor determinado exclusivamente pela escassez. Sem dúvida, a maioria dos bens que são demandados é produzida pelo trabalho. Desta forma, se a quantidade de trabalho contida nas mercadorias determina o seu valor de troca, acréscimos de trabalho devem aumentar o valor da mercadoria, assim como a diminuição de trabalho deve reduzir o valor da mercadoria. Portanto, uma oscilação no valor de uma determinada mercadoria é consequência de uma oscilação na quantidade de trabalho necessária para produzi-lo.

É importante observar que não apenas o trabalho diretamente aplicado às mercadorias altera o seu valor, pois na produção também são utilizados implementos, ferramentas e edificações que necessitam de trabalho para ser produzidas. Assim, o trabalho gasto na produção destes também afeta o valor da

mercadoria final, e, assim, o valor relativo das mercadorias também é modificado pelo emprego de maquinaria e de outros capitais fixos e duráveis.

Outro ponto relevante na teoria de David Ricardo procura expor que trabalhos de diferentes qualidades são remunerados diferentemente. Isso não é causa de variação no valor relativo das mercadorias, ou seja, existem trabalhos que apresentam qualidades diversas, sendo sujeitos, assim, a diferentes valores, todavia estas diferenças foram ou serão ajustadas ao longo do tempo. A título de exemplo, caso um dia de trabalho ao joalheiro valha mais do que um dia de trabalho de um trabalhador comum, essa relação foi há muito tempo ajustada.

Para Ricardo, em um primeiro momento, a introdução de novos tipos de maquinaria tende a diminuir os custos de produção do capitalista, e, dessa maneira, levaria a um aumento de produção a menores preços das maquinarias produzidas.

Logicamente, o raciocínio de Ricardo leva em consideração um mercado concorrencial perfeito, onde a existência de lucros ditos extraordinários faz com que ocorra um aumento da oferta (novas empresas entrando no mercado, e com as empresas existentes no mercado ampliando a capacidade produtiva). Com o aumento da oferta tem-se uma redução dos preços e, conseqüentemente, dos lucros, até um patamar chamado de lucros normais.

Em um segundo e definitivo momento, Ricardo considerava que os capitalistas e os proprietários de terra se beneficiariam com a mudança de tecnologia, mas argumentava que a inserção da maquinaria em substituição ao trabalho humano poderia ser, muitas vezes, prejudicial aos trabalhadores. "O que desejo provar é que a descoberta e o uso da maquinaria podem ser acompanhados por uma redução da produção bruta e, sempre que isso acontecer, será prejudicial para a classe trabalhadora, pois uma parte será desempregada e a população torna-se excessiva em comparação com os fundos disponíveis para empregá-la." (RICARDO, 1996, p.290).

A nova maquinaria, quando em uso, necessitaria de alguns trabalhadores, mas o número de operários que voltaria ao trabalho não seria na mesma proporção que o número de trabalhadores demitidos anteriormente.

Isto posto, a maquinaria tinha sido elaborada com a finalidade de reduzir o número de operários para produzir determinada quantidade, bem como para reduzir custos de salários do capitalista e aumentar seus lucros. Mas, Ricardo, em consonância com Marx, verificou que a maquinaria reduzia custos, afastando o trabalhador do posto.

2.2.3 O trabalho como mercadoria pela concepção marxista

A questão do valor de produção trabalhado recebeu de Marx uma atenção especial. Foi ele o criador da teoria da mais-valia, que consiste no valor de trabalho não pago ao trabalhador, ou seja, a exploração exercida pelos capitalistas sobre os assalariados.

A abordagem marxista parte da teoria do valor exposta por David Ricardo. Como visto, segundo esta teoria o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção. Marx irá destacar a questão do valor trabalho, acrescentando, sobre a visão ricardiana, o conceito de trabalho socialmente necessário. O trabalho socialmente necessário refere-se ao tempo de trabalho requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho.

Marx assinala que, enquanto o capital ainda se apresenta sob suas formas elementares – mercadoria e dinheiro –, estas não são em si mesmas capital. Da mesma forma, a eventual remuneração do trabalho ou a existência do mercado não configuram, isoladamente, um circuito de produção capitalista. Determinadas condições têm de ser cumpridas para que o capital exerça sua função específica, que é a produção da mais-valia, a produção de trabalho excedente ou a apropriação de trabalho não pago.

De acordo com Marx, a realização do lucro capitalista não é originada nas trocas, pois se assim fosse não existiriam mecanismos para a incorporação de valor, dado que se trataria apenas de intercâmbio de bens de mesmo valor. Marx afirma ainda que o valor é atribuído à produção e aos valores acrescentados a esta pelos trabalhadores, que por sua vez não recebem a diferença do valor incorporado à produção, mas apenas o necessário a sua sobrevivência, vindo a desenvolver, a partir deste hiato, a questão da mais-valia, que para Marx é a diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho que foi necessário à sua produção. O capital compra, pois, o valor de uso da força de trabalho, passando a ser o possuidor desta. A partir dessa situação, o desejo do capitalista é produzir mais-valia, ou seja, que o valor da mercadoria produzida ultrapasse o valor das mercadorias necessárias para produzi-la, estando entre elas a força de trabalho.

Marx afirmava que a origem do lucro está na mais-valia. Segundo a teoria marxista, no tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias há uma parcela paga ao trabalhador relativa ao seu salário, mas há outra que é sobre trabalho não pago. Essa parcela não paga representaria a mais-valia.

A crítica de Marx à economia política clássica consistiu em apontar que as relações de produção capitalista constituem relações de produção de valores de troca (mercadorias) que têm como objetivo a acumulação de capital, obtida pela expropriação da mais-valia gerada pela força de trabalho no processo capitalista de produção. No sistema capitalista ocorre a dissociação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção, sendo que, para o trabalhador livre, a venda da força de trabalho torna-se a única alternativa para obter, através do salário, sua sobrevivência. "O valor de toda mercadoria M de produção capitalista se expressa na fórmula: $M = c + v + m$. Descontando do valor do produto a mais-valia m, obteremos mero equivalente, isto é, valor que repõe em mercadoria o valor capital $c + v$ empregado nos elementos da produção" (MARX, 1987, p.30).

Marx distingue o valor de uso do valor de troca. Valor de uso representa a utilidade que o bem proporciona à pessoa que o usufrui. O valor de troca de uma mercadoria, por sua vez, exige um valor de uso, mas não depende dele. Para Marx, o valor de troca depende da quantidade de trabalho socialmente necessária, ou seja, só o trabalho dá valor às mercadorias. As máquinas e os equipamentos apenas repassam parte do seu valor às mercadorias, mas não conseguem atribuir valor a estas, não contribuindo, assim, para a formação de valor.

Os trabalhadores, por seu turno, fazem com que os equipamentos e as máquinas transmitam valor às mercadorias, além de criar valor sobre estas.

Em troca da realização de sua atividade o trabalhador recebe salário, mas o valor que ele acresce ao processo produtivo é superior ao valor do salário, ou seja, geração de mais-valia. De acordo com Marx, os capitalistas e os proprietários procuram aumentar os seus rendimentos diminuindo o rendimento dos trabalhadores, configurando, assim, a exploração da força de trabalho pelo capital, sendo este um dos principais pontos da crítica marxista. "...O prolongamento da jornada aumenta o lucro mesmo quando pago o tempo extraordinário, e, até certo ponto, mesmo quando pago mais caro que as horas normais de trabalho. Por isso, no sistema industrial moderno, a necessidade cada vez maior de aumentar o capital fixo era poderoso incentivo no sentido de levar os capitalistas ávidos de lucro a prolongar a jornada" (MARX, 1987, p.87).

Parte da demanda de trabalho é explicada através do Progresso Técnico. Esta variável é inerente ao sistema capitalista, sendo também inversa à demanda por trabalho. Assim, na busca da concorrência capitalista e do domínio de mercado, os capitalistas avançam no progresso técnico reduzindo sua demanda por mão-de-obra.

Marx diferencia o capital necessário para a realização da produção em Capital Constante, representado pelo capital investido em meios de produção, e Capital Variável, que trata do capital investido na força de trabalho. O capital constante é

assim considerado porque o seu valor não muda durante o processo produtivo; já o capital variável produz um valor diferente, consoante à intensidade da sua utilização.

Os meios de produção só transmitem valor na medida em que perdem valor, ou seja, não podem acrescentar ao produto mais do que possuem, daí Marx defini-los como capital constante, pois, apesar de fazer parte do processo de criação de mais-valia, não a produzem. Por sua vez, o trabalho conserva e transmite o valor dos meios de produção ao Produto, teoria esta já especulada por Smith.

Tanto no Progresso Técnico, como, principalmente, na Acumulação de Capital, residem para Marx as principais contradições do capitalismo. A tendência do capitalista é a acumulação do capital, e tendo em vista que a taxa de mais-valia e a taxa de lucro são decorrentes da utilização do capital variável (força de trabalho), estas tendem a declinar quanto mais se intensifica a utilização do capital constante (máquinas, equipamentos, etc.). Portanto, a taxa de lucro do sistema capitalista é declinante.

Para Marx, o movimento de declínio da taxa de lucro pode ser contrariado pela exploração da força de trabalho. Aumentando esta, irá aumentar a mais-valia e, conseqüentemente, a taxa de lucro. "A taxa geral de lucro pode variar, sem que se altere o valor das mercadorias, quando varia o grau de exploração do trabalho." (MARX, 1987, p.189).

Uma observação não realizada por Marx é que o progresso técnico aumenta a produtividade marginal do trabalho, resultando numa maior exploração da força de trabalho e em uma maior mais-valia.

Outro ponto inerente ao progresso técnico e à acumulação de capital dentro do sistema capitalista é a monopolização. Uma vez que a acumulação é parte do sistema capitalista, algumas empresas não irão conseguir competir no mercado. As empresas menos competitivas desaparecem, concentrando a indústria em poucas empresas. À medida que a concentração e o progresso técnico aumentam, a concorrência diminui. Aquelas empresas que não conseguem acompanhar o ritmo das inovações, por não terem tecnologia e capital suficiente para seguir competitivas, são obrigadas a

cessar sua atividade. A tendência do capitalismo é, portanto, a concentração, uma vez que nem todos conseguem acompanhar o progresso técnico.

Ponto inerente à teoria marxista, e bastante relevante para o desenvolvimento desta tese, é que, dada a concentração e acumulação de capital, mais trabalhadores são excluídos do processo produtivo, formando o chamado Exército Industrial de Reserva. A introdução do progresso técnico faz com que parte do capital variável se transforme em capital constante, ou seja, parte dos trabalhadores fica desempregada, aumentando a reserva de força de trabalho. A existência do Exército Industrial de Reserva mantém a oferta de força de trabalho o suficiente para impedir que o preço desta aumente.

Marx argumentava que os produtores procuravam diminuir, continuamente, os custos da mão-de-obra e obter maior controle sobre os meios de produção, substituindo trabalhadores por bens de capital, sempre e onde fosse possível. Dizia que os capitalistas não lucravam apenas com a maior produtividade, custos reduzidos e maior controle sobre a produção, mas também com a criação de um imenso exército de trabalhadores desempregados, com o que o poder de trabalho estaria disponível para exploração em algum outro lugar da economia.

Quando Marx apresentou sua crítica ao capitalismo e aos capitalistas, em defesa do trabalhador, a economia vivia a euforia da industrialização, que começara no século anterior, na Inglaterra, e já se espalhava por toda a Europa.

A crescente automação e revolução tecnológica no mundo contemporâneo fez com que as previsões de Marx se confirmassem, uma vez que já na época da revolução industrial o homem era substituído pela máquina e o desemprego era crescente.

Prognosticou que a maior automação da produção acabaria por eliminar completamente o trabalhador, resultando na "derradeira metamorfose do trabalho", quando um sistema automático de maquinaria substituiria finalmente seres humanos no processo econômico.

Ainda no século XIX, Karl Marx faz observações, em seus escritos, que podem estar relacionadas com a nossa realidade contemporânea. Ele afirmou que as bases técnicas promovem um tal desenvolvimento da força produtiva social do trabalho que vão tornando livre o próprio trabalho.

Marx previu, assim, uma progressão constante de substitutos mecânicos cada vez mais sofisticados para a mão-de-obra humana, afirmando que cada salto tecnológico tornaria as operações do trabalhador mais e mais mecanizadas, até que, em determinado momento, o mecanismo poderia tomar seu lugar.

2.2.4 A teoria geral de Keynes

John Maynard Keynes (1883-1946) talvez seja o nome mais marcante da economia no século XX. Ele revolucionou o pensamento econômico, derrubando conceitos até então tidos como inquestionáveis, como o pleno emprego neoclássico e o desemprego como sendo unicamente voluntário.

Keynes, na verdade, teve a seu favor a realidade em que se vivia quando seus escritos foram publicados. Sua principal obra, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, foi publicada em 1936, em plena Grande Depressão.

A lei de Say, que imperou por mais de cem anos defendendo a tese de que a produção cria sua própria demanda, e os princípios marginalistas de que a economia de mercado encontraria naturalmente seu equilíbrio numa situação em que, respeitada a produtividade marginal, todos poderiam trabalhar se assim o desejassem, não mais encontraram respaldo nos fatos e experiências econômicas.

A crítica keynesiana ao modelo neoclássico parte da negativa da redução da oferta de mão-de-obra quando da queda do salário real, principalmente quando a queda do salário real ocorre como consequência de um aumento do preço dos bens e serviços consumidos pelos trabalhadores. A noção de oferta de emprego está cercada de fatores institucionais que tornam este mercado diferente de outros determinados pela oferta e demanda. "...O contrato de trabalho é especificado em

termos de uma jornada de trabalho e um salário por unidade de tempo trabalhada. Assim é decidido o número de horas, dias e meses trabalhados, e não a partir de uma regra simplista que supõe que cada trabalhador individual decidirá trabalhar mais ou menos em função do salário real oferecido dia a dia (AMADEO & ESTEVÃO, 1994, p.37).

Keynes, contrariamente à visão ortodoxa clássica e neoclássica, argumenta que a preocupação dos trabalhadores não é com relação aos salários reais, mas sim com os salários nominais. Assim, estaria desfeita a hipótese de que o desemprego era voluntário, ou seja, que os trabalhadores desempregados encontravam-se nesta situação por não aceitarem trabalhar pelo valor dos salários reais existentes na situação de equilíbrio. Dessa maneira, abandonando a visão do desemprego voluntário, Keynes traz a concepção do desemprego involuntário.

A idéia central na economia keynesiana é de que o produto nacional de equilíbrio pode não ser a quantidade necessária para assegurar o pleno emprego. Com essa afirmação, Keynes afronta a suposição neoclássica de que a renda que corresponde ao pleno emprego é uma renda sempre possível, no sentido de que sempre existe, para o sistema, a possibilidade de conseguir autonomamente um equilíbrio no qual os fatores disponíveis sejam plenamente empregados.

No regime de desemprego keynesiano, caracterizado pela existência de um desemprego de natureza involuntária, a oferta no mercado de trabalho excede a demanda das empresas, e isso em razão de uma insuficiência da demanda efetiva verificada no mercado de bens. Nesse caso, para retornar à situação de pleno emprego, é necessária uma política que estimule a demanda efetiva.

Keynes defende a idéia de que o capitalismo funciona mal por deficiência da demanda, e cria o princípio da demanda efetiva. Por este princípio, quem determina o volume de produção e, conseqüentemente, o volume de emprego é a demanda efetiva.

Para Keynes, novamente contradizendo a visão clássica e neoclássica, não é a oferta que cria sua própria demanda, mas sim a demanda (*ex-post*) é que determina a

oferta (*ex-ante*), e, desse modo, termina por determinar o nível de emprego da economia. Da mesma forma que não é a oferta que cria a demanda, também nada garante que o nível de poupança, que é complementar ao consumo, acabe por se constituir em investimento, conforme admitido na lei de Say e na visão neoclássica.

Contrariamente aos neoclássicos, para Keynes, a queda dos salários dos trabalhadores, ao invés de solucionar o problema do desemprego, pode agravá-lo, já que o menor poder aquisitivo dos trabalhadores provocaria uma queda no consumo. Em consequência, os empresários se sentiriam desestimulados a investir e a produção cairia.

O empresário não tem ciência *ex-ante* do montante da demanda agregada (*ex-post*), podendo, desta forma, determinar a produção apenas a partir de uma estimativa com relação à demanda. Caso a demanda supere a quantidade produzida, ao mesmo tempo em que se poderá ter uma pressão para a elevação dos preços, ter-se-á uma revisão das expectativas e elevação da produção. Assim, são as expectativas da demanda que determinam a oferta.

A ortodoxia do pensamento econômico neoclássico não estava preparada para enfrentar essa situação. A suposição de que o pleno emprego seria o nível normal de operação da economia e que os afastamentos em relação ao mesmo, quando ocorressem, seriam eliminados pelo próprio sistema econômico, era ineficaz para explicar as crises econômicas daquela época.

Também para Keynes, não é a poupança que determina o investimento, conforme apregoavam os neoclássicos, mas, sim, a poupança é determinada pelo nível de renda, o qual é resultado da atividade produtiva condicionante da oferta, que, por sua vez, resulta, como visto, da demanda agregada, podendo ser condicionado pelo investimento. Assim, pode-se afirmar que é o nível de investimento que determina a poupança, pois "em uma economia monetária, a poupança *ex ante* se transforma, na maioria das vezes, em ativos financeiros que podem, ou não, vir a ser transformados em investimentos" (ALBAN, 1999, p.32).

Não esqueçamos que em todos os casos concretos um empresário preocupa-se com decisões a respeito da escala em que usará certo equipamento de capital, e quando afirmamos que a expectativa de um acréscimo da demanda, ou seja, de um deslocamento da função de demanda agregada conduz a um aumento na produção agregada, o que realmente queremos dizer é que as empresas proprietárias do equipamento de capital se verão induzidas a associar-lhes um volume maior de emprego de mão-de-obra agregada... (KEYNES, 1983, p.39).

Pode-se argumentar que, de acordo com Keynes, o investimento (que pode ser privado ou público) exerce papel dinâmico fundamental na sua análise do sistema econômico capitalista. O investimento determina variações na demanda agregada que, por sua vez, irá determinar o crescimento tanto da produção, como da demanda por força de trabalho, ou seja, geração de empregos. O nível de investimento, por seu turno, é resultado de uma análise das expectativas dos empresários com relação à eficiência marginal do capital, que pode ser simplificada como sendo o retorno do investimento produtivo realizado. "O montante de investimento corrente dependerá, por sua vez, do que chamaremos de incentivos para investir, o qual, como se verificará, depende da relação entre a escala de eficiência marginal do capital e o complexo das taxas de juros que incidem sobre os empréstimos de prazos e riscos diversos (KEYNES, 1983, p.31).

Outra variável fundamental na análise keynesiana repousa sobre o consumo, que, por se constituir em demanda, acaba por gerar novas etapas induzidas de variação da demanda agregada e da renda/oferta, a partir de uma variação inicial na renda (resultante de um aumento nos investimentos, por exemplo). A magnitude desta variação é dependente da propensão marginal a consumir, que resulta no chamado multiplicador keynesiano.

Daí a importância do consumo, pois o trabalhador expulso do processo produtivo também estará expulso do consumo. Desse modo, quanto menor o consumo, maior será o desemprego que este poderá causar, através do multiplicador keynesiano.

Assim, consumo e investimento (público ou privado) acabam por determinar o volume de emprego da economia. Para Keynes (1983), "Não devemos subestimar a importância do fato já assinalado anteriormente de que, enquanto o emprego é função do consumo e do investimento previstos, o consumo é, *ceteris paribus*, função da renda líquida, isto é, do investimento líquido (sendo a renda líquida igual ao consumo mais o investimento líquido)" (p.76).

Keynes defende a intervenção estatal na economia. Os gastos do governo, como componente da demanda agregada, provocam elevação da demanda, da produção e, conseqüentemente, do emprego.

É impossível falar de Keynes sem tratar do papel do governo enquanto agente ativo da economia, pois por meio da política fiscal este agente pode estimular de maneira direta a atividade econômica e o nível de emprego, reduzindo a tributação ou elevando seus gastos. E, pela mão monetária, ele pode reduzir a taxa de juros, tornando mais interessante o investimento produtivo.

Voltando ao lado fiscal, o governo tem em suas mãos o poder de direcionar gastos e redução tributária aos objetivos que pretende atingir, sendo, assim, um agente de comando no sistema, lembrando sempre que é o bem-estar generalizado que este deve buscar.

Quanto ao efeito da tecnologia sobre o nível de emprego, especificamente, não ocorre um aprofundamento na Teoria Geral de Keynes propriamente dita, mas está presente em autores de abordagem pós-keynesiana, como Kaldor e Rowthorn, porém mesmo estes não a utilizam como ponto principal de análise.

De acordo com Gilberto Tadeu Lima,

Quando a ocorrência de progresso tecnológico é considerada, inovações poupadoras de mão-de-obra afetarão a distribuição ao reduzirem os custos unitários de trabalho e, portanto, a própria participação dos salários na renda. Com isso, a trajetória do progresso tecnológico torna-se um determinante fundamental da acumulação de capital e do crescimento, seja diretamente por requerer a instalação de novos equipamentos de capital, seja indiretamente por afetar a distribuição... (LIMA, SICSÚ, e PAULA, 1999, p.191).

Todavia, a questão keynesiana não se encontra resolvida, pois a questão do aumento dos gastos não é infinita, considerando que a questão do orçamento pode, no futuro, gerar mais desemprego.

Na teoria keynesiana, o déficit público era um instrumento anticíclico, porém nunca uma situação permanente. Um déficit público prolongado por uma incapacidade de equilibrar entradas e gastos dos governos gera imediatamente uma elevação da taxa de juros, com incidência negativa sobre o consumo e o investimento – que são os componentes mais importantes da demanda efetiva (não nos referimos aqui à redistribuição negativa das entradas provenientes dos altos níveis públicos de endividamento) (GELLER, 1998, p.56).

2.2.5 Schumpeter e a inovação

Schumpeter defende a tese de que a economia tem um comportamento que pode ser dividido em ciclos. Cada ciclo se estende de 50 a 60 anos, sendo possível fazer a subdivisão em quatro fases: decolagem, prosperidade ou expansão, recessão e depressão.

As inovações tecnológicas é que transformam as relações econômicas até então existentes e aparecem em bloco. O desemprego surge com a depressão, que é o último estágio de um ciclo econômico.

A preocupação central de Schumpeter está na compreensão de como a capacidade produtiva cresce e se modifica, ou seja, na dinâmica do processo de desenvolvimento, que para ele é o ponto fundamental do sistema capitalista. Porém, do mesmo modo que a teoria keynesiana, nega o equilíbrio de pleno emprego clássico e neoclássico.

Schumpeter, diferentemente de Keynes, não procura analisar o investimento enquanto mecanismo de crescimento, mas sim enquanto mecanismo de inovação e dinâmica do sistema capitalista.

Outro aspecto fundamental na teoria schumpeteriana é a distinção entre crescimento e desenvolvimento. Crescimento é a mera acumulação dos fatores de produção, enquanto desenvolvimento é o emprego dos fatores de produção de maneira diferente, com o objetivo de obter melhores resultados.

A visão neoclássica do equilíbrio de pleno emprego seria possível, de acordo com Schumpeter, em um sistema econômico estacionário, onde permanecem as trocas simples, e em que o dinheiro exerce apenas o papel de intermediário de trocas, situação esta muito diferente da que ocorre no mundo real. Nesta economia as situações se repetem e os agentes sabem exatamente quanto produzir, e a que preço vender. Tudo passa a se basear na experiência passada – é o chamado fluxo circular –, em que as inovações são mínimas e não comprometem a manutenção do equilíbrio de pleno emprego.

Nem será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza. Por isso não suscita nenhum fenômeno qualitativamente novo, mas apenas processos de adaptação da mesma espécie que as mudanças nos dados naturais. Como desejamos dirigir nossa atenção para outros fenômenos, consideraremos tais incrementos como mudança dos dados (SCHUMPETER, 1996, p.74).

Entretanto, o sistema econômico estacionário não é condizente com a realidade do capitalismo, e é rompido com a dinâmica das inovações, que é o ponto principal da obra de Schumpeter. "Enquanto no fluxo circular habitual todo indivíduo pode agir pronta e racionalmente, porque está seguro do terreno em que pisa e se apóia na conduta ajustada a seu fluxo circular por parte de todos os outros indivíduos, que por sua vez esperam dele a atividade habitual, ele não pode simplesmente fazer isso quando se defronta com uma nova tarefa" (SCHUMPETER, 1996, p.87).

Schumpeter destaca cinco tipos básicos de inovação:

1. desenvolvimento de um novo produto, ou de uma nova qualidade (atributo) para um produto já existente;
2. desenvolvimento de um novo processo produtivo, ou de uma nova logística comercial;
3. desenvolvimento de novos mercados para bens já existentes;
4. desenvolvimento de novas fontes de matérias-primas;
5. desenvolvimento de uma nova organização industrial, visando, por exemplo, a uma posição de domínio de mercado e monopólio.

Posteriormente, na sua teoria, Schumpeter traz à tona mais uma forma de inovação, que é o estabelecimento de uma nova função de produção.

Um personagem fundamental na visão de Joseph Alois Schumpeter é o empresário, o qual é o grande responsável pela realização da inovação. Para Schumpeter, o empresário não necessariamente será o dono dos meios de produção, e na maior parte dos casos não o é, mas sim aquele que realiza a inovação. "Portanto, finalmente, os empresários são um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos..." (SCHUMPETER, 1997, p.90).

Todavia, o empresário (inovador) bem-sucedido, e tendo recorrido ao sistema financeiro para obter recursos (crédito, que também consta na teoria keynesiana), acaba, em última instância, criando empresas, e transformando-se, desta maneira, em um novo capitalista. "Assim, para Schumpeter, o que caracteriza o empresário não é o capital, mas o seu perfil psicológico, marcado pela intuição, pela cobiça e pela força de vontade para correr riscos e nadar contra a corrente. Ou seja, o perfil psicológico de um ser superior e inovador." (ALBAN, 1999, p.51).

Para Schumpeter, o surgimento de uma inovação marca o aparecimento de uma nova empresa, a qual, devido à inovação, terá uma condição de vantagem competitiva com relação às demais, e, desse modo, irá crescer rapidamente e estabelecer um novo padrão de referência, que será seguido pelas demais empresas,

sendo este, para Schumpeter, o mecanismo de desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim, a idéia inicial de Schumpeter vincula o desenvolvimento do sistema capitalista a pequenas empresas e ao empresário (empreendedor). Todavia, a eclosão de grandes corporações e trustes, fenômeno típico do século XX, causa uma revisão nos postulados schumpeterianos, que passam a contemplar também, nessas formas, a possibilidade de inovações científicas e tecnológicas.

A grande contribuição de Schumpeter no que tange ao assunto desta tese está na importância da inovação tecnológica para a dinâmica do sistema capitalista. Entretanto, no que diz respeito ao emprego (do fator trabalho), a teoria schumpeteriana não traz aprofundamento satisfatório. "O fato é que, mesmo com uma elaborada teoria do desenvolvimento a partir do progresso técnico, Schumpeter não avança satisfatoriamente na compreensão da dinâmica do nível de emprego. Sua análise, nesse ponto, é incipiente e confusa." (ALBAN, 1999, p.55).

Ao considerar a questão do emprego como mais um componente com comportamento cíclico, as inovações tecnológicas seriam as responsáveis por consolidar a depressão e, em seguida, a primeira fase do novo ciclo, que seria a retomada ou a decolagem. Os empresários e as empresas é que teriam um papel fundamental nessa retomada.

2.2.6 O pleno emprego e a visão neoclássica

Neste subtópico discute-se não um autor isoladamente, mas são condensadas, de maneira conjunta, as principais idéias desta corrente do pensamento no que tange ao tema.

Inicialmente cabe uma caracterização do que se entende como sendo Teoria Neoclássica. Keynes, em sua obra, empregava o termo "clássicos" para se referir a todos os economistas que trabalhavam a questão macroeconômica antes de 1936, data da publicação da Teoria Geral de Keynes. Contudo, contemporaneamente, convencionou-se dividir o que Keynes chamava de economistas clássicos em Escola

Clássica e Escola Neoclássica. A primeira contempla os trabalhos de Adam Smith (*A Riqueza das Nações*, 1776), David Ricardo (*Princípios de Economia Política*, 1817), John Stuart Mill (*Princípios de Economia Política*, 1848), entre outros autores contemporâneos. A Escola Neoclássica tem como alguns de seus representantes mais proeminentes os autores: Alfred Marshall (*Princípios de Economia*, 1920), A. C. Pigou (*A Teoria do Desemprego*, 1933) e Leon Walras (*A Teoria da Riqueza Social*, 1847). A distinção entre as duas escolas é tênue, sendo que os ensinamentos repousam no mesmo ponto de vista da realidade econômica. A diferença passa por uma mais acurada elaboração científica dos enunciados, com a utilização de gráficos e um arcabouço matemático mais elaborado, principalmente no campo microeconômico.

Para os neoclássicos, o nível dos salários é dado pelo ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho. Os diferentes níveis de salário são dados em função da oferta e demanda de trabalho, inexistindo um preço natural conforme defendido pelos clássicos. Na teoria neoclássica surge a concepção da substituição entre os fatores de produção e o princípio marginalista.

A oferta da força de trabalho na economia neoclássica é dada pela desutilidade marginal do trabalho. Isto é, os trabalhadores aceitam trabalhar até o ponto em que um acréscimo de trabalho, seja de carga horária, seja de alteração no tipo de serviço, não lhes cause uma insatisfação superior ao retorno proporcionado pela elevação em seus salários. Em suma, o trabalhador aceita trabalhar mais, produzir mais, desde que o adicional de salário lhe traga maior satisfação.

Já a demanda pela força de trabalho é determinada pela produtividade marginal do trabalho. As empresas empregam até o ponto em que a produção gerada pelo montante adicional de trabalho não se torne inferior ao custo para a empresa. Isto é, reduzindo-se os salários, cresce a demanda pela força de trabalho.

De acordo com Amadeo e Estevão (1994, p.14), o paradigma neoclássico parte de quatro pressupostos básicos iniciais:

- 1) as firmas são maximizadoras de lucro;
- 2) as firmas trabalham com uma tecnologia que apresente rendimentos marginais decrescentes;
- 3) a oferta de trabalho mantém uma relação crescente com o salário real, gerado através de um processo de maximização de utilidade dos trabalhadores a partir do qual escolhem a quantidade de trabalho (e, por conseguinte, de renda e de consumo) e de lazer que lhes fornecerá maior nível de bem-estar possível;
- 4) o nível de demanda agregada nominal é dado exogenamente.

Dadas as hipóteses, salvo mau funcionamento do mercado, não haveria desemprego na economia.

Para a escola neoclássica a demanda por mão-de-obra é condicionada pela produtividade marginal da mão-de-obra e pelo salário real pago aos trabalhadores, ou seja, pela própria relação custo-benefício de se contratar mais um trabalhador. Por outro lado, a oferta de mão-de-obra é determinada pelo tempo de trabalho e sua relação com o salário real recebido, ou seja, pela análise custo-benefício de se empregar, considerando o ganho salarial, e a renúncia de tempo para outras atividades.

As leis econômicas são enunciados referentes às tendências das ações dos homens sob certas condições. Essas leis não são hipotéticas senão no mesmo sentido em que o são as leis das ciências físicas: pois que estas também contêm ou pressupõem certas condições, é muito mais perigoso deixar de fazê-lo em Economia do que em Física. As leis da ação humana não são, de fato, tão simples, bem definidas, nem tão claramente constatáveis como a lei da gravitação; mas muitas dentre elas podem equiparar-se às leis das ciências naturais que se ocupam de matérias complexas (MARSHALL, 1996, p.105).

No caso clássico, o desemprego é consequência de um custo excessivo do trabalho enfrentado pelas empresas e, como no caso precedente, a oferta no mercado de trabalho excede a demanda. Mas, diversamente da situação de desemprego keynesiano, o problema aqui é que, face à pressão dos custos

enfrentada pelas empresas, o programa de maximização de lucros leva-as a restringir a quantidade oferecida e, portanto, para alcançar o pleno emprego seria preciso uma política que possibilitasse o aumento de rentabilidade das empresas.

Tanto na Escola Clássica como na Neoclássica o nível de renda normal, ou de equilíbrio, é o de pleno emprego. Caso em determinada situação a economia não se encontre em pleno emprego, é porque existem forças externas impedindo que isto ocorra. Todavia, a "mão invisível" e as forças naturais do mercado levariam a economia ao pleno emprego. "Subjacente a essa teoria está a Lei de Say, assegurando que a oferta gera sua própria procura e garantindo, assim, o melhor dos mundos....". (CARDOSO e GUEDES, 1998, p.34).

Um ponto central das abordagens clássica e neoclássica é a função de produção agregada. Esta função de produção baseada na tecnologia das firmas individuais é uma relação entre os níveis da produção e os níveis de insumos.

$$Y = f(K, N)$$

Onde:

Y - produção total;

K - estoque de capital (planta e equipamentos);

N - quantidade de mão-de-obra empregada.

Algumas suposições da escola neoclássica devem ser observadas, como a de que a mão-de-obra é homogênea, e a tecnologia e a população são consideradas constantes em dado período de tempo.

No curto prazo, a produção varia unicamente com as alterações na utilização de mão-de-obra (N), oriunda de uma população, que é fixa, de acordo com os pressupostos neoclássicos.

A Lei dos Rendimentos Decrescentes, um dos principais sustentáculos da Teoria Neoclássica, prega que, utilizando pelo menos um determinado fator de produção fixo, e acrescentando doses adicionais de pelo menos um fator de produção variável, o produto total inicialmente cresce a taxas crescentes. A partir de

um determinado ponto, em que passa a existir a plena utilização do fator de produção fixo, o produto total passa a crescer a taxas decrescentes, podendo, caso permaneça o acréscimo na utilização do fator de produção variável, defronta-se com um ponto de estrangulamento, como consequência da exaustão do fator de produção fixo, fazendo com que o produto total venha a decrescer. A figura a seguir traz a representação da Lei dos Rendimentos Decrescentes:

FIGURA 1 - LEI DOS RENDIMENTOS DECRESCENTES

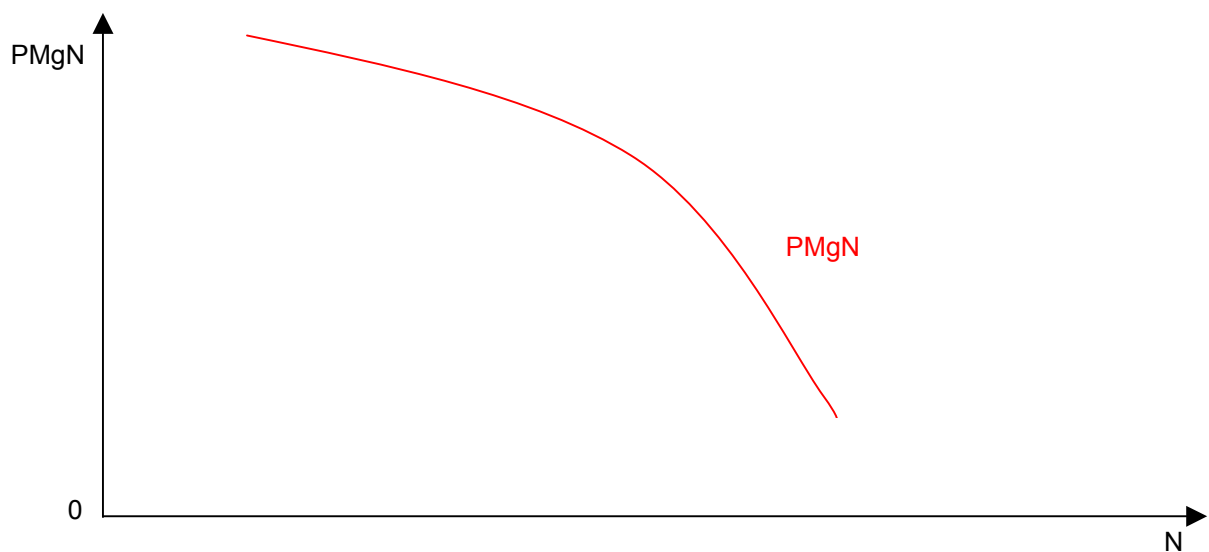


FONTE: O autor

A partir dos rendimentos decrescentes, o empresário não deixará de contratar trabalhadores até o ponto em que o acréscimo à receita, decorrente da contratação de mais um trabalhador, seja superior ao acréscimo trazido aos custos, representado pelo salário deste trabalhador. De forma semelhante, o empresário não irá contratar mais trabalhadores caso o custo representado por este venha a ser superior à receita resultante do acréscimo à produção trazida por este trabalhador. Desse modo, a demanda por mão-de-obra se dará no ponto onde o produto marginal do trabalho se torna igual aos salários.

Para a Teoria Neoclássica, como consequência da Lei dos Rendimentos Decrescentes, o Produto Marginal do Fator de Produção Variável (figura 2), no caso o trabalho, é decrescente, ou seja, considerando o capital constante, cada dose adicional do fator trabalho faz com que o produto total cresça a taxas decrescentes.

FIGURA 2 - PRODUTO MARGINAL DO TRABALHO



FONTE: O autor

Na teoria neoclássica as variáveis são costumeiramente determinadas pelo equilíbrio de mercado de forças que as explicam. Por exemplo, a taxa de juros é determinada pelo equilíbrio entre poupança e investimento, e os preços são determinados pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda do produto. Desse modo, também a quantidade de mão-de-obra empregada e o nível de salário são determinados pela oferta e demanda de mão-de-obra no mercado de trabalho.

Uma característica peculiar da teoria neoclássica é a suposição de que o mercado funciona apropriadamente. As firmas e os trabalhadores individuais escolhem e agem de forma ótima. Todos são perfeitamente informados sobre os preços relevantes. Não há obstáculos aos ajustes dos salários nominais, e o mercado se equilibra automaticamente.

Na teoria neoclássica, a demanda por mão-de-obra é consequência da busca pela maximização dos lucros por parte das empresas. A firma perfeitamente competitiva aumentará a produção até o ponto em que o custo marginal de produção seja igual à receita marginal recebida por sua venda, resultado este em que a firma maximiza os seus lucros.

A receita marginal é determinada pelo próprio preço do produto, pois o que será adicionado à sua receita por cada venda efetuada é o próprio preço do produto vendido.

Quanto ao custo marginal, considera-se que apenas a utilização do trabalho é variável, e, portanto, o custo marginal de cada unidade adicional de produção é o custo marginal do trabalho. Tendo em vista que o custo marginal é resultante da variação do custo total por unidade utilizada do fator variável, tem-se que o custo marginal é o próprio salário dividido pelo produto marginal. O custo marginal do trabalho é igual ao salário monetário dividido pelo número de unidades produzidas por unidade adicional de mão-de-obra. Definem-se quantidades produzidas por unidade adicional de mão-de-obra empregada como o produto marginal do trabalho (PMgN). Assim, o custo marginal da firma (CMg) é igual ao salário monetário ou nominal (W) dividido pelo produto marginal do trabalho.

$$CMg = W / PMgN$$

A condição para maximização do lucro é:

$$RMg = CMg$$

ou:

$$P = CMg = W / PMgN$$

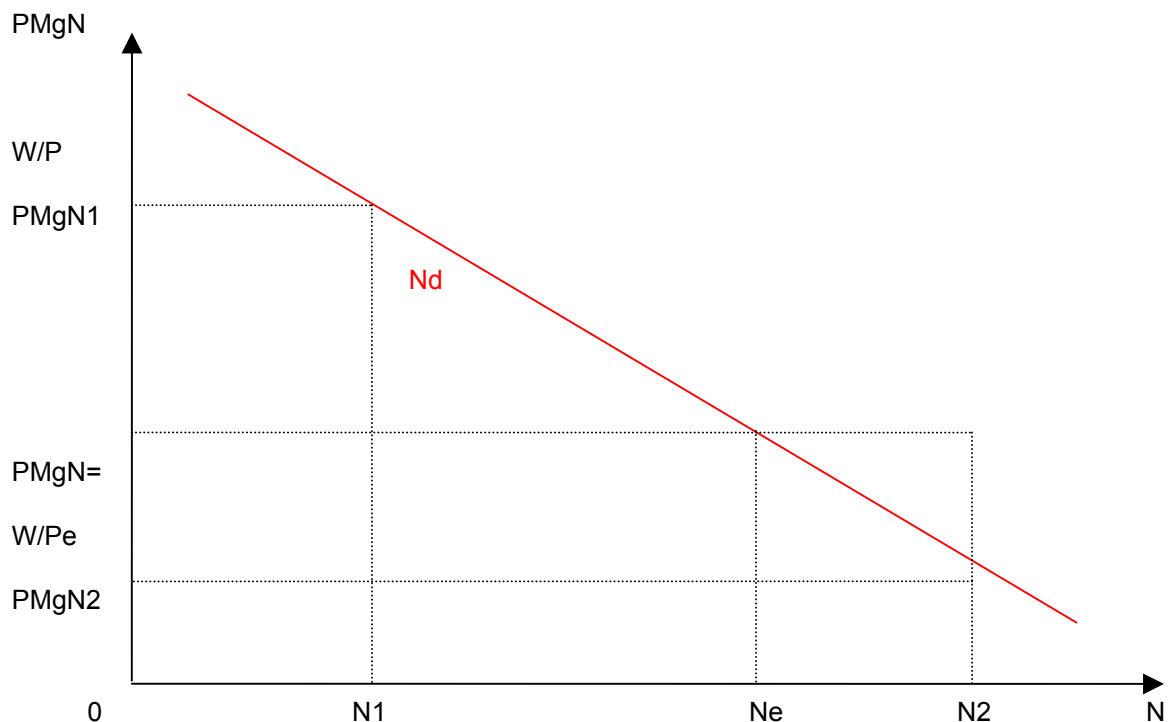
podendo ser escrita como:

$$W/P = PMgN$$

Dessa forma, a condição para a maximização do lucro é que o salário real (W/P) pago pela firma seja igual ao produto marginal do trabalho.

A partir dessa condição pode-se observar que, traçada contra o salário real, a demanda da firma por horas de trabalho é o produto marginal da hora de trabalho, como mostra a figura 3.

FIGURA 3 - FUNÇÃO DEMANDA POR MÃO-DE-OBRA



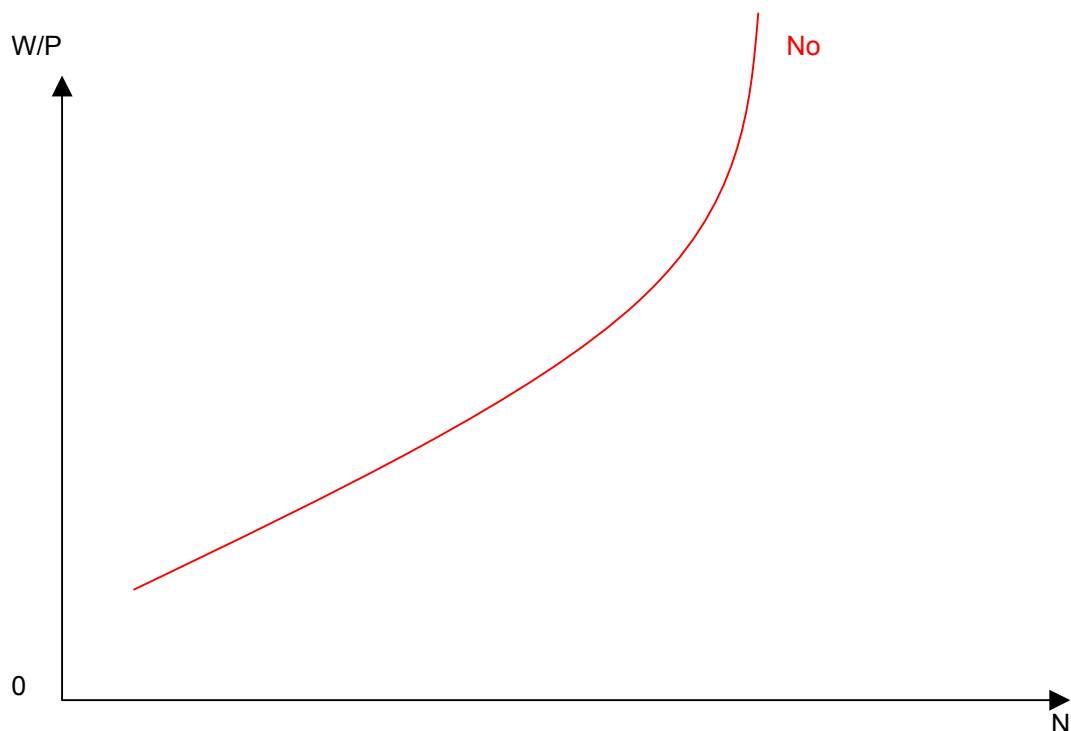
FONTE: O autor

Considerando o nível real de salário igual a W/Pe , o nível de emprego que maximiza o lucro da empresa é Ne . Em $N1$ o Produto Marginal do Trabalho supera o salário real, o que faz com que compense a contratação de mais trabalhadores, pois o lucro da empresa estaria aumentando. Em $N2$ o nível de salário real supera o $PMgN$, o que faria com que ocorresse uma redução dos lucros da firma, levando as empresas a demitirem até Ne . Assim, a função do Produto Marginal do Trabalho é igual à demanda por mão-de-obra, relacionada ao salário real.

O fornecimento da mão-de-obra é realizado pelos trabalhadores individuais. Os economistas neoclássicos assumiam que o indivíduo tende a maximizar a utilidade (ou satisfação). O nível de utilidade depende positivamente tanto da renda real – que proporciona ao indivíduo poder de compra dos bens e serviços – quanto do lazer, conforme mostra a figura 4.

Em linguagem técnica, isso pode ser chamado a desutilidade marginal (*marginal disutility*) do trabalho. Porque tal como a utilidade marginal cai a cada aumento da quantidade de uma mercadoria; e como a cada perda da sua desejabilidade, há uma baixa no preço para o total da mercadoria, e não apenas para a sua última porção; assim a desutilidade marginal do trabalho geralmente aumenta a cada aumento em sua quantidade (MARSHALL, 1996, p.205).

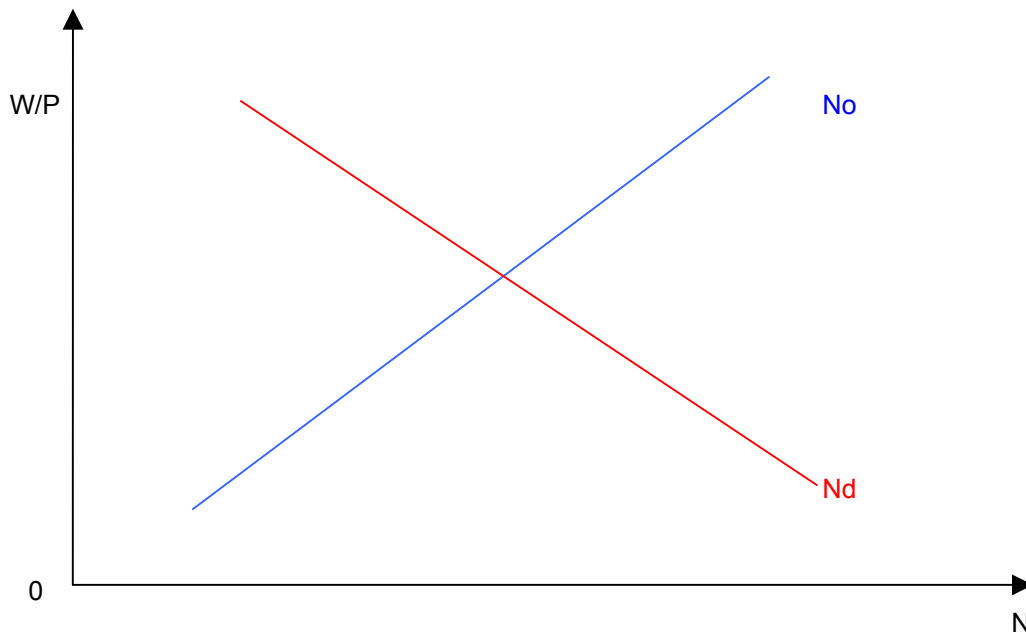
FIGURA 4 - FUNÇÃO OFERTA DE MÃO-DE-OBRA



FONTE: O autor

As relações em conjunto determinam o produto, o emprego e o salário real no sistema neoclássico. Produto, emprego e salário real são tidos como variáveis endógenas. Na figura a seguir observa-se o equilíbrio no mercado de trabalho por meio da conjunção da oferta e da demanda de trabalho.

FIGURA 5 - EQUILÍBRIO NO MERCADO DE TRABALHO



FONTE: O autor

Dentre as variáveis exógenas figura a mudança tecnológica, que altera a quantidade de produtos obtível a partir de quantidades fixas de insumos. A posição da curva de demanda por trabalho será deslocada se a produtividade do trabalho mudar em virtude de uma mudança tecnológica ou de formação de capital. Outra variável exógena é o crescimento populacional, só que esta irá deslocar a função oferta de mão-de-obra. Voltando à questão da tecnologia, fica evidenciado que, de acordo com a Teoria Neoclássica, dadas as condições de mercado, um aumento do patamar tecnológico fará crescer a produtividade marginal do trabalho e, como consequência, a demanda por mão-de-obra.

2.3 A Escola Humanista de Administração

Após a verificação da contribuição de economistas, torna-se importante uma verificação a respeito da contribuição da Escola Humanista da Administração, pois, dentre as diversas teorias da administração, a Escola Humanista é a que mais se aproxima do tema em discussão ao longo desta tese.

Os enfoques técnicos de inúmeras Teorias da Administração terminam por deixar em segundo plano as questões relativas ao ser humano, ou seja, os interesses e sentimentos das pessoas que trabalham nas organizações, as quais, na realidade, constroem a organização. Até o início do século vinte o enfoque técnico dominou a teoria e a prática da administração. A preocupação com o fator humano era praticamente inexistente. Como herança da escravidão, o trabalhador era visto como peça de reposição, sendo, portanto, facilmente substituível.

O início da Escola Humanista ocorre entre a primeira e a segunda década do século vinte. Com a crescente industrialização começou a ficar nítido que a ênfase apenas na eficiência das tarefas e no processo produtivo não era suficiente para garantir a produtividade e o desempenho das organizações.

De acordo com Maximiano (1997), o inglês Oliver Sheldon, em 1923, interpretava que a empresa não era composta apenas de máquinas e processos técnicos, mas sim de seres humanos. Sheldon propôs as seguintes regras para tratar os empregados:

- Os trabalhadores deveriam ajudar a organizar seu ambiente de trabalho.
- Deveriam dispor de meios para alcançar um padrão respeitável de vida.
- Deveriam dispor de **tempo apropriado** para o autodesenvolvimento.
- Deveriam ficar **protegidos do desemprego involuntário**.
- Deveriam participar dos lucros de acordo com sua contribuição.
- Nas relações entre mão-de-obra e empregados, deveria predominar o espírito da igualdade.

A partir de idéias como estas, a questão do ser humano e o sistema social começou a ganhar reconhecimento dentro da administração, podendo ser destacados dois objetivos do enfoque comportamental:

1. Compreender o sistema social ou organização informal.
2. Compreender as pessoas como indivíduos e as características que as tornam diferentes umas das outras.

Marco fundamental dentro da escola humanista é o chamado experimento de Hawthorne, que revelou a importância do grupo sobre o desempenho dos indivíduos e deu a partida para os estudos sistemáticos sobre a organização informal. A realização do experimento ocorreu no período de 1927 a 1933 e foi decorrente de um estudo do Professor Elton Mayo, de Harvard. Pode ser dito que, como consequência do estudo, surgiu a escola das relações humanas no trabalho, demonstrando que um dos fatores mais importantes para o desempenho individual são as relações humanas. Embora atualmente isto possa parecer óbvio, ainda não faz parte da pauta das empresas, tendo sido considerado, na época, uma revolução.

A cristalização do estudo de Elton Mayo ocorre com a publicação do livro *The Human Problems of an Industrial Civilization*, em 1933, em que se ressalta a idéia de que o desempenho das pessoas depende muito dos fatores emocionais e comportamentais. A fábrica, além de um sistema produtivo e econômico, deveria ser vista também como um sistema social.

De acordo com Maximiano (1997), assim podem ser agrupadas as conclusões de Mayo:

1. Efeito Hawthorner: a qualidade do tratamento dispensado pela gerência aos trabalhadores influencia fortemente seu desempenho. O nome Hawthorner vem do experimento realizado por Mayo.
2. Lealdade ao Grupo: o efeito Hawthorner pode não funcionar em todos os casos, pois os sistemas sociais formados pelos grupos determinam o resultado do indivíduo. Assim, este pode ser mais leal ao grupo do que à administração.

3. Esforço Coletivo: a administração deve entender o comportamento dos grupos e fortalecer as relações com eles, ao invés de tratar os indivíduos como seres isolados.
4. Conceito de Autoridade: as funções gerenciais intermediárias não devem exercer o papel de controle, mas sim de intermediários entre a administração superior e os grupos de trabalho.

Desse modo, o foco central da preocupação da escola humanista é o comportamento coletivo das organizações, o entendimento e administração dos indivíduos como integrantes de grupos de trabalho. É importante perceber que as proposições de Mayo alteraram as concepções das escolas que as antecederam com os modelos de Ford e Taylor, todavia vieram ao seu encontro buscando alterar as atitudes administradoras em relação aos trabalhadores. Este deixou de ser visto como peças de máquinas ou seres estritamente profissionais, como nas visões de Taylor e Weber.

Para o enfoque comportamental trazido com a escola das relações humanas, a empresa deve ser vista como um sistema social, formado por pessoas, sentimentos, interesses e motivações.

Segundo a visão humanista da administração, pode-se destacar a Teoria das Necessidades, a qual estabelece que as pessoas são motivadas essencialmente pelas necessidades humanas. Assim, as recompensas têm o seu valor pela capacidade de atender às necessidades.

O psicólogo Abraham Maslow construiu uma pirâmide em que descreve uma escala de necessidades humanas, a qual é dividida em cinco grupos:

1. Necessidades fisiológicas ou básicas: são aquelas ligadas às necessidades orgânicas, como alimento, abrigo (proteção contra a natureza), repouso, entre outras.
2. Necessidades de segurança: trata-se da proteção contra ameaças, inclusive **a ameaça de perda do emprego.**

3. Necessidades sociais: está vinculada à idéia de aceitação dentro do grupo e da sociedade, de amizade, de afeto.
4. Necessidades de estima: trata-se da necessidade de auto-estima e de estima por parte de outros.
5. Necessidades de auto-realização: diz respeito ao sentimento próprio de busca e autoconhecimento, à necessidade de utilizar o potencial de aptidões e habilidades, autodesenvolvimento e realização pessoal.

Pode-se considerar que a visão da motivação a respeito das necessidades e o caminho para a realização pessoal podem ter uma conotação extremamente otimista, pois crê que as pessoas tendem a progredir ao longo da realização de suas necessidades.

De acordo com Maximiano (1997), Herzberg, diferentemente de Maslow, divide o estímulo e a motivação segundo fatores que podem ser classificados em duas categorias principais:

1. Fatores motivacionais ou intrínsecos, relacionados ao próprio trabalho
 - Conteúdo do trabalho em si (natureza das tarefas e sua sintonia com os interesses e qualificações da pessoa)
 - Sentido de realização de algo importante
 - Exercício da responsabilidade
 - Possibilidade de crescimento
 - Orgulho e sentimento de prestígio decorrente da profissão
2. Fatores extrínsecos ou higiênicos, relacionados às condições de trabalho
 - Estilo de supervisão do chefe
 - Relações pessoais com os colegas
 - Salário
 - Políticas de administração de pessoal
 - Condições físicas e segurança do trabalho

A pesquisa realizada por Herzberg apontou que os trabalhadores mostravam-se satisfeitos com os fatores motivacionais, porém insatisfeitos com os fatores higiênicos, ou seja, as pessoas gostam do que fazem, quando desempenham tarefas que correspondem a sua capacidade ou objetivos, contudo o ambiente de trabalho pode atrapalhar, caso seja deficiente.

As teorias de Maslow e Herzberg, colocadas em um mesmo plano, podem ser interpretadas considerando que os fatores motivacionais atendem às necessidades que estão no topo da hierarquia das necessidades, enquanto os fatores higiênicos suprem aquelas que estão na base da pirâmide.

Pode-se afirmar que ações de incentivo aos trabalhadores, como assistência médica, apoio à educação, redução da jornada de trabalho, entre outras, tendem a estimular os fatores higiênicos, isto é, do topo da pirâmide de Maslow e, com isto, aumentar a motivação e provavelmente a produtividade, ao menos da parcela desta vinculada ao desempenho do trabalhador. Assim, a princípio, de acordo com a Escola Humanista da Administração, ações como a redução da jornada de trabalho são recomendáveis e podem vir a contribuir para o aumento da produtividade do trabalhador.

2.4 A Relação de Emprego e o Sistema Capitalista de Produção

Ao longo deste subcapítulo pretende-se apresentar o trabalho humano, no período pós-surgimento do sistema capitalista de produção, em que, entre outras características, ele se manifesta sobretudo através da transformação de escravos e artesãos em homens livres, em que estes não mais são possuidores dos meios de produção, estabelecendo-se então a relação de emprego.

O trabalhador, nesta fase, vende sua força de trabalho ao capitalista, que, por sua vez, se apropria desta para realizar a produção.

2.4.1 Capitalismo e Revolução Industrial

A análise desta tese a respeito da relação do homem com o trabalho e com a tecnologia tem como ponto de partida o surgimento do capitalismo e da sociedade centrada no mercado, que surgem como reflexo da própria revolução industrial. "Um mercado de trabalho competitivo só foi estabelecido na Inglaterra após 1834; assim, não se pode dizer que o capitalismo industrial, como sistema social, tenha existido antes desta data..." (POLANYI, 2000, p.106).

Polanyi vê, no processo de eclosão da revolução industrial, a formação de base e de moldes, assim como as transformações necessárias para o surgimento de uma economia de mercado. A revolução industrial representou o início de mudanças extremas e radicais, e que passam por modificações no homem e na natureza, fazendo com que tudo venha a se resumir no mercado, pautando-se pela visão de que todos os problemas econômicos poderiam ser resolvidos com uma quantidade ilimitada de bens materiais.

Mas como pode essa mesma Revolução ser definida? Qual foi sua característica básica? Será que foi o aparecimento de cidades fabris, a emergência das favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixos salários de certas categorias de trabalhadores, o aumento da taxa populacional ou a concentração das indústrias? Imaginamos que todos esses elementos foram apenas incidentes em relação a uma mudança básica, o estabelecimento da economia de mercado, e que a natureza dessa instituição não pode ser inteiramente aprendida até que se compreenda o impacto da máquina numa sociedade comercial. Não pretendemos afirmar que foi a máquina que causou esta mudança, mas insistimos que quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a serem usados para a produção numa sociedade comercial, começou a tomar corpo a idéia de um mercado auto-regulável (POLANYI, 2000, p.59).

Portanto, uma das principais transformações observadas com o advento da sociedade baseada no mercado é que a indústria não compra apenas mercadorias e matérias-primas a serem transformadas, mas também trabalho – natureza e homem.

Na verdade, a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias, passíveis de ser negociadas no mercado.

Considera-se uma economia de mercado aquela na qual a economia e o sistema organizacional são dirigidos exclusivamente pelos preços do mercado. É a chamada sociedade auto-regulável, e que, a partir do mecanismo de preços, é capaz de organizar a totalidade da vida econômica.

Com a centralização da economia em torno do mercado, é importante observar que tanto o trabalho, como a terra e o dinheiro passam a ser elementos essenciais da indústria. Assim, eles também devem ser organizados em mercados, e estes mercados passam a constituir elementos vitais para o sistema econômico.

Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada (...). A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia (POLANYI, 2000, p.94).

Entretanto, apesar de só poderem ser vistos como mercadoria de maneira fictícia, a idéia de serem assim produzidos tornou-se princípio organizador da sociedade. Assim, o trabalho, embora não pudesse ser transformado em mercadoria real, pois não era produzido para a venda no mercado, também teve que se transformar em mercadoria para manter a produção em andamento. Todavia, esta foi uma exigência da indústria, que fez com que, apesar de não sê-lo, o trabalho fosse organizado em mercado e disponível à venda como uma mercadoria.

Nas palavras de Polanyi:

Quanto mais complicada se tornou a produção industrial mais numerosos passaram a ser os elementos de indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial esse fornecimento só podia ser organizado de uma forma: tornando-os

disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado – em outras palavras como mercadorias. A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria – trabalho, terra e dinheiro – foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial. Esses elementos da indústria tinham que estar à venda (POLANYI, 2000, p.97).

Dentre os elementos "transformados" em mercadoria, sejam eles trabalho, terra ou dinheiro, o trabalho destaca-se mais intensamente em termos de transformação, pois quando se modifica a organização do trabalho modificam-se também as formas de vida de um povo e, assim, da organização da própria sociedade. Sob esta ótica, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico, havendo, desse modo, uma reclassificação dos valores.

A produção é a atuação do homem sobre a natureza, e a partir do momento em que este se organiza através de um mecanismo auto-regulador, o homem tem de se sujeitar à oferta e à procura, passando a ser tratado como mercadoria.

O que o trabalhador vende e o que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo. Esta incapacidade de comprar trabalho, que é uma função física e mental inalienável, e a necessidade de comprar a força para executá-lo é tão repleto de consequências para todo o modo capitalista de produção que deve ser estudada mais de perto (BRAVERMAN, 1987, p.56).

Os pontos principais da transição do feudalismo para o capitalismo são marcados por modificações estruturais na sociedade e na economia, em decorrência do próprio desenvolvimento artesanal e comercial.

O mercantilismo,¹³ com a crescente participação dos estados monarquistas na economia, começa a dar sustentação ao que posteriormente irá eclodir com a revolução industrial e o capitalismo.

¹³Doutrina Econômica que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial (século XVI-XVIII), marcado pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais. Defende o acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado por meio de um comércio exterior de caráter protecionista.

Primeiro os aprendizes e auxiliares, depois os próprios mestres, passam a perder a propriedade dos meios de produção e a própria identificação com o processo produtivo para se tornarem empregados.

Assim, com o início da revolução industrial aprofunda-se o processo de assalariamento e emprego, e a própria intensificação da distinção entre as classes dos capitalistas e dos trabalhadores.

O trabalhador passa a vender sua força de trabalho ao capitalista por meio da relação de emprego, iniciando-se uma transição das Guildas¹⁴, atelieres, manufaturas, para a fábrica.

O principal fato que vincula a revolução industrial ao capitalismo é que, com o surgimento das fábricas, muda, para o homem, o objetivo da sua produção. Até o feudalismo o homem produzia visando sobretudo às trocas, para, através desta, obter os bens necessários para a própria sobrevivência, ou seja, produzia-se para vender, vendia-se para comprar, e comprava-se para sobreviver. Com o surgimento das fábricas, surge uma atmosfera psicológica típica do capitalismo, em que o objetivo deixa de ser a própria sobrevivência e passa a ser o lucro e a riqueza.

Alban (1999) cita a divisão do trabalho de Adam Smith como mais um elemento constitutivo de revolução industrial e do surgimento do sistema de mercado.

Em outras palavras, em *A Riqueza das Nações* a divisão do trabalho que interessa é aquela que se dá internamente aos processos produtivos. Para Smith, essa evolução da divisão do trabalho se dará através do surgimento da sociedade capitalista, a que ele chamará de comercial, e que se processará com o desenvolvimento do dinheiro. Com o dinheiro, algumas pessoas adquirem a capacidade de poupar parte dos frutos de seu trabalho e, com essa parte, transformada em capital, podem comprar o trabalho de outras pessoas. Com o trabalho de outras, as primeiras pessoas, transformadas em capitalistas, movidas egoisticamente por seus interesses próprios, avançam a divisão e a mecanização do trabalho, ampliando seus lucros (ALBAN, 1999, p.91).

¹⁴Associação profissional de comerciantes ou artesãos da Idade Média.

Outro ponto a ser levado em conta é que, no sistema feudal, a produção e o comércio eram intimamente ligados. Com o surgimento das fábricas as atividades de produção e comércio sofrem uma separação. A fábrica ou indústria realiza a produção e o insipiente setor terciário torna-se o responsável pela sua comercialização. Este fenômeno tem início já no feudalismo, porém é significativamente intensificado com o capitalismo. Nesse quadro, o negociante e o fabricante tornam-se distintos. A manufatura, que consistia em uma simples reunião comercial de múltiplos ateliês familiares, transforma-se em uma fábrica que emprega trabalhadores assalariados.

Com as fábricas amplia-se a divisão do trabalho, e o trabalhador, além de perder a propriedade dos meios de produção, perde também o entendimento do todo, ou do conjunto do trabalho. Na setorização das fábricas o trabalhador perde, inclusive, a noção do produto a ser fabricado. O trabalho torna-se cada vez mais rotineiro e irreflexivo, à medida que o trabalhador passa a executar tarefas parcelares, limita-se à execução e é impedido de visualizar o trabalho ou o produto em seu conjunto. Este processo acabará por se intensificar com a segmentação da cadeia produtiva em várias empresas, e com a realocação dos trabalhadores das empresas do topo da pirâmide produtiva para as empresas que compõem a base.

Com o trabalho parcelado, o indivíduo perde a noção do todo, não vê o produto acabado, não se sente mais responsável pelo seu trabalho, nem se orgulha dele. O trabalho, assim, com a eliminação da criatividade para grande parte dos indivíduos, torna-se degradado. Ocorre uma alteração radical do caráter do trabalho, que o tornou um processo singularmente desinteressante e sem significado, obrigando os homens a uma disciplina enervante e embrutecedora, voltada apenas ao aumento da produtividade.

De acordo com Braverman,

Nesse microcosmos há uma ilustração da regra de que a classe trabalhadora está progressivamente submetida ao modo capitalista de produção, e às forças sucessivas que ele assume, apenas à medida que o modo capitalista de produção conquista e destrói todas as demais formas de organização do trabalho, e com elas todas as

alternativas para a população trabalhadora. À medida que Ford, pela vantagem concorrencial que adquiria, forçava a linha de montagem ao restante da indústria automobilística, no mesmo grau os trabalhadores eram obrigados a submeter-se a ela pelo desaparecimento de outras formas de trabalho naquela indústria (BRAVERMAN, 1987, p.132).

Atualmente, além do provimento da subsistência, é mister fazer com que o trabalho satisfaça as necessidades psicológicas do homem. Como será visto adiante, o homem trabalhador, que vende sua força de trabalho, passa a ser um detentor de emprego.

Nos dois próximos subtópicos procura-se caracterizar a revolução industrial em duas etapas distintas, guardando, cada uma, suas peculiaridades.

2.4.1.1 A Primeira Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII)

Além do trabalho assalariado, merecem ser citadas algumas outras características típicas da primeira revolução industrial. Segue-se um comentário sobre elas.

A Divisão do Trabalho

A célebre divisão do trabalho de Adam Smith, já comentada ao longo deste trabalho, ilustrada pela fábrica de alfinetes, marca uma das primeiras características da primeira revolução industrial, em que o trabalhador perde o contato direto com o produto final do processo, aumentando, entretanto, a eficiência do processo produtivo.

A divisão do trabalho aliena aqueles que vendem sua força de trabalho ao capitalista, uma vez que os trabalhadores perdem sua relação com o todo. Todavia, é a divisão do trabalho que permite o aumento da eficiência do trabalhador (ou da produtividade) e a mecanização, que conduzem à elevação dos lucros e ao acúmulo de capital, permitindo o triunfo da economia de mercado.

A Mecanização a Vapor

Apesar de terem sido inúmeros os condicionantes da revolução industrial, como o trabalho assalariado, a mudança no conceito de riqueza, a ascensão da burguesia e a própria divisão do trabalho, a mecanização é a maior característica desse período.

Alban tece um comentário a respeito:

Embora as primeiras máquinas a vapor fossem extremamente ineficientes do ponto de vista térmico, elas possibilitavam, pela primeira vez na história, o acesso a uma imensa fonte de energia motora, completamente administrável, e livre dos caprichos da natureza. Com as máquinas a vapor, as fábricas romperam os limites físicos da força humana e animal, ao mesmo tempo em que se livraram das enormes restrições, locais e sazonais, provenientes da energia eólica e hidráulica. Com a nova energia motora, enfim, a mecanização pôde avançar com grande liberdade em quase todos os setores da economia (ALBAN, 1999, p.97).

A mecanização, da mesma forma que a divisão do trabalho, corroborou para o aumento da produtividade. Todavia, o insumo limitado não era a oferta de mão-de-obra, mas sim a disponibilidade de insumos energéticos limitados pelo paradigma tecnológico.

Desse modo, não se percebem alterações profundas na relação entre o trabalho e a tecnologia. Contudo, as estruturas se tornam maiores e, para evitar perdas de controle (erros) pela atividade humana, estas tornam-se mais fracionadas e com maior especificação do trabalhador.

A redução de controles, em termos absolutos, consiste basicamente no desenvolvimento de máquinas e equipamentos menos universais e mais dedicados a uma só função. Em outras palavras, promove-se uma redução nos graus de liberdade dos equipamentos, que se tornam gradativamente, com o avanço da própria mecanização, mais rápidos e automatizados. Dá-se início, assim, à conhecida automação rígida, em que se associa uma redução do trabalho

necessário a uma perda da flexibilidade das máquinas, bem como dos sistemas produtivos como um todo.

O Desenvolvimento Industrial

O desenvolvimento industrial se processou de maneira bastante lenta, e foi consequência da necessidade de ampliação dos mercados. Tendo em vista que os salários e a própria renda *per capita* eram relativamente baixos, e que as inovações do produto ainda eram limitadas pelo padrão tecnológico adotado, a solução para o aumento da competitividade só poderia ocorrer mediante ganhos de escala e ampliação das estruturas organizacionais.

2.4.1.2 A Segunda Revolução Industrial (últimas décadas do século XIX)

Contemplando as características inerentes à primeira revolução industrial, a segunda revolução apresenta, ainda, algumas particularidades, a saber:

A Ferrovia e o Telégrafo

O sistema de transportes, ampliado pelas ferrovias, e o de comunicação, incrementado pelo telégrafo, ampliam as possibilidades de investimento, que, mesmo se defrontando, conforme motivo já apresentado, com uma demanda relativamente inelástica, possibilita a existência de plantas maiores e maiores ganhos de escala, resultando em maior competitividade.

O Advento da Grande Empresa

O advento das grandes empresas é decorrente da integração vertical, que surge como consequência da flexibilização dos custos fixos que vinham crescendo juntamente com o aumento das estruturas organizacionais e que, portanto, para serem viáveis, necessitam de um fluxo contínuo de produção. "...era necessário

assegurar um elevado e confiável fluxo de matérias-primas, que muitas vezes se constituía em bens intermediários de outra empresa." (ALBAN, 1999, p.113).

A Profissionalização da Gestão Empresarial e os Novos Cargos Administrativos (1870-1890, EUA)

A maior integração vertical passa a exigir maior eficiência no controle e na gestão e constituição de uma complexa estrutura administrativa. Esta estrutura será resultado não só de administradores, mas também de uma gama de profissionais como engenheiros, vendedores, programadores, psicólogos, secretárias, gerentes e outras categorias funcionais, demandando, ainda, gastos com Pesquisa e Desenvolvimento e Marketing.

A Eletrificação da Sociedade (1880, EUA)

A energia elétrica possibilita uma reconfiguração dos sistemas produtivos. Alban (1999) atribui a ela um grau de importância tão grande para a segunda revolução industrial quanto o vapor tinha para a primeira.

Os impactos da eletrificação e da domesticação das máquinas não se resumem a aspectos meramente positivos da economia. Máquinas e motores menores, acionados em qualquer ponto ou lugar pela energia elétrica, possibilitaram a obtenção de expressivos ganhos de produtividade independentemente da adoção de escalas estanques crescentes. Isto é, sem a rigidez do acionamento mecânico, as fábricas tornaram-se capacitadas a ampliar a produção e a produtividade a partir de pequenos investimentos incrementais. Além disso, máquinas e motores menores possibilitavam a eletromecanização de uma série de pequenas fábricas e oficinas, que, até então, pouco ou nada tinham se valido de energia a vapor (ALBAN, 1999, p.126).

2.5 O Emprego Contemporâneo

Iniciamos este tópico com um comentário de Braverman (1987):

O contraste entre ciência como propriedade social generalizada ocasional na produção e ciência como propriedade capitalista no pleno centro de produção é o contraste entre a Revolução Industrial, que ocupou metade do século XVIII e o primeiro terço do século XIX, e a revolução técnico-científica, que começou nas últimas décadas do século XIX e que prossegue ainda (BRAVERMAN, 1987, p.138).

Quanto ao período pós-revolução industrial, muitas foram as alterações que se processaram no universo econômico e, talvez, estejamos próximos a novas alterações que poderão marcar uma outra revolução na história da humanidade.

Hoje ainda somos marcados pelo trabalho assalariado e pela economia de forma institucionalizada, ao menos para grande parte da população que, quando consegue, vende sua força de trabalho.

De acordo com De Masi (1999), na sociedade industrial alguns valores estavam em primeiro plano, como a racionalidade, o machismo, a capacidade de execução, a padronização, a especialização, a eficiência, a produtividade, a concentração do trabalho em unidades precisas de tempo e lugar, a sincronização, a forma piramidal de organização, o gigantismo da economia de escala, a concorrência.

O autor confronta esses valores da sociedade industrial com os valores emergentes na sociedade pós-industrial. O primeiro valor emergente na chamada sociedade pós-industrial é uma progressiva intelectualização da atividade humana. A atividade braçal perde importância para a atividade intelectual, e este fato é válido tanto para o trabalho como para o lazer.

A confiança e a ética também são tidas como valores emergentes, todavia estes valores não podem ser considerados lineares no tempo e no espaço.

O valor estético também é citado por De Masi: as cores, os sons e as boas maneiras são tão indispensáveis ao homem pós-moderno quanto a subsistência e a funcionalidade. Assim, o que é bonito tem valor.

O último valor emergente é a subjetividade ante a massificação industrial, valor este que preferimos trabalhar como personalismo. Hoje sentimos a necessidade de "toques pessoais" nos produtos, trabalho e demais atividades, haja vista o grande sucesso da customização.

Também a questão do desemprego pode ser vista sob um prisma contemporâneo, conforme afirmação de Kato e Ponchirolli:

O atual debate social apresenta geralmente o desemprego como o resultado de três fatores emergentes: a mundialização dos mercados, que provoca uma reestruturação da produção, a introdução de uma tecnologia que utiliza cada vez menos mão-de-obra e o fim de uma era de crescimento econômico sustentado, que garantia o pleno emprego (KATO e PONCHIROLLI, 2002, p.88).

As palavras de Kato e Ponchirolli vem ao encontro das preocupações apresentadas nesta tese, destacando que a reestruturação da produção e a nova tecnologia são discutidas como sendo o impacto tecnológico, e a questão do fim do crescimento econômico guarda vínculo com as questões conjunturais tratadas no subcapítulo 3.5.

Todavia, esses autores apresentam uma nova faceta para a questão do relacionamento tecnologia e emprego:

O desemprego dito conjuntural está ligado a fases de recessão da atividade produtiva. A experiência da década de 1980 ensinou claramente que o desinvestimento provoca um desemprego duradouro, podendo haver conflito entre objetivos de curto e de longo prazos. Mas a forma mais resistente de desemprego está ligada a um descompasso entre a estrutura qualificada da mão-de-obra necessária e da força de trabalho disponível. A curto e a longo prazos, as três formas de desemprego misturam-se e confundem-se. No longo prazo, a pior forma de desemprego (estrutural) resulta de uma defasagem entre a evolução da tecnologia e o ensino (KATO e PONCHIROLLI, 2002, p.89).

Kato e Ponchirolli vêem que muito do problema do desemprego pode ser explicado, portanto, através do descompasso existente entre a velocidade do avanço

tecnológico e o processo de absorção, por parte da mão-de-obra, do conhecimento necessário. O avanço tecnológico expulsa os trabalhadores do processo antigo, e a lentidão do processo de aprendizado impede que os mesmos venham a ser absorvidos pelo processo produtivo mais avançado.

2.5.1 A nova ciência das organizações e o alegre detentor de empregos

Cabe uma visão do confronto entre a configuração que está por se estabelecer e a que permanece, pois, mesmo dentro deste chamado personalismo, o empregado é parte alienada do todo no processo produtivo, e, dentro das organizações, passa a ser visto como apenas um detentor de empregos.

De acordo com Ramos (1989), o homem contemporâneo tem o seu perfil e suas aspirações distorcidos pela sociedade centrada no mercado e pela necessidade social que o leva a crer que deve inserir-se sendo um detentor de emprego. Detentor no sentido de posse, conquista, título, e não como sendo parte ativa do processo produtivo, ou parte atuante na sociedade em que vive.

A vinculação da produção ao lucro e a inclusão do dinheiro como padrão de troca no sistema de comércio condicionaram a produção e distribuição ao mercado, ou seja, toda produção é para venda e todos os rendimentos provêm desta venda. Estabelece-se, a partir daí, que o trabalho passa a ser um produto, sendo a renda o preço deste produto, pago através dos salários, evidenciando a transformação do conceito de trabalho, antes visto apenas como um meio de subsistir na sociedade, para a manutenção do orgulho ou do reconhecimento.

A idéia de deter um emprego está vinculada ao conceito de *status* social de espaço que uma determinada pessoa ocupa na escala social, isto é, a importância que a ela é atribuída.

Nos dias de hoje, o mercado tende a transformar-se na força modeladora da sociedade como um todo, e o tipo peculiar de organização que corresponde às suas exigências assumiu o caráter de um paradigma, para a organização de toda a

existência humana. Nessas circunstâncias, os padrões do mercado, para pensamento e linguagem, tendem a tornar-se equivalentes aos padrões gerais de pensamento e linguagem, esse é o ambiente da política cognitiva. A disciplina organizacional ensinada nas escolas e universidades não é um saber crítico consciente dessas circunstâncias. É assim ela própria uma manifestação do sucesso da política cognitiva (RAMOS, 1989, p.92).

A formação e o direcionamento dados ao indivíduo nas escolas e universidades induzem-no a uma alocação em um posto predefinido por uma sociedade centrada no mercado, que passa pela alienação do saber crítico pela absorção de um pensamento e uma linguagem centrados no mercado.

A argumentação está assentada em três grandes pressupostos, a saber:

- a) a identificação da natureza humana, e geral, com a síndrome de comportamento inerente à sociedade centrada no mercado;
- b) a definição do homem como um detentor de emprego;
- c) a identificação da comunicação humana com a comunicação interpessoal.

Todavia, para o desenvolvimento deste trabalho, torna-se ponto pacífico a exploração e aprofundamento do segundo pressuposto, qual seja, a definição do homem como um detentor de emprego, despido de suas características e aspirações pessoais. Afora este aspecto, a simplificação na utilização do fator trabalho, como uma consequência da divisão e aprofundamento das atividades, que muito deve à intensificação da mecanização, ou seja, do aprofundamento da relação capital-trabalho, leva a uma interdependência entre os processos produtivos e à alienação do trabalhador.

De acordo com Ramos, é inadequado o pressuposto de que os ambientes formais de trabalho são apropriados para a atualização humana, uma vez que esta não é nem objetivo nem preocupação desses ambientes. Pois se as organizações fossem adequadas ao desempenho profissional e à atualização humana, e se tivessem como uma preocupação o tratamento personalizado de seus clientes, estas

organizações, em vez de evoluírem, estariam causando um atraso no sistema de organizações baseado no mercado. E caso ocorra a chamada atualização pessoal, esta pode ser vista como acidental e secundária.

Nesse sistema, o homem é visto como um ser alienado e moldado para o desempenho de suas atividades, ganhando conotação positiva a ausência de senso crítico e a submissão. "Numa sociedade de mercado, o empregado eficiente deve ser um ator despersonalizado. Espera-se dele que acate as determinações impostas, de cima para baixo, e que definem o papel que tem que desempenhar." (RAMOS, 1989, p.98).

A partir do momento em que o trabalhador permite que a organização passe a ser a razão principal de sua existência, transforma-se em uma engrenagem que compõe a máquina e acaba perdendo o contato com sua verdadeira individualidade. Este ponto merece atenção, já que a realidade é massificadora e dificilmente o indivíduo consegue fugir desta sentença, pois todo o meio lhe induz a esta situação.

Ramos é um autor que guarda particular crítica às manifestações econômicas ao longo da história. Segundo ele, toda a economia clássica e neoclássica respalda a sociedade centrada no mercado, inexistindo, dentro do modelo capitalista de produção, pensador ou filósofo que explique uma realidade diferente da descrita. Mas cabe lembrar que, dentro do escopo de análise do autor, inexistente a análise marxista e/ou socialista, pois esta foge da visão centrada no mercado.

Mesmo os antagonismos existentes na filosofia capitalista passam, para Ramos, a coexistir no pressuposto de uma sociedade ladrilhada em uma hipótese de civilização calcada no mercado.

O maior contraponto do modo de pensar clássico e neoclássico (dentro da análise econômica) é de Keynes, porém nem este é poupado das críticas contundentes de Ramos, segundo o qual a Teoria Geral não traz respostas suficientes para a questão do emprego, aliando-se, sem mais, à concepção da Teoria Econômica Clássica.

Deve-se notar porém que Keynes concebeu o emprego como o critério essencial de distribuição de mão-de-obra, sendo sua mente prisioneira do desenho social estrutural implícito neste princípio de organização. Por essa razão, continuou ele sendo um economista clássico, e falhou na tarefa de produzir uma verdadeira teoria geral do emprego, se entendermos por emprego uma condição em que o indivíduo, por exercer atividade produtiva socialmente útil, sem ser, necessariamente, um item da folha de pagamento de uma empresa. É certo que as políticas econômicas de Keynes salvaram de fato o mercado e de fato re-estimularam suas atividades, mas o keynesianismo foi apenas um adiamento temporário da crise, que prenunciava o fim da validade histórica da categoria de emprego como um princípio organizacional da produção (RAMOS, 1989, p.104).

Seguindo por este prisma, a cada avanço organizacional distancia-se a hipótese de que todos que estejam dispostos a trabalhar encontram ocupação, afrontando várias interpretações existentes.

Nas sociedades de mercado, atualmente, apesar do fato de que a produção de bens e serviços demonstrativos equivale, se é que não excede, a produção dos bens e serviços primários, o mercado está de novo ficando incapaz de proporcionar empregos para todos os que desejam trabalhar. Isso se transformou numa tendência estrutural secular, que desafia qualquer sistema de políticas econômicas, incluindo aqueles de natureza keynesiana (RAMOS, 1989, p.104).

Tendo em vista que, conforme Ramos, as políticas econômicas convencionais estão se tornando incapazes de proporcionar empregos em um nível compatível com o próprio crescimento da oferta, a questão da redução da jornada de trabalho mostra-se como um assunto de primeira pauta no âmbito das preocupações sociais. Para a continuidade da discussão, torna-se importante o estudo da relação de emprego, mercado de trabalho e suas relações conjunturais e estruturais.

CAPÍTULO 3

MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO

Neste capítulo pretende-se trazer definições acerca do mercado de trabalho, com o intuito de possibilitar, posteriormente, a interpretação das alterações que advêm com a tecnologia, nas relações com o trabalho, bem como aspectos conjunturais, para então argumentarmos que as variáveis que afetam o mercado de trabalho têm se alterado, sem que, contudo, o próprio mercado de trabalho tenha se transformado sensivelmente.

3.1 O Mercado de Trabalho

Pode-se entender mercado de trabalho, quando se contempla o sistema capitalista de produção, como sendo os pontos de contato entre trabalhadores e empregadores. De um lado, tem-se os empregadores, com o objetivo de contratar trabalhadores para realizar a produção; de outro, os trabalhadores, buscando vender sua força de trabalho para obter recursos que possibilitem sua sobrevivência.

Consideram-se empregadores aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica, ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados. Empregados, por sua vez, são as pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Ressalte-se que as pessoas empregadas não são classificadas segundo a existência ou não da carteira de trabalho assinada. Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos.

Como foi visto anteriormente, o mercado de trabalho é típico do sistema capitalista de produção, em que os trabalhadores vendem sua força de trabalho.

O comportamento humano produz a própria cultura, que acaba por moldá-lo. Assim, este ser humano é tanto função como consequência do meio no qual está inserido. Toda sociedade é uma unidade produtiva onde os setores sociais interagem

entre si e se confirmam. A organização produtiva é complexa, tendendo a integrar os acontecimentos sociais. Desse modo, não há realidade individual que não seja, antes, realidade social, e este *socia*l se define pela organização do trabalho.

Através do capitalismo, e da criação do mercado de trabalho, o homem, ou seja, a força produtiva da qual este é dotado, é transformada em mercadoria. Este homem, após a venda de sua força de trabalho, passa por um adestramento comportamental que visa à sua adequação ao espaço organizacional.

O mercado de trabalho pode ser dividido em Mercado Formal de Trabalho, o qual contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo em que são objeto de legislação específica que as regula, e em Mercado Informal de Trabalho, onde prevalecem regras de funcionamento com um mínimo de interferência governamental.

3.2 A Atividade Econômica e o Desemprego

O mercado de trabalho guarda estreito relacionamento com a atividade econômica – salários, emprego, desemprego, rotatividade e produtividade –, sendo condicionado, basicamente, pelo nível e pela flutuação da atividade econômica. O desenvolvimento econômico do País condiciona as variáveis relativas ao mercado de trabalho, e também, em parte, é condicionado por ela.

Pode-se considerar que o nível de emprego – e, portanto, o de desemprego – é afetado por três determinantes:

- a) o custo da mão-de-obra, incluindo-se aqui os custos impostos pela legislação trabalhista;
- b) o processo tecnológico;
- c) a situação conjuntural da demanda.

O crescimento econômico leva a um crescimento na demanda por mão-de-obra, o que resulta em aumento dos salários reais. Desse modo, mais bens são

colocados à disposição da coletividade, assim como existe uma tendência ao aumento da produtividade do trabalho. O aumento de produtividade resulta em redução de preços e maior demanda.

A taxa de desemprego incorpora os trabalhadores que se encontram desempregados por inúmeros motivos. Seguem-se algumas classificações de desemprego:

Desemprego Estrutural

O desemprego estrutural tem sua origem no aprimoramento do processo produtivo, obtido pela utilização de novas tecnologias e novas formas de organização e administração do processo produtivo. Desta forma, diferencia-se o objeto de demanda de mão-de-obra, sendo exigida maior qualificação e expulsando-se os menos qualificados do mercado de trabalho. A grande questão é definir a partir de que ponto, de que nível, o trabalhador passa de não qualificado a qualificado, ou seja, que tipo de qualificação o trabalhador necessita ter para ser considerado qualificado. Outro aspecto a ser considerado é que a exigência de qualificação vem se ampliando, ao longo do tempo, alterando-se o que se entende por qualificação. O trabalhador que hoje é considerado como qualificado pode não sê-lo amanhã. A flexibilidade dos salários e a mobilidade dos fatores poderiam minimizar ou mesmo eliminar os efeitos deste tipo de desemprego, no entanto estes pressupostos adotados e sustentados pela Escola Neoclássica em todas as suas teorias não são observados no mundo real.

A visão de que os fatores de produção obedecem a uma perfeita mobilidade, ou seja, de que o trabalhador excluído de determinado processo produtivo consegue **facilmente** ser absorvido em outra atividade é de cunho clássico, embora seja de difícil aceitação. "Da mesma forma que um jogador de críquete aprende com facilidade a jogar tênis, um operário especializado pode, freqüentemente, mudar de ofício sem grande perda de eficiência. A habilidade manual especializada a ponto de não ser transferida de sua ocupação para outra está se tornando um fator de produção de importância cada vez menor..." (MARSHALL, 1996, p.184-185).

Os aspectos relativos ao desemprego tecnológico são sentidos com mais intensidade nas economias ditas emergentes ou subdesenvolvidas. A tecnologia do processo resulta na substituição do homem pela máquina, e é representada pela maior procura de técnicos e especialistas e pela queda, em maior proporção, da procura dos trabalhadores meramente braçais.

Desemprego Friccional

O desemprego friccional tem as origens do seu estudo na Teoria Clássica, sendo posteriormente retomado por Marshall e demais autores neoclássicos. Trata-se do desemprego motivado pela mudança de emprego ou de atividade dos indivíduos. É determinado pelos fluxos de indivíduos que entram e saem do mercado de trabalho e pela velocidade com que as pessoas desempregadas encontram emprego.

Este tipo de desemprego vem ao encontro da chamada Taxa Natural de Desemprego, em que sempre existe um determinado nível abaixo do qual não é possível diminuir o desemprego. Numa linguagem figurada, é como se existisse uma piscina onde novos desempregados estão entrando, aumentando o nível da água, e trabalhadores se empregando, reduzindo esse nível.

Desemprego Involuntário

O conceito de desemprego involuntário tem sua origem na teoria keynesiana e na questão principal enfocada por Keynes que trata da insuficiência de demanda agregada sobre a oferta agregada, e da existência de trabalhadores desejosos em trabalhar pelos salários vigentes e que não conseguem inserir-se no mercado de trabalho.

Até a visão keynesiana, entendia-se que o desemprego era friccional, ou voluntário, pois só estariam desempregados os trabalhadores que estivessem "transitando" entre um emprego e outro, ou que não aceitassem trabalhar ao nível salarial existente no mercado, o que constituía o chamado desemprego voluntário.

Desemprego Sazonal

O desemprego sazonal ocorre em função da sazonalidade de determinadas atividades produtivas, sendo sazonalidade o conjunto de flutuações intra-anuais que se repetem regularmente todos os anos. A estimativa destes efeitos é necessária para que se possa analisar melhor a evolução "real" da taxa de desemprego aberto. A série livre das flutuações sazonais torna-se um instrumento refinado para a análise, no curto prazo, do impacto das mudanças econômicas na taxa de desemprego aberto.

Existem outros conceitos relacionados à questão do desemprego, principalmente no Brasil, que merecem ser tratados:

- *Desemprego Conjuntural*

Entende-se por desemprego conjuntural o desemprego causado por fatores conjunturais, podendo obedecer a ciclos econômicos. Normalmente o principal fato gerador do desemprego conjuntural pode ser atribuído à insuficiência da demanda agregada, fazendo com que caia a demanda por mão-de-obra, tendo em vista a inflexibilidade para baixar os salários reais.

- *Desemprego Voluntário*

Neste caso, o trabalhador está desempregado por vontade própria, ou seja, as ofertas de emprego e salário não satisfazem às suas aspirações e, por este motivo, o trabalhador permanece desempregado. Somado ao desemprego friccional, totalizam a noção de desemprego neoclássico, compondo a Taxa Natural de Desemprego.

- *Trabalhadores não-Remunerados*

Trabalhadores não-remunerados são aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica sem remuneração por pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica; em ajuda a

membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou em cooperativismo; ou, ainda, como aprendiz estagiário.

- *Trabalhadores por Conta Própria*

São aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregador.

- *Taxa de Desemprego*

Corresponde à relação entre o número de pessoas que sejam capacitadas e estejam dispostas a trabalhar e não encontram emprego, e o total de pessoas aptas e interessadas em trabalhar.

3.3 Tecnologia e Emprego

Desde o final do século passado, têm-se intensificado, nas economias, profundas transformações, as quais, ainda que não sejam inéditas, seu ritmo tem crescido tanto na organização da atividade produtiva, como nas inovações tecnológicas. Estas transformações trazem como reflexo alterações tanto nas formas quanto no volume de emprego de trabalhadores, se não no nível macroeconômico, ao menos no nível setorial ou microeconômico, e isto se deve sobretudo à velocidade da confrontação do modo de produção vigente com um padrão tecnológico mais elevado.

A tecnologia a serviço do homem, a comodidade, a satisfação de desejos antes irrealizáveis, as descobertas de novos produtos e serviços cada vez mais práticos, a busca de criar utilidade e necessidade nas pessoas, enfim, o aprimoramento constante do *hardware* e do *software* para a satisfação das pessoas, fazem com que cada vez mais e mais trabalhadores sejam deslocados para as áreas de criação em detrimento das de execução propriamente ditas.

Nas últimas décadas deste século, as economias vêm sendo marcadas por um acelerado processo de mudanças estruturais. Os elementos centrais destas mudanças são o acirramento da concorrência intercapitalista e as inovações tecnológicas – as novas formas de produzir e de organizar a produção que determinam grandes alterações sobre as formas do emprego (SALM & FOGAÇA, 1997, p.158).

No decorrer deste trabalho, buscando atingir os objetivos, pretendeu-se desenvolver uma discussão a respeito da relação emprego-tecnologia acima da relação conjuntural, porque essa relação é estrutural, diferente do impacto, que é sujeito às influências de conjunturas econômicas, buscando verificar os diversos posicionamentos acerca do assunto e colocando-os em debate. Para tanto foi necessária uma definição adequada de conceitos como trabalho, emprego e tecnologia, realizada no segundo capítulo, sendo que o horizonte de análise desses conceitos foi o modo capitalista de produção. Porém, também o processo de abertura e de estabilização da economia brasileira, ocorridos durante a década de 90, e a importação de tecnologia, trouxeram impactos no nível e na estrutura do emprego. Isto serviu de âncora para a realização de um estudo de caso, apresentando a redução da jornada de trabalho como uma possibilidade de absorção de trabalhadores no mercado de trabalho.

À medida que o desemprego cresce, por suas causas estruturais, surgem naturalmente as conseqüências sociais e intensifica-se o quadro de exclusão dos trabalhadores. Além do impacto social, porém, o desemprego traz conseqüências diretas sobre a economia, por ser a variável determinante da renda do trabalhador. Ao ter sua renda diminuída, o consumo será menor e, assim, também será menor a demanda agregada.

Nesse contexto, percebe-se uma contradição, uma vez que, se de um lado há um aumento da produção pela maior produtividade incorporada pela tecnologia que substitui o trabalhador, por outro há um recuo da demanda provocado pela queda do poder aquisitivo da classe trabalhadora.

A importância do estudo sobre o desemprego, sobretudo relacionado à tecnologia, reveste-se de extrema oportunidade em função do momento histórico que se vive neste início de século.

O balanço em termos de participação dos fatores capital e trabalho é questionado a todo momento pelo imenso avanço tecnológico a que o sistema econômico foi submetido (e continua sendo), especialmente a partir da última década. Um mercado de trabalho que procura adequar-se à nova realidade, onde o fator trabalho demonstra sua força enquanto peça indispensável e fundamental ao desenvolvimento do próprio sistema capitalista, é outro ponto em destaque.

Um aspecto importante no nível das empresas, tanto no que se refere à supressão e à geração de empregos, como também à sua qualidade, consiste na reestruturação organizacional implementada por muitas empresas. Sobretudo, a desincorporação de certas atividades e a subcontratação de outras empresas, em muitos casos, acarretam uma redução do emprego para um núcleo de trabalhadores relativamente estáveis e ocupando empregos de melhor qualidade e para um número de trabalhadores contratados por empresas subcontratadas (e também pelas "sub-subcontratadas") ou pseudo-independentes e sem estabilidade de emprego (WELLER, 1998, p.38).

Uma dificuldade na realização da verificação dos fatos reside na quase impossibilidade de isolar os fatores que afetam o desemprego e as mudanças na sua estrutura, pois estes podem ser motivados por inúmeros fatores, podendo ser eles estruturais ou conjunturais, tendo em vista que, na última década – período sobre o qual pretendemos realizar a análise –, a economia brasileira foi palco, além do desemprego tecnológico, de muitas flutuações econômicas que contribuíram para o desemprego e para as transformações de alocação deste no cenário produtivo. Desta maneira, é dificultado o trabalho de verificação da existência de impacto tecnológico e de reestruturação na estrutura de produção e do emprego dentro dos processos produtivos.

Quanto a um dos assuntos inerentes a esta tese, qual seja, promover uma discussão teórica a respeito do emprego, inúmeras são as manifestações e posicionamentos acerca do assunto. Há os posicionamentos mais radicais, que acreditam em um ponto de ruptura na sociedade capitalista, que passa pela exclusão e marginalização dos trabalhadores com o fim dos empregos, sendo, desta maneira, prejudicial àqueles que necessitam do trabalho remunerado como fonte de sustento. Outros posicionamentos, mais otimistas, diferentemente da posição anterior, vêem que o avanço tecnológico, ao invés de ser devastador de empregos, é gerador de oportunidades e criador de postos de trabalho. Aqueles que defendem que a tecnologia é exterminadora de postos de trabalho acreditam que uma das soluções é a redução da jornada de trabalho, pois assim seria possível a inclusão de mais trabalhadores no mercado. Também aqueles que defendem que a tecnologia não tem impactos negativos sobre o desemprego vêem, na redução da jornada de trabalho, um caminho natural ao avanço das relações entre trabalho e emprego. Embora a redução da jornada possa vir a representar aumento nos custos das empresas, pode, por outro lado, provocar um aumento da produtividade dos trabalhadores. Outro aspecto relativo à redução da jornada de trabalho é que, com a inclusão de mais trabalhadores, tem-se, como contrapartida, um aumento da demanda e, deste modo, uma compensação para as empresas. Pois, conforme se mencionou, o processo de consumo está ligado à geração de emprego e renda.

O que configura, hoje, como desde o início do século passado, uma visão otimista sobre os efeitos da inovação tecnológica sobre o emprego, pode ser resumido assim: o aumento de produtividade em um setor produz sempre, de uma forma ou de outra, inclusive através de menores preços, aumentos reais de renda e, portanto, aumentos de gastos que, por sua vez, resultarão em nova demanda de trabalho, naquele setor ou em outras atividades, de modo a compensar os postos perdidos pelo aumento inicial de produtividade (SALM & FOGAÇA, 1997, p.160).

Ambas as posições, diametralmente opostas, são de difícil comprovação, porém são de grande valor para o aprofundamento de nossa discussão, trazendo uma importante reflexão a respeito do assunto em pauta, embora essa verificação tenha como preocupação não a questão quantitativa de extinção ou geração de empregos, mas sim uma apreciação qualitativa de como comporta-se a estrutura do emprego ao longo da cadeia produtiva.

Existem posicionamentos que procuram caracterizar os impactos ao longo do tempo, argumentando que, em curto prazo, os efeitos negativos predominam, mas no longo prazo as posições tornam-se divergentes.

Conclui-se que, no curto prazo, os efeitos negativos das transformações econômicas, tecnológicas e sociais e políticas atuais tendem a predominar. Sobre os resultados a mais longo prazo, há posições divergentes. Diante da perspectiva que sugere que, em mercados sem distorções, as perdas de emprego se compensam automaticamente, torna-se ainda mais importante criar um contrato favorável à geração de empregos de boa qualidade, o que requer políticas adequadas para estimular o crescimento sustentável, a competitividade sistêmica e a adaptação do contexto institucional, com a participação dos atores sociais.

Todavia, inexistente teoria que consiga esclarecer de maneira satisfatória a questão do desemprego e sua relação com a tecnologia, até por suas diversas nuances, características e fatos geradores. E mesmo quando focamos a questão estrutural e diretamente vinculada às transformações do processo produtivo e organizacional, poucas são as conclusões que se consegue obter.

Tal fato faz com que, muitas vezes, sejamos obrigados a recorrer a teorias ou interpretações já deixadas de lado, ou que enfoquem o mundo sob um prisma defasado. "Em outras palavras, parece, pelo menos na questão do emprego, estamos regredindo do ponto de vista teórico." (SALM & FOGAÇA, 1997, p.3).

Existem também manifestações menos controversas, que procuram assumir interpretações mais técnicas, e que realizam uma verificação do fenômeno de

maneira setorial e passível de análise, visando, a partir deste ponto, traçar uma pontuação dos principais fatores e consequências da tecnologia que aumentam a produtividade por trabalhador e alcançam a redução de custos, através da redução na utilização dos trabalhadores.

Por motivos acadêmicos e científicos procurou-se seguir esta análise com isenção ideológica, procurando trazer novas contribuições ao horizonte acadêmico. Analisa-se, aqui, um fenômeno que ainda não se encontra entre os de primeira pauta para os economistas e demais cientistas sociais, e que está longe de ser plenamente definido quanto aos fatos e nuances deles decorrentes. De qualquer modo, é inegável que a tecnologia traz efeitos sobre a forma do emprego, ou seja, na sua estruturação e distribuição ao longo dos setores produtivos.

3.4 A Questão da Tecnologia

A tecnologia é inerente à vida do homem. Ela facilita nosso cotidiano e diariamente fazemos uso dela em nossa vida pessoal. Atentos ao escopo deste trabalho, contudo, nossa preocupação refere-se à tecnologia aplicada ao processo produtivo.

Tecnologia pode ser definida, genericamente, como um conjunto de conhecimentos e informações organizados, provenientes de fontes diversas como descobertas científicas e invenções, obtidos através de diferentes métodos e utilizados na produção de bens e serviços. Na sociedade capitalista, tecnologia caracteriza-se por ser um tipo específico de conhecimento, com propriedades que o tornam apto a, uma vez aplicado ao capital, imprimir determinado ritmo à sua valorização (CORRÊA, 1997, p.250).

A origem da palavra tecnologia vem do grego de mesmo nome *tecknologia*, que significa tratamento ou derivação sistemática de uma ou mais teknaí (artes, prática ou ofício).

É fato que todas as empresas utilizam-se de tecnologia nos seus processos produtivos, sendo que esta pode manifestar-se em diferentes níveis, dos mais

rudimentares (tarefas relativas à limpeza e distribuição de correspondência), até os mais elaborados, como o processamento de dados.

Outro aspecto a ser considerado é que, embora ciência e tecnologia estejam diretamente relacionados, nem toda tecnologia tem origem na ciência. A técnica promove a transformação do real, consistindo em operações visando a satisfazer determinadas necessidades.

A própria ciência tem como ponto de partida problemas colocados por necessidades ou interesses humanos.

Tecnologia é, pois, o conhecimento científico transformado em técnica, que, por sua vez, irá ampliar a possibilidade de produção de novos conhecimentos científicos. Na tecnologia, está a possibilidade de efetiva transformação do real. Ela é a afirmação prática do desejo de controle que subjaz ao se fazer ciência e pôe ação, transformação; é plena de ciência, mas é, também, técnica (CORRÊA, 1997, p.254).

Por exemplo, as inovações técnico-científicas que caracterizavam a revolução industrial foram resultado das necessidades econômicas do insipiente capitalismo e do contexto histórico que a cercava.

Conforme Corrêa (1997), a busca do conhecimento é uma constante na história da humanidade, e é inerente ao desejo de dominação do objeto – conhecer para ter controle. Essa busca está relacionada ao enfrentamento do homem com a natureza, e está ligada à própria estratégia de sobrevivência da espécie humana, estando, todavia, condicionada pela situação concreta de cada sociedade.

O meio ambiente onde a empresa está inserida é cercado de ameaças e oportunidades que lhe trazem inúmeros desafios, sendo um dos mais significativos o domínio sobre a tecnologia. A tecnologia desenvolvida por uma determinada empresa acaba por influenciar todas as demais do ambiente em que está inserida, pois as demais se sentirão coagidas a adotar o mesmo padrão tecnológico, ou mais avançado, que lhes permita maior competitividade.

O conceito de competitividade está associado à capacidade de uma empresa de fazer face à concorrência, ou seja, à busca permanente de condições de produção que permitam extrair uma taxa de lucro superior ou igual à média.

A tecnologia deve ser entendida como o conjunto de conhecimentos aplicados pelo homem para atingir determinados fins. Pode ser definida como o aproveitamento ordenado dos recursos e forças naturais, baseado no conhecimento da natureza e posto a serviço da satisfação das necessidades do homem. Logicamente, as inovações tecnológicas têm por fim um aumento ou melhoria na produção. No desenvolver desta tese também será considerado o avanço nas formas de organização como sendo desenvolvimento tecnológico.

Da mesma forma que o trabalho, a tecnologia sempre foi inerente ao ser humano, e esta surge simultaneamente ao desenvolvimento que o homem faz dos recursos para a ampliação da capacidade produtiva. A confecção de instrumentos para a caça pode ser entendida como a primeira manifestação da tecnologia. Entretanto, o ritmo de inovação tecnológica vem se tornando cada vez mais rápido e impressionante.

As máquinas podem ser definidas, classificadas e estudadas em sua evolução de acordo com qualquer critério que se deseje: força motriz, complexidade, utilização de princípio físico, etc. Mas nos vemos obrigados, ao início, a escolher entre dois modos de pensar. O primeiro é o ponto de vista do engenheiro, que enxerga a tecnologia sobretudo em suas ligações internas, e que tende a definir a máquina em relação a si mesma, como um fato técnico. O outro é o enfoque social, que vê a tecnologia em suas conexões com a humanidade, e que define a máquina em relação com o trabalho humano e como um artefato social.

As tecnologias podem ser de capital intensivo e de mão-de-obra intensiva, em que as técnicas adotadas variam: enquanto as sociedades com tecnologias avançadas fazem uso de técnicas de capital intensivo, as sociedades que ainda adotam tecnologias rudimentares recorrem a técnicas de mão-de-obra intensiva.

A tecnologia avançada enfatiza a mecanização e automação, enquanto a tecnologia rudimentar é voltada para a manufatura e o artesanato.

Neste ponto cabem algumas observações. Primeiramente, uma vez que as sociedades mais avançadas utilizam-se de tecnologias intensivas em capital, estas tendem a ter ganhos nas relações comerciais com outros países de tecnologias mais atrasadas, fazendo com que, muitas vezes, as economias intensivas em mão-de-obra sejam conduzidas a um segundo plano, e passem a ser dependentes de sistemas mais desenvolvidos. Desta forma, em nível mundial ocorrerá uma maior utilização de tecnologias intensivas em capital, que são, na maior parte das vezes, poupadoras de mão-de-obra, reduzindo o volume de emprego.

Um segundo ponto a ser considerado é que, na busca de estar inseridas em um contexto mais competitivo, as economias menos desenvolvidas procurarão adotar sistemas tecnológicos mais avançados, recorrendo, portanto, às tecnologias ditas intensivas em capital. É nestas economias que os efeitos do avanço tecnológico sobre o nível de emprego são mais sentidos, pois a velocidade com que se processa a mudança acaba por excluir aqueles com maior dificuldade de adaptação, e os efeitos positivos da tecnologia, gerando empregos em novas etapas do processo produtivo (por exemplo, a produção dos bens de capital), não são utilizados nas economias de destino, mas nas economias de origem.

Nas palavras de Mattoso (2000),

Resultante da concorrência entre os capitais, o objetivo da introdução das inovações – elevar a produtividade e reduzir o trabalho vivo incorporado à produção – parece, quando visto unicamente no âmbito de uma empresa, setor ou região, se transformar, como uma fatalidade, em desemprego e precarização do mercado de trabalho. Esses males da sociedade contemporânea parecem, então, resultar apenas da reestruturação produtiva, das novas formas de organização do trabalho, da maior utilização da inovação tecnológica em tal empresa, tal setor, tal região (MATTOSO, 2000, p.30).

Mattoso entende que a relação tecnologia-precarização das atividades produtivas é inexistente no nível macroeconômico, sendo que seus efeitos podem existir no nível microeconômico.

Porque a inovação tecnológica e a elevação da produtividade, ao mesmo tempo em que destroem produtos, empresas, atividades econômicas e empregos, também criam novos produtos, empresas, empregos e até mesmo novos setores ou atividades econômicas. Em outras palavras, a inovação tecnológica, embora possa modificar a determinação do nível do emprego, não determina *a priori* o seu resultado (MATTOSO, 2000, p.32).

Conforme dito anteriormente, quando tratamos de tecnologias importadas os efeitos positivos não são sentidos no país destino, mas sim no país origem. Assim, pode-se inferir que, no que tange ao nível de emprego, a tecnologia (importada) traz efeitos negativos ao contexto onde irá atuar, porém a absorção desta tecnologia é irrefutável quando se pensa na necessidade de inserção competitiva e sobrevivência do próprio setor.

Uma outra distinção diz respeito ao fato de a tecnologia poder ou não estar incorporada aos bens físicos ou serviços. A tecnologia incorporada está contida em bens de capital, matérias-primas básicas, matérias-primas intermediárias ou componentes, etc., estando vinculada ao conceito de *hardware*. A tecnologia não incorporada é o conhecimento inerente ao ser humano que compõe a empresa em todos os seus escalões, desde operadores, técnicos, analistas, gestores, etc. Pela sua característica, a tecnologia não incorporada mais se aproxima do conceito de *software*.

Aqui se insere a relação entre o nível de conhecimento passivo de determinado trabalhador e o posto que este deve ocupar na hierarquia, de forma que possa dominar e trazer resultados de um padrão tecnológico já existente.

É o padrão tecnológico que determina as características das pessoas que devem ingressar e permanecer nas empresas, e são as pessoas que modificam e desenvolvem a tecnologia. É possível dizer, assim, que existe uma interação íntima

entre o que a tecnologia exige em relação às características dos recursos humanos e as modificações feitas pelas pessoas sobre a tecnologia utilizada.

É importante perceber que, quando se trabalha com a questão da tecnologia incorporada e não incorporada, fica mais claro que a tecnologia não está envolvida apenas com as atividades laborais, mas faz parte também do cotidiano do homem, sendo traduzida em produtos sem os quais seria impossível o dia-a-dia de grande parte das pessoas. Os exemplos são inúmeros: eletrodomésticos, relógios, automóveis, computadores, etc.

Antes de se desenvolver, aqui, uma classificação da tecnologia e de seus impactos sobre o trabalho, cabe uma descrição sobre as fases da evolução tecnológica, pois, conforme a fase, que pode ser entendida como não cronológica, diferentes serão seus impactos sobre o trabalho.

No que se refere à relação entre o homem, o campo de trabalho – que é o ponto de aplicação da ação do homem – e os procedimentos, que são o conjunto dos meios mobilizados pelo homem para agir, esta pode ser vista de quatro maneiras distintas. São elas:

Instrumentalização

Esta fase é caracterizada pelo desenvolvimento de instrumentos e de ferramentas fabricados pelo homem para mediar sua ação com relação ao campo de trabalho.

A ferramenta pode ser vista como uma extensão do corpo humano, para agir sobre a matéria da maneira mais eficiente ou menos penosa. Ela diminui em parte o esforço físico do homem, permitindo estender suas ações de transformação da matéria. No entanto, a natureza da relação direta, que o homem mantém com os objetos, não está afetada. Nessa forma, o trabalho do homem é essencialmente uma atividade de manifestação de ferramentas no campo de trabalho.

Mecanização

É a mudança que se processa da simples ferramenta à máquina. Esta fase é caracterizada pela utilização da máquina nas ações no campo de trabalho. O homem aciona comandos em função das informações que recebe sobre o campo de trabalho. Com as primeiras máquinas, as seqüências de trabalho dependem estritamente das ações do homem. Progressivamente as máquinas vão se tornar autônomas, máquinas que se auto-regulam. Desta maneira, o homem tem sua atividade reduzida a uma atividade de controle, ou de vigilância das instalações.

...na mecanização, e em particular na mecanização da primeira revolução industrial, tanto o controle puramente mecânico quanto o obtido com a intervenção humana requerem mecanismos e rotinas auxiliares que geram perdas significativas de eficiência. Referimo-nos a mecanismos como sistemas de polias, caixas de marcha, embreagens, válvulas redutoras, etc., que, para atuarem, consomem, naturalmente, parte da potência do sistema (ALBAN, 1999, p.102).

Automatização

Na automatização os dispositivos técnicos vão modificar profundamente os processos de fabricação. A automatização será então um conjunto de técnicas tendo por finalidade reduzir ou tornar inútil a intervenção de operadores humanos num processo onde esta intervenção é costumeira. São exemplos desta automatização os mecanismos que controlam os elevadores, os pilotos automáticos, etc.

Interconexão

A interconexão trata dos sistemas especialistas, dispositivos concebidos inicialmente para poder resolver, no lugar do homem, situações problemas, passando a ser projetados para desempenhar um papel de ajuda à decisão e ao diagnóstico pelo operador humano. É importante verificar que, quanto mais avançada a fase, maiores serão os efeitos que esta terá sobre o trabalho.

A tecnologia, dada sua natureza, manifesta-se de maneiras distintas. Para melhor observação do fenômeno que se pretende estudar, pode-se dividi-la do seguinte modo: tecnologia de processos e tecnologia de produtos.

- Tecnologia de Processos: É chamada de tecnologia de processos aquela voltada à eficiência produtiva do processo, enfocando a redução de custos e a economia de vários insumos, como matéria-prima, energia, trabalho, visando maiores índices de produtividade.

As tecnologias desenvolvidas e implementadas para a melhoria dos processos têm o objetivo maior de elevar a eficiência produtiva, através da redução de custos, tanto de materiais, quanto de mão-de-obra, em função de uma melhor organização das tarefas envolvidas em todo o processo produtivo tomado isoladamente.

A relação entre tecnologias de processos e nível de emprego revela uma ambigüidade. Por um lado, a tecnologia de processos pode ser geradora de empregos, desde que os ganhos de produtividade sejam reinvestidos em queda nos preços e novos investimentos, estando esta idéia vinculada ao regime de mercado de concorrência perfeita. Caso contrário, um maior padrão tecnológico, e o correspondente aumento de produtividade, acabam por se reverter em exclusão de postos de trabalho. "Este resultado, que pode ser mais emprego, consumo, tempo livre ou desemprego, é uma escolha social, historicamente determinado pelas formas de regulação do sistema produtivo e de distribuição dos ganhos de produtividade." (MATTOSO, 2000, p.32).

Aqui deve ser levado em conta que no capitalismo contemporâneo, dadas as fusões e incorporações entre grandes corporações (justamente aquelas que mais produzem avanços tecnológicos), o regime concorrencial perfeito está cada vez mais exilado em exposições teóricas de manuais de economia, do que presente no mundo real.

Outro aspecto a ser trabalhado é que quando a tecnologia de processos exclui trabalhadores de determinada atividade, acaba por gerar novos postos de trabalho em outro setor ou etapa do processo produtivo. Por exemplo, quando uma máquina ocupa o espaço antes ocupado por vários trabalhadores, ao mesmo tempo cria oportunidades na fabricação desta mesma máquina. Mas, deve-se levar em conta que o trabalhador expulso de um processo produtivo dificilmente será ele mesmo incorporado em outro processo. Ainda a título de exemplo: uma copeira, em uma repartição ou setor administrativo da empresa, responsável por preparar e servir o café, que perde o seu emprego, da mesma maneira que outras, de outros setores, perdem-no para uma máquina que prepara automaticamente o café, dificilmente irá conseguir se alocar na fabricação de máquinas de café. Talvez uma, entre todas as funcionárias demitidas, consiga realocação na empresa que faz a manutenção do equipamento. Assim, pode-se considerar que existe um desemprego bruto, trazido pela tecnologia de processos, e um desemprego líquido, que exclui os desempregados que conseguiram realocação. Isto ocorre, se não no nível amplo, macroeconômico, ao menos na sua esfera microeconômica.

- Tecnologia de Produtos: Esta tecnologia está associada à criação de novos produtos que vêm ao encontro das necessidades e desejos da sociedade. Enquanto a tecnologia de processos concentra-se na melhoria dos processos produtivos, a tecnologia de produtos está voltada para a criação de novos produtos.

As tecnologias utilizadas para a criação de novos produtos geram, teoricamente, novas demandas, bem como crescimento econômico. A busca por encontrar necessidades insatisfeitas ou, de outra forma, por despertar novas necessidades nos consumidores, está inserida no pacote tecnológico de criação de um novo produto.

Como consequência das novas tecnologias há uma grande quantidade de novas matérias, processos, fontes energéticas e bens de consumo. Dentre os mais relevantes, estão a eletrônica dos estados sólidos, as resinas sintéticas, fibras, plásticos, metais novos e uma gama de produtos farmacêuticos, antibióticos, anti-rejeitantes, etc. Nos últimos 50 anos, as inovações tecnológicas tiveram grande responsabilidade no desenvolvimento das indústrias do aço, vidro, tecidos, navios, aviões, telecomunicações, computadores e várias outras que trabalham de forma coordenada e proporcionando facilidades aos seres humanos a preços cadentes (PASTORE, 1998, p.26).

Uma visão inicial e genérica da relação entre tecnologia de produtos e geração de empregos pode sugerir que estas são positivamente correlacionadas, ou seja, quanto maior o desenvolvimento tecnológico, no que se refere à tecnologia de produtos, maior o nível de emprego. Esta analogia parece bastante lógica, pois a maior diversidade de produtos irá requerer maior nível de produção e, logo, maior número de postos de trabalho.

Quanto à demanda, a criação de novos produtos somente irá trazer como resultado o aumento dos postos de trabalho se for defrontada com uma demanda de magnitude suficientemente grande para absorver estes novos produtos.

Essa demanda pode vir a ser insuficiente por dois motivos: primeiramente pela não aceitação do produto por parte dos consumidores, o que irá fazer com que o produto venha a desaparecer, ou a ser modificado. Um segundo aspecto, e com certeza o mais importante, que pode gerar insuficiência de demanda, está relacionado ao preço dos novos produtos. Inicialmente esses novos produtos chegam ao mercado com preços pouco acessíveis aos consumidores, e leva um tempo relativo para que se tornem populares, e isto pode demandar a redução dos preços através de economia de escala. Contudo, esta argumentação não exclui a hipótese de que a tecnologia de produtos gere empregos. Afirma-se apenas que existe um lapso de tempo entre a criação do produto e a exploração do processo de comercialização, para que se possa configurar geração de empregos por este fator.

O contra-argumento mais forte à tese de que a tecnologia de produtos gera empregos é que esta tecnologia vem acompanhada da tecnologia de processos. Assim, quando um novo produto chega ao mercado, embora ele de fato possa gerar novos empregos, ocorre frustração no que se refere à quantidade de empregos gerados, uma vez que os novos produtos são produzidos, na maior parte das vezes, mediante uma moderna tecnologia de processos, a qual normalmente é poupadora de mão-de-obra.

Também deve-se considerar que, na maior parte das vezes, um novo produto extingue um produto antigo, se se levar em conta que o novo produto (tecnologia do produto) adota uma tecnologia de processos mais moderna e, portanto, mais enxuta no que tange à demanda por mão-de-obra. Assim, pode ocorrer uma redução nos postos de trabalho, quando se tem a substituição do produto extinto pelo novo produto.

Também merece destaque a questão da Tecnologia da Gestão e da Tecnologia da Organização. Entende-se como tecnologia da gestão o conjunto de metodologias e técnicas organizadas na forma de um sistema de gerenciamento que busca garantir o alcance dos objetivos estratégicos e operacionais da organização ou do ambiente onde se está atuando. Por tecnologia da organização compreendem-se as mudanças e os avanços na dimensão e na forma organizacional, com o objetivo de otimizar os resultados. Tanto a tecnologia da gestão como a da organização podem, dependendo da maneira como são aplicadas no processo, vir a ser geradoras de novos postos de trabalho, quando visam melhorias no produto ou serviço oferecido, ou eliminadoras de postos de trabalho, quando buscam a redução dos custos ao longo do processo produtivo.

A relação entre o rápido desenvolvimento tecnológico e o intenso desemprego tem sido observada em vários países, principalmente nos países desenvolvidos e nos que estão em fase de rápido crescimento e que não se enquadram nem entre os países pobres (que acabam não tendo contato com a tecnologia) nem tampouco entre os ricos, a saber, os chamados países emergentes. Estes últimos tentam a todo custo

modernizar-se e buscar competitividade internacional como meio de fugir da pobreza. Todavia, estes países não desenvolveram tecnologia própria, mas, sim, obtêm tecnologia de sistemas mais desenvolvidos, o que acaba trazendo, normalmente, pesados impactos nos sistemas mais atrasados, no ponto onde atuam.

Contudo, uma questão deve ser considerada. Estes países emergentes adotaram maior competitividade através da adoção de um padrão tecnológico mais elevado justamente para permanecerem ou ampliarem sua participação no mercado. Assim, tem-se que a situação das empresas nesses países, em termos de efeito sobre o emprego, poderia ter ficado bastante pior, caso estas empresas não tivessem adotado tal medida.

Uma tecnologia mais atrasada resulta em menor competitividade, resultando em menor aceitação do produto e menor demanda. Como visto em Keynes, quanto menor a demanda menores serão os investimentos realizados no setor, e, como consequência, menor será o nível de emprego gerado.

Desse modo, pode-se ponderar que quando a inovação tecnológica se processa em setores cujo produto final é dotado de elevada elasticidade demanda, a inovação gera competitividade, maiores investimentos, e, conseqüentemente, mais empregos. Portanto, embora em um primeiro momento a tecnologia gere desemprego, aumentando principalmente a participação do capital, ou seja, alterando a relação capital/trabalho, acaba, através do aumento da competitividade e de maior demanda, por gerar mais empregos, não alterando a nova relação capital/produto imposta pela inovação tecnológica, mas sim criando mais empregos pela ampliação da capacidade produtiva.

Deve-se levar em conta que a suposição anterior é válida para um produto que se defronta com uma demanda elástica. No caso de demanda inelástica, não se teria a ampliação da capacidade produtiva, nem tampouco do emprego, permanecendo o efeito da tecnologia de redução de postos de trabalho. É possível considerar, porém, que se a tecnologia diminui ocupações de trabalhadores, evita a extinção completa

dessas ocupações, que se daria pelo desaparecimento da empresa ou setor, pela perda da competitividade.

Na análise dessa matéria, há duas posições extremas. A primeira faz da tecnologia a grande vilã no cenário do desemprego e da desigualdade social. A segunda vê nas inovações tecnológicas a saída para criar novos postos de trabalho e melhorar o bem-estar humano. O tema é extremamente controverso. Dizer que tecnologia substitui trabalho é fácil. Provar que tecnologia gera desemprego é muito difícil. Mesmo os trabalhos mais especializados encontram sérias barreiras para identificar o efeito líquido da tecnologia sobre o nível de emprego da sociedade em geral (OCDE, 1996).

Conforme a assertiva da OCDE, é extremamente difícil precisar o efeito da tecnologia sobre o nível de emprego até porque inexistem métodos eficazes no levantamento de dados da motivação do desemprego. Entretanto, é fato que, nos países onde a tecnologia tem tido maior impacto, maiores são os transtornos sentidos sobre a questão do emprego e desemprego.

A maior dificuldade quanto à mensuração desse impacto reside no fato de que o emprego e o desemprego sofrem influência de diversos outros fatores, conjunturais e estruturais, como a política econômica, o cenário econômico mundial, a estabilidade das instituições, e até da meteorologia. "O relacionamento entre esses dois fenômenos constitui, até hoje, uma verdadeira 'caixa preta'. Tecnologia e emprego se relacionam com vários outros fenômenos de natureza econômica, institucional, educacional e até política. Por isso, a simples coincidência de avanços tecnológicos com aumento do desemprego não é suficiente para concluir que a tecnologia seja destruidora de empregos." (PASTORE, 1998, p.25).

Entretanto, cabe observar que se existem impactos negativos da tecnologia sobre o nível de emprego, estes serão mais pesados nos países menos desenvolvidos (emergentes), onde o avanço tecnológico e o crescimento econômico acontecem aos solavancos e de maneira desequilibrada. Isto leva à crença de que existe uma nova divisão mundial do trabalho, em que os países desenvolvidos produzem e sobrevivem da tecnologia que desenvolvem, enquanto os países mais

pobres trabalhariam com a tecnologia que importam, e com o uso intensivo de mão-de-obra e produção de baixo valor agregado. Desta maneira, o maior problema sentido nos países periféricos reside no fato de que, a cada nova tecnologia importada, modifica-se o processo produtivo, que caminha no sentido de uma produção enxuta, visando à redução de custos, e, com isto, eliminam-se postos de trabalho, engrossando a massa de excluídos.

Além da questão da dificuldade de verificação de um eventual desemprego causado pela tecnologia, também a inexistência de teorias que de fato expliquem o fenômeno de maneira conclusiva dificulta pontuações além do campo especulativo. Salm e Fogaça afirmam: "Fatos novos requerem teorias novas, é certo. Mas a seqüência abertura comercial – acirramento da concorrência – inovações tecnológicas – aumento da produtividade-desemprego não constitui propriamente uma novidade. Afinal é um dos fenômenos mais recorrentes da economia capitalista..." (SALM & FOGAÇA, 1997, p.2).

Não obstante, existem algumas teorias que buscam explicar o fenômeno do desemprego **como um todo**, assim como políticas econômicas que procuram resolvê-lo ou amenizá-lo.

Em suma, é possível afirmar que a inovação tecnológica supõe uma reorganização da produção e do trabalho, encabeçada, a princípio, pelo critério da produtividade. E aqui a visão keynesiana tem seu peso, pois o vazamento da produção se dará pela existência da demanda, e, assim, pela competitividade.

A mudança pode, como foi dito, vir a afetar os produtos (tecnologia de produtos) ou os processos de produção (tecnologia de processos). Na primeira situação, uma vez que surgem novos produtos e serviços, aumentando, como consequência, a demanda final. Entretanto, no segundo caso é possível, dependendo do aumento da demanda, aumentar a produtividade, sem o aumento da demanda, gerando, assim, desemprego.

A criação de novos valores de uso provoca tanto o aparecimento de atividades totalmente novas e, portanto, o crescimento da produção, como a substituição de produtos velhos por produtos novos. Nesse segundo caso, é possível, mas não necessário, que a quantidade de trabalho contida nos novos produtos seja menor do que a contida nos produtos antigos. O peso respectivo desses dois efeitos, incremento de atividade, ou substituição de atividade, depende da evolução da demanda.

Um ponto a ser observado é que a melhoria da produtividade do trabalho, ocasionada pela mudança das técnicas de produção, abre duas possibilidades: aumento da produção com o mesmo gasto de trabalho e redução do gasto de trabalho em um mesmo nível de produção, ou qualquer contração das duas possibilidades. Novamente pode-se interpretar que a solução ficará dependendo do aumento da demanda.

Assim, pode-se concluir, de acordo com Jaques Freyssinet, que a mudança técnica não é, por natureza, criadora ou destruidora de empregos, mas ela modifica as condições de determinação do nível de emprego. Resultarão dela mais consumo, **mais tempo livre**, mais desemprego? A resposta não reside no progresso técnico, mas sim nos moldes de regulação do sistema produtivo.

Weller (1998) destaca que a pressão para aumentar a produtividade incentiva a mudança tecnológica, que, necessariamente, determina um impacto sobre a demanda de trabalho, sendo identificadas, desse modo, três perspectivas de análise:

- a) perspectiva compensatória - nesta perspectiva os ganhos de produtividade acabam por resultar em uma maior demanda por bens de consumo. Desse modo, as perdas de emprego causadas pela mudança tecnológica são automaticamente compensadas pelo funcionamento dos mercados;
- b) perspectiva determinista - ressalta que as novas tecnologias requerem melhores qualificações e exigem relações de trabalho mais participativas;

- c) a perspectiva contextual - de acordo com esta visão, os impactos da mudança tecnológica são diversificados e dependem de processos sociais e políticos em diferentes níveis, além do contexto macroeconômico.

3.4.1 Tecnologia e emprego no contexto avançado

Tanto o mercado de trabalho, como o próprio trabalho, têm sofrido alterações, assim como a própria configuração do sistema capitalista, motivo pelo qual neste subcapítulo estaremos discutindo a relação de emprego e a tecnologia em um contexto avançado.

Existe, inegavelmente, uma crise no trabalho. Mas essa crise não é igual às anteriores. Sempre houve desemprego. A economia funciona em ciclos, com fases ascendentes e descendentes. Mas agora vivemos uma situação nova: a supressão de postos de trabalho. Estamos atravessando uma profunda mudança nos conceitos de trabalho e experimentamos um novo arranjo nos valores sociais. Por isso, é tão importante conhecer o passado e saber distinguir a situação presente, para tentar entender suas demandas, reconhecer as possibilidades e reinventar novas oportunidades (SILVA, F. C. T. da, 1999, p.9).

O fato é que estamos provavelmente às vésperas de uma reestruturação que pode reenquadrar a importância do emprego na vida do homem. Caso o caminho adotado termine por levar a uma distribuição igualitária dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento tecnológico, teremos inevitavelmente uma reconfiguração do papel do trabalho na sociedade e na vida das pessoas. Além da reconfiguração do papel do trabalho, também deve ser observada a mudança e reconfiguração do emprego, bem como a importância relativa do posto de trabalho ao longo da cadeia produtiva.

As novas tecnologias de informática e de comunicação, aceleradas com a terceira grande revolução industrial, têm levado ao declínio inevitável dos níveis de emprego nos setores onde atuam. Por outro lado, é possível argumentar que a tecnologia é geradora de empregos, tanto na tecnologia da produção, como na

tecnologia do produto, além do fato de outros empregos serem gerados ao longo da cadeia produtiva.

No passado, quando novas tecnologias substituíram trabalhadores em determinado setor, havia concomitantemente a criação de novos empregos em outros setores, o que acabava por absorver os trabalhadores excluídos. Atualmente este processo de deslocamento da mão-de-obra ocorre ao longo da cadeia produtiva, e vários pontos devem ser observados no que se refere à qualidade e quantidade do emprego gerado.

A eliminação de trabalhadores de alguns setores se deve ao fato de que, ao longo da história, as primeiras tecnologias substituíram a força física do trabalho humano, sendo que as máquinas tinham como finalidade a substituição da força muscular. Com o decorrer do tempo, e de forma acelerada, as novas tecnologias passam a substituir trabalhos que exigem conhecimento e discernimento. Atualmente, a tendência é de que as novas tecnologias venham a substituir a capacidade racional do ser humano. E muitas vezes a realocação desta mão-de-obra ocorre em postos onde a capacidade intelectual não é tão exigida.

As empresas estão cada vez mais eliminando níveis de gerência tradicionais, adotando a chamada horizontalização da pirâmide hierárquica, eliminando, com isto, gerências intermediárias, buscando racionalizar processos produtivos, com vistas à redução de custos. Esta medida, porém, reduz a quantidade de postos de trabalho, e não apenas no chamado chão de fábrica, mas também na estrutura administrativa. Grande parte desta redução está associada ao fracionamento destes postos ao longo da cadeia produtiva.

A tecnologia, que pode ser traduzida em uma redução das oportunidades de emprego, pode, por outro lado, representar ganhos para a categoria dos trabalhadores e para toda a comunidade, desde que os benefícios trazidos por ela possam ser compartilhados por todos. Esta, provavelmente, é uma das questões mais importantes a serem revistas no sistema capitalista.

Estamos sendo arrebatados por uma nova e poderosa revolução tecnológica, que promete grandes transformações sociais, como jamais se viu antes na história. A nova revolução da alta tecnologia poderia significar menos horas de trabalho e maiores benefícios para milhões. Pela primeira vez na história moderna, grande número de pessoas poderia ser libertado de longas horas de trabalho no mercado de trabalho formal e ficar livre para se dedicar a atividades de lazer. Entretanto, as mesmas forças tecnológicas poderiam levar facilmente ao crescente desemprego e a uma depressão global. Se é um futuro utópico ou não que nos aguarda, isto depende muito de como os ganhos de produtividade serão distribuídos.

Na busca de uma maior eficiência, de aumento da produtividade e de redução dos custos, o que garante a própria sobrevivência das empresas, estas acabam por investir cada vez mais em meios de produção, e isto sempre em um patamar tecnológico mais elevado, causando elevação do nível de desemprego na empresa, ainda que este desemprego possa ser absorvido por outras empresas, inclusive ao longo da cadeia produtiva.

Para Rifkin,

Os críticos, por sua vez, bem como um número crescente de pessoas já deixadas à margem da Terceira Revolução Industrial, estão começando a questionar de onde os novos empregos virão. Em um mundo em que sofisticadas tecnologias da informação e da comunicação serão capazes de substituir uma parte cada vez maior da força de trabalho global, é improvável que mais do que uns poucos afortunados serão retreinados para os relativamente escassos cargos de alta tecnologia científica, profissionais e administradores que serão colocados à disposição no emergente setor do conhecimento. A própria idéia de que milhões de trabalhadores deslocados pela reengenharia e pela automação dos setores agrícola, industrial e de serviços possam ser retreinados para tornarem-se cientistas, engenheiros, técnicos, executivos, consultores, professores, advogados, etc., e depois encontrar o número correspondente de oportunidades de trabalho no setor muito restrito da alta tecnologia [representa], na melhor das hipóteses, um castelo no ar e, na pior, um delírio (RIFKIN, 1995, p.311).

Na visão de Rifkin, o futuro é sombrio e os impactos da tecnologia sobre o emprego são claramente negativos, inexistindo possibilidade de sobrevivência do capitalismo senão através da distribuição dos frutos da riqueza. Segundo ele, o ponto onde nos encontramos é uma encruzilhada, pois, se por um lado podemos encontrar um mundo no qual os benefícios trazidos pela tecnologia são convertidos em bem-estar generalizado da população, em que todos podem usufruir os ganhos de produtividade, pela possibilidade de obter mais tempo livre para lazer, por outro lado temos o risco de extensão da maioria dos postos de trabalho e da condenação dos trabalhadores expulsos do mercado e condenados à miséria.

As empresas, notadamente as do setor industrial, na busca da competitividade e sobrevivência, tentam cada vez mais se modernizar e adotar novas técnicas de gestão da produção, como o Círculo de Controle de Qualidade¹⁵, Kambam¹⁶, 5 S¹⁷, reengenharia, entre outras.

Segundo Corrêa (1997), ao procurarem a modernização de seu maquinário, as organizações estão afetando diretamente sua força de trabalho, a qual, ou será treinada para utilizar esses novos equipamentos ou será descartada, pela impossibilidade da empresa de mantê-la ociosa. As novas tecnologias estão, assim, constantemente afetando o trabalhador, que, ou ficará sem trabalho e buscará novas formas de sobrevivência, ou verá esse mesmo trabalho sendo intensificado pela necessidade de novos conhecimentos e novas práticas das "transformações no conteúdo do trabalho".

¹⁵Círculos de Controle da Qualidade são grupos que se formam com o intuito de melhorar um determinado processo produtivo, à luz das doutrinas dos programas de qualidade total.

¹⁶ Kambam se refere a métodos de controle de estoque, em que é anotada em etiquetas, nas mercadorias (insumos), a data em que esta entrou no estoque e o momento que deverá ser utilizada. O objetivo é trabalhar com estoques mínimos.

¹⁷ Programa que visa mudar a maneira de pensar das pessoas na direção de um melhor comportamento. Trata-se de uma nova maneira de conduzir a empresa, com ganhos efetivos de produtividade. A sigla 5S deriva de cinco palavras japonesas: Seiri, Seiton, Seisoh, Seiketsu e Shitsuke.

A relação de ganhos e perdas da tecnologia também pode ser discutida pontualmente na empresa ou setor onde ela irá atuar, pois apesar dos efeitos macroeconômicos da tecnologia sobre o emprego não poderem ser comprovados, na maioria dos casos a tecnologia acaba por extinguir postos de trabalho, mesmo que estes venham a crescer ao longo da cadeia produtiva.

3.4.2 Os fatores da mudança

De Masi (1999) enfatiza que, no segundo pós-guerra, manifestou-se de forma significativa uma transformação que havia se iniciado no começo do século XX. Os elementos que intensificam esta transformação são causa e efeito. Exemplificando, o progresso tecnológico permite melhorar a organização das fábricas, e as fábricas, melhor organizadas, aceleram o progresso tecnológico. Alguns destes elementos podem ser enumerados, como: a ciência, a tecnologia, a globalização, o progresso organizativo, a escolarização.

Apesar das inovações no campo científico e técnico terem se iniciado juntamente com o próprio alvorecer da humanidade, é inegável a aceleração que essas tiveram a partir do segundo pós-guerra. Seguem-se alguns exemplos:

- 1947: início da "época" do computador;
- 1958 (Noyce e Kilby) - o circuito integrado (*chip*);
- anos 50 e 60: entram em função os primeiros grandes calculadores;
- década de 60: início do uso dos *personal computer*;
- 1971 - a corrida à miniaturização tem um novo impulso, graças à invenção de um microprocessador de segunda geração;
- De Masi prognostica: "Por volta de 2011 serão construídos microcomputadores com um bilhão de transistores, capazes de processar 100 bilhões de instruções por segundo a uma velocidade que não se pode mais medir nem em nanossegundos e com uma precisão que só pode ser medida por outras máquinas" (DE MASI, 1999b, p.177).

- outras inovações devem surgir: *chips*, óticos, telecomunicações por alta frequência, transmissões dos dados e da voz.

Chip e microchip tiveram a mesma magnífica penetração que no início do século XX teve a energia elétrica: aumentando-se a sua potência, são multiplicadas as capacidades de todas as máquinas em que foram introduzidos. Não só o computador, mas o automóvel, o avião, a ressonância magnética, o forno de microondas, a lavadora, o decodificador de sinais de TV, o videofone, a secretária eletrônica, os medidores de pressão, o walkman, os marcapassos, os videocassetes, o controle de voo e de tráfego em auto-estrada, praticamente toda a nossa vida se vale já de próteses eficientes e silenciosas, de minúsculos escravos eletrônicos que já competem por inteligência e vencem a velocidade de execução dos escravos humanos de que dispunha Péricles no seu tempo (DE MASI, 1999b, p.179).

Novos materiais

Os novos materiais permitem a confecção de objetos e produtos de forma mais adequada à finalidade a que se destinam, e conseguem obter melhores resultados.

Essa obra de *materials tailoring* permite obter produtos refratários às vibrações, à ferrugem e à deformação provocada pelas temperaturas mais elevadas. As fibras de carbono, as fibras de low e as de carbureto de silício não são mais do que uma parte de crescente oferta de novos materiais que, junto com a cerâmica avançada, os metais sintéticos, os materiais com memória de forma, vão-se multiplicando a partir dos anos 60 com efeitos excepcionais sobre a produção automobilística e aeronáutica, sobre a condução técnica, sobre a eletrônica... e sobre o nível de emprego (DE MASI, 1999b, p.181).

A biotecnologia

A possibilidade de criar e modificar geneticamente organismos vivos demonstra a evolução assistida no campo da biotecnologia, possibilitando a obtenção de vacinas sintéticas, hormônios e enzimas artificiais, bio-sensores instaláveis nos corpos dos pacientes, bactérias produzidas pela bioengenharia para despoluir águas, fungos e produtos fermentados para a alimentação, instrumentos e agentes químicos e biológicos para os laboratórios.

Como resultado dessas inovações, além das que ainda residem no campo da ficção, pode-se esperar maior expectativa de vida e maior produtividade da agropecuária.

O laser: potência e versatilidade

O laser, que data da década de 60, vem sofrendo inovações e tornando-se mais eficiente. As tecnologias óticas são úteis tanto no setor industrial como no setor médico-sanitário, bem como nos escritórios e residências.

Mesmo não sendo plenamente percebido, o progresso organizacional foi um dos fatores que mais evoluíram durante o século XX. De acordo com De Masi, desde as contribuições de Taylor e Ford foi um longo caminho percorrido, passando pela escola humanista da administração, pela organização por projeto, a organização por matriz, a organização por ágil, o *just-in-time*¹⁸, o *outsourcing*¹⁹, o *downsizing*²⁰, o teletrabalho, entre outros, que modificaram sensivelmente o ambiente das empresas e as relações organizacionais.

Aqui se percebe uma estreita inter-relação entre o progresso organizacional, através do *management*, e a tecnologia. É possível argumentar que o progresso organizacional estimula e fermenta a inovação tecnológica, da mesma forma que esta abre campo para o progresso organizacional.

¹⁸Também denominado Sistema Toyota, e também traduzido como "produção apenas a tempo", é um sistema de controle de estoques desenvolvido pela empresa homônima, no qual as partes e componentes são produzidos e entregues nas diferentes seções um pouco antes de serem utilizadas.

¹⁹É a compra de outras empresas de insumos, anteriormente produzidos internamente.

²⁰Corte de um ou mais níveis hierárquicos de uma Organização, no intuito de melhorar as comunicações, tanto internas como externas, e de reduzir despesas gerais.

3.5 O Macroambiente Econômico

Neste tópico, serão trabalhados os aspectos conjunturais e sua influência sobre o nível de emprego, cabendo, da mesma forma, uma verificação sobre a situação recente da economia brasileira. Diferentemente das condições estruturais, como o crescimento populacional e o desenvolvimento tecnológico, os aspectos conjunturais estão relacionados principalmente à ação de políticas econômicas sobre o sistema econômico. Assim, estaremos, a princípio, discutindo as diferentes vertentes do pensamento econômico e a forma como estas entendem a atuação do governo na atividade econômica. Em um segundo momento verificaremos o funcionamento dos instrumentos de política econômica para, a partir deste ponto, traçarmos um breve resumo sobre o período recente da economia brasileira.

3.5.1 Políticas econômicas e atividade econômica

As políticas econômicas têm como finalidade o alcance de objetivos macroeconômicos a serem cumpridos, entre eles o crescimento e desenvolvimento econômico, a estabilidade de preços e a geração de empregos. Portanto, com vistas a obter sucesso nessas metas, o governo deve utilizar-se de ferramentas, para que, agindo sobre a atividade econômica, venha a atingir o seu intento.

A forma pela qual se dá a condução dessas políticas econômicas não é de opinião unânime, sendo o assunto relativamente controverso, dadas as diferentes interpretações e teorias econômicas existentes. Este trabalho se atém a duas dessas correntes de pensamento econômico, as quais podem ser entendidas como compiladoras das demais vertentes. São elas o pensamento neoclássico e a teoria keynesiana.

A origem da chamada Escola Neoclássica nasce em conjunto com o próprio entendimento da economia enquanto ciência, e remonta ao final do século XVIII, nos ensinamentos de Adam Smith, David Ricardo, Jean Baptiste Say, entre outros. Na

realidade, a distinção entre Escola Clássica e Escola Neoclássica é apenas uma distinção temporal e acadêmica, pois os representantes da Escola Neoclássica, dentre os quais destacamos Alfred Marshall, Leon Walras e Arthur Cecil Pigou, realizaram uma reedição dos postulados clássicos com uma nova "roupagem", utilizando com mais ênfase ferramental matemático e gráfico, para a experimentação e comprovação dos ensinamentos. O próprio Keynes, em sua obra *Teoria Geral*, critica os postulados da Escola Clássica, tratando indistintamente os pensadores clássicos e neoclássicos, chamando tanto os da primeira quanto os da segunda escola de economistas clássicos.

As Escolas Clássica e Neoclássica adotam como pressuposto a idealização de um regime de mercado de concorrência perfeita, que prevê um mercado atomizado, inexistindo a possibilidade de um agente – ou de um grupo de agentes, seja este representante da oferta ou da demanda – estabelecer domínio ou qualquer influência mais contundente sobre o mercado. Um segundo pressuposto desta teoria, também inerente à concorrência perfeita, é a perfeita mobilidade dos fatores de produção, o que garante que os agentes de produção deficitários dirijam-se para setores onde os agentes estejam obtendo resultados acima do esperado, fazendo com que o lucro econômico seja atingido de forma exata, não havendo, portanto, situações abaixo ou acima deste.

Outro pressuposto fundamental desta escola é a flexibilidade de preços e salários, principalmente na hipótese de que estes poderiam ser reduzidos, o que viria, por sua vez, assegurar que o equilíbrio de mercado fosse atingido naturalmente.

Um aspecto que merece destaque nesta teoria é o exacerbado repúdio à participação do governo na atividade econômica, sendo que a origem desta crítica está na atuação dos Estados Monárquicos Absolutistas do século XVIII, permanecendo a averbação ao entendimento do governo como agente econômico, durante aproximadamente um século, pois ao final do século XIX e início do século XX concentra-se a maior parte dos estudos ditos neoclássicos, não estando isentos destas manifestações os estudos atuais que têm inspiração nesta escola.

Como consequência da conjugação desses pressupostos, chega-se à implicação principal da Economia Neoclássica, de que a economia caminha naturalmente para uma situação de equilíbrio de pleno emprego, coexistindo com esta apenas a chamada Taxa Natural de Desemprego, formada pelo denominado desemprego voluntário, que é composto por trabalhadores que não estão dispostos a trabalhar pelo nível salarial vigente no mercado, e pelo desemprego friccional, que se refere ao período de tempo em que os trabalhadores encontram-se em trânsito de um vínculo empregatício para outro. A origem desta interpretação provém da Lei de Say, de 1803, segundo a qual *a oferta cria sua própria demanda*. Tendo como pano de fundo os pressupostos, e adotando a lógica de que o único objetivo da produção e da oferta é a obtenção de bens e serviços que venham a satisfazer as próprias necessidades de quem oferta, esta última irá corresponder a uma demanda de igual magnitude. Desta maneira, inexistindo fatores externos ao sistema que venham a perturbar esta ordem natural, a economia caminha para o equilíbrio de pleno emprego.

A possibilidade de crises no sistema econômico só irá existir de maneira endógena caso ocorra um imperfeito conhecimento do mercado, que faz com que a produção seja destinada a um único setor ou produto, levando a excedentes deste, e a escassez em outros. Todavia, estas crises seriam pontuais e autocorretivas. Também poderiam existir crises resultantes de fatores exógenos ao sistema, como guerras, pestes, acidentes naturais e interferência do governo no sistema econômico.

Desta forma, a participação do governo no sistema econômico deve ser a mais parcimoniosa e discreta possível, sendo direcionada apenas a atividades que não sejam de interesse do setor privado, no sentido de evitar a desestabilização do equilíbrio natural do sistema econômico.

O maior contraponto à corrente clássica vem apenas na década de 1930, com Keynes e a publicação da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em 1936. O economista britânico assiste à depressão que assola a Inglaterra, assim como a

outras economias na década de 20, e que culminam na crise de 29-30, com a quebra da bolsa de Nova York.

A crise de 29-30 foi claramente causada por insuficiência de demanda, em que os consumidores optavam por direcionar seus recursos para os ativos das empresas que haviam tido rápido crescimento nas décadas anteriores, em vez de demandar bens, fazendo, desta forma, com que a oferta viesse a superar em muito a demanda agregada, gerando um ciclo acelerado e profundo de recessão. Portanto, para Keynes, o desemprego não pode ser entendido apenas como voluntário, ressaltando, desse modo, o caráter involuntário do desemprego.

Keynes, contrariamente ao que afirma a Teoria Neoclássica, entende que a correção desta crise e outras típicas do sistema capitalista de produção depende da participação ativa do governo no sistema econômico, em que este assumiria um papel anticíclico no sistema, adotando principalmente políticas ativistas, quando da recessão, ou quando o ponto de equilíbrio se distanciasse do pleno emprego.

3.5.2 Os instrumentos de política econômica

Os instrumentos de política econômica genericamente podem ser condensados em quatro grupos: Política Monetária, Política Fiscal, Política Cambial e Política Comercial e de Rendas, sendo que as duas primeiras têm maior impacto sobre o sistema econômico.

A política monetária refere-se às ferramentas de atuação do governo sobre a oferta de moeda, e, conseqüentemente, sobre a taxa de juros da economia, podendo, assim, estimular ou conter a atividade econômica. A princípio um aumento da oferta de moeda reduz a taxa de juros do sistema, estimulando a atividade produtiva. O inverso também é verdadeiro, ou seja, quando o objetivo é conter o crescimento da demanda o governo reduz a liquidez monetária, fazendo com que a taxa de juros aumente. Evidentemente, sob um prisma keynesiano o governo deve reduzir a taxa de juros, estimulando, desta maneira, a demanda agregada e o

crescimento econômico. Por outro lado, seguindo uma visão neoclássica, o governo deve participar o menos possível da atividade econômica, mantendo no sistema somente a quantidade de moeda necessária para a circulação de bens e serviços.

Dentre os instrumentos de política econômica podemos destacar as operações de mercado aberto, ou *open market*, o depósito compulsório e o redesconto bancário. As operações de *open market* estão relacionadas à atuação do governo no mercado aberto, vendendo títulos públicos quando o objetivo é reduzir a quantidade de moeda em circulação, e realizando o inverso quando o objetivo é aumentar a quantidade de moeda em circulação.

Um segundo instrumento é o depósito compulsório. Este instrumento atua sobre o total de depósitos na rede bancária. Deste volume de depósitos, o governo exige que uma parte seja esterilizada junto ao Banco Central, evitando, desta forma, a sua circulação no sistema econômico. Quando o objetivo é limitar a circulação de moeda no sistema, o governo eleva o depósito compulsório, fazendo com que uma parcela maior fique retida. Por outro lado, o governo pode ampliar a oferta de meios de pagamento, reduzindo o percentual recolhido do depósito compulsório.

O redesconto bancário deve ser entendido como o terceiro mais importante instrumento de política monetária. Quando os bancos comerciais atravessam dificuldades de caixa, inicialmente buscam cobrir suas posições através de crédito obtido junto a outros bancos, no chamado mercado interbancário. Porém, quando os recursos obtidos no mercado interbancário são insuficientes, só resta ao banco recorrer ao Banco Central, através da chamada operação de redesconto. Todavia, o juro cobrado pelo Banco Central nesta situação é sempre punitivo, pois o objetivo das autoridades econômicas é impedir que os bancos exagerem no crédito e fiquem a descoberto, ou seja, o redesconto bancário visa primordialmente controlar a solvência do sistema financeiro, não sendo um instrumento prioritário no controle da taxa de juros da economia. Contudo, através da utilização de uma taxa de juros de

redescuento mais elevada, ou mais baixa, o Banco Central pode, indiretamente, afetar a taxa de juros da economia como um todo.

Além dos instrumentos tradicionais de política monetária, o governo pode também afetar a taxa de juros da economia, administrando a taxa de juros com a qual remunera seus títulos, ou que adota como referência. No caso brasileiro trata-se da taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Gerenciando esta taxa de juros o governo pode, de maneira similar à administração da taxa de redescuento, afetar a taxa de juros do sistema como um todo.

Um segundo grupo de políticas econômicas está relacionado à política fiscal, ou seja, ao controle de gastos (política de gastos), e à arrecadação do governo (política tributária). O estímulo do governo ao econômico vem de um aumento de gastos e redução da carga tributária, sendo logicamente, esta prática, contrária à visão neoclássica, segundo a qual o governo não deve intervir na atividade econômica, sob pena de perturbar o equilíbrio natural, trazendo como consequência, por exemplo, o crescimento dos preços. O papel do governo na atividade econômica, portanto, deve ser o inverso, ou seja, evitar qualquer interferência no mercado.

Já de acordo com a teoria keynesiana, os instrumentos de política fiscal do governo exercem um papel fundamental, devendo, principalmente os gastos do governo, efetuar um papel anticíclico, reduzindo os gastos quando a economia está em expansão, mas elevando-os quando a economia atravessa períodos de recessão.

Os instrumentos pertencentes ao grupo dos instrumentos de política cambial e comercial têm estreito relacionamento com as políticas monetária e fiscal. O instrumento mais autêntico de política cambial refere-se à atuação do governo no mercado cambial. As formas tradicionais de atuação sobre o mercado cambial são câmbio livre ou flexível, e o câmbio fixo. No câmbio livre típico, a cotação da moeda externa se dá pelo equilíbrio da oferta e da demanda de divisas no mercado sem intervenção do governo. Já no chamado câmbio fixo, o governo fixa a cotação para a

moeda externa e intervém sempre que necessário no mercado, para evitar que a taxa de câmbio sofra alteração.

Além das formas puras de administração do mercado cambial, câmbio livre e câmbio fixo, existem inúmeras formas híbridas, como o regime de bandas cambiais, em que as autoridades fixam um teto e um piso, dentro dos quais o câmbio pode flutuar, e a chamada flutuação suja (*dirty float*), através da qual a taxa de câmbio, a princípio, pode flutuar livremente. Contudo, quando algum objetivo macroeconômico, por exemplo o controle inflacionário, puder ser comprometido com a flutuação da variação cambial, o governo passa a atuar no mercado.

A política comercial está vinculada principalmente à atuação da política fiscal direcionada às relações externas, como subsídios, reduções tributárias e criação de infra-estrutura ao setor exportador. Também o estudo e desenvolvimento de estratégias competitivas compõem este grupo de políticas econômicas.

Quando nos referimos às políticas de renda, tratamos da atuação direta do governo através de gastos sociais, como bolsa-família, bolsa-escola, seguro-desemprego, entre outros, que buscam propiciar uma melhor distribuição de renda em benefício dos menos assistidos.

3.5.3 Conjuntura econômica brasileira

A situação econômica brasileira nas duas últimas décadas tem se apresentado de maneira recessiva, trazendo à tona sua maior chaga, o desemprego. Este desemprego, diferente do que temos apresentado ao longo desta tese, é o desemprego conjuntural, reflexo de condicionantes e ações de política econômica.

A questão do emprego é um tema que ganhou muita evidência, em função da aceleração das taxas de desemprego do país e de seus efeitos perversos sobre o bem-estar social. Segundo dados do IBGE, a taxa de desemprego aberto seguiu trajetória ascendente na segunda metade da década de 90, passando de uma média

anual de 4,6%, em 1995, para 7,6%, em 1998, ano em que houve um salto expressivo em relação a 1997.

Este trabalho concentrou-se no período pós-Plano Real (1994), que determinou a tônica na condução da política econômica para a fase atual. Ou seja, após a deflagração do Plano Real, a política econômica aprofundou nuances típicas e com características recessivas, que trazem como consequência o desemprego.

A análise conjuntural da economia brasileira feita neste trabalho vai até o ano de 1999, uma vez que, para o propósito do estudo, o período recente correspondente aos últimos quatro anos não tem maior relevância. Ademais, os principais indicadores macroeconômicos da economia brasileira não têm se alterado significativamente.

É importante destacar que muito do que ocorreu nos anos 90 foi reflexo da herança trazida dos anos 80 e do período da hiperinflação. A década de 80 foi marcada pela estagnação do nível de atividade econômica e por profundos desequilíbrios macroeconômicos, com especial destaque para o processo hiperinflacionário. Os mecanismos que iam sendo criados com o objetivo de tornar suportável o convívio com a inflação, como indexações e gatilhos, intensificaram a aceleração deste processo. Também o fracasso de uma série de planos heterodoxos de estabilização – cinco planos em cinco anos – contribuiu para aumentar a instabilidade da economia, intensificando a inflação.

Durante os anos 90, de acordo com o IBGE, a taxa média de crescimento da economia brasileira foi de 1,7% a.a., contra 2,9% na década de 80, considerada a década perdida. A inflação média do período ficou em 278% a.a., sendo pouco maior do que a registrada nos anos 80, que foi de 272% a.a. A taxa de investimento média considerada a preços constantes de 1980 ficou em 15,9% do PIB para os anos 90 e 18,2% do PIB nos anos 80. Durante os anos 90 as exportações cresceram em média 4,5% a.a., e em 80 estas exportações tiveram uma taxa de crescimento de 8,5% a.a. Com relação à taxa de desemprego, tivemos em média 5,7% a.a. nos anos 90, contra 5,4% a.a. na década passada.

O controle do processo inflacionário foi perseguido desde o final dos anos 80 e início da década de 90, quando a economia passou por várias tentativas de controle inflacionário, sem êxito. As políticas econômicas implementadas antes do Plano Real, que visavam também combater o processo inflacionário, além de não surtirem efeito sobre os níveis de preços, contribuíram para reduzir a popularidade do governo. A experiência dos sucessivos congelamentos de preços traumatizou os agentes econômicos e, com isso, o governo perdeu a credibilidade. Nesse contexto surgiu o Plano Real, que, além do desafio de eliminar a indexação da economia, responsável pela inflação, deveria resgatar a credibilidade do governo.

Os desgastes decorrentes das políticas "anti-sociais", principalmente do Plano Collor, exigiram um esforço ainda maior do governo para a implantação de um plano de estabilização econômica, razão pela qual os formuladores do Plano Real adotaram um programa bastante conservador, iniciado em meados de maio de 1993, com o Plano de Ação Imediata (PAI).

Diante do cenário negativo herdado de governos anteriores, o Plano Real foi gradualmente implementado na economia brasileira, sendo distribuído em etapas, iniciando-se o processo com o ajuste fiscal, centrado em equilibrar as contas públicas, denominado Plano de Ação Imediata, criando-se posteriormente um fator de correção, a URV, servindo como unidade de conta, que, além de desindexar a economia, contribuiu na transição para a nova moeda, e finalizando-se o processo com uma reforma monetária, estabelecendo o Real nas relações de troca na economia.

Ao fim de 1994 o objetivo do Plano foi atingido. A estabilidade monetária, além de resgatar o poder de compra, promoveu o crescimento econômico ao menos no primeiro ano, apresentando, ao final de 1994, um aumento de 5,67% no PIB, decorrente do aumento do emprego e da massa salarial que estimulou o consumo. Considerando o objetivo proposto, o Plano Real é considerado um dos mais bem-sucedidos planos econômicos da economia brasileira. Um conjunto de condições

políticas, históricas e econômicas foi estudado previamente a fim de formar um programa que traria resultados a longo prazo.

O Plano tinha como principais objetivos pôr fim a um cenário de inflação que perdurava por quase três décadas e substituir a antiga moeda pelo Real, tornando-a uma moeda forte e confiável, o que de fato foi sustentado no início.

A proposta era de o governo gastar menos do que as receitas arrecadadas, o que não acontecia nas antigas administrações, e ainda, que tanto o Executivo como o Legislativo atuassem juntos, com transparência, refletindo a realidade para eliminar o déficit público pela supressão das fontes de gastos. Isto viria a acontecer com êxito desde que o orçamento fosse elaborado de acordo com o retrato fiel da previsão da receita. Cabe, sobre esta medida, um breve comentário, demonstrando um descompasso entre a teoria econômica e a prática. Segundo Keynes, uma política fiscal contracionista tem um reflexo negativo sobre a economia como um todo, originando um desaquecimento na economia em virtude da redução do nível de atividade, que não cria as condições necessárias para o efeito multiplicador no sistema econômico.

Seria imprescindível equilibrar as contas do governo, promovendo uma reforma tributária, bem como eliminar a sonegação de impostos.

Neste sentido, caberia ao governo acompanhar diretamente o cumprimento das obrigações tributárias das maiores empresas do país, iniciar um processo imediato de cobrança das dívidas das pessoas físicas que não recolheram imposto sobre valores declarados, notificar as pessoas que não declararam imposto de renda, e estabelecer imposto suplementar para as empresas que fossem identificadas como tendo declarado renda inferior à verdadeira.

As empresas públicas cumpriram o papel de industrializar o país. Caberia ao governo reestruturar-se para potencializar sua ação em outras áreas priorizando os programas de saúde, educação, alimentação, habitação, dos quais o país mais carecia, resgatando sua dívida social mediante investimento em infra-estrutura,

ciência e tecnologia, justiça e segurança, defesa da moeda nacional e do equilíbrio dos mercados e expansão do comércio exterior. Contudo, para viabilizar a expansão do comércio internacional, seria necessária uma política industrial coerente, que fornecesse as condições mínimas de competitividade exigidas nas transações externas, situação não vislumbrada pelo empresariado brasileiro na ocasião.

Todavia, no contexto em que o país estava inserido, para o governo a privatização era um processo imprescindível para realizar essa mudança. Assim, o governo pretendia acelerar o processo de privatização de empresas dos setores siderúrgicos, petroquímicos e de fertilizantes, elétricos e ferroviários, simplificar o processo de venda das pequenas participações do governo em empresas que estavam concentradas no Banco do Brasil e no BNDES, permitir que o crédito dos trabalhadores em fundos sociais fossem usados como moedas de privatização, reafirmar o projeto de lei que amplia e possibilita a participação do capital estrangeiro nas privatizações, eliminando os entraves existentes.

O conjunto de medidas apresentado, na visão do governo, garantiria a retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis, construindo uma sociedade mais justa. Segundo o governo, a inflação desorganizou as finanças públicas e a gestão do Estado, incentivou a especulação financeira, tornou o país mais pobre e miserável, esmagou a classe média e sufocou empresas produtivas brasileiras, gerando, assim, números alarmantes de desempregados em todo o país.

O primeiro esforço implementado (o Programa de Ação Imediata) alavancaria a retomada do crescimento e, conseqüentemente, a expansão do emprego. Inicialmente as medidas do governo centraram-se no ajuste das contas públicas, pois, segundo os formuladores do Plano, a inflação resultava do desequilíbrio fiscal. A equipe econômica constatou que, na ocasião da elaboração do orçamento, as despesas eram fixadas com grande déficit, sendo a receita atrelada aos níveis de preços, proveniente da tributação. Desse modo, o imposto inflacionário gerava um montante de recursos adicionais, tornando o governo dependente da inflação para

atingir o equilíbrio fiscal. Logo, o maior problema provinha do sistema monetário e não fiscal. Contudo, a administração realizou cortes orçamentários através do Fundo Social de Emergência, afirmando seu compromisso em abandonar práticas orçamentárias dependentes da inflação.

Tendo sido definido que a origem inflacionária residia no sistema monetário, a solução adotada foi a implementação da reforma monetária, que, por razões inerentes ao período, foi gradualmente implementada, sendo distribuída em duas fases. Todas as medidas postas em prática, segundo o governo, transformariam o cenário econômico brasileiro.

Uma forte característica do Plano Real são suas fases de altos e baixos. A proposta inicial do governo de conter a inflação através de uma política recessiva desencadearia, posteriormente, situações adversas não visualizadas em sua concepção. Uma vez que o objetivo central do Plano era o controle inflacionário, o governo não anteviu o contexto histórico que vinha sendo configurado desde o início da década de 90, e as medidas adotadas acabaram por se dar em diversas etapas, com resultados não previstos.

No início, em 1995, os indicadores do Plano Real foram favoráveis, interrompendo o processo hiperinflacionário, que corroía o poder aquisitivo da moeda. Concomitantemente, o nível de atividade econômica ativou-se, ampliando o emprego e, conseqüentemente, reduzindo o desemprego.

O maior mérito do Plano Real foi a eliminação da "superinflação", trazendo-a para patamares aceitáveis. Os planos de estabilização anteriores ao Plano Real tinham como característica comum o congelamento de preços, que, embora se refletisse em uma queda abrupta da inflação, em um segundo momento o crescimento de preços retornava de maneira acelerada.

O sucesso do Plano Real se deu principalmente em decorrência das etapas que o precederam, quais sejam: a adoção de medidas destinadas a buscar o equilíbrio das contas públicas (FSE - Fundo Social de Emergência); o

estabelecimento de uma unidade de conta (URV) para alinhar os preços relativos da economia; e a conversão dessa unidade de valor na nova moeda estável da economia, o Real, libertando a economia da inércia inflacionária. Além disso, a valorização da taxa fez com que o preço dos *tradebles* fosse contido, evitando a elevação dos preços, representando assim a âncora cambial no controle da inflação. Este controle da inflação de fato ocorreu com sucesso, porém, apesar dos efeitos recessivos destas medidas, se não foram sentidos em um primeiro momento, tinham claras diretrizes contracionistas. "...a renda apresentou um crescimento que há muito não se via no cenário econômico; a distribuição de renda desconcentrou-se e a pobreza diminuiu, principalmente após a elevação do salário mínimo, em maio de 1995" (5 ANOS DO PLANO REAL, 2004).

A formatação do Plano Real, contudo, apresentava um modelo de risco. A estabilidade de preços ocorria como consequência de duas ações: contenção da demanda agregada e ampliação da oferta. A viabilização destas ações passou pelo câmbio semifixo e pela taxa de juros elevada. O câmbio, até 1999, obedecia ao regime de bandas cambiais, com limites máximo e mínimo, dentre os quais a cotação da moeda nacional poderia oscilar, ou seja, com a moeda nacional atrelada ao dólar, e de certa maneira com a moeda nacional sobrevalorizada, as importações ficavam favorecidas, trazendo ampliação da oferta. Ademais, a estabilidade cambial e monetária assegurava a participação de capitais financeiros.

Somados aos indicadores macroeconômicos, teve-se uma aceleração no processo de reestruturação da economia e um aumento da produtividade, corroborando para a queda no nível de emprego. A abertura econômica e a privatização, associadas à estabilização, resultaram em forte incentivo aos investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros, fazendo a reestruturação industrial avançar – é certo que, em alguns setores, mais rapidamente que em outros. Como resultado, a produtividade cresceu, ainda que partindo de um patamar bastante baixo.

Houve também uma mudança no papel do Estado, que até a década de 90 assumiu um perfil empreendedor e empresário, para fiscal e regulador da atividade econômica.

A política monetária adotada foi fortemente contracionista, o que, se por um lado estabilizou os preços, por outro a remuneração aos capitais passou a estrangular o orçamento. A partir de 1999 o governo promove o ajuste fiscal, com uma melhora no resultado primário das contas públicas, porém insuficiente para cobrir o gasto com juros.

Com relação ao setor externo, a redução de tarifas sobre importação, iniciada em 1991, e a apreciação do Real, a partir de 1994, causaram uma reversão na balança comercial, gerando sucessivos déficits para o período 1995-1998, apesar das minidesvalorizações ocorridas após 1995. Desse modo, o setor externo passa a ser equilibrado pela taxa de juros, estimulando a entrada de capitais voláteis.

A taxa de juros assumia dois papéis. Primeiro, a contenção da demanda agregada interna, com efeitos claramente recessivos, reduzindo o investimento e o consumo privados nacionais. Por outro lado, a taxa de juros, como vimos, era responsável pela atração de capitais autônomos e compensatórios, que equilibrava o setor externo, o qual necessitava de financiamento para as importações.

Considerando que o governo adotava medidas paliativas mediante cada comportamento da economia, todo o seu período, de 1994 a 1999, apresenta particularidades distintas. Assim, para maior entendimento, abordaremos o Plano Real nos diferentes períodos, até o desencadeamento de um novo regime, emergindo obrigatoriamente uma nova etapa do Plano.

Em um primeiro momento foi criado um índice, o qual proporcionava um padrão de referência para as trocas no mercado, ou seja, era uma unidade de valor, com a qual os agentes econômicos atribuíam seus preços e custos. Esta unidade de valor foi denominada URV (Unidade Real de Valor), estabelecida pelo Banco Central e corrigida diariamente com a inflação anterior. Esse sistema entrou em vigor em 1.º de março de 1994, embora antes de vigorar a URV os salários tivessem sido convertidos

para esse padrão, sendo que seu valor foi atribuído considerando o salário real médio do quadrimestre anterior, que, além desta adequação, foi determinado paridade com o dólar (R\$ 1,00 = US\$ 1,00), promovendo a âncora cambial no controle da inflação.

Após conclusão da conversão de todos os contratos de preços, que ficou a critério do mercado e dos salários, estipulados *a priori* em 1.º de julho de 1994, a URV assumiu sua segunda função, ou seja, além de unidade de conta, ocorreu sua inserção na economia como meio de pagamento, ou moeda, denominada Real. A partir de sua criação promoveu-se a desindexação da economia, permitindo a implementação de uma política monetária e cambial ativa que viria fortalecer o poder institucional do país.

O objetivo proposto no ano de 1994 foi atingido. No entanto, as reações às decisões adotadas refletiram imediatamente na economia, justificando o motivo que levou o governo a exercer um controle direto sobre o crédito, ainda em 1994.

A expansão do consumo promovida pela estabilização monetária, que permitia aos agentes exercer um controle sobre seus gastos, fortaleceu o mercado interno. Nesse período, mesmo com as políticas restritivas do governo mantendo uma elevada taxa de juros, além da alta taxa de recolhimento compulsório estabelecido para os bancos, observou-se expansão dos empréstimos, financiando principalmente o consumo de bens duráveis, fruto de uma demanda há muito tempo reprimida, em que os agentes financiados avaliavam a possibilidade de pagamento da prestação, e não a taxa de juros cobrada.

Com o mercado interno aquecido, as empresas voltaram sua produção para o atendimento dessa demanda, reduzindo sua participação no mercado externo. As condições favoráveis do mercado interno, associadas à abertura comercial e à sobrevalorização cambial, incentivaram o aumento das importações. Com a facilidade de importar e a redução das exportações, a balança comercial acabou por ser prejudicada, apresentando crescentes déficits, iniciando um processo de elevação da dívida externa, aumentando o passivo e a dependência do Brasil.

Dessa forma, considerando que a taxa de juros pode ser a remuneração ao capital, e que no Brasil está acima do mercado externo, tornou-se atrativo o investimento especulativo, em detrimento do produtivo. Além de não existir estímulo à geração de novos empregos, o governo ainda necessitava restringir a demanda com medidas de contenção ao crédito, que, por sua vez, afetavam a taxa de juros, mantendo sua atratividade no mercado especulativo internacional. Mais uma vez, o investidor gerador de empregos sentia-se desmotivado.

Sem dúvida, o mercado de trabalho sofreu significativamente os efeitos da retração da economia brasileira na década de 90. No início do período de 1992 até 1995, de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego caiu de 5,8% para 4,6%, provavelmente como consequência da recuperação da economia com relação à recessão dos primeiros anos da década de 90, vindo a economia a crescer à taxa de 5% a.a.

Para o período de 1996 a 1998, com a forte retração da economia, também o nível de emprego caiu, sendo que a economia cresceu à taxa de 3,2% a.a., segundo o IBGE, sendo significativamente menor para o último ano. A diminuição do crescimento foi consequência principalmente da queda da demanda, que pode representar um importante determinante do crescimento econômico e do nível de emprego.

O que rompe a fase de prosperidade é a crise da economia mexicana e o chamado efeito tequila, que gera uma fuga de capitais. Para interromper esta fuga de capitais o governo passa a adotar medidas recessivas, como corte no crédito e choque nos juros, que terminam tendo efeitos na produção e no emprego.

O quadro é portanto alterado em 1996, quando se mantém o controle inflacionário, porém o processo de crescimento da economia é interrompido, e o desemprego começa a agravar-se a cada novo choque nos juros. A estabilidade monetária não é acompanhada por uma efetiva estabilidade econômica.

A determinação do governo em priorizar a estabilidade interna desde o início do Plano representou o princípio da crise do setor externo. Com exceção do ano de

1994, a balança comercial registrou crescentes déficits impulsionados pelo saldo devedor na conta de transações correntes, resultado tanto do regime cambial vigente como do aumento das remessas de juros provenientes das empresas que efetivaram investimento direto no país, pressionando o saldo negativo. Diante das condições adversas do cenário, a política cambial foi pautada, em termos nominais, a um índice com uma taxa similar à variação do IPA, estratégia iniciada em 1995 e mantida até 1997, resultando em uma desvalorização muito próxima da inflação média mensal.

A elevação do passivo pela conta de capital, com a finalidade de equilibrar o balanço de pagamento, promoveu a manutenção de uma taxa de juros elevada, evidenciando a vulnerabilidade do país mediante o cenário internacional. Essa dependência externa tornou o país susceptível a crises da economia global. Logo, qualquer movimento suspeito no contexto internacional alterava as expectativas dos investidores, facilitando a fuga de capitais destes para os países considerados estáveis, ou melhor, com risco reduzido.

Em outubro de 1997 ocorre um novo choque dos juros como resposta à crise asiática que atingiu a Tailândia, Coréia, Indonésia e Hong Kong. Posteriormente a esse momento, e em menos de um ano, ocorre a crise da moratória russa, atingindo novamente a economia brasileira, trazendo como resultado um novo choque dos juros. A fuga de capitais não foi interrompida, e o crescimento do desemprego e a queda do produto foram significativos.

A crise emergente nos países asiáticos, em outubro de 1997, afetou as decisões econômicas, gerando uma forte desvalorização da moeda em todo o cenário internacional, prejudicando a balança comercial brasileira, deteriorando o poder de compra das importações das economias asiáticas, além de tornar os produtos destas economias mais competitivos no mercado internacional, forçando a adoção de políticas contencionistas, com o intuito de reduzir o nível de atividade e, assim, evitar um maior descontrole externo.

Desse modo, o contexto geral da economia brasileira, privilegiando altas taxas de juros, câmbio sobrevalorizado, e, principalmente, o risco-país, transformaram-se em fatores restritivos aos investimentos, salientando as distorções entre a política de estabilização e a ausência de uma definição política competitiva, fortalecendo os investimentos em setores de bens de consumo duráveis.

A redução tanto das importações como das exportações evidenciou a retração no mercado internacional, reflexo da crise financeira asiática iniciada em 1997. Além desse fato, com a crise da Rússia o investimento foi retirado dos países emergentes, reduzindo as reservas, fazendo com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) adotasse uma visão preventiva em defesa da moeda no Brasil, emprestando divisa mediante a firmação de compromissos do Brasil junto a esse órgão, sendo alguns deles: contenção dos gastos com programas remanescentes de subsídios parciais, imposição de limites para gastos correntes e investimentos de acordo com a disponibilidade de recursos.

Até 1998 o Brasil manteve o sistema de minibandas cambiais (administrado e fixo), mantendo a desvalorização nominal de 7% a 8% a.a., ou seja, de 0,6% ao mês ao longo de 1998. No entanto, os problemas decorrentes dessa política, como a redução das reservas e o cenário externo desfavorável, não proporcionaram a sustentabilidade do modelo, demonstrando que o Plano Real estava esgotado. Assim, em 1999 o governo alterou seu regime cambial para o flexível, sendo regulado exclusivamente pelo mercado, ou seja, pela compra e venda de divisas.

Além da alteração do regime cambial, em 1999, foi adotada, em 21 de junho de 1999, a política de metas inflacionárias, a qual estabelece um limite para a inflação para os anos seguintes, emergindo uma nova fase para o Plano Real.

Em 1999, o governo obtém uma linha de crédito com o FMI no valor de US\$ 41 bilhões. Porém, em janeiro/fevereiro deste ano ocorre a mudança no regime cambial, quando é abandonado o regime de bandas cambiais e passa a ser adotado o regime

de câmbio flutuante. Desse modo, abandona-se a âncora cambial e, de certa forma, a própria concepção do Plano Real.

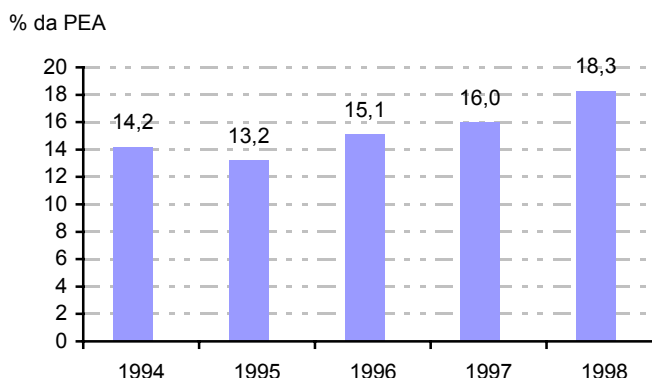
O fim desta chamada primeira fase do Plano Real fica marcado com o ajuste cambial e com um salto inflacionário, que, apesar de não ter dado vazão à inércia inflacionária, foi suficiente para corroer significativamente os salários.

A "nova etapa" do Plano Real, pós-1999, passa a ser marcada por uma nova metodologia de controle inflacionário, o chamado modelo de metas inflacionárias (*target inflation*).

Durante o início do Plano Real, o modelo se aproximava de um *Currency Board* (âncora monetária). Assim, a inflação era controlada por mecanismos cambiais, pois era a valorização da moeda nacional que permitia uma ampliação da oferta via importação, e o que mantinha a moeda estabilizada e atrelada ao dólar. Todavia, a manutenção da paridade cambial era sustentada pela atração de divisas, e isto somente era possível com juros atrativos e que tinham que ser aumentados a partir de qualquer crise de confiança da moeda nacional. Dessa maneira, pode-se afirmar que o câmbio controlava a inflação, enquanto a taxa de juros era responsável pelo setor externo e pela valorização externa da moeda. Com a desvalorização de 1999, as variáveis voltaram a assumir seu papel tradicional, ou seja, a taxa de juros é o instrumento de controle inflacionário, e a taxa de câmbio, através de flutuações, embora com participação do governo, passa a "regular" o setor externo.

Com relação a esta primeira fase do Plano Real, dados do Dieese mostram que o desemprego se elevou em todas as regiões metropolitanas contempladas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), como aponta o gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 - TAXA DE DESEMPREGO TOTAL ANUAL -
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO -
1994-1998



FONTE: 5 ANOS DO PLANO REAL, 2004

Em 1998, dados desta mesma pesquisa indicam que o número de desempregados chegava a três milhões. Também o tempo de procura por trabalho tem aumentado, sendo 25 semanas em 1994, tendo caído em 1995 para 22 semanas, e voltando a aumentar para 24, 28 e 36 semanas nos anos de 1996, 1997 e 1998, respectivamente.

No período pós-desvalorização do real, ocorrida em 1999, foram realizadas medidas governamentais que envolveram a oficialização de acordos do governo brasileiro com um consórcio de instituições e monitoramento do FMI, buscando a recomposição das reservas e adotando o sistema de flutuação da taxa de câmbio, em lugar do regime de bandas cambiais existente até então.

O fato é que a desvalorização não representou uma opção de política econômica, mas sim uma consequência, dado o esgotamento das reservas cambiais. Outra herança do Plano Real foi o desequilíbrio orçamentário, como consequência do pagamento dos juros referentes à dívida pública.

Os juros não tinham mais como objetivo principal a atração de divisas, mas sim o controle da inflação, e eram aumentados sempre que os índices inflacionários ameaçavam o acordo com o FMI.

Com relação ao desemprego, observa-se que as taxas permanecem elevadas pós-desvalorização do real, mantendo-se em torno de 20%, segundo dados do Dieese, para o primeiro ano após a primeira fase do Plano Real.

De acordo com o Dieese, o número de desempregados nas regiões metropolitanas pesquisadas por esse órgão aumentou de 2.960 mil, em janeiro de 1999, para 3.473 mil, em julho, e reduziu-se a partir deste mês, chegando em outubro a 3.296 mil – patamar 11,1% superior ao registrado no início do ano.

Diante do cenário de redução do emprego, tanto na esfera nacional como em termos internacionais conforme será visto no subcapítulo 4.2, intitulado "A Sociedade do Desemprego", a redução da jornada de trabalho surge como uma importante proposta alternativa, além de possibilitar maior qualidade de vida ao trabalhador.

CAPÍTULO 4

A QUESTÃO DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Neste capítulo, será trabalhada a questão da redução da jornada de trabalho, sendo tomada, aqui, senão como uma solução para a questão do desemprego, ao menos como um amenizador para esse quadro. Estar-se-á buscando realizar uma verificação dos pontos favoráveis e desfavoráveis à adoção desta medida, a partir de observações de experiências já realizadas, notadamente na França, e após a adoção da lei da jornada das 35 horas.

Partiremos de uma abordagem histórica das relações de trabalho, principalmente no que tange à duração da jornada, em que se observará que, além de ser uma medida interessante para a geração de empregos, a redução da jornada de trabalho obedece a um processo histórico que tem início após a revolução industrial. Por último, faz-se a apresentação e discussão de um estudo de caso, relativo a uma empresa que adota a redução da jornada de trabalho desde 2000.

4.1 A Sociedade do Trabalho

Não por acaso, a sociedade moderna é chamada de sociedade do trabalho. Foi com a revolução industrial e a modernidade que surgiu o assalariamento, e com este a desvinculação do trabalho de outras atividades, assim como o alongamento da jornada de trabalho, que, no auge da revolução industrial, chegou ao limite da exaustão física.

Leo Huberman, em *História da Riqueza do Homem*, afirma:

As máquinas, que podiam ter tornado mais leve o trabalho, na realidade o fizeram pior. Eram tão eficientes que tinham de fazer sua mágica durante o maior tempo possível. Para seus donos, representavam tamanho capital que não podiam parar – tinham de trabalhar, trabalhar sempre. Além disso, o proprietário inteligente sabia que arrancar tudo da máquina, o mais depressa possível, era essencial porque, com as novas invenções, elas podiam tornar-se logo obsoletas. Por isso os dias de trabalho

eram longos, de 16 horas. Quando conquistaram o direito de trabalhar em dois turnos de 12 horas, os trabalhadores consideraram tal modificação como uma benção. (HUBERMAN, 1995, p.189).

O percurso da duração da jornada de trabalho no início do sistema capitalista era máximo. A partir do final do século XIX, e ao longo do século XX, as classes trabalhadoras conseguiram se organizar e foram conquistando vitórias, como aposentadoria e direito a férias.

De acordo com dados da OIT, a maioria dos países tem adotado, nos últimos vinte anos, uma progressiva redução da jornada de trabalho. A Coreia a reduziu de 51,6 horas semanais para 47,0 horas. A Alemanha, de 41,6 horas para 40,8 horas semanais. A Espanha, de 39,7 horas para 35,9 horas semanais. Outros países também seguiram esta tendência, como Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Reino Unido e Itália, dentre outros, tendo sido poucos os países, como Israel e Suíça, que seguiram o caminho inverso.

Quando as bases técnicas e sociais da produção começam a ser revolucionadas, assistiu-se ao movimento de lenta redução da jornada de trabalho. "No modo de produção capitalista o contínuo desenvolvimento de inovações que revolucionam os meios e métodos de trabalho e a própria intensificação do ritmo de consumo de força de trabalho resultam num aumento progressivo da produtividade do trabalho que, por sua vez, permite a ampliação do excedente econômico." (FRACALANZA, 2001, p.188).

Desta maneira, a grandeza ampliada do tempo excedente, sem prejuízo da mais-valia, pode servir para reduzir a jornada de trabalho.

Ao longo da história, a redução da jornada de trabalho não foi consequência do caminhar do tempo, mas sim do esforço sindical e mobilizado, que levou a uma melhoria de vida para os trabalhadores, e, por que não dizer, para a sociedade como um todo.

A idéia da redução da jornada de trabalho a princípio adota uma lógica simples. O volume de trabalho produtivo pode ser mensurado pelo total de

trabalhadores empregados, multiplicado pelas horas médias de trabalho efetivo. Assim, o volume de trabalho produtivo pode permanecer inalterado se a redução das horas médias de trabalho efetivo foi compensada por um aumento no total de trabalhadores empregados. Ou seja, para que todos possam trabalhar, todos deveriam trabalhar menos. Porém, o assunto é controverso, e uma suposta regra de três nem sempre é verificada. Outros atores passam a participar da cena, conforme será visto ao longo deste capítulo.

4.2 A Sociedade do Desemprego

De maneira semelhante ao modo como intitulamos a sociedade, como sendo sociedade do trabalho, também podemos nos referir a ela como sociedade do desemprego, pois, assim como o trabalho (emprego) tem um papel fundamental na constituição social do mundo em que vivemos, o desemprego, como visto, surge, de maneira significativa, como um subproduto do próprio avanço da sociedade.

Juntamente com o desemprego caminham a pobreza e a exclusão social, pois apesar de dados do Banco Mundial terem apresentado que a proporção das pessoas que vivem com menos de um dólar por dia ter diminuído entre 1981 e 2001, não se pode considerar este resultado como satisfatório, uma vez que as desigualdades na distribuição mundial da riqueza têm aumentado, sendo que estas disparidades dependem do crescimento econômico, da distribuição da renda e da redução do desemprego.

A questão do desemprego torna-se cada vez mais preocupante, pois dados da OIT indicam que o número de pessoas sem emprego atingiu, em 2003, 185,9 milhões. Apesar do crescimento do produto mundial à taxa de 3,2% entre 2002 e 2003, a taxa de desemprego sofreu uma redução de 6,3% para 6,2%. No entanto, em números absolutos, o crescimento representa mais de 500 mil pessoas, sendo que nos últimos 10 anos o número de novos desempregados foi de 4,5 milhões.

De acordo com a OIT, será necessária a adoção de estratégias que coloquem o emprego no centro das políticas sociais. A Organização alerta que, até 2015, o mundo terá que encontrar vagas para cerca de 514 milhões de pessoas que estarão entrando na idade de buscar emprego.

4.3 A Abordagem Histórica

O primeiro documento que disciplina a duração da jornada de trabalho (Statute of Laboures) foi adotado em 1349, na Inglaterra, em consequência da peste negra, que dizimou quase 25% da população europeia. Em face da redução populacional, que diminuiu em muito a oferta de mão-de-obra, o documento foi direcionado com o intuito de ampliação da jornada. O estatuto pregava que, de março a setembro, a jornada de trabalho para artesãos e trabalhadores agrícolas iniciava-se às cinco horas da manhã e terminava por volta das sete ou oito horas da noite. Os intervalos eram de uma hora para o café da manhã, uma hora e meia para o almoço e meia hora para o chá da tarde. Para os outros meses do ano, a jornada também se iniciava às cinco horas da manhã, no entanto encerrava-se no início da noite. Todavia, neste período o processo de assalariamento estava amadurecendo e, dada a escassez do fator mão-de-obra, a realidade era mais favorável aos trabalhadores do que regiam os estatutos. Assim, a jornada de trabalho era inferior à descrita nos documentos. "A julgar, contudo, pelos relatos de época, a situação dos trabalhadores era bastante mais satisfatória do que as que figuravam nos textos dos estatutos. Em média, neste período, acreditava-se que os homens adultos trabalhassem dez horas diárias, com exceção do domingo." (FRACALANZA, 2001, p.32).

Com o decorrer do tempo, o surgimento de novos estatutos que impunham a ampliação da jornada de trabalho, somado à pressão para redução dos salários, fizeram com que os trabalhadores viessem a se adequar às exigências dos novos modos de produção.

A pressão para jornadas mais longas leva, ao final do século XVIII, a situações não humanas de trabalho, em que os limites físicos passam também a ser desrespeitados, sendo também comum o trabalho exaustivo de crianças e mulheres.

Pagavam os menores salários possíveis. Buscavam o máximo de força de trabalho pelo mínimo necessário para pagá-las. Como mulheres e crianças podiam cuidar das máquinas e receber menos que os homens, deram-lhes trabalho, enquanto o homem ficava em casa, freqüentemente sem ocupação. A princípio, os donos de fábricas compravam o trabalho das crianças pobres, nos orfanatos; mais tarde, como os salários do pai operário e da mãe operária não eram suficientes para manter a família, também as crianças que tinham casa foram obrigadas a trabalhar nas fábricas e minas. Os horrores do industrialismo se revelam melhor pelos registros do trabalho infantil naquela época (HUBERMAN, 1985, p.190).

Em face dessas condições os trabalhadores passam a se mobilizar, com o objetivo de conseguir melhores condições de vida e de trabalho. Dentre as principais reivindicações, havia espaço para a redução da jornada de trabalho. Como consequência destas reivindicações, surge, em 1833, a Lei Fabril inglesa.

O texto da lei rezava que a jornada iniciava-se às cinco e meia da manhã e se encerrava às oito e meia da noite, sendo permitida a utilização de trabalho de adolescentes de 13 a 18 anos. O período de trabalho é o mesmo que consta do primeiro *Statute of Laboures*, já citado. Entretanto, este não era cumprido em decorrência de certo "privilegio" de que os trabalhadores gozavam. A Lei Fabril, a princípio, era bastante burlada na Inglaterra, porém agora por interesse dos capitalistas.

Na realidade, as leis fabris inglesas não se aplicavam a todos os ramos da indústria inglesa, isto é, somente ao longo do tempo as leis foram se estendendo para outros campos.

É importante citar que o fenômeno da revolução industrial e da ampliação da jornada de trabalho ocorrido na Inglaterra não foi diferente em outros países, tendo sido guardadas, em cada um deles, suas peculiaridades e estágios de desenvolvimento.

Apesar de a Inglaterra ter sido palco principal da revolução industrial, a evolução histórica da redução da jornada de trabalho encontra maior riqueza na França, principalmente quando tratamos de sua história mais recente.

A luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho é inerente e remonta ao início do sistema capitalista de produção. No alvorecer do capitalismo, que podemos situar com a primeira revolução industrial, as tentativas de redução da jornada de trabalho estavam ligadas à própria sobrevivência, dadas as precárias condições de trabalho do período. Nas jornadas de 18 horas diárias, habituais na época, eram comuns mutilações e mortes dos trabalhadores, que dormiam ou desmaiavam sobre as máquinas.

Muitas foram as manifestações ocorridas ao longo do século XIX. A propósito, a adoção do dia 1.º de maio como dia do trabalhador foi resultado de manifestação, nos Estados Unidos, em 1886, pela redução da jornada de trabalho, quando oito trabalhadores foram presos e cinco deles condenados à forca. Quatro anos mais tarde, o Congresso norte-americano acabou por reduzir a jornada de trabalho de 16 para 8 horas diárias.

O surgimento dos direitos sociais é contemporâneo e aparece no século XVIII, como resultado não da construção de um pensamento ligado ao indivíduo, mas sim do grupo social no qual este indivíduo está inserido.

Na concepção de Chemin (2002),

Uma das principais políticas públicas sistematizadas de que se tem notícia foi implementada na época da Revolução Industrial, na Grã-Bretanha, quando o Estado fez sua intervenção para diminuir a violência urbana. A industrialização da Inglaterra havia gerado enorme pobreza entre a população, e o Estado criou as *workhouses* (casas de trabalho), casas em que eram colocados os pobres recolhidos das ruas, dando-lhes alimento e abrigo enquanto uma base paroquial fornecia-lhes trabalho, com a finalidade de não ficarem soltos cometendo roubos ou violência contra o restante da população (CHEMIN, 2002, p.65).

É fundamental perceber que à época da Revolução Industrial inglesa surgia e tomava espaço no *mainstream*²¹ a teoria liberal, que possuía como premissa básica o ideal individualista. Contudo, as crises do modelo liberal, principalmente durante a Primeira Grande Guerra, fizeram com que ganhassem corpo as teorias socialistas.

O próprio crescimento das cidades, que é resultado da revolução industrial, começa a se intensificar, trazendo no seu bojo o inconformismo com esse crescimento e as condições da sociedade industrial. A massa popular de trabalhadores começa a reivindicar garantias mínimas de sobrevivência, pressionando por novos condicionantes sociais, que passam por maior assistencialismo e promoção do bem-estar.

A idéia de reduzir o tempo de trabalho com o objetivo de criar empregos representa uma mudança de perspectiva com relação ao debate dos anos sessenta. De fato, naquele momento, os países desenvolvidos viviam na confortável situação de um quase pleno emprego. As reivindicações pela redução do tempo de trabalho objetivaram, acima de tudo, a melhoria das condições de trabalho e de vida, libertando o trabalhador das limitações impostas por jornadas de trabalho muito longas (FRACALANZA, 2001, p.1).

No período que sucede a segunda Grande Guerra, as principais economias do mundo, principalmente as européias, atravessaram, durante um período de aproximadamente vinte anos, situações bem próximas ao pleno emprego, com taxas de desemprego negligenciáveis. Todavia, nos anos setenta, principalmente em decorrência do Choque do Petróleo, a taxa de desemprego dos países da União Européia mais do que dobrou para o período 70-80.

Durante a década de oitenta, ganha corpo, na Europa, o arsenal neoliberal, em que a argumentação para explicar o desemprego concentrou-se sobre a rigidez dos mercados de trabalho. Apontava-se que as maiores taxas de desemprego observadas

²¹Termo em inglês que significa a corrente central ou mais importante do pensamento econômico de uma determinada época.

na Europa com relação às dos Estados Unidos decorriam da excessiva rigidez dos mercados de trabalho europeus.

A consagração dos ideais neoliberais nos países da União Européia trouxe como medidas destinadas a solucionar o problema do desemprego o lema da desregulamentação, da flexibilização dos salários e dos contratos e direitos trabalhistas, acreditando que estes produziram como resultado não apenas a diminuição do desemprego, mas também o incremento da competitividade nacional. Porém, como resultado prático da adoção dessas políticas de flexibilização dos mercados de trabalho houve a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora, ou seja, a desestruturação do mundo do trabalho.

De acordo com Fracalanza (2001), diversos segmentos populacionais foram afetados, porém alguns de maneira mais dura: os trabalhadores idosos, os mais novos, as mulheres, os imigrantes e os portadores de deficiência. Além destes efeitos, a desregulamentação também trouxe a desmobilização dos estados nacionais em prover serviços básicos à população e o enfraquecimento político das organizações sindicais, trazendo, desta forma, falta de segurança e representatividade dos trabalhadores.

Alimentados pela desesperança, o objetivo de uma política de redução do tempo de trabalho em muito se modifica. Se na década de 60 a sociedade francesa se mobiliza para conclamar o "direito ao lazer", atualmente, a redução do tempo de trabalho objetivava a criação de empregos e, segundo os mais entusiastas, chega mesmo a representar uma das condições necessárias para a retomada do crescimento econômico (FRACALANZA, 2001, p.5).

Em 1982, durante o governo François Mitterrand, promoveu-se a redução da jornada de trabalho de 40 para 39 horas, a semana de férias de 4 para 5 semanas, e diminuiu-se a aposentadoria de 65 para 60 anos. "Ainda que permaneça a controvérsia entre os economistas sobre os resultados concretos dessa experiência, ela foi sentida, de um ponto de vista simbólico e político, como um profundo fracasso. Por essa razão, principalmente durante uma década a proposta de redução do tempo de trabalho não mais retornou à cena política francesa." (FRACALANZA, 2001, p.5).

O retorno à discussão da redução da jornada de trabalho na França só retorna em 1992, momento de elevado desemprego. Em 1997, o primeiro ministro, Lionel Jospin, elegeu-se usando como plataforma o combate ao desemprego mediante uma política de redução do tempo de trabalho. Em 19 de maio de 1998 é aprovada a lei das "35 horas", ou lei Aubry, como referência ao sobrenome da ministra do Emprego.

Segundo Chemin (2002), apesar dessa nova participação do Estado, ainda triunfam os valores impostos pelo chamado liberalismo burguês. Todavia, a tônica do modelo busca corrigir o individualismo liberal por meio de garantias coletivas, pela reunião do capitalismo com a busca de bem-estar social, que tenha em vista o desenvolvimento da pessoa humana.

Surge assim uma nova concepção de Estado, que passa, de acordo com essa autora, a ser regulador e promotor do bem-estar social, estando, principalmente pós-segunda grande guerra, também o Brasil inserido neste processo.

No Brasil, a primeira Constituição a registrar um título sobre a ordem econômica e social foi a de 1934, sob a influência da Constituição alemã de Weimar, de 1919, o que se seguiu nas cartas posteriores. Vale ressaltar que a constituição de Weimar, ao inserir os direitos sociais, contemplou o direito do cidadão ao emprego, à educação e à proteção, contra riscos de uma sociedade industrial, estabelecendo, também, os direitos de primeira geração, como, por exemplo, o sufrágio universal (CHEMIN, 2002, p.86).

Contemporaneamente, a discussão a respeito da redução da jornada de trabalho ganha outra roupagem, a preocupação se reveste de um cunho macroeconômico, e se insere na discussão social como fator de provável geração de empregos.

Hoje, a discussão a respeito da redução da jornada vem à tona como opção de combate ao desemprego estrutural, e emerge como um item fundamental de reivindicação do movimento dos trabalhadores. Pois, quando a jornada de trabalho é reduzida, uma parte do trabalho executado por esses trabalhadores deixa de ser feita, pelo simples fato de que passam a trabalhar menos horas por semana, por mês, ou por ano, possibilitando a criação de mais vagas.

4.3.1 A redução da jornada de trabalho na França

Durante o período da chamada revolução industrial, as leis referentes às condições de trabalho na França, de maneira semelhante ao que ocorreu na Inglaterra, pouco evoluíram no sentido da redução da jornada de trabalho, ficando direcionadas, com maior ênfase, à redução e proibição do trabalho infantil.

Fracalanza traz as principais leis promulgadas neste período:

- 1841 - primeiro texto legal de real importância na França sobre a duração do tempo de trabalho. A Lei regulamentava o trabalho de crianças nas manufaturas, fábricas e oficinas com mais de vinte empregados, estabelecendo, entre outras medidas: interdição do trabalho infantil antes dos oito anos de idade, duração máxima do trabalho infantil em oito horas diárias para as crianças de 8 a 12 anos e em 12 horas diárias para aquelas entre 12 e 16 anos, e obrigação do repouso dominical.

Todavia, esta lei tinha cunho mais simbólico, e seu objetivo principal era a redução da concorrência predatória entre as indústrias têxteis. Na prática, suas determinações eram em muito desrespeitadas.

- 1848 - decreto que instituía a jornada de trabalho diária de 10 horas em Paris e de 11 horas nas demais cidades francesas.

Em setembro deste mesmo ano um novo decreto instituiu a jornada de 12 horas em toda a França.

- 1874 - foi somente em 1874 que uma nova lei substituiu o texto de 1841. Contudo, novamente reportava-se ao trabalho infantil, diminuindo o tempo de trabalho, extrapolando, contudo, os limites da indústria. A idade mínima foi ampliada de 8 para 12 anos, sendo também a jornada reduzida para 6 horas diárias. A lei também proibiu o trabalho noturno para crianças e manteve o descanso aos domingos.
- 1814 - estabelecia a garantia de repouso aos finais de semana e festas católicas.

- 1880 - anula a Lei de 1814 e define que o repouso semanal dos trabalhadores adultos deveria seguir as convenções e usos locais.
- 1906 - restabelece o repouso dominical obrigatório para todos os trabalhadores.

Com a expectativa da Primeira Grande Guerra, fortaleceram-se os movimentos de trabalhadores, ocorrendo, na prática, sensível redução da duração da jornada de trabalho, que diminuiu em aproximadamente 11% no período 1881-1913.

- 1882 - fixação em 11 horas diárias para o trabalho feminino; proibição do trabalho noturno, já existente para crianças até 18 anos e para todas as mulheres.

A idade mínima para crianças trabalharem passou de 12 para 13 anos, sendo a duração máxima de 10 horas para crianças de 13 a 16 anos, e de 11 horas para crianças de 16 a 18 anos de idade.

- 1890 - redução da jornada de trabalho para 11 horas diárias.
- 1902 - redução da jornada de trabalho para 10 horas e meia diárias.
- 1904 - redução da jornada de trabalho para 10 horas diárias.
- 1910 - institui o mecanismo de aposentadoria em 65 anos de idade.

Período entre Guerras

- 1910 - fixou-se a duração máxima da jornada de trabalho em oito horas diárias (48 horas de trabalho semanal).
- 1936 - fixação de 40 horas semanais e de duas semanas de férias anuais pagas.

De acordo com Fracalanza (2001),

Em princípio a semana de 40 horas, que tinha entre outros objetivos a criação de empregos, teve por resultado a diminuição da duração semanal efetiva do trabalho. Era a primeira vez, em verdade, que se garantia aos trabalhadores o direito ao lazer, não apenas pela redução do tempo de trabalho, mas também pela garantia das férias remuneradas (FRACALANZA, 2001, p.42).

Contudo, tendo em vista a insipiência da Segunda Grande Guerra, isto fez com que os esforços bélicos e armamentistas fossem aos poucos, na prática, elevando a duração da jornada de trabalho. Como consequência deste processo, a duração efetiva semanal do trabalho aumentou significativamente, ultrapassando largamente o previsto em lei.

Duração do Trabalho na França no Pós-Guerra

Como foi dito, no período que antecede a Segunda Grande Guerra, e naquele em que esta se desenrola, a duração da jornada de trabalho aumenta, ocorrendo uma desregulamentação "voluntária" em vários campos.

- 1956 - concessão da terceira semana de férias anuais.

Durante este período discute-se mais a duração das férias do que propriamente a duração da jornada semanal.

- 1969 - fica estabelecida a quarta semana legal de férias.

A evolução da jornada legal de trabalho para o período de 1998 e a Lei Aubry serão abordadas no capítulo 4.6.

4.3.1.1 O Decreto-Lei de 1982

Em 1982, durante o governo Mitterrand, seguindo pela política de redução do tempo de trabalho, diminuiu a duração da semana legal de 40 horas para 39 horas, aumentando de quatro para cinco semanas a duração legal das férias pagas e diminuindo a idade de aposentadoria de 65 anos para 60 anos. Os resultados desta experiência foram vistos por muitos como um profundo fracasso político, sendo que o ganho foi a abertura de brechas para uma prática que se tornaria bastante difundida com o correr dos anos, a adequação dos horários de trabalho.

Dentro do que se entende como adequação dos horários de trabalho, é possível considerar diversas práticas que objetivam tornar mais flexíveis os horários de trabalho e a modelação destes.

A modulação dos horários de trabalho permite à empresa adaptar-se às flutuações da demanda por seus produtos por meio de uma gestão mais flexível dos horários de trabalho de seus efetivos. Respeitados certos limites estabelecidos pelo texto legal, a duração semanal do trabalho pode variar amplamente ao longo do ano.

Na modulação do horário de trabalho, três condições devem ser observadas:

1. O cômputo da duração semanal média do trabalho ao longo do ano não deveria ultrapassar o limite legal das 39 horas.
2. As modificações dos horários de trabalho deveriam ser comunicadas aos trabalhadores com antecedência.
3. A duração diária do trabalho não poderia ultrapassar o teto das dez horas.

Fracalanza (2001) afirma:

Acreditava-se, por exemplo, que a taxa de desemprego recuaria sensivelmente poucos meses depois da aplicação do novo dispositivo das 39 horas. Inevitavelmente, essa expectativa seria frustrada, pois os efeitos de uma política de redução do tempo de trabalho sobre o nível de emprego da economia exigem certo tempo para se manifestarem (FRACALANZA, 2001, p.159).

4.4 Tempo de Trabalho e Jornada de Trabalho

Define-se tempo de trabalho como o intervalo temporal durante o qual um indivíduo da população ativa exerce uma atividade que tem uma contrapartida em dinheiro. Nesta classificação, portanto, são excluídas as atividades desenvolvidas pelos inativos e desempregados, pois o aspecto a ser estudado é o impacto sobre o volume de emprego formal, dado que a idéia que move uma redução da jornada de trabalho é a de que, quando se promove esta redução, espera-se que se criem condições para gerar emprego aos que estão desempregados, motivo pelo qual a preocupação deve centrar-se naqueles que ocupam um emprego remunerado.

Quanto à duração da utilização da força de trabalho, empregando uma abordagem marxista, pode-se supor que quanto maior a duração da jornada de trabalho, *ceteris paribus*, maior será a mais-valia que o capitalista pode extrair do trabalhador. De outro lado, ao trabalhador interessa a redução da jornada de trabalho que exaure suas forças. Desta maneira, o problema passa a ser o limite do ponto de conflito entre interesses incongruentes.

Pelo lado do capitalista, existem limites para o alongamento da jornada de trabalho. Todavia, o aumento da jornada de trabalho se defronta com dois obstáculos. O primeiro é de natureza física, sendo evidente que a duração da jornada deve corresponder a um nível tal que permita ao trabalhador repor suas energias e, desse modo, continuar trabalhando. O segundo obstáculo é de natureza social, e está relacionado aos limites legais e morais que cercam a duração da jornada de trabalho.

O limite é estabelecido em uma medida superior ao tempo de trabalho necessário para a obtenção de bens, correlata ao salário do trabalhador, condição necessária para que o consumo da força de trabalho seja também um processo de valorização do capital.

A maior extração da mais-valia também pode ocorrer, além da utilização de mais horas, pela melhor utilização da mão-de-obra empregada, através de bases técnicas e sociais da produção, de maneira que se amplie a força produtiva do trabalho. Ou seja, com um padrão tecnológico mais moderno é possível a obtenção de uma mais-valia de igual valor, com uma menor duração da jornada de trabalho. Também pode-se dizer que a mudança no padrão tecnológico acaba por aumentar o tempo de trabalho excedente, permitindo a própria redução de jornada de trabalho. Por outro lado, se considerarmos constante a duração da jornada de trabalho, as inovações afetam os meios ou métodos de trabalho, permitem elevar a produtividade e, desse modo, pode haver um incremento na mais-valia. Portanto, o tempo

excedente (acima do salário do trabalhador) pode ser utilizado em parte para reduzir a jornada de trabalho, sem prejuízo da mais-valia.

A redução da jornada de trabalho não se refere apenas à redução semanal. Existem outras possibilidades de redução deste tempo: em uma semana de trabalho, em um ano de trabalho, segundo os diferentes ciclos de vida do trabalhador e ao longo de sua vida ativa.

A princípio, a lei das "35 horas", na França, regulamenta a redução da jornada de trabalho ao longo de uma semana, todavia existem outras modalidades. É possível, por exemplo, agir sobre a duração anual do trabalho. Tal experiência foi realizada em diversos países europeus no entreguerra, os quais sancionaram leis que instituíram férias anuais remuneradas. A França, além da redução semanal, também editou diversas leis que ampliaram as férias anuais.

Fracalanza também cita a possibilidade de outras modalidades, como na Suécia, onde estas medidas tiveram grande desenvolvimento, com as licenças para pais de recém-nascidos, as licenças de formação e os anos sabáticos, com seus dispositivos específicos de modulação da atividade dentro de um amplo período e suas formas particulares de remuneração.

Também é possível trabalhar a questão da redução da jornada de trabalho controlando a duração do trabalho ao longo da vida do trabalhador. Existem duas formas de regular o trabalho ao longo da vida ativa. Primeiro, é possível retardar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, e uma segunda fonte é antecipar a aposentadoria. O alongamento dos anos de escolaridade, por exemplo, contribui para retardar o ingresso de trabalhadores no mercado de trabalho.

A idéia da redução da jornada de trabalho se insere na ótica das políticas econômicas voltadas para a geração de emprego.

A partir da conceituação de trabalho, emprego e desemprego, bem como da situação do nível de emprego e das variáveis significativas que o afetam, cabe a apresentação de propostas que venham a amenizar o fenômeno do desemprego.

Assim, torna-se importante uma caracterização das formas de política econômica no que se refere às tentativas de reduzir o problema.

4.5 As Políticas Econômicas Voltadas ao Mercado de Trabalho

Do ponto de vista conceitual, segundo Pochmann (1999), os programas voltados para o mercado de trabalho podem ser definidos segundo as duas vertentes consideradas pela OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento), mas com conteúdos distintos:

- **As Políticas Ativas** de mercado de trabalho são aquelas voltadas para a ampliação do nível ocupacional e melhoria da condição de obtenção de um posto de trabalho por parte do desempregado. Trata-se de um conjunto de medidas direcionadas à elevação da quantidade de postos de trabalho, que atuam sobre fatores determinantes da demanda por mão-de-obra, como a expansão das atividades econômicas que utilizam mais intensamente o trabalho.

Como exemplo, podem ser enumerados: a redução da carga fiscal para determinados setores da economia e subsídio a outros; aumento do gasto público particularmente em áreas de grande capacidade de geração de empregos, tais como os serviços sociais, complementação de renda, promoção de uma distribuição mais uniforme de renda; **redução da jornada de trabalho**; aumento do emprego público; atuação específica sobre segmentos do mercado de trabalho (deficientes, mulheres, jovens, etc.), estímulo ao consumo por força do crédito, entre outros.

- **As Políticas Passivas** do mercado de trabalho estão representadas por ações sobre a oferta de mão-de-obra, tais como estímulo à aposentadoria, indenização aos desempregados, agência pública de emprego, elevação da idade de ingresso do jovem no mercado ou mesmo a promoção de

mobilidade geográfica nacional e internacional. Objetivam impedir a redução do nível de emprego e favorecer aqueles sem emprego.

Exemplificando, tem-se: medidas de preparação da mão-de-obra, intermediação, garantias de renda, prolongamento da renda escolar juvenil, antecipação de aposentadorias, concessão de pensões e auxílios financeiros afins, adicionais para o ato de rompimento do contrato de trabalho, entre outras.

Ao longo deste capítulo, e a exemplo da Lei Aubry, estaremos estudando a questão da redução semanal da jornada de trabalho.

4.6 A Lei sobre a Jornada de 35 Horas Semanais na França

Dentre as políticas ativas de combate ao desemprego, pode-se citar, de maneira correlata ao tema, a Lei Aubry, que reduziu a jornada de trabalho na França em 2000.

Em 1997, após a dissolução inesperada da Assembléia Nacional pelo presidente Jaques Chirac, a esquerda voltava ao poder, tendo como prioridade a luta contra o desemprego, e, como pano de fundo, um programa de governo que incluía a semana de 35 horas.

A esquerda, ao assumir o governo em junho de 1997, com Leonel Jespan, encarregou Martine Aubry, ministro do Emprego e Solidariedade, de regulamentar a redução da jornada de trabalho. Duas leis foram promulgadas: a Lei Aubry I, adotada em junho de 1998, substituindo a legislação anterior, a qual abriu espaço para a Lei Aubry II, implementada em dezembro de 1999 e vigente a partir de 1.º de fevereiro de 2000, trazendo como características os seguintes pontos:

- a lei modifica a carga horária semanal de trabalho, que passa de 39 horas para 35 horas, a partir de 1.º de fevereiro de 2000, para as empresas com

mais de 20 funcionários, e a partir de 1.º de fevereiro de 2002 para as empresas com menos de 20 funcionários.

- a carga horária de 35 horas semanais pode ser controlada anualmente, permitindo assim uma maior adaptação em função das flutuações da demanda e possibilitando, desta forma, maior flexibilidade.

É importante ressaltar a participação do Estado, reduzindo os encargos sociais para as empresas, como compensação para a redução da jornada.

O projeto de lei que instituiu as "35 horas" de trabalho semanal na França foi votado e aprovado pela Assembléia Nacional Francesa em 19 de maio de 1988.

Dentre as medidas, podem ser enumeradas:

- a duração semanal legal do trabalho foi fixada em 35 horas a partir de 1.º de janeiro de 2000 para as empresas que contam com mais de 20 empregados, e a partir de 1.º de janeiro de 2002 para as demais empresas;
- a lei foi aplicada a todas as empresas privadas e públicas;
- para se beneficiar da ajuda financeira do governo, as empresas deveriam reduzir em no mínimo 10% os horários praticados anteriormente;
- para uma redução de 10% do tempo de trabalho, a empresa deveria se comprometer a realizar contratações compensatórias de 6%, com relação ao número de trabalhadores existentes na empresa antes da assinatura do acordo;
- no caso da redução do tempo de trabalho alcançar o percentual de 15%, as contratações compensatórias deveriam chegar a no mínimo 9% do total dos efetivos;
- a Lei previa a possibilidade de concessão de ajuda financeira às empresas que atravessavam períodos de grandes dificuldades econômicas. Os auxílios seriam concedidos levando em conta não o número de novos postos criados, mas sim o número de trabalhadores que teriam seus empregos preservados e que, de outra forma, seriam demitidos;

- para as empresas que realizassem contratações compensatórias, estas deveriam ocorrer no prazo máximo de um ano, a contar da data de redução do tempo de trabalho;
- os novos postos criados deveriam ser mantidos por um período superior a dois anos, a contar da data da última contratação realizada;
- a ajuda financeira seria concedida por um prazo de cinco anos, sendo que a cada ano diminuiriam os valores repassados às empresas;
- o valor inicial dos auxílios concedidos seria estabelecido em função de alguns fatores, a saber:
 1. quanto antes fossem realizados os acordos, tanto maiores seriam os valores dos benefícios;
 2. quanto maior a porcentagem de redução do tempo de trabalho, maior a ajuda financeira;
 3. o valor da ajuda poderia ser aumentado se a empresa se compromettesse a contratar mais trabalhadores do que a lei determinava;
 4. o valor também poderia ser aumentado se entre os novos contratados fossem incluídas as populações consideradas mais vulneráveis ao desemprego: trabalhadores jovens, deficientes físicos e desempregados de longa duração.
- a Lei também impunha a definição dos atores que poderiam negociar, entre eles o delegado sindical. Este trabalhador não poderia ter parentesco com o dono da empresa, e se beneficiaria de uma proteção contra uma eventual demissão durante um período de seis meses, a contar da data de assinatura dos acordos;
- criação de uma única alternativa de modulação que estabelece que a duração do trabalho pode variar amplamente ao longo do ano, desde que a duração semanal média do trabalho não exceda as 35 horas estipuladas pela Lei.

4.7 A Redução da Jornada de Trabalho

Paralelamente, na economia, o advento da automação em grande escala traz a possibilidade de o homem ficar livre do fardo do trabalho, podendo desfrutar do lazer criativo, o qual tem sido privilégio de poucos. Contudo, a sociedade pós-industrial mostra uma outra realidade.

A redução da jornada de trabalho a princípio não gera um crescimento no nível de emprego na mesma proporção, o que se deve a diversos mecanismos, adotados pelas empresas, para compensar a redução da jornada, buscando reduzir o nível de contratações.

Segundo Dal Rosso (1998), o impacto sobre o emprego é menor do que o da redução da jornada de trabalho. As razões principais que fundamentam o efeito emprego proporcionalmente menor vêm comentadas a seguir:

- a) O primeiro mecanismo é de ordem natural e é resultado do aumento da produtividade, que, por sua vez, é reflexo da maior disposição e envolvimento do trabalhador.

O trabalhador passa a trabalhar mais intensamente e mesmo assim mantém maior atenção, concentração e menor cansaço. O aumento da "produtividade do capital" é consequência do aumento da produtividade do trabalho. Trabalhadores mais concentrados e menos cansados operam melhor as máquinas e correm menos riscos de estragarem as mesmas (CALVETE, 2003, p.9).

- b) Outro atenuante às contratações por parte das empresas é decorrente da aquisição e utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, ou até a utilização de novos modelos organizacionais, que terminam por tornar desnecessária a contratação de mais trabalhadores.

As mudanças de jornada de trabalho fazem com que as empresas reorganizem-se internamente, racionalizando as atividades, e algumas aumentam o nível de informatização, de automação ou de mecanização, evitando com isso novas contratações.

- c) A existência de eventuais excedentes de mão-de-obra eliminaria a necessidade de abrir mais vagas.
- d) As micro e pequenas empresas que operam com uma margem de ganho muito estreita podem tomar a decisão de diminuir o volume de suas atividades, em vez de acrescentar mais contratações.
- e) O impacto restringe-se aos setores formais, ou seja, empresas que atuam à margem do sistema, e que já não seguem as legislações trabalhistas e previdenciárias, também não irão acompanhar as mudanças na jornada de trabalho.
- f) Por último, existe o recurso da extensão da jornada de trabalho através da hora-extra, que, apesar de ter um custo adicional significativo para a empresa, dependendo da transitoriedade da necessidade de trabalhadores, pode representar uma economia, uma vez que novas contratações trazem, além do custo dos salários, maior número de encargos e garantias trabalhistas.

Assim, entende-se que, embora a redução da jornada de trabalho não deva ser vista como o ponto final e definitivo no que tange à solução para a questão do desemprego, ela pode representar, além de um paliativo, um instrumento importante se acrescida de outras medidas igualmente necessárias, como a adoção de políticas econômicas, monetárias e fiscais expansionistas.

Ademais, não deve ser esquecido que a redução da jornada de trabalho, além de instrumento para a redução do desemprego, também traz, de maneira inerente, uma melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, devendo trazer indiretamente efeitos sobre a produtividade do trabalho.

Tem-se presente que as relações de trabalho, por um lado, humanizam a natureza, geram riquezas e socializam as pessoas; por outro, contudo, em muitos casos, também as degradam e as fazem sofrer. Esse paradoxo é revelado de forma mais clara quando se percebe que o trabalho libera e oprime, ou seja, que é desejado para

satisfazer necessidades básicas e de consumo, mas que se o despreza, por não atender determinadas carências e até, por vezes, impedir novas possibilidades/desejos de serem sonhados e concretizados (CHEMIN, 2002, p.15).

Segundo Dal Rosso (1998), para que possa acontecer o efeito emprego de uma política de redução da jornada de trabalho, as seguintes condições são indispensáveis:

- é necessário haver um ambiente de saudável crescimento da economia. Do contrário, as vagas abertas pela redução do tempo de trabalho serão engolidas pela recessão, cuja origem não está na redução da jornada;
- é necessário estabelecer um limite prévio para a quantidade de trabalho extraordinário permitido;
- as entidades sindicais deveriam prestar atenção às ações tomadas pelas empresas e estabelecimentos, que podem vir a ser inibidoras do efeito emprego, entre as quais estão a flexibilização das horas, o banco de horas, a intensificação do trabalho e semelhantes.

Como contraponto à defesa da jornada de trabalho, surge a argumentação dos empresários, justificando que a redução da jornada traz aumento de custos para a empresa, e, com isto, perdas de competitividade, da produção e do emprego, sendo este o ponto principal de preocupação dos empregadores. "A questão dos custos provenientes do aumento do emprego, mediante a redução da jornada, é o cerne de preocupação dos empregadores. Aumento dos custos leva à perda de competitividade e, conseqüentemente, à exclusão da empresa do cenário mundial." (DAL ROSSO, 1998, p.274).

É importante destacar que os efeitos iniciais vistos pela dimensão da empresa passam pelo questionamento a respeito do aumento de custos resultante da redução da jornada de trabalho. Todavia, um impacto mais amplo deve ser observado, pois a redução da jornada irá levar a um aumento do emprego, com reflexos sobre a demanda agregada e sobre a renda e produto do país. Outro ponto a ser considerado é o valor do impacto sobre os custos das empresas com elevada mecanização.

De acordo com Calvete,

Na sociedade, quando se põe em pauta a discussão da redução da jornada de trabalho, de imediato os empresários colocam-se contra por vislumbrarem inicialmente um aumento de custos para as empresas e mais especificamente um aumento de custo para a sua empresa. Esta reação carece de uma visão macroeconômica e de mais longo prazo. Onde deveriam ser analisados os efeitos na renda nacional, na demanda agregada, no nível de emprego, tributação e nos gastos sociais (CALVETE, 2003, p.6).

Para Calvete, a intensidade do avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas tem trazido um aumento na participação do capital constante na participação do capital total, reduzindo, portanto, o peso do capital variável, ou seja, o custo com mão-de-obra, no total da composição dos custos. Desta maneira, a sensibilidade dos custos, a partir de uma redução da jornada de trabalho, não traz impactos tão significativos.

Outro fato amenizador para a questão da elevação dos custos das empresas é que parcela destas pode vir a ser compensada por uma redução de encargos ou carga tributária. Já a compensação ao Estado se daria com a redução dos gastos com políticas sociais, como o seguro desemprego, e das demais chagas sociais trazidas com o desemprego.

Recentemente, algumas empresas, anteriormente sediadas em países desenvolvidos da Europa, estão se deslocando para países onde a carga fiscal e os custos com mão-de-obra são mais baixos, especialmente para a China e para países do leste europeu (antigo bloco soviético).

A mobilidade industrial é mais uma das facetas da globalização, uma vez que a agilidade dos transportes e a tecnologia da informação facilitaram o fluxo do capital produtivo ao redor do mundo. As fábricas já não precisam permanecer tão próximas dos centros fornecedores de matérias-primas ou dos mercados consumidores. Também o desenvolvimento tecnológico e a terceirização da atividade produtiva por

meio de consórcios modulares deram nova leveza aos bens de produção, possibilitando que fábricas inteiras possam ser transportadas.

Dentro desta ótica surge a argumentação de que a redução da jornada de trabalho estaria expulsando as empresas, e, desta maneira, causando desemprego. Contudo, o fato nos leva a crer que as empresas estariam se deslocando para países menos desenvolvidos mesmo que não fosse implantada a jornada de trabalho reduzida. A discussão transcende a questão da redução da jornada de trabalho. A indagação que se deve fazer é: que modelo de mercado de trabalho se pretende alcançar? Que capitalismo estamos idealizando? Evidentemente, estamos desejando uma economia de mercado, mas será que queremos também uma sociedade de mercado?

Um dos pontos que merecem reflexão é o fato de o custo salarial não ser tão significativo para empresas de alta tecnologia como era há alguns anos. Além disso, produtos de países emergentes que invadem os países desenvolvidos são produzidos com mão-de-obra utilizada sob condições duvidosas, o que em muitos casos leva à acusação de "*dumping* social".

Entende-se por *dumping* social a prática de exploração da mão-de-obra e a utilização de práticas consideradas abusivas, com o intuito de redução de custos de produção, objetivando, com isto, maior competitividade no mercado.

A reflexão a que nos propomos é se as condições de trabalho de países como a China, a Indonésia, são as condições ideais. A redução dos custos, com o máximo de exploração da mão-de-obra, é o modelo a ser alcançado? Será, portanto, que deveríamos retornar à jornada de trabalho nos moldes da revolução industrial?

A princípio pode-se entender que esse movimento de empresas para os países de industrialização atrasada seja temporário e que deverá ser amenizado ao longo do tempo, ou pela industrialização destes países ou por uma maior condenação daqueles países que têm a prática de *dumping* social. Outra forma seria através da atuação da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Banco Mundial

e, logicamente, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sendo que estes organismos devem primar pela cooperação, e não pela competição.

Portanto, devemos entender que a ampliação da jornada de trabalho ocorrida nos países europeus é um contrafluxo, um passo para trás na história das relações de trabalho, e que deverá ser absorvida no transcorrer dos anos.

Considerando, inicialmente, que o número de trabalhadores empregados permanece inalterado, pode-se afirmar que, como resultado da redução da duração efetiva do trabalho, assistiríamos a uma queda da produção. Mas esta diminuição da produção será proporcional, menos do que proporcional, ou mais do que proporcional que a redução da duração efetiva do trabalho? Em outros termos, a interrogação é acerca da elasticidade da produtividade horária do trabalho com relação à sua duração.

Pode-se supor que, após uma redução da duração efetiva do trabalho, haveria um aumento da produtividade horária do trabalho e, então, o decréscimo da produção se daria em uma proporção menor do que a redução do tempo de trabalho. Ou seja, uma redução da jornada de trabalho resultaria num aumento da produtividade horária do trabalho. Como resultado, embora diminua a produção que cada trabalhador realiza, esta diminuição é menos que proporcional à redução do tempo de trabalho.

É claro que os ganhos de produtividade não devem ser tão importantes a ponto de neutralizar os efeitos da redução dos horários de trabalho sobre o volume da produção, pois neste caso a política de redução do tempo de trabalho não teria nenhum efeito sobre o volume de emprego.

Simetricamente, a redução do tempo de trabalho exerce efeitos também sobre a produtividade do capital. Se os empregados, durante suas horas de trabalho reduzidas, atuarem mais intensamente sobre os equipamentos produtivos, seria alcançado um aumento da produtividade horária do capital.

A decisão de como deveria comportar-se o salário a partir da redução da jornada de trabalho dependeria das restrições às quais se submetem as empresas em suas relações com seus mercados.

Se a restrição do mercado ocorre por uma insuficiência de demanda, a redução da jornada com compensação salarial tem efeitos positivos sobre a demanda, além dos seus efeitos multiplicadores.

Por outro lado, se o desemprego é considerado como resultado de uma baixa rentabilidade das empresas, a compensação salarial, *ceteris paribus*, afeta negativamente o volume de emprego, podendo mesmo vir a ser destruidora de empregos. Como resposta a esta situação, muitos autores argumentavam que as experiências de redução do tempo de trabalho realizadas em diferentes países mostram que muitas vezes as empresas passam a utilizar seus equipamentos produtivos durante um tempo mais dilatado. Um alongamento do tempo de utilização dos equipamentos poderia diminuir os custos fixos do capital e contrabalançar, em certa medida, os efeitos negativos atribuídos à compensação salarial.

A compensação salarial é outra variável que representa um papel muito importante na determinação do volume de emprego. Um aumento da taxa de compensação salarial estimula o crescimento do nível de emprego por intermédio de um aumento da demanda efetiva.

Um aspecto positivo no que tange à redução da jornada de trabalho está relacionado ao aumento da produtividade do trabalhador quando este tem uma menor carga horária de trabalho, reduzindo também, desta forma, o efeito do custo para a empresa.

Na hipótese da redução da jornada de trabalho permitir a discussão e adoção de novas estratégias de organização dos ritmos de produção, tal como a organização em turnos de produção ou trabalho aos finais de semana que intensifiquem a utilização do Capital Constante, a medida pode trazer ganhos de produtividade e conseqüentemente redução dos Custos Marginais. Também, não é desprezível a maior produtividade do trabalhador nas suas primeiras horas de trabalho. Isto significa mais atenção e concentração seja para aumento da sua produtividade seja na diminuição de acidentes que possam danificar as máquinas (CALVETE, 2003, p.7).

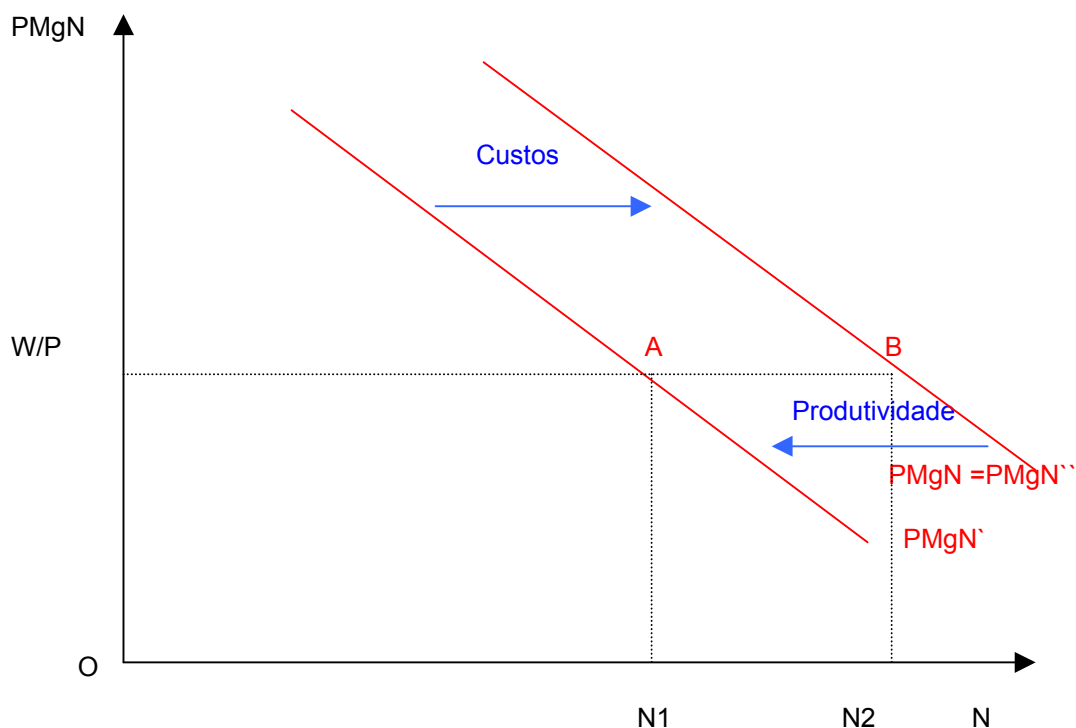
Dentre várias considerações, Dal Rosso traz a questão da relação entre a redução da jornada e a elevação dos custos, em que argumenta que a redução dos custos não é proporcional à magnitude da mudança da jornada.

Outro aspecto que vem ao encontro da amenização dos custos resultantes da jornada de trabalho é que a elevação dos custos não vem isolada. Na maior parte das vezes ela vem acompanhada de um aumento da produtividade, resultante de maior motivação do trabalhador, reduzindo, assim, o efeito sobre os custos.

Em relação ao tema dos custos acrescidos à empresa com a redução da jornada é preciso ter claro que eles só acontecem quando são efetivadas novas contratações, quando as empresas fazem uso de horas extras e quando investem em modernização. Além disso, os custos não são proporcionais à magnitude da mudança da jornada. Não se deve esquecer que as empresas lançam mão de processos de reorganização e racionalização internas, que aumentam a produtividade. É igualmente bem conhecido pela literatura o fato de que trabalhadores mais descansados têm desempenho melhor. Isto é, a diminuição das horas de atividade tem efeitos positivos quanto à produtividade do trabalhador. Conseqüentemente, redução da jornada não gera apenas custos (DAL ROSSO, 1998, p.275).

Considerando eventual resultado da redução da jornada de trabalho, o efeito inicial, levando em conta um possível aumento de custos com a mão-de-obra, poderia ser representado por um deslocamento negativo da função demanda por mão-de-obra. Contudo, o aumento da produtividade poderia deslocar a mesma função para um patamar semelhante ao anterior, como mostra a figura 6.

FIGURA 6 - EFEITO DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE SOBRE A DEMANDA POR MÃO-DE-OBRA



FONTE: O autor

Também deve ser levado em conta que a questão dos subsídios e isenção de impostos deve vir a formar importante ingrediente para as negociações entre empresas, governo e trabalhadores, quando o pano de fundo é a geração de empregos. Ou seja, a intenção é que as empresas não venham a suportar sozinhas eventuais ônus que surjam a partir da redução da jornada de trabalho.

Um aspecto positivo com relação à redução da jornada de trabalho, e que vai além, relacionado à geração de empregos, é o provável aumento da demanda que ocorre a partir da incorporação de mais trabalhadores ao mercado de trabalho. A lógica seria a de que com mais emprego haveria mais renda, conseqüentemente mais consumo, que por sua vez geraria maior crescimento econômico. Nesta tese apresenta-se a redução da jornada de trabalho como uma proposta, uma alternativa, para o desemprego. Nesta análise supomos a redução da jornada sem redução salarial. Embora se possa argumentar que a medida talvez enfraqueça as negociações coletivas por salário, resultando, supostamente, na redução destes,

esta redução ocorre no curto prazo, existindo uma tendência de recuperação salarial ao longo do tempo, na medida em que se dá o enxugamento do desemprego.

É possível entender, sob um prisma macroeconômico, que a redução da jornada de trabalho tende a induzir a um aumento da demanda agregada, a qual proporcionará crescimento econômico. O crescimento da demanda agregada pode se dar de duas maneiras distintas. A primeira, como já se tratou, é que, com a redução da jornada de trabalho, mais trabalhadores são incorporados ao mercado de trabalho, fazendo com que se amplie o potencial de consumo da sociedade. A segunda se dá pelo fato de o trabalhador ser dono de mais tempo livre, o que lhe permitirá usufruir mais intensamente do setor de serviços, envolvendo turismo, lazer e cultura. Somado à redução dos níveis de desemprego, isto pode também vir a contribuir para uma eventual melhoria salarial.

Conforme tratado anteriormente, existe a necessidade de retomada do crescimento da economia brasileira, e os recursos vinculados à esfera estatal estão limitados pela inexistência de recursos orçamentários, enquanto a expectativa de investimentos privados é inviabilizada pela taxa de juros. Assim, a partir da idéia de que a solução para os problemas relativos ao emprego não será fomentada pelo incentivo ao crescimento econômico, a redução da jornada de trabalho e a redistribuição dos empregos remunerados surgem como propostas alternativas de solução.

A política de redução da jornada permanece na agenda social pelas duas razões históricas que sempre a sustentaram, a saber: trabalhar menos é importante por criar espaços de não trabalho, nos quais os atores sociais podem definir seus interesses, e lutar pela diminuição do tempo de trabalho é também procurar construir uma sociedade compartilhada com mais justiça e igualdade, em que o trabalho, que é a fonte do rendimento e dos direitos, seja acessível a todos, não como elemento de exploração sobre o homem, mas como elemento de auto-realização (DAL ROSSO, 1998, p.278).

Seguem-se alguns pontos favoráveis pertinentes à redução da jornada de trabalho, e que merecem compor a agenda de discussão:

- redução do desemprego;
- possibilidade de uma maior incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, e redefinição dos papéis sociais;
- maior acesso ao tempo livre;

Nas palavras de Chemin, "Observa-se, então, que há um tempo de trabalho e um tempo livre contraposto a ele, o qual, além de não dar conta das necessidades superiores das pessoas, no mais das vezes é uma continuação do período anterior. Busca-se, por isso, resgatar o tempo livre como lazer, liberto das amarras e contradições da racionalidade econômica vigente" (CHEMIN, 2002, p.15).

- possibilidade de uma educação mais prolongada;
- maior abertura para o ingresso dos jovens ao mercado de trabalho.

Uma questão nova a ser discutida é que a desproporção da exploração do trabalho em países subdesenvolvidos, com relação aos países desenvolvidos, pode levar à acusação de concorrência espúria, ou *dumping* espúrio, ou seja, pode vir a ocorrer discriminação com relação aos produtos brasileiros exportados (*tradebles*), tendo em vista as condições impostas aos trabalhadores brasileiros.

Também deve ser observado que a redução da jornada de trabalho leva a uma congregação entre os atores sociais envolvidos, o assalariado, a empresa e o governo. Muito além das ideologias que permanecem presentes, cada um dos atores parece ter encontrado, neste estágio, o equilíbrio de suas contribuições respectivas à aplicação da jornada de 35 horas.

Este "equilíbrio dos atores" se expressa da seguinte forma: para o assalariado, através de uma moderação nas reivindicações salariais, significando geralmente um congelamento dos aumentos por 1 ou 2 anos, mas podendo também significar, no caso de uma redução da carga horária para 32 horas (ou seja, 4 dias por semana), reduções salariais.

Para a empresa, o equilíbrio se processa através de sua contribuição aos custos ligados a qualquer reorganização importante e pelo custo adicional do trabalho decorrente das contratações. Já o papel do Estado encontra-se na implementação de programas de auxílio para a redução dos encargos sociais.

Outro aspecto referente às vantagens da redução da jornada de trabalho é que esta traz uma renovação do diálogo entre os atores sociais. Na França, com a negociação dos acordos vinculados à Lei Aubry, as organizações de trabalho e, também, as organizações das empresas, penetram no campo da negociação coletiva, quando este era considerado um espaço reservado para os empregados. Alguns observadores consideram, a propósito, que a reorganização da empresa e uma nova forma de organização do trabalho terão sido os verdadeiros desafios da lei, muito mais do que o emprego em si.

Um segundo elemento que contribui para a renovação do diálogo é a aplicação de uma "ordem de procuração sindical" nas empresas. No caso de uma empresa desprovida de representação sindical, o acordo negociado – condição para a obtenção de auxílio governamental – é assinado por um funcionário (não sindicato) "expressamente delegado" (procurador sindical) por uma organização sindical representativa de fora da empresa.

As negociações de acordos coletivos também permitiram questionar um certo número de temas considerados tabus (por exemplo, o trabalho aos sábados), bem como direitos adquiridos, dentre os quais, em primeiro lugar, a pulverização da noção semanal de trabalho. Com a jornada de 35 horas, a redução de "controle semanal" do trabalho, até aqui o pedestal de regulamentação do assunto, esvai-se de forma importante em benefício do controle anual. O horário coletivo também é deixado de lado, em benefício do horário individual.

Na França, a redução do tempo de trabalho não somente gerou a retomada do diálogo social, como também possibilitou, para certos fatores, uma verdadeira renovação deste diálogo.

No Brasil, além da citada renovação do diálogo, a redução da jornada de trabalho pode vir a se configurar em um importante fator de redução do desemprego. De acordo com dados de entidades sindicais, a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais pode vir a gerar três milhões de empregos, além de se transformar em um estímulo ao crescimento econômico. A redução da jornada pode não vir a ser uma solução definitiva, todavia pode se configurar em um importante fator amenizador.

Dadas as condições da economia brasileira, sejam elas taxas elevadas de desemprego, necessidade premente de crescimento econômico, considerável déficit público e taxa de juros elevada e com dificuldades de redução desta, como consequência das metas inflacionárias, a redução da jornada de trabalho pode vir a iniciar a recuperação do emprego, trazendo efeitos multiplicadores sobre toda a economia, auxiliando, desta maneira, na retomada do crescimento, além dos outros efeitos positivos da redução da jornada de trabalho.

4.8 O Estudo de Caso

Neste tópico estaremos trabalhando com o estudo de caso da B. S. Colway Pneus Ltda., pois esta empresa adota, desde 2000, jornada de trabalho reduzida de 36 horas semanais, e considera a experiência um sucesso, tanto pelos benefícios concedidos aos trabalhadores, como pelo aumento da produtividade e dos lucros, como consequência do aumento dos benefícios.

Em uma primeira parte serão apresentadas a empresa e suas características, bem como sua história e compromissos, retratando os benefícios que oferece aos seus trabalhadores. Em um segundo momento, comentam-se os resultados de entrevista com o presidente da B. S. Colway, o Sr. Francisco Simeão. A transcrição desta entrevista, na íntegra, encontra-se no Anexo 1 desta tese.

O envolvimento do Sr. Simeão com a idéia da redução da jornada de trabalho levou-o a elaborar a minuta do Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe), constante do Anexo 2 da presente tese e comentado na terceira parte deste tópico.

4.8.1 A empresa B. S. Colway Pneus

A empresa B. S. Colway Pneus está sediada em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, e teve sua origem em uma associação do Grupo B. S. Pneus com a marca Colway Tyres, da Inglaterra. Com uma área coberta de 30 mil metros quadrados, trabalha com pneus remoldados, atendendo a todo o mercado brasileiro e exportando para a Alemanha, Austrália e para a própria Inglaterra.

A B. S. Colway serve de material para o nosso estudo de caso porque desde o ano de 2000 adota a jornada de trabalho reduzida de 36 horas semanais, tendo atingido resultados favoráveis desde então, vindo a fortalecer e ilustrar, assim, o conteúdo desta tese.

Histórico

Através da *joint-venture*²² formada pela B. S. Pneus, representada pelos empresários Francisco Simeão e Luis Bonacin Filho, e a Colway Tires da Inglaterra, líder mundial em pneus remoldados, foi criada a B. S. Colway, iniciando-se os trabalhos de terraplanagem em abril de 1999, contando com os mesmos benefícios fiscais outorgados a empresas como Renault, Chrysler, Audi, Volkswagen e outras, no Programa Paraná Mais Empregos.

²²Expressão em inglês que significa "união de risco" e que designa o processo mediante o qual pessoas, ou, o que é mais freqüente, empresas se associam para o desenvolvimento e execução de um projeto específico no âmbito econômico e/ou financeiro.

Em outubro de 1999, a B. S. Colway Pneus iniciou produção experimental, preparando a etapa de capacidade plena para produzir 200 mil pneus/mês, e criando 300 empregos diretos e outros 600 indiretos.

Compromissos

Dentre os compromissos da empresa, relacionados a seguir, percebe-se claramente uma preocupação com o meio ambiente, com os seus trabalhadores e com a qualidade do seu produto, tanto pela parte de suas instalações e equipamentos como pela performance de seus pneus.

- **Qualidade de Vida e Ampliação da Oferta de Emprego**

O foco da demanda por mão-de-obra concentra-se em residentes das comunidades vizinhas. Os trabalhadores da B. S. Colway Pneus recebem salário correspondente a oito horas de trabalho diárias, embora cumpram turno de apenas seis horas diárias, com o objetivo, inclusive, de ampliar a oferta de empregos. Além disso, recebem quatro vales transporte por dia, embora a maioria, devido à distância e por opção própria, prefira vir de bicicleta para o trabalho.

Dentre outros benefícios oferecidos pela B. S. Colway aos seus empregados, podemos citar:

- os trabalhadores recebem uma verba equivalente a 17% sobre seus salários, a título de auxílio alimentação;
- todos têm opção de fazer ginástica para melhorar seu condicionamento físico, com *personal training* na academia que a empresa implantou na fábrica, vindo a receber adicionais quando participam dessas seções.

Os trabalhadores desfrutam, ainda, de um ambiente de trabalho democrático e amigável, sendo dignificados e tratados como "o maior e mais importante patrimônio da empresa", já que, de fato, como resultado desses benefícios, estão produzindo 130% da capacidade nominal das máquinas.

- Defesa do Meio Ambiente

A Resolução Conama n.º 258/99, que exige de todos os fabricantes e importadores a coleta e destruição de pneus inservíveis, na proporção dos que colocam no mercado, foi resultado de iniciativa dos diretores da B. S. Colway Pneus, por meio de sua associação de classe, a Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados (Abis).

Agora, tanto para importar pneus novos, remoldados ou carcaças de pneus usados para o uso exclusivo como matéria-prima na fabricação de pneus remoldados é obrigatório coletar e destruir quantidades equivalentes de pneus velhos no Brasil, submeter-se à auditoria do Ibama e, só depois, proceder aos embarques nos portos de origem.

A B. S. Colway, em parceria com a Petrobrás, transforma os pneus velhos, depois de picados na empresa, em óleo combustível, gás e enxofre, através do processamento de pneus picados em conjunto com a rocha de xisto betuminoso.

- Saúde Pública

O Programa "Rodando Limpo" é o melhor exemplo do cumprimento deste ponto. Antecipando-se no cumprimento da Resolução Conama n.º 258/99, a empresa criou o "Mutirão para Erradicar a Dengue no Paraná", unindo todas as prefeituras e associações empresariais, a Petrobrás, a Itaipu Binacional e o governo do Estado, mobilizando os catadores de papel, elevados à condição de agentes de saúde e de defesa do meio ambiente, e a comunidade, para coletar e destruir pneus inservíveis e outros resíduos sólidos, que servem de abrigo ao mosquito transmissor da dengue e da febre amarela urbana.

- Responsabilidade Social

A B. S. Colway Pneus participa do Programa "Bom Aluno". Este programa, iniciado em 1994, mantém hoje em Curitiba 380 crianças, originárias de famílias de baixa renda, selecionadas na rede pública de ensino, estudando da 5.^a Série da educação fundamental à Universidade e à pós-graduação. O Bom Aluno mereceu o prêmio de excelência em tecnologia social da Unesco e da Fundação Banco do Brasil.

- Cidadania

O compromisso com a cidadania está presente na atitude dos diretores e funcionários da fábrica. Também, nos jardins que a circundam, está sediada a sede do Grupo Escoteiro Guardiã das Águas. Além deste a empresa apóia o Projeto Adebori, que luta para que os negros cheguem à Universidade e nela permaneçam.

Dentre outros, integram também a preocupação com a cidadania os já mencionados Projeto "Bom Aluno" e os programas de qualidade de vida.

4.8.2 Comentários sobre a entrevista com o Sr. Francisco Simeão, da B. S. Colway Pneus

...o desemprego está deteriorando o tecido social, destruindo a auto-estima e promovendo a desesperança e o desespero, para se tornar uma monstruosa fábrica de bandidos.

Francisco Simeão²³

De acordo com o Sr. Francisco Simeão, a empresa passou a adotar a jornada de trabalho de 36 horas semanais. Vindo ao encontro do que foi tratado ao longo deste trabalho, o Sr. Simeão entende que o desenvolvimento da tecnologia dos

²³Empresário paranaense, na edição n.º 93 do jornal *O Pasquim*.

computadores, da mecanização industrial, da comunicação e da robotização tem contribuído para a redução dos custos e para o aumento da produtividade e qualidade dos produtos, fazendo crescer de forma expressiva a riqueza no mundo. Todavia, entende que esta riqueza, se por um lado sugere crescimento e evolução, por outro é causadora da exclusão econômica e social e do avanço da pobreza, gerando uma crise de desemprego sem precedentes na história. "Passou a ser fato corriqueiro empresas eliminarem 50 postos de trabalho apenas com a implantação de um robô comandado por somente um operário melhor qualificado e bem treinado, demonstrando que uma produção muito maior está sendo realizada com um volume de horas de trabalho/homem muito menor" (SIMEÃO, 2004).

O que não está sendo percebido, principalmente por parte dos empresários, é que a redução dos custos, resultado dos métodos de reengenharia, traz como consequência a exclusão do mercado consumidor, o que pode pôr em risco o próprio sucesso dos métodos gerenciais. "A redução da jornada de trabalho com o fim maior de gerar empregos e bem-estar social coloca as inteligências empresariais dirigidas para este fim, quando estarão sempre analisando muitas vezes as formas de aumentar sua produção, evitando redução de pessoal, pois saberão que tal problema se reverterá novamente contra elas." (SIMEÃO, 2004).

A B. S. Colway Pneus Ltda. conta hoje com 700 empregados, que trabalham em quatro turnos de seis horas, de segunda a sábado, e esta redução de 44 horas semanais para 36 horas semanais é vista pelos seus empresários como condição essencial para o combate ao desemprego no Brasil, havendo a expectativa de que a medida venha a ser adotada também por outras empresas. A propósito, é de autoria do Sr. Francisco Simeão minuta de Medida Provisória que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, com o objetivo de promover o pleno emprego em curto prazo.

Um fato a ser observado é que, com a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36 horas semanais, os gestores da B. S. Colway tinham uma

expectativa de crescimento da produtividade da ordem de 12%, de forma a pagar os custos correspondentes. O fato é que o aumento da produtividade ultrapassou de maneira fantástica as expectativas dos gestores. Naturalmente, é difícil isolar o efeito da redução da jornada de trabalho dos outros benefícios concedidos pela empresa. Porém, a produtividade chegou a 37%, suficiente para pagar os custos e, ainda, permitir desconto aos clientes e aumentar os lucros da empresa. Desta maneira, embora os custos conseqüentes da redução da jornada de trabalho possam não ser desprezíveis, os ganhos resultantes desta mesma medida superaram em muito os custos na B. S. Colway Pneus S.A.

O Sr. Francisco Simeão vê na redução da jornada de trabalho um caminho para se chegar ao pleno emprego, pois, além dos empregos diretos, ocorre também a abertura de novas atividades, principalmente na área de serviços (lazer e turismo), bem como na área escolar e intelectual. Além disso, na interpretação do empresário, a redução da jornada de trabalho é uma tendência histórica, não obstante, ao longo dos seus avanços, sempre tenha sofrido resistências, que passam pela argumentação de que as empresas não suportariam a elevação dos custos trazidos pela redução da jornada. O presidente da empresa vê nessa insegurança, principalmente no que se refere a uma eventual impossibilidade de retorno à situação anterior, o maior obstáculo à aceitação da redução da jornada de trabalho. Por este motivo, o exemplo de sucesso da B. S. Colway Pneus Ltda. se faz tão importante para o desenvolvimento desta tese.

Com relação ao movimento anticíclico de empresas que estariam se deslocando de países desenvolvidos para economias menos desenvolvidas, as quais oferecem condições de trabalho nem sempre aceitáveis, o Sr. Francisco Simeão observa que o desemprego dos países desenvolvidos não pode ser explicado por esta condição, mas sim pelo próprio desenvolvimento tecnológico. Ademais, as empresas que adotam esta estratégia, segundo ele, apresentam-se descompromissadas com a sociedade e brevemente passarão a enfrentar problemas de boicotes aos seus produtos.

Deve ser lembrado que, para a redução da jornada de trabalho, é quase essencial a participação do Estado no processo, tendo sido consideradas, ao longo da entrevista, as ações contidas no Pacto Empresarial para o Pleno Emprego, as quais o Sr. Francisco Simeão entende não se tratar de um ônus insuportável para o governo. Além disso, por outro lado, o governo economiza com inúmeros custos sociais que são resultantes diretamente do desemprego, evitando também as chagas trazidas com ele.

Outro aspecto significativo trazido com a redução da jornada de trabalho é que esta, uma vez que gera empregos diretos e indiretos, insere no mercado consumidor trabalhadores antes desempregados, o que pode levar à retomada do crescimento econômico, tão fundamental ao nosso momento histórico.

4.8.3 O Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe)

Como resultado de uma iniciativa de empresários e políticos surge o Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe), cujo objetivo é a redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 36 horas semanais. A medida prevê, ainda, a redução da jornada de trabalho sem a redução salarial.

Como contrapartida, a medida espera o comprometimento dos trabalhadores com o aumento da produtividade. Aqui há dois pontos a serem observados. O primeiro é que, de fato, a redução da jornada de trabalho contribuiu para o aumento da produtividade do trabalhador, dados os fatores motivacionais e mesmo físicos. Outro fato a ser observado é a presença intrínseca de um estímulo à formação de laços e ao fortalecimento do diálogo entre trabalhadores e empresários.

Um dos pontos positivos contemplados pelo Pepe é que a sua adesão é voluntária, sendo dotado de mecanismos que lhe atribuem um caráter experimental, pois a adesão é feita por um certo período de tempo, de três anos, findos os quais a empresa goza do direito de retornar à relação de emprego vigente anteriormente.

O período estipulado pelo Pacto Empresarial (três anos) pode servir de prazo para que ocorra o debate acerca de sua validade ou não, e para que se apresente uma proposta de caráter definitivo, ou seja, o Pacto permite o amadurecimento pela prática.

O Pepe também prevê a redução de contribuições sociais e previdenciárias, sendo que em seu texto inicial consta o valor de 50% das obrigações, incidindo somente sobre os trabalhadores contratados a partir da data de vigência da lei, sendo que poderá apenas atingir 18% do total de trabalhadores. Prevê ainda o favorecimento através de taxas de juros reduzidas, para as empresas que vierem a aderir a ele. Outros benefícios, como redução de tarifas de energia elétrica e água, incidentes sobre o adicional de consumo, também são contemplados.

Os benefícios fiscais dos quais passam a gozar as empresas que aderirem ao Pacto representam custos para o setor público. Contudo, podem vir a se configurar em uma economia para o Estado, quando consideramos os custos sociais do desemprego e de suas chagas.

A justificativa para o Pacto está na questão do avanço tecnológico e da robotização, justificando que estes aumentam a produtividade e a qualidade dos produtos. Outro ponto passa pelo aumento e concentração da riqueza, e, conseqüentemente, pelo crescimento da massa de excluídos, acreditando ser impossível uma reversão do quadro, bem como a absorção dos desempregados, se for considerado o atual regime de 44 horas semanais. "Não há hoje volume de horas de trabalho para abrigar os trabalhadores desempregados no regime de 44 horas semanais (...) o desemprego está deteriorando o tecido social, destruindo a auto-estima e promovendo a desesperança e o desespero, para se tornar uma monstruosa fábrica de bandidos." (SIMEÃO, 2004).

Na avaliação do Pepe, deve ser considerado o aumento da produtividade, o bem-estar social que esse programa promoverá, a redução da criminalidade, uma nova formatação do diálogo social, a possibilidade de ampliar a discussão da

jornada de trabalho, a urgência na geração de empregos e as impossibilidades atuais de expansão da atividade econômica pelas políticas econômicas tradicionais.

A redução provisória do Pacto Empresarial para o Pleno Emprego encontra-se no Anexo 2 do presente trabalho, devendo ser esclarecido que este está sendo tratado neste trabalho pelo fato de ser iniciativa de empresários, o que traz transparência e credibilidade ao assunto em questão.

4.9 Proposta de Acordo para a Redução da Jornada de Trabalho

A partir do que foi trabalhado ao longo desta tese, neste subcapítulo será discutida uma proposta para a redução da jornada de trabalho que possa vir a ser aplicada à realidade brasileira. Esta proposta será nomeada de *Acordo*. Porém, não é pretensão deste estudo apresentar um documento definitivo, seja ele na forma de medida provisória ou projeto de lei, mas sim trazer sugestões que podem vir a ser aprofundadas a partir das idéias apresentadas.

Diferentemente de sugerir uma proposta concreta e definitiva sobre a formatação da redução da jornada de trabalho, esta tese busca inicialmente apresentar uma idéia, uma nova filosofia a ser incorporada no horizonte das preocupações sociais, com grande participação das empresas, as quais notadamente, cada vez mais, mostram estar atentas a aspectos que transcendem os resultados financeiros e econômicos. Neste novo caminho, os ganhos obtidos a partir do avanço tecnológico poderão, também, beneficiar de maneira direta a classe trabalhadora e a sociedade como um todo.

Diante da amplitude apresentada pelo Pepe, tratado neste capítulo e constante do Anexo 2 desta tese, nossa proposta em muito pouco irá se distanciar deste.

Uma das grandes vantagens apresentadas pelo Pacto é o fato de ser contemplada a possibilidade de experimentação, pois, após sua adoção, poderão ser mensurados os seus efeitos para, a partir de um determinado prazo, serem adotadas

outras medidas. Estas, por sua vez, poderão renovar a sua adoção, ou promover uma revisão dos pontos em que foram observados aspectos negativos.

Outro ponto positivo quando tratamos da proposição do Pacto Empresarial, e que entendemos que também seria fundamental para o que ora chamamos de Acordo, é que a adesão é voluntária, ou seja, trata-se de uma opção da empresa. A redução da jornada de trabalho não é compulsória, e talvez aqui se encontre o aspecto mais inovador desta medida, pois permite, para a empresa, a ponderação dos ganhos e custos antes da adesão, para, a partir deste ponto, ser realizada a opção.

A voluntariedade na adoção da redução da jornada de trabalho também apresenta outro mérito, a saber, a possibilidade da identificação da empresa enquanto cumpridora de novos preceitos éticos que norteiam um novo sistema de mercado mais justo e humano. Dentre estes preceitos podemos citar a governança corporativa²⁴, o *global compact*²⁵, a responsabilidade social, a preocupação com a educação e com o meio ambiente.

Assim, a adoção da redução da jornada de trabalho pode, de certo modo, vir a representar marketing institucional para a empresa, ou seja, a empresa que beneficia seus trabalhadores, que demonstra preocupação com aspectos sociais tais como o nível de emprego da economia, passa a ser bem vista, ou socialmente responsável. A redução da jornada de trabalho pode ser tomada, nesse contexto, como um diferencial aos olhos dos consumidores, da mesma forma que ocorre com

²⁴As práticas de governança corporativa buscam indicar caminhos para todos os tipos de empresa: sociedades por ações de capital aberto ou fechado, limitadas ou sociedades civis, visando a melhorar seu desempenho e facilitar o acesso ao capital, tendo como direcionamento: transparência, prestação de contas (*accountability*) e equidade.

²⁵O Global Compact, ou Pacto Global, foi lançado em 2000 pelo Secretário Geral das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, e pretende uma megamobilização das empresas com o objetivo de transformar o movimento da globalização em um processo que busque uma maior inclusão social e respeito pelo ser humano, servindo de referencial ético para um novo capitalismo que emerge. O Global Compact apresenta preocupações com os direitos humanos, as relações de emprego e as práticas anticorrupção.

as empresas que adotam e praticam esta gama de ações, o que leva a concluir que a sociedade passará a ser a grande indutora do convencimento dos empresários.

O caráter da voluntariedade elimina a necessidade de participação das empresas ou segmentos que não vêem como viável a redução da jornada de trabalho. Para as empresas que são intensivas em mão-de-obra, talvez se torne muito oneroso promover a redução da jornada de trabalho, tendo em vista os significativos impactos sobre os custos destas. Todavia, também esta situação poderá ser revista quando se considerar a participação do Estado, mediante a promoção de incentivos fiscais, creditícios e previdenciários, conforme será visto ao longo deste subtópico.

Com base no que foi visto aqui, e pelos exemplos adotados em outros países, sobretudo na França, entendemos que a jornada de trabalho no Brasil possa vir a ser reduzida das 44 horas semanais atuais para 36 horas semanais, sendo possível a adoção de patamares intermediários de horas semanais, a serem estudados, assim como diferentes ponderações nos benefícios a serem recebidos pelas empresas.

A redução de quase 20% na atual jornada de trabalho é extremamente significativa, e o objetivo é justamente fortalecer a proposta. Esta redução pode gerar algo acima de 2 milhões de novos postos de trabalho²⁶.

Também é importante o aspecto de poder abandonar a proposta no caso de esta prática vir a se tornar inviável para a empresa, em um eventual Acordo a ser realizado, pois, aliado ao prazo de duração, que poderia ser de quatro anos, auxilia a eliminar restrições no que se refere ao temor das empresas ante uma medida de tão significativa importância.

A voluntariedade e a flexibilidade, portanto, são essenciais no sentido de evitar um compromisso permanente por parte das empresas, principalmente no caso de ocorrer um comprometimento dos resultados destas. O Acordo deve, assim,

²⁶Proposta apresentada pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), prega que uma redução da jornada de trabalho de 44 horas/semanais para 40 horas semanais poderá criar 1,7 milhão de novos empregos.

contemplar a opção de retorno ao *status* anterior sem penalizações. A título de exemplo, a possibilidade da flexibilização é sempre presente nas propostas apresentadas pelas empresas, quando das possibilidades de alteração na legislação trabalhista. Tal fato é também apresentado em proposta da CNI/Fiesp, constante do Anexo 3 desta tese.

No Acordo, a empresa poderá, em qualquer prazo, demitir os funcionários contratados pelo regime de jornada de trabalho reduzida sem justa causa, sendo devido a este trabalho apenas a indenização normal na legislação trabalhista, ou seja, o Acordo da redução da jornada de trabalho não deverá trazer nenhuma alteração quando da rescisão contratual.

Diferentemente do Pepe, no Acordo a redução da jornada de trabalho não deverá incidir apenas sobre os novos trabalhadores contratados, mas também sobre os trabalhadores que já faziam parte da empresa e que atuavam sobre o regime de trabalho anterior, ou seja, todos os trabalhadores da empresa signatária do Acordo, devem estar sobre o mesmo regime de jornada de trabalho, visando, inclusive, evitar discriminação entre os funcionários.

No caso de uma eventual desistência, por parte da empresa, do Acordo de redução da jornada de trabalho, também deverá ser resguardado à empresa o direito de retornar ao regime de trabalho anterior de 44 horas semanais, sem nenhuma forma de pagamento indenizatório ou qualquer outra compensação aos funcionários.

O prazo de quatro anos, de modo similar ao Pepe, irá servir para a empresa como uma forma de experimentação da validade da redução da jornada de trabalho, permitindo tempo hábil para mensurar os seus resultados.

O prazo apresentado pelo Acordo supera aquele apresentado pelo Pepe em um ano, porque entendemos que, por ser uma medida contundente e inovadora, irá decorrer um determinado período de tempo até que as empresas se encorajem a aderir ao Acordo. Isto permitirá que a medida se cristalize e que os seus efeitos possam ser observados.

O prazo de quatro anos também servirá como tempo para que o governo, órgãos representativos dos trabalhadores e empresários aprofundem a discussão a respeito da legislação e da reforma trabalhista, com o intuito de encontrar proposta de cunho definitivo e que venha a atender aos anseios dos trabalhadores e da sociedade. Desse modo, o experimento, durante os quatro anos do Acordo, deverá servir de respaldo aos agentes mencionados, bem como à própria sociedade, na avaliação da viabilidade ou não da promoção da redução da jornada de trabalho.

A produtividade também é um aspecto a ser levado em conta, quando se trata da redução da jornada de trabalho, porém, é discutível que esta produtividade conste em documento legal, conforme apresentado no Pacto Empresarial: "...ou de forma ajustada entre empregadores e empregados, devendo estes últimos, como contrapartida, se comprometer com o aumento da produtividade".

Apesar do aumento da produtividade ser uma consequência esperada da redução da jornada de trabalho, pensa-se que não é um aspecto que deva constar no Acordo, pois o caráter e o efeito do aumento da produtividade, quando utilizados de maneira genérica, podem tornar-se um tanto quanto subjetivos, uma vez que o crescimento da produtividade deverá se manifestar em níveis e intervalos de tempo diferentes, nas diversas empresas, e nos diversos setores do sistema econômico.

Outro aspecto a ser considerado é que, apesar de os trabalhadores poderem estar comprometidos com o aumento da produtividade, os resultados podem não refletir este comprometimento, pois outros fatores, alheios ao processo, podem interferir. Portanto, embora o aumento da produtividade seja algo a ser perseguido e estimulado, a própria adoção do Acordo deve ser apresentada aos trabalhadores como um benefício, podendo, inclusive, ser manifestada a expectativa que é depositada no comprometimento dos empregados. Todavia, um documento que tenha a pretensão de apresentar uma proposta generalizada de redução da jornada de trabalho, não conseguirá, ou ao menos terá muitas dificuldades, para contemplar termos para o aumento da produtividade.

Conforme foi dito, o aumento da produtividade é algo esperado. Assim, para as empresas, a possibilidade de experimentação é um aspecto positivo do Acordo, pois mesmo que institucionalmente este não venha a se prolongar, as empresas poderão, a partir dos ganhos de produtividade observados, manter a filosofia da redução da jornada de trabalho, a despeito de obrigações legais. Deve ser lembrado que, conforme apresentado em estudo de caso realizado na B. S. Colway Pneus, a redução da jornada de trabalho resultou em aumento de produtividade, que, por sua vez, refletiu-se em aumento de receita, superando de maneira significativa os custos que incidiram sobre a empresa quando das novas contratações.

De maneira similar ao Pacto Empresarial para o Pleno Emprego, o Acordo poderá ser prorrogado, ao final do seu prazo de validade, pois, conforme citado, durante o período de sua validade será permitido, para todos os agentes envolvidos, conquistar o amadurecimento pela prática.

Ao longo do capítulo 4, trabalhou-se a questão da renovação do diálogo social que pode ser fruto da redução da jornada de trabalho. A chamada renovação do diálogo social aproxima os agentes, deixando-os mais próximos de um relacionamento ganha-ganha. Tal renovação foi assistida na França, quando da implantação da Lei Aubry, que reduziu para 35 horas a jornada de trabalho naquele país.

Da mesma maneira que nos demais estudos verificados, na idéia do Acordo também é prevista a participação do governo no processo, através de concessões tributárias e de benefícios creditícios e fiscais. Embora este fato possa significar um ônus para um governo que tem almejado a realização de superávits e a estabilidade de preços, os benefícios trazidos com a redução da jornada de trabalho podem se configurar em economia de recursos em outras esferas. Exemplificando, quando se geram empregos, diminuem os gastos com seguro desemprego e com o assistencialismo à população desempregada. Além disso, provavelmente diminuirão as preocupações com muitas das mazelas sociais.

Também deve-se entender que o aumento no nível de emprego, por sua vez gera uma ampliação na base de arrecadação do governo e, conseqüentemente, mais trabalhadores empregados, mais renda, mais consumo e mais pagamento de impostos, sendo, portanto, maior a arrecadação.

O Pacto Empresarial, ao qual em muito a idéia do Acordo se aproxima, reza que o governo federal participará concedendo abatimento de 50% nas obrigações relativas às contribuições sociais. Contudo, podemos ir além e assegurar a contribuição integral ao trabalhador dos recolhimentos ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), pois uma vez que esta contribuição é individualizada, ficaria inviável que o governo federal viesse a arcar com a parcela faltante. Quanto às demais obrigações, de contribuições sociais e previdenciárias patronais, ficariam mantido o abatimento de 50%, sendo que, no entender desta tese, o ônus desta redução não deveria recair sobre o empregado, cabendo ao governo esta compensação.

No entender do chamado Acordo, o abatimento nas obrigações de contribuições sociais e previdenciárias patronais não deveria estar limitado a um percentual sobre os trabalhadores que viessem a serem contratados, mas, sim, este percentual deveria incidir sobre o total da folha de pagamento da empresa, uma vez que os trabalhadores já vinculados à empresa também estariam sendo beneficiados pela redução de jornada de trabalho. O percentual do total da folha de pagamento, sobre o qual deveria incidir o benefício da redução nas obrigações de contribuições sociais e previdenciárias, deveria estar limitado a um percentual máximo de 20%, sendo que estaria condicionado, a quantidade de novos trabalhadores, ou seja, quanto mais trabalhadores fossem contratados (em termos percentuais), maior seria o percentual da folha de pagamento que seria abrangido pela redução de 50% do abatimento, limitado a um teto de 20% desta folha de pagamento.

A redução da jornada de trabalho, principalmente no que se refere às reduções nas obrigações ante as contribuições sociais e previdenciárias, teria validade pelo

prazo de duração do Acordo, a não ser que houvesse alterações na legislação que pudessem vir a oferecer vantagens às empresas.

Também sobre outros tributos, como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), poderiam existir reduções patrocinadas pelo governo federal, em acordo com os governos estaduais, podendo, portanto, o governo federal direcionar onde deveria ser estimulada a redução da jornada de trabalho, para, desta maneira, reduzir a massa de desempregados em determinadas regiões do país. Logicamente, os governos estaduais, também por interesse dos seus objetivos de política econômica, e por conta do seu próprio orçamento, poderiam ampliar o benefício concedido às empresas através do ICMS, de outros impostos e de outras formas que lhes fossem possíveis. Porém, aqui não iremos determinar o percentual específico deste incentivo, mas, propor que este incentivo esteja relacionado ao número de novos postos de trabalho que a empresa venha a ofertar, ficando o percentual, por sua vez, a ser determinado pelos governos federal e estadual, a partir das suas limitações orçamentárias.

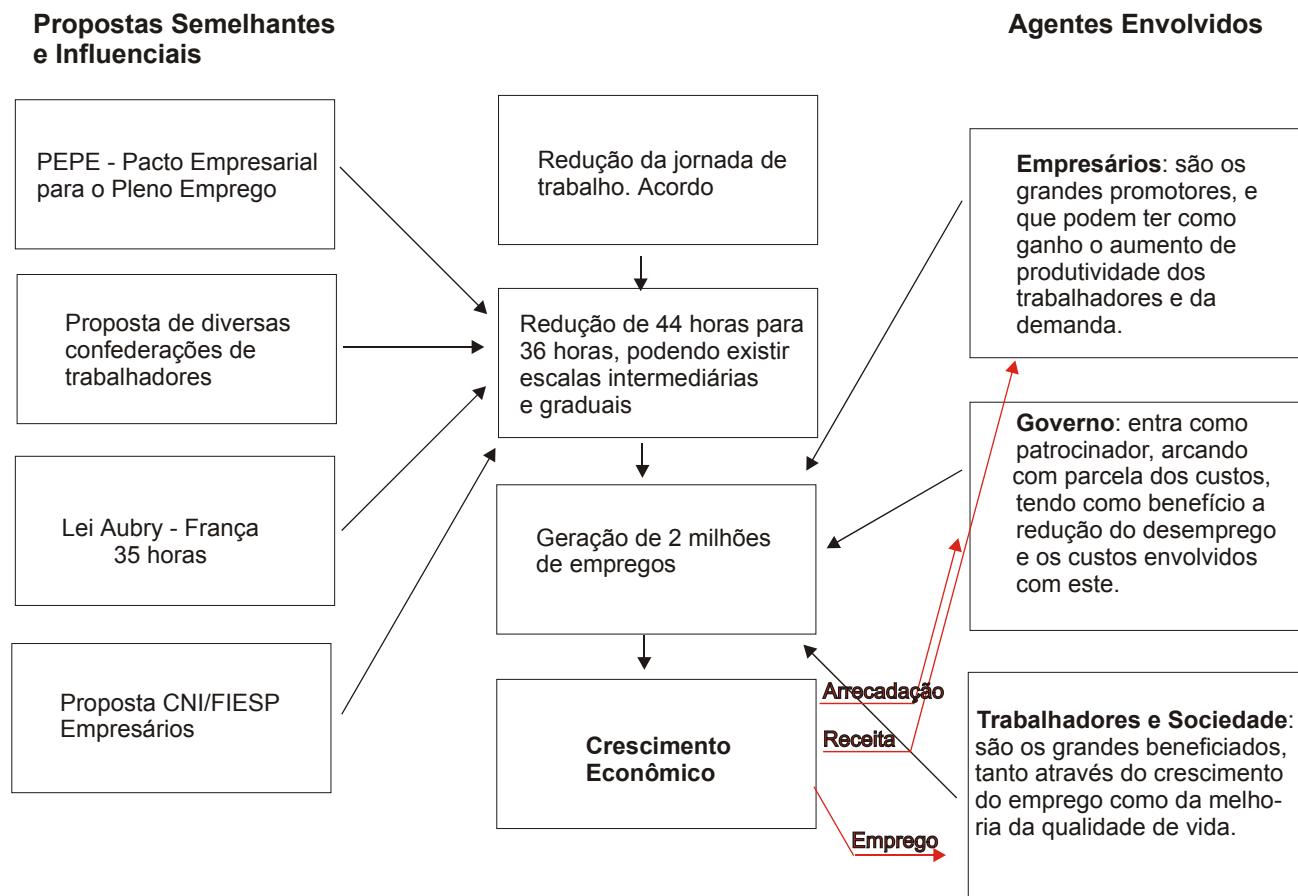
No que se refere ao crédito, o governo deve participar do processo concedendo linhas de crédito a juros subsidiados, via BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para as empresas que aderissem ao Acordo. Neste ponto, também de maneira similar à Lei Aubry, o volume do crédito e o percentual dos juros estariam sujeitos ao número de postos de trabalho que seriam abertos com as medidas propostas.

Finalizando, cabe aqui, novamente, lembrar que não faz parte dos objetivos desta tese redigir ou elaborar documento legal a ser utilizado como proposta para a redução da jornada de trabalho, pois para isto seria necessário estudo acerca do orçamento da União e dos Estados, buscando identificar a origem dos recursos que inicialmente seriam utilizados para a sustentação da participação do governo. Porém, procurou-se apresentar sugestões que, em trabalhos futuros, possam

aprofundar a proposta. O Anexo 3 deste estudo traz propostas de diversas entidades sobre a questão da redução da jornada de trabalho.

A seguir, tem-se um diagrama representativo da proposta desenvolvida neste subtópico do trabalho.

ESTRUTURA DE PROPOSTA PARA A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO



CONCLUSÃO

Ao fechamento desta tese, muitas conclusões podem ser extraídas. Contudo, um objetivo subliminar continua sendo trabalhado, sendo este, talvez, o papel mais importante das ciências sociais, o da busca do entendimento da relação do ser humano com o mundo que o cerca. Embora os resultados desta busca tenham avançado, ainda estamos muito aquém do seu perfeito entendimento. Tal fato é consequência de aspectos peculiares e inerentes às ciências sociais, que, despidas de campos de experimentação, só conseguem realizar suas verificações no âmbito geral da própria sociedade, uma vez que as ciências sociais são desprovidas de laboratórios. Assim, alterações nas variáveis sociais só são passíveis de ser comprovadas após verificado o fato e manifestadas as suas consequências sobre a sociedade, nem sempre sendo possível a sua correção.

Acredita-se que todo pesquisador e demais interessados no palco das preocupações sociais tenham como finalidade última o bem-estar generalizado da sociedade, que muitas vezes não se expressa através de indicadores macroeconômicos frios e frívolos, mas sim da satisfação do ser humano e, em última instância, do bem-estar social.

Estudou-se, ao longo desta tese, a relação do homem com o trabalho, pois entende-se que é através do pensar e da realização do trabalho que o homem se distancia dos outros animais. Assim, a própria manifestação do trabalho humano, transformando a natureza com o objetivo de atender às suas necessidades, fez com que o homem se distanciasse dos outros animais e passasse a dominar o meio em que vive. O trabalho pode ser definido, assim, como o meio pelo qual o homem abandona sua condição meramente animal e sobressai à frente da natureza.

Ao longo do tempo, e como consequência da própria evolução, rompe-se a atividade humana espontaneamente realizada com o objetivo de atender às necessidades elementares e passa-se a raciocinar sobre o prisma da venda do seu

esforço físico ou intelectual para obter proventos (salário), para, da mesma forma, poder sobreviver em face das intempéries, isto dentro do âmbito do sistema capitalista de produção. Portanto, dentro deste sistema o homem perde a posse dos meios de produção e a sua liberdade de ação, e vende sua força de trabalho ao capitalista, a princípio de maneira voluntária, porém compelido a esta ação motivado pelas suas necessidades. Com a obtenção do salário, visa adquirir bens que possibilitem sua sobrevivência. Nesta dinâmica se desenvolve o sistema capitalista, com o consumo retroalimentando a produção, e, com esta, os lucros e os salários.

Diferentemente de sistemas baseados na escravidão, no sistema capitalista o ser humano é livre, e a venda da sua força de trabalho se dá por interesse do trabalhador, a partir do qual esta força de trabalho passa a ser um componente do processo de produção. Nos sistemas baseados na escravidão, o escravo não era possuidor do direito de opção, no que diz respeito ao fornecimento de sua força de trabalho, sendo uma mercadoria pertencente ao seu dono, que utilizava esta força no processo de produção, principalmente no setor agrícola e nos afazeres domésticos. No sistema escravista o homem é subjugado a atender ao próximo, sem liberdade de escolha, e sem ser dono da própria força de trabalho, sendo o seu sustento assistido também pelo seu dono. No sistema capitalista, o trabalhador, embora seja possuidor de sua força de trabalho, não tem outra opção que não a venda desta ao capitalista e, a partir desta venda, a possibilidade de obter bens que satisfaçam as suas necessidades, dentre elas a própria sobrevivência.

O capitalista utiliza-se da mão-de-obra e de outros elementos para, através deles, realizar a produção, que, para a empresa, representada pelo capitalista, significa a obtenção de lucros, os quais, por sua vez, devem ser auferidos no mercado. A obtenção de lucros no mercado é resultado das vendas, as quais, no outro extremo, são mantidas pelas despesas dos agentes, como o consumo das famílias. Desta maneira, entende-se que o objetivo máximo da produção é o consumo. Seguindo essa linha de raciocínio, o trabalhador, expulso do sistema

produtivo, é compulsoriamente expulso do mundo do consumo, colocando em xeque a própria lógica do sistema capitalista. O emprego, ou seja, a venda da força de trabalho por parte do trabalhador ao capitalista, é um fenômeno surgido com o próprio sistema capitalista, e traz como contraponto o desemprego, que, desta forma, pode ser tomado como um subproduto do próprio sistema, e em um ponto mais adiante reduz o nível de consumo.

O desemprego, apesar de subproduto do sistema capitalista, apresenta algumas nuances. Por um lado, ele é fomentador do próprio sistema. Em Marx, o chamado exército industrial de reserva é fundamental para uma oferta de força de trabalho consistente ao capitalista, e, conseqüentemente, para o barateamento da força de trabalho representado pela manutenção ou queda dos salários.

Tornou-se necessário, assim, ao longo deste estudo, conceituações de trabalho, emprego e desemprego, apresentando-se definições técnicas como a da própria Organização Internacional do Trabalho, que conceitua trabalho como sendo: "conjunto de atividades humanas, remuneradas ou não, que produzem bens ou serviços em uma economia, ou que satisfazem as necessidades de uma comunidade ou provêem os meios de sustento necessários para os indivíduos". As definições de trabalho possuem um caráter mais abrangente do que se pretendeu tratar nesta tese, pois o conceito incorpora todas as ações realizadas pelo homem com vistas à transformação e à obtenção de bens ou serviços que atendam a si e aos semelhantes. Assim, passou-se a focar o trabalho existente, e o que o caracteriza no sistema capitalista de produção, representado pela relação de emprego.

Como foi dito, o emprego trata da venda da força de trabalho do trabalhador ao capitalista, em que o primeiro recebe salário por esta concessão e, através deste, obtém o próprio sustento.

Ainda dentro do enfoque do que seja a realização do trabalho e do que ele representa, reportamo-nos aos filósofos gregos, notadamente Aristóteles e Platão. Não que se tenha pretendido, ao longo desta tese, discussões mais aprofundadas de

cunho filosófico, todavia fez-se necessária uma averiguação destas pontuações para o engrandecimento da discussão. Aristóteles vê o trabalho como indigno ao homem livre, sendo atribuição, segundo ele, dos escravos, que a princípio eram dotados de inferioridade natural, cabendo aos homens livres as atividades do pensamento, propósito último da existência humana. Para Platão, entretanto, o trabalho é uma consequência da construção social, da constituição das cidades e da função essencial da divisão do trabalho, pois vê a sociedade como um agrupamento de indivíduos que encontram vantagem em viver em conjunto, surgindo daí os diferentes ofícios.

Também com o objetivo de aprofundar a discussão do tema, porém sem a pretensão de obter conclusões definitivas, recorreremos a considerações de economistas de diferentes escolas, os quais julgamos apresentar contribuições significativas para o debate. Dentre eles está Adam Smith, que desenvolve a teoria do valor trabalho, através da qual explica que todo valor advém do trabalho e da transformação que este processa. Além da questão do valor trabalho, Smith traz elucidativo esclarecimento sobre a divisão do trabalho. Esta divisão, além de servir de base para o sistema de trocas e da própria configuração da economia de mercado, é sustentáculo imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo, da economia monetária e da própria revolução industrial.

É possível afirmar que, juntamente com Smith, as contribuições do economista David Ricardo auxiliaram a enriquecer o debate acerca do valor. Ricardo apresenta a questão do valor natural dos salários, que, em sua concepção, representa o salário de subsistência. Devem, aqui, ser guardadas as devidas caracterizações da época dos escritos de Ricardo. Esse autor também foi um dos primeiros a chamar a atenção para a existência do desemprego tecnológico.

As discussões acerca do valor e da importância do trabalho na formação deste também estão bastante presentes nos escritos marxistas. As concepções marxistas buscam, através de uma plataforma capitalista, discutir a expropriação dos trabalhadores por parte dos capitalistas, caracterizada pela mais-valia, em que o

sobretaxa realizado pelos trabalhadores era incorporado pelos capitalistas, não se traduzindo em benefício para os trabalhadores e para a sociedade.

Outro ponto significativo da teoria marxista a respeito do sistema capitalista encontra-se no chamado exército industrial de reserva. Na visão marxista, determinado volume de desemprego não voluntário coexiste e é consistente com a filosofia capitalista, pois este contingente de trabalhadores mantém a oferta da força de trabalho, impedindo a ascensão dos salários. Concluindo, de acordo com Marx, o exército industrial de reserva compõe-se de uma gama de trabalhadores desempregados, que fazem parte da própria estrutura do sistema capitalista de produção.

Dentro da lógica do sistema capitalista de produção, as maiores críticas com relação à sociedade de mercado provêm de Lord John Maynard Keynes. Na teoria keynesiana, é negada a existência do chamado pleno emprego como consequência natural do equilíbrio das forças de mercado. Keynes traduz a concepção do chamado desemprego involuntário, em que existiriam trabalhadores que estariam dispostos a trabalhar pelo nível salarial vigente no mercado, mas que não encontravam ocupação no setor produtivo. Para Keynes, torna-se imprescindível a participação do governo como um agente ativo dentro do sistema econômico, pois o mercado não atinge o equilíbrio livremente. O governo atuaria, desse modo, como um órgão regulador da atividade econômica e indutor da geração de empregos em períodos de recessão.

Outro economista contemplado no desenvolvimento deste estudo é Joseph Alois Schumpeter. A relação dos ensinamentos de Schumpeter com o tema desta tese vem da importância que este atribui à inovação tecnológica. É importante esclarecer que em nenhum momento desta tese tratou-se de negar a importância da inovação tecnológica, mas sim de discutir os seus efeitos sobre os aspectos humanos, principalmente na relação do homem com o trabalho e o emprego. Assim, buscou-se, na teoria schumpeteriana, alicerces para uma averiguação da

importância da tecnologia para o desenvolvimento do sistema capitalista, sem, contudo, negar os seus reflexos sobre outras esferas sociais.

Na abordagem da Escola Neoclássica, não se trabalhou um economista isoladamente, mas sim a escola como um todo, de forma a contemplar as principais hipóteses conceituais desta escola. Os economistas da corrente neoclássica acreditam, de maneira similar aos da Escola Clássica, que o livre jogo das forças de mercado seria uma condição suficiente para que o sistema econômico se auto-regulasse e, naturalmente, o equilíbrio de pleno emprego fosse atingido, inexistindo, desta forma, o desemprego involuntário. Na realidade, a Escola Neoclássica pode ser considerada como uma releitura da Escola Clássica.

Enquanto a Escola Clássica data do final do século XVIII e início do século XIX, a Neoclássica tem sua cristalização um século mais tarde, e, apesar de duramente criticada pela keynesiana, seus postulados ainda influenciam as interpretações de muitos economistas contemporâneos.

Após a realização da súmula de economistas a pesquisa caminhou para a verificação de qual corrente, dentro da Teoria Geral da Administração, teria se caracterizado mais intensamente pela preocupação com o ser humano e suas relações com o meio. Tal eco foi encontrado na Escola Humanista da Administração, que tem em Elton Mayo o expoente que mais espelha a filosofia desta escola. A síntese desta linha de pensamento trabalha com a idéia de que quem move a empresa são os seres humanos que a compõem. Desta forma, a realização e a felicidade dos trabalhadores da empresa irão fazer com que a produtividade e os lucros desta empresa aumentem.

Dentre os princípios que podem ser atribuídos a esta escola, pode-se citar: tempo apropriado para o autodesenvolvimento e proteção contra o desemprego involuntário, que guardam estreita relação com os assuntos trabalhados nesta tese.

A partir das conceituações tratadas no início deste estudo, e após um "diálogo" com as diversas vertentes que poderiam contribuir para o tema, coube uma

caracterização dos aspectos mais inerentes ao fenômeno pesquisado neste trabalho, ou seja, a relação de emprego, que, conforme explicou-se ao longo desta tese, constitui um fenômeno típico do sistema capitalista de produção, e que tem suas origens nos prolegômeros da revolução industrial. Foi a própria revolução industrial que serviu de sustentação e formação de bases e de moldes para o surgimento de uma economia de mercado.

Dentre as grandes transformações surgidas após a revolução industrial, a relação de emprego, ou seja, a relação entre capitalista e trabalhador (empregado) é uma das suas características mais latentes, assim como um dos seus principais sustentáculos. A partir do momento em que o mercado torna-se o centro da sociedade, também o trabalho acaba por se transformar em uma mercadoria. Todavia, esta foi uma exigência da indústria, que fez com que, apesar de não sê-lo, o trabalho fosse organizado em mercado e disponível para a venda como uma mercadoria. Pode-se dizer que a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico. O evoluir do tempo e das sociedades fez com que a relação de emprego, embora ainda reserve estreita aproximação com os paradigmas originais, evoluísse e apresentasse novas facetas. No período pós-revolução industrial, muitas foram as alterações que se processaram no universo econômico, e talvez estejamos próximos a novas mudanças, que poderão marcar uma outra revolução na história da humanidade. Figurando como valor emergente nesta nova configuração, está a progressiva intelectualização da atividade humana, sendo este fator notório tanto para as atividades laborais quanto para o lazer.

A ética emerge também como um fator característico desta nova sociedade surgida não só como característica "politicamente correta" e humanista, mas também como um pressuposto para o bom convívio e o funcionamento de uma nova sociedade. É necessário, contudo, que se destaque que esta suposta nova sociedade ainda é incipiente, e que na atual conjuntura social ainda confrontam-se valores sociais emergentes e arcaicos. Ramos (1989) configura e critica as

contradições do momento histórico, em que a chamada sociedade de mercado abre espaço para supostos valores emergentes. Assim, ao longo deste processo de transformação, Ramos define o trabalhador assalariado como o "Alegre Detentor de Emprego", em que a ocupação passa a ser definida dentro de uma determinada escala social, sendo este fator muito mais importante que o resultado que possa advir dentro do horizonte social de produção.

Com base nas considerações realizadas, surge a necessidade de trabalhar as relações existentes no mercado de trabalho, pois a partir deste passou-se a observar as influências dos fatores determinantes do emprego. O mercado de trabalho pode ser entendido como sendo os pontos de contato entre trabalhadores e empregadores. O estudo do mercado de trabalho torna-se fundamental, dado que, com o emergir do capitalismo e da sociedade de mercado, o trabalho passa a ser comercializado de maneira semelhante, como visto, ao de qualquer outra mercadoria.

A atividade econômica e o nível de emprego guardam estreito relacionamento, uma vez que o crescimento da atividade econômica leva, a princípio, ao crescimento no nível de emprego. O mecanismo se processa da seguinte forma: o crescimento econômico conduz a um crescimento da demanda por mão-de-obra, fazendo com que os aspectos relativos ao emprego tenham, muitas vezes, como fator determinante, o crescimento econômico, que pode ser compreendido, conforme visto em Keynes, como fator de novo aquecimento econômico, através do consumo.

Também se trabalhou classificação que poderia ser pertencente a qualquer ponto desta tese. Trata-se de uma definição ou classificação dos tipos e formas de desemprego, que foram academicamente fundamentais, pois houve uma larga utilização destas na discussão dos vários assuntos aqui tratados. Couberam, neste trabalho, definições acerca do desemprego estrutural, friccional, involuntário, sazonal, conjuntural, voluntário, entre outras. De fato, tais definições foram essenciais no desenrolar da tese, pois, assim como não podem ser atribuídas ao desemprego causas únicas, também não podem ser encontradas soluções únicas para o problema.

De maneira similar, trabalhou-se com a tecnologia, pois não é possível isolá-la em suas características. Assim, a envolvemos nos aspectos concernentes ao centro deste estudo que tratam do homem e da sua relação com o emprego. Portanto, a tecnologia deve ser entendida como o conjunto de conhecimentos aplicados pelo homem para atingir determinados fins. A tecnologia também pode ser definida como o aproveitamento ordenado dos recursos e forças naturais, baseado no conhecimento da natureza e posto a serviço da satisfação das necessidades do homem.

A tecnologia, assim como o trabalho, é inerente ao ser humano, e seu surgimento é simultâneo ao desenvolvimento, pelo homem, dos instrumentos para a obtenção de bens e serviços necessários a sua satisfação. Também sobre a tecnologia foram apresentadas classificações quanto aos seus impactos sobre o processo produtivo, sobre o homem e sobre o emprego, como a tecnologia de processos e a tecnologia de produtos, pois de certo modo são peculiares ao trabalho.

Neste trabalho, a evolução tecnológica mereceu especial atenção enquanto fator influenciador do nível de emprego. Algumas vertentes argumentam que a evolução tecnológica é poupadora de mão-de-obra, pois as empresas visam reduzir custos e incrementar a produtividade. Também há correntes que pregam que o desemprego gerado em um setor onde a mão-de-obra foi expulsa pelo avanço tecnológico abre espaço equivalente em outros setores, onde os trabalhadores expulsos ou outros trabalhadores serão absorvidos. Existem também as teorias que defendem que a tecnologia é geradora de postos de trabalho. Porém, as comprovações estatísticas ainda não concluem de maneira satisfatória as razões para o desemprego, assim como não se consegue precisar os efeitos da tecnologia sobre o volume da demanda por mão-de-obra. Não há como negar, de qualquer modo, que a tecnologia causa efeitos sobre o emprego, se não no seu nível pelo menos na sua forma, efeitos estes que, no entender desta tese, ainda não se encontram suficientemente esclarecidos.

A tecnologia inevitavelmente traz uma reestruturação que, por sua vez, pode reenquadrar a importância do emprego na vida das pessoas, da mesma forma que os ganhos do aumento da produtividade merecem uma revisão, para a própria sustentação do capitalismo, uma vez que grande número de pessoas poderia ser libertado de longas horas de trabalho no mercado formal e ficar livre para se dedicar a atividades de lazer. O impacto que a tecnologia pode trazer para a sociedade dependerá de como os ganhos da produtividade serão distribuídos.

Também foi necessária, no presente trabalho, uma abordagem a respeito da conjuntura econômica brasileira, pois, conforme dissemos, o desemprego não é consequência de um único fator. A tecnologia traz, para o fenômeno do desemprego, um aspecto estrutural, porém períodos de recessão econômica também impactam significativamente sobre o nível de emprego de um determinado sistema econômico. Diferentemente das condições estruturais, a exemplo do crescimento populacional e do desenvolvimento tecnológico, os aspectos conjunturais estão relacionados principalmente à ação de políticas econômicas sobre o sistema.

A finalidade das políticas econômicas é alcançar determinados objetivos macroeconômicos, como a estabilidade de preços e a geração de empregos, dentre outros. Com vistas ao atendimento destes objetivos, o governo utiliza-se de determinados instrumentos de política econômica, embora a forma, assim como a direção e a intensidade com que devem ser utilizados estes instrumentos não gozem de opinião unânime, conforme visto no subcapítulo 3.5.2. Na continuidade foram tratados os instrumentos de política econômica, que podem ser divididos em quatro grandes grupos: política monetária, política fiscal, política cambial e comercial e política de rendas, sendo que os dois primeiros grupos são de maior importância para a condução da política econômica.

Embora não faça parte do escopo desta tese uma discussão aprofundada sobre economia brasileira no período recente, a partir das informações descritas realizou-se uma abordagem da conjuntura econômica brasileira, a qual, nas duas

últimas décadas, tem se apresentado de maneira recessiva, gerando grande impacto negativo sobre o nível de emprego da economia. Esta tese concentrou-se no período pós-Plano Real, que teve seu advento no ano de 1994, e que determinou a tônica na condução da política econômica para a fase recente. O Plano teve como prioridade o controle do nível de preços, e, para isto, utilizou-se de políticas econômicas recessivas, como a adoção de taxas de juros elevadíssimas, que permanecem até o momento.

Uma vez trabalhadas as razões conjunturais e estruturais para a ocorrência do desemprego, discutiu-se como este tem se comportado recentemente, concluindo-se ser de grande importância a proposição de soluções alternativas e que tenham respaldo no novo cenário dos sistemas econômicos e sociais.

A atual configuração das nossas sociedades pode ser entendida como sendo a sociedade do trabalho, que tem o seu início com a revolução industrial, e que se prolonga até os dias atuais. Diante deste cenário, a redução da jornada de trabalho surge como uma proposta, que, se não se apresenta como uma solução definitiva, pode vir a ser um importante componente para a redução dos níveis de desemprego.

A redução da jornada de trabalho, além de contribuir para a diminuição do desemprego, apresenta-se também como uma tendência histórica, que algumas vezes passa por movimentos conjunturais anticíclicos de ampliação da jornada, mas ao longo dos anos apresenta uma redução de horas trabalhadas, conforme se mostrou no subcapítulo 4.3, que trata da abordagem histórica da redução da jornada de trabalho. A discussão da redução da jornada passa necessariamente pelo estudo desta na França, onde, em 1982, ocorreu a redução de 40 horas para 39 horas, e em 2000, mediante a Lei Aubry, a jornada passou de 39 horas para 35 horas, apresentando efeitos positivos sobre o nível de emprego, sem efeitos colaterais significativos.

A lógica de redução da jornada de trabalho mostra-se, em uma primeira abordagem, relativamente simples. Com os trabalhadores empregados trabalhando menos, um número maior de trabalhadores poderia empregar-se; todavia, conforme

descrito ao longo deste trabalho, o raciocínio não apresenta-se tão linear. A redução da jornada de trabalho não gera, a princípio, um crescimento no nível de emprego na mesma proporção, uma vez que as empresas passam a adotar mecanismos compensatórios, assim como o impacto sobre os custos das empresas também não é proporcional.

A redução da jornada apresenta aspectos positivos sobre o nível de emprego, sobre a qualidade de vida dos trabalhadores e sobre a sociedade como um todo, sendo, portanto, uma medida recomendável de política econômica e para empresas que visualizem ganhos de produtividade através da redução da jornada de trabalho.

O respaldo para a redução da jornada de trabalho encontra-se na crescente automação dos processos produtivos, que, a princípio, reduz a necessidade da utilização tão intensa do fator mão-de-obra.

Um argumento contrário à redução da jornada de trabalho parte da preocupação, por parte de empresários, com uma suposta elevação dos custos com que as empresas poderão confrontar-se. No estudo de caso relatado nesta tese, a elevação de custos acabou por ser mais do que compensada pelo aumento da produtividade dos trabalhadores e da receita, que surge como consequência desta. Evidentemente, os fatos descritos no estudo de caso referem-se a uma empresa e a um setor específicos, podendo ocorrer que as verdades apresentadas nesta empresa não se concretizem em outros setores e empresas.

Supondo que a eliminação dos custos não se manifeste, surge a necessidade da participação do Estado, reduzindo custos tributários para a empresa, de forma a compensar a eventual elevação dos custos com a contratação de mais trabalhadores. Por sua vez, a perda tributária para o Estado é compensada com a redução de gastos decorrentes do desemprego e de suas chagas, a exemplo do seguro desemprego, da exclusão social, dentre outros, além de representar, por si só, um importante objetivo de política econômica.

A participação do governo no processo ocorreu na França, quando da redução da jornada de trabalho naquele país, e também é sugerida nesta tese na forma do Pacto Empresarial para o Pleno Emprego, de idealização do Sr. Francisco Simeão, com o qual desenvolvemos entrevista, no capítulo intitulado "Estudo de Caso", desta tese.

A ampliação dos empregos, causada pela redução da jornada de trabalho, não ocorre apenas de maneira direta. Com mais tempo livre o trabalhador direciona mais espaço de sua vida ao lazer, realizando, dessa maneira, mais consumo, gerando, como conseqüência, maior crescimento econômico, além do efeito multiplicador que os novos empregos acabam por gerar, conforme visto em Keynes. Entre os fatores positivos apresentados pela redução da jornada de trabalho tem-se: redução do desemprego; possibilidade de uma maior incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e redefinição dos papéis sociais; maior acesso ao tempo livre; possibilidade de uma educação mais prolongada; maior abertura para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho; e renovação do diálogo social.

Esta tese traz, ao final, um estudo de caso da empresa B. S. Colway Pneus Ltda., na Região Metropolitana de Curitiba, que, além de inúmeros outros benefícios aos trabalhadores, adota uma jornada de trabalho reduzida de 36 horas semanais e apresenta resultados extremamente positivos. Seu presidente, o Sr. Francisco Simeão, é um grande defensor da idéia e o idealizador do Pacto Empresarial para o Pleno Emprego. O Pacto apresenta a possibilidade de experimentação, uma vez que a redução da jornada de trabalho é adotada pelo prazo estipulado de três anos, tempo suficiente para a adoção de outras medidas e para o próprio amadurecimento da idéia.

Concluindo, o presente estudo procurou trabalhar a relação entre o homem, o trabalho, o emprego e o desemprego, bem como as transformações ocorridas nesta relação, além dos impactos que esta vem sofrendo ao longo da evolução das sociedades. Foram estudados os aspectos conjunturais e, principalmente, estruturais que afetam o desemprego, sugerindo, por fim, a alternativa da redução da jornada de trabalho como uma opção viável para a diminuição do desemprego e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- 5 ANOS DO PLANO REAL. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/real5ano.html>> em 11/09/2004>. Acesso em: 11 set. 2004.
- ALBAN, Marcus. **Crescimento sem emprego**: o desenvolvimento capitalista e sua crise contemporânea à luz das revoluções tecnológicas. Salvador: Casa da Qualidade, 1999.
- ALVES, Edgar (Org.). **Modernização produtiva & relações de trabalho**: perspectivas de políticas públicas. Brasília: Ipea; Petrópolis: Vozes, 1997.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AMADEO, Edward J.; ESTEVÃO, Maurício. **A teoria econômica do desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- ARISTÓTELES. **Os pensadores**. Tradução: Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- BANCO MUNDIAL. Comunicado à Imprensa. n.º 2004/309/S. Banco Mundial/Indicadores do Desenvolvimento Mundial, 2004.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas; MORETTO, Amilton. **Política de emprego e proteção social**. São Paulo: Mercado de Trabalho, 1998. (Coleção ABET)
- BAUMANN, Renato (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- BAUMANN, Renato (Org.) et al. **Brasil**: uma década em transição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BELTRAN, Ari Possidonio. **Dilemas do trabalho e do emprego**. São Paulo: LTR, 2001.
- BENNIS, Warren; MISCHÉ, Michael. **A empresa do século XXI**: reinvente com a reengenharia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 1999.
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**: teoria e política econômica. Tradução: Ricardo Inojosa. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução: Nathanael C. Carneiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BRIDGES, William. **Um mundo sem empregos**: os desafios da sociedade pós industrial. Tradução: José Carlos Barbosa dos Santos. São Paulo: Makron Books, 1995.
- CALVETE, Cássio da Silva. A redução da jornada de trabalho como solução do desemprego: o mito de sísifo ou prometeu? **Revista Civitas** (PUC RS). Porto Alegre, v.3. n.2. jul./dez. 2003.

CARDOSO, Sidnéia Reis; GUEDES, César. Emprego e inovação tecnológica no pensamento econômico. In: SEMINÁRIOS INTERNACIONAL E REGIONAIS "EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO", 1998, São Paulo. **Emprego e desenvolvimento tecnológico: Brasil e contexto internacional**. São Paulo: Dieese, 1998.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. 8.ed. São Paulo: Moderna, 1996. (Série Polêmica)

CARMO, Paulo Sergio do. **O trabalho na economia global**. 4.ed. São Paulo: Moderna, 1998. (Coleção Polêmica)

CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Os clássicos da economia**. São Paulo: Ática, 1997. v.1 e 2.

CATAPAN, Araci Hack; THOMÉ, Zeina Rebouças Corrêa. **Trabalho e consumo: para além dos parâmetros curriculares**. Florianópolis: Insular, 1999.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. 2.ed. Petrópolis: Vozes (RJ), Vozes , 1997.

CHAHAD, José Paulo Zeetano; MENEZES FILHO, Marcio A. (Org.). **Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças**. São Paulo: LTR, nov. 2002.

CHEMIN, Beatriz Francisca. **Constituição e lazer**. Curitiba: Juruá, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: Makron Books, 1999.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e Banco Mundial**. Tradução: Geraldo O. Fernandes. São Paulo: Moderna, 1999.

CORRÊA, Maíra Baumgarten. Reestruturação produtiva e industrial. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. 2.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

CORSEIUL, Carlos Henrique; RIBEIRO, Eduardo Pontual; SANTOS, Daniel D. ; DIAS, Rodrigo. **Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 2002. (Texto para Discussão n. 855)

CORSEUIL, Carlos Henrique; KUME, Honorário (Coords.). **A abertura comercial brasileira nos anos 1990: impactos sobre emprego e salário**. Rio de Janeiro: MTE: IPEA, março de 2003.

CRAINER, Stuart. **Os revolucionários da administração**. Tradução: Roberto Galman. São Paulo: Negócio, 1999.

DAL ROSSO, Sadi. A redução da jornada e o emprego. In: SEMINÁRIOS INTERNACIONAL E REGIONAIS "EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO", 1998, São Paulo. **Emprego e desenvolvimento tecnológico: Brasil e contexto internacional**. São Paulo: Dieese, 1998.

DAL ROSSO, Sadi. **O debate sobre a redução da jornada de trabalho**. São Paulo: Mercado de Trabalho, 1998. (Coleção ABET)

DE DECCA, Edgar. **O nascimento das fábricas**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Tudo é História)

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. Tradução: Lea Manzi. 4.ed. São Paulo: Esfera, 1999.

DE MASI, Domenico (Org.). **A emoção e a regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950**. Tradução: Elia Ferreira Edel. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999a.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999b.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Tradução: Lea Manzi. 3.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DE MASI, Domenico (Org.). **A economia do ócio**. Tradução: Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

DENIS, Henri. **História do pensamento econômico**. Tradução: Antonio Borges Coelho. 4.ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO ECONÔMICOS. **Os rendimentos do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO ECONÔMICOS. **As negociações coletivas no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO ECONÔMICOS. **Mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DERECHOS Laborales, Derechos Humanos. **Revista Internacional del Trabajo**, v.117, n.2, p.145-152, 1998. Organización Internacional del Trabajo, 1998. Disponível em: <www.ilo.org>. Acesso em: 01 out. 2004.

DIAS, Jussara; FREIRE, Lucienne (Org.). **Diversidade: avanço conceitual para a educação profissional e o trabalho: ensaio e reflexão**. Brasília: OIT, 2002.

DONKIN, Richard. **Sangue, suor & lágrimas: a evolução do trabalho**. Tradução: Roger Maiole dos Santos. São Paulo: Makron Books, 2003.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós capitalista**. Tradução: Nivaldo Montigelli Jr. 5.ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.

DRUCKER, Peter F. **A administração**. Tradução: Maria Lucia L. Rosa. São Paulo: Nobel, 2001. (Coleção O melhor de Peter Drucker).

DRUCKER, Peter F. **A sociedade**. Tradução: Maria Lucia L. Rosa. São Paulo: Nobel, 2001. (Coleção O melhor de Peter Drucker).

DRUCKER, Peter F. **O homem**. Tradução: Maria Lucia L. Rosa. São Paulo: Nobel, 2001. (Coleção O melhor de Peter Drucker).

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EHRENBERG, Ronald G.; SMITH, Robert S. **A moderna economia do trabalho**: teoria e política pública. Tradução: Sidney Stancatti. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

FERNANDES, Reynaldo (Org.). **O trabalho no Brasil, no limiar do século XXI**. São Paulo: LTR, 1995.

FERREIRA, Maria Cristina. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Núcleo de Pesquisa Acadêmica. Curitiba: FAE – Business School, 2003.

FISCHER, Joschka. **Por uma nova concepção de sociedade**: uma análise política da globalização. Tradução: Silvia Bittencourt e Hemílio Santos. São Paulo: Summus, 2001.

FONT, Mario Fernández. **Innovación tecnológica y competitividad**: un intento de divulgación de conceptos, enfoques y métodos. México: Fundacion Friedrich Ebert, 1997.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução: Álvaro Lorecini. São Paulo: UNESP, 1997.

FRACALANZA, Paulo Sérgio. **Redução do tempo de trabalho**: uma solução para o problema do desemprego? Campinas, 2001. Tese (Doutoramento) - Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas.

GELLER, Lúcio. Mudança tecnológica e emprego. In: SEMINÁRIOS INTERNACIONAL E REGIONAIS "EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO", 1998, São Paulo. **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: Brasil e contexto internacional. São Paulo: Dieese, 1998.

GENTILI, Pablo. **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção A Outra Margem)

HANDY, Charles. **Além do capitalismo**: a busca de um propósito e um sentido de vida no mundo moderno. Tradução: James F. Sunderland Cook. São Paulo: Makron Books, 1999.

HEILBRONER, Robert. **O capitalismo do século XXI**. Tradução: Century Capitalism. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

HOBBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2.ed. Tradução: Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 20.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. (Biblioteca de Ciências Sociais)

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Atlas, 1980.

JAY, Peter. **A riqueza do homem**: uma história econômica. Tradução: Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KATO; Jerry Miyoshi; PONCHIROLLI, Osmar. O desemprego no Brasil e os seus desafios éticos. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.3, p. 87-97, set./dez. 2002.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**: inflação e deflação. Tradução: Mario R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os Economistas)

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**: teoria e política. Tradução: Celina Martins Ramalho Laranjeira. 5.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.

KRUGMAN, Paul. **A era do conformismo**: as expectativas econômicas frustradas. Tradução: Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

KRUGMAN, Paul. **Globalização e globobagens**: verdades e mentiras do pensamento econômico. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LACERDA, Antonio Correa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

LANDES, David S. **Riqueza e a pobreza das nações**: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. Tradução: Álvaro Cabral. 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira**: fundamentos e atualidade. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Celso Barroso. **O século do desemprego**. São Paulo: LTR, 1994.

LIEDKE, Elida Rubini. **Trabalho**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. 2.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de (Orgs.). **Macroeconomia moderna**: Keynes e a economia contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIMA, Tadeu; SICSÚ, João (Orgs.). **Macroeconomia do emprego e da renda**: Keynes e o keynesianismo. Barueri (SP): Manole, 2003.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. Tradução: Rombo Almeida e Attolmy Strauch. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 5.ed. São Paulo: Difel, 1987. v.3 e 4.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. 4.ed. Rio de Janeiro: Global, 1991. (Coleção Bases)

MATHIEU, Hans (Org.). **A nova política industrial**: o Brasil no novo paradigma. São Paulo: Marco Zero, 1996.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como ficaram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração**: da escola científica a competitividade em economia globalizada. São Paulo, 1997.

MOURA, Paulo C. **A crise do emprego**: uma visão além da economia. 4.ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

NÉRI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **Mercado de trabalho nos anos 90**: fatos estilizados e interpretações. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Textos para Discussão n. 743)

OECD. Technology, Productivity and Job Creation. **Analytical Report**, Paris: OECD, 1996.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do trabalho**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2001. (Série Princípios)

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Anuario de Estadísticas del Trabajo**, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Anuario de Estadísticas del Trabajo**, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DEL TRABAJO - OIT (Org.). **Desemprego juvenil no Brasil**: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2.ed. Brasília: OIT, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Anuario de Estadísticas del Trabajo**, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Anuario de Estadísticas del Trabajo**, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Anuario de Estadísticas del Trabajo**, 2003.

OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José (Org.). **No fio da navalha**: crítica das reformas neoliberais de FHC. 2.ed. São Paulo: Xamã, 1998.

PASTORE, José. **Relações de trabalho no Japão**. São Paulo: LTR: OIT, 1994.

PASTORE, José. **A agonia do emprego**. São Paulo: LTR, 1997.

PASTORE, José. **O desemprego tem cura?** São Paulo: Makron Books, 1998.

PASTORE, José. **A evolução do trabalho humano**. São Paulo: LTR, 2001.

PLATÃO. **A República**. Tradução: Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os Pensadores)

POCHMANN, Marcio. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: Mercado de Trabalho, 1998. (Coleção ABET)

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2000.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Tradução: Elizabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. 8.ed. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

POSTHUMA, Anne (Org.); OIT e MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília: Editora 34, 1999.

PYKE, Frank. **Small Firms, technical services and inter-firm cooperation**. Geneva (Switzerland): ILO – International Labour Organization, 1994. (Research Series 99)

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RAMOS, Carlos Alberto; CARNEIRO, Francisco Galvão. **Rotatividade e instituições, benefícios ao trabalhador desligado incentivam os afastamentos?** Rio de Janeiro: IPEA, agosto de 1997. (Textos para Discussão n. 503)

RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme Almeida. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, março de 1997. (Texto para Discussão n. 468)

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

REILLY, Peter; TAMKIN, Penny. Outsourcing: a flexible option for the future? **IES**, Brighton: Institute for Employment Studies, Report n.302, viii + 92 p., 1996.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Tradução: Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**: a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia. Tradução: Maria Lucia L. Rosa. São Paulo: Makron Books, 2001.

RUSSEL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Tradução: Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SALM, Cláudio L.; FOGAÇA, Azuete. Tecnologia, emprego e qualificação: lições do século XIX. In: DIEESE/CNPq - SEMINÁRIO INTERNACIONAL - EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, 1997, São Paulo. **Anais...** Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 12 a 18 de novembro de 1997.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. Tradução: Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução: Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

SCHWARTZ, Gilson. **As profissões do futuro**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Folha explica, Economia: 11)

SEMINÁRIOS INTERNACIONAL E REGIONAIS "EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO", 1998, São Paulo. **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: Brasil e contexto internacional. São Paulo: Dieese, 1998.

SEMINÁRIOS INTERNACIONAL E REGIONAIS "EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO", 2., 1999, São Paulo; Campinas. **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: artigo dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE: SESIT, 1999.

SEMINÁRIOS INTERNACIONAL E REGIONAIS "EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO", 3., 1999, São Paulo. **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: processo de integração regional. São Paulo: DIEESE, 1999.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record 2001.

SEN, Amartya. Desigualdad y desempleo em la Europa Contemporânea. **Revista Internacional del Trabajo**, v.116, n.2, p.169-188, 1997. Organización Internacional del Trabajo, 1997. Disponível em: <www.ilo.org>. Acesso em: 01 out. 2004.

SILVA, Daniel Nascimento e. **A empregabilidade nas indústrias e nos bancos atuantes em Santa Catarina**. Florianópolis, 2002. Tese (Doutoramento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção - Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Mutações do trabalho**. Rio de Janeiro: Senac, 1999.

SIMEÃO, Francisco. **Entrevista concedida a Carlos Ilton Cleto**. Curitiba, 12 set. 2004.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Economistas)

SOARES, Sergei; SERVO, Luciana M. Santos; ARBACHE, Jorge Saba. **O que não sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão n.º 843)

SPATH, Brigitte (Ed.). **Small Firms and Development in Latin America**: The Role of the Institutional Environment Human Resources and Industrial Relations. Geneva (Switzerland): ILO – International Labour Organization, 1993.

STALLINGS, Bárbara; PERES, Wilson. **Crescimento, emprego e equidade**: o impacto das reformas econômicas na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues e Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAPIOLA, Kari. **Empresas multinacionais e os desafios sociais do século XXI**. São Paulo: OIT, 1999.

THUROW, Lester C. **O futuro do capitalismo**: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã. Tradução: de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

THUROW, Lester C. **A construção da riqueza**: as novas regras para indivíduos, empresas e nações numa economia baseada no conhecimento. Tradução: de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

TREVISAN, Leonardo. **Educação e trabalho**: as receitas inglesas na era da instabilidade. São Paulo: Senac, 2001.

TROPE, Alberto. **Organização virtual**: impactos do teletrabalho nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

UM ANO DE DESVALORIZAÇÃO DO REAL. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/exp/cambio/cambio.html> em 15/06/04>. Acesso em: 15 jun. 2004.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Coord.). **Soluções para a questão do emprego**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

VIEIRA, Maria Margareth Garcia. **A globalização e as relações de trabalho**. Curitiba: Juruá, 2000.

WALRAS, Leon. **Compendio dos elementos de economia política pura**. Tradução: João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção a Obra Prima de Cada Autor)

WELLER, Jurgen. Supressão e geração de empregos em uma época de mudanças estruturais. In: SEMINÁRIOS INTERNACIONAL E REGIONAIS "EMPREGO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO", 1998, São Paulo. **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: Brasil e contexto internacional. São Paulo: Dieese, 1998.

ZYLBERSTAJN, Hélio; BALBINOTTO NETO, Giacomo. As teorias de desemprego e as políticas públicas de emprego. **Est. Econ.**, São Paulo, v.29, n.1, p.129-149, jan./mar. 1999.

ANEXOS

ANEXO 1
ENTREVISTA COM O SR. FRANCISCO SIMEÃO,
DA EMPRESA B. S. COLWAY PNEUS

1. **Sr. Francisco Simeão, a partir de qual data a B. S. Colway Pneus adotou a jornada de trabalho de 36 h/semanais?**

A partir do ano 2000.

2. **Sendo o Senhor um empresário, qual foi a(s) motivação(ões) que o levou (aram) a adotar o regime de trabalho reduzido? (Quais os fatores que o fizeram ver que esta medida seria positiva?). (Questão referente tanto ao aspecto profissional, quanto ao aspecto pessoal).**

Notadamente nos últimos dez anos o desenvolvimento da tecnologia dos computadores, da mecanização industrial, da comunicação e da robotização, compreendidos dentro do que se conhece como Globalização, sem dúvida fizeram reduzir os custos e aumentar a produtividade e qualidade dos produtos, aumentando de forma expressiva a riqueza no Mundo.

Desafortunadamente, no entanto, essa riqueza não foi dividida com justiça e inteligência, alcançando apenas uma massa de um bilhão de consumidores, onde ainda concentrou cada vez mais a fortuna para muito poucos, em detrimento de mais de cinco bilhões de excluídos do mercado consumidor, uma parte com remuneração insuficiente para uma vida digna e outra atravessando uma crise de desemprego sem precedente na História.

Passou a ser fato corriqueiro empresas eliminarem 50 postos de trabalho apenas com a implantação de um robô comandado por somente um operário melhor qualificado e bem treinado, demonstrando que uma produção muito maior está sendo realizada com um volume horas de trabalho/homem muito menor.

O setor empresarial, que muito lucrou com a evolução tecnológica e a Globalização da Economia, tem agora a oportunidade de ajudar a corrigir seus efeitos colaterais, sob pena de vir a não ter a quem vender seus produtos, caso a sociedade continue empobrecendo como se verifica atualmente.

Empolgados somente com a reengenharia das empresas, com a redução de custos e melhora da qualidade e produtividade, os empresários deixaram de perceber o que está acontecendo na sociedade como efeito colateral do seu próprio sucesso gerencial.

Sem dúvida **"Não há hoje volume horas de trabalho para abrigar os trabalhadores desempregados no regime de 44 horas semanais"**, sendo que **"o desemprego está**

deteriorando o tecido social, destruindo a auto-estima e promovendo a desesperança e o desespero, para se tornar uma monstruosa fábrica de bandidos"

(Francisco Simeão, empresário paranaense, na edição n. 93 do Jornal O PASQUIM 21).

Sobre o desemprego, a musica de Gonzaguinha, "Guerreiro Menino", nos ensina:

Um homem se humilha, se castram seu sonho.

Seu sonho é sua vida, e a vida é o trabalho.

E sem o seu trabalho um homem não tem honra.

E sem a sua honra, se morre, se mata.

Por estarmos absolutamente convencidos de que *não há mesmo volume horas de trabalho para abrigar a massa de trabalhadores existente em regime de 44 horas semanais*, sabemos que não será suficiente o esperado aquecimento da economia e o conseqüente crescimento econômico do Brasil, para acabar com o desemprego em nosso País.

Sem dúvida existem condições de reduzir a jornada de trabalho para gerar todos os empregos que a Nação tanto precisa, conforme experiência comprovada de quatro anos em nossa empresa (B. S. Colway Pneus Ltda), hoje alcançando cerca de 700 empregados que trabalham em quatro turnos de seis horas (fábrica de pneus), de segunda-feira a sábado (36 horas semanais), ou com turnos de 07:12 hs por dia, de segunda a sexta (setor administrativo).

Com a redução da jornada de trabalho, a B. S. Colway empregou mais de 100 trabalhadores, que não estaria abrigando caso a jornada fosse mantida em 44 horas semanais.

A geração de empregos a todos aqueles que precisam e querem trabalhar dignifica suas existências e proporciona às camadas menos favorecidas o retorno à esperança de uma vida melhor, bem como gera entusiasmo principalmente às mães no cuidado extremado de seus filhos, com o objetivo de solidificar seu caráter e desenvolver sua cidadania.

Sonhamos com que nossa iniciativa, que contamos possa ser replicada por milhares de outras empresas, fazendo com que o Brasil possa vir a ser uma ilha de felicidade no mundo conturbado em que vivemos.

Sabemos que este é o momento dos empresários demonstrarem que não são egoístas como a sociedade os considera e que, ao contrário, haverão de perceber que esta é o único caminho a seguir para o nosso País possa alcançar o pleno emprego e vencer a criminalidade, gerando um ambiente de felicidade e justiça social.

Tínhamos, quando de nossa decisão em reduzir a jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem prejuízo para os salários, que esta redução, aliada a outros benefícios e um trabalho de motivação, nos daria como retorno o aumento de produtividade da ordem de 12%, suficiente para pagar todos os correspondentes, o que não só se confirmou, como foi ultrapassado de forma fantástica.

3. Sendo O Senhor julga que os resultados desta ação foram positivos? Por quê?

Além de melhorar extraordinariamente o ambiente de trabalho, a incrível produtividade, de 37%, alcançada com sinergia da redução de jornada e outros benefícios sobre os quais dissertaremos em seguida, não só pagou todos os custos, como também nos permitiu dar um desconto aos nossos clientes e ainda aumentar nossos lucros.

4. A produtividade dos trabalhadores aumentou com a redução da jornada? É possível estimar o quanto em termos percentuais? A que o Senhor atribui este crescimento?

A parte inicial desta pergunta já foi respondida no item anterior. Não há dúvidas de que junto com a redução da jornada de trabalho, que deu tempo ao trabalhador para cuidar de sua saúde, de sua família e de voltar a estudar (a empresa propicia a todos cursos supletivos de 1.º e 2.º grau, pagando a equipe de profissionais da área para dar aulas em salas de aula que a empresa construiu), sendo que todos passaram a receber os seguintes benefícios:

Fitness center – Atividade Física Especial – Foram organizados grupos homogêneos de funcionários, submetidos a um processo de avaliação, treinamento e reavaliação de desempenho.

Ambulatório Móvel – No plano de saúde contratado pela empresa, médicos e outros profissionais de saúde comparecem à B. S. Colway para consultas e tratamento em ambulatório da própria empresa, de acordo com a necessidade de saúde dos funcionários.

Exames admissionais, periódicos e demissionais – Todos os funcionários da empresa deverão compor a FAI – Ficha de Avaliação Individual, que será o seu prontuário de saúde ocupacional.

Ciclo de palestras – São realizadas palestras de cunho educativo, contemplando temas relativos à qualidade de vida, de acordo com a necessidade de implementação dos programas que estão sendo desenvolvidos.

Sistema de premiação – Nosso processo se mostrou muito mais eficaz a partir da experiência realizada com premiação em recursos financeiros, no valor total de R\$

200,00 por funcionário, cujo montante é distribuído de acordo com os níveis de excelência alcançados, seguindo o seguinte critério:

- Na Academia montada na própria empresa, cada funcionário é premiado com o valor de R\$ 5,00 por dia de comparecimento à Academia, para se exercitar.
- O saldo total previsto de premiação, deduzido o valor correspondente a soma do número máximo possível de comparecimentos no mês (de três sessões de ginástica, por semana), é assim distribuído:
 1. O valor correspondente a 50% do saldo mencionado, para premiar o êxito na avaliação físico-funcional, que prevê a condição de composição corporal, nível de flexibilidade e de força relativa e absoluta;
 2. O valor correspondente a 40% do saldo mencionado, para premiar o cuidado verificado de cada funcionário em relação à sua saúde física, inclusive no aspecto odontológico e a de seus dependentes, sendo obrigatório a todos manter carteira de saúde e de dentista atualizada, de acordo com os critérios estabelecidos pela empresa, que prevê manter sua carteira de saúde atualizada no mínimo a cada período de seis meses, indo ao dentista, bem como levando seus dependentes e tratando todos, se necessário;
 3. Finalmente, o valor remanescente de 10% do saldo mencionado, para premiar aqueles que demonstrem estar desenvolvendo o hábito da leitura, inicialmente do Jornal Gazeta do Povo, que é entregue diariamente na residência de cada um dos funcionários da B. S. Colway Pneus (a empresa fez e pagou uma assinatura anual para cada um de seus funcionários). Para melhor aproveitamento deste jornal diário, recomendamos a eles que após sua leitura o repassem a vizinhos ou outras pessoas, para leitura.

Esclarecemos, que nosso compromisso se estende às ocasiões em que os funcionários tenham qualquer problema de saúde, quando nos incumbiremos de seu encaminhamento às soluções pertinentes.

5. O impacto nos custos totais da empresa, resultante da redução da jornada de trabalho foram significativos? Qual (is) seria (am) o (s) motivo (s) para o impacto? (significativo ou não).

Os custos investidos têm monta razoável, pois apenas os prêmios citados alcançam cerca de R\$ 140.000,00 por mês. No entanto, como explicado nos parágrafos anteriores, todos os valores investidos, incluindo os valores despendidos com a contratação de mais de 100 funcionários, em razão da jornada de trabalho, foram pagos com sobras pelo aumento da produtividade.

6. Qual a quantidade de trabalhadores da B. S. Colway Pneus hoje?

Tendo em vista que a B. S. Colway Pneus, depois de dobrar sua produção mensal, em relação a 2003, esta empresa está ampliando sua produção, mensalmente, para outra vez dobrá-la, até junho do próximo ano de 2005, quando sua fábrica estará estabilizada em sua produção máxima (200 mil pneus mensais, em média).

Em função de seu aumento, inclusive de pessoal, todos os meses, hoje abriga cerca de 700 funcionários.

7. Qual foi a quantidade de trabalhadores contratados em decorrência da redução da jornada de trabalho?

Pouco mais de 100 funcionários.

8. O Senhor entende que seria recomendável a adoção de medidas de Política Econômica, por parte do Governo Brasileiro, que viessem a reduzir a chamada jornada legal de trabalho com o objetivo de reduzir o desemprego?

Eu não tenho a menor dúvida quanto a isto, sendo que até já sugerimos ao próprio Presidente Lula (através do apresentador Ratinho, que pessoalmente este com ele em sua casa, em Brasília), bem como entregamos pessoalmente ao ex-Ministro Jacques Wagner, com quem debatemos a proposta apresentada, que também entregamos ao Ministro José Dirceu. Infelizmente, até o presente momento nada ocorreu.

Aproveito para transcrever a minuta de MEDIDA PROVISÓRIA que se encontra em mão do senhor Presidente da República e de seus ministros:

PROPOSTA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Dispõe sobre a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, com o objetivo de promover o PLENO EMPREGO em curto prazo; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1.º Fica oficialmente criado o **PEPE – Pacto Empresarial para o Pleno Emprego**, com o objetivo de reduzir a jornada de trabalho das atuais 44 (quarenta e quatro) horas semanais para 36 (trinta e seis) horas, sem redução de salários, em regime de seis

horas por dia, ou da forma que for ajustada entre empregadores e empregados, devendo estes últimos, como contrapartida, se comprometer com o aumento da produtividade.

Art. 2.º A adesão das empresas ao **PEPE** será voluntária, pelo tempo certo de 3 (três) anos, sendo que os empregados admitidos em função da redução da jornada semanal de trabalho terão seus contratos limitados em idêntico prazo, findo o qual a empresa nenhum compromisso terá com eles, encerrando-se seu contrato sem aviso prévio. Outrossim, havendo interesse das partes, novo contrato de trabalho poderá ser celebrado, dentro das condições normais da legislação vigente.

Art. 3.º O pacto de redução da jornada de trabalho dá à empresa o direito de retornar ao *status quo* atual, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sem o pagamento de qualquer tipo de compensação aos seus funcionários antigos, ao final do período de três anos, sendo que se extinguirão de pleno direito os contratos de trabalho celebrados com os trabalhadores admitidos em função do aumento de pessoal requerido pela redução da jornada de trabalho.

Art. 4.º A empresa, unilateralmente, poderá decidir pela demissão sem justa causa do funcionário contratado nas regras estabelecidas no **PEPE**, sem dever qualquer indenização pelo período remanescente do acordo, que nesse caso será rescindido de pleno, devendo a empresa ao demitido a indenização normal prevista pela legislação trabalhista, vigente para todos os empregados admitidos pelo regime normal de trabalho por tempo indeterminado.

Art. 5.º Durante o período de 3 (três) anos do **PEPE – Pacto Empresarial para o Pleno Emprego**, o Executivo, sob o comando de Sua Excelência o Presidente da República, os Sindicatos de Trabalhadores e as associações e federações empresariais deverão debater a reforma da legislação trabalhista, com o objetivo de, ao final do prazo estabelecido para a vigência do **PEPE, de três anos**, e preferencialmente antes de seu decurso, aprovar nova legislação que melhor atenda aos interesses da sociedade brasileira.

Art. 6.º Ao final do período de 3 (três) anos, poderão então as empresas ratificar ou não a jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais de trabalho, caso até então não tenha sido reformada a legislação trabalhista, não restando aos trabalhadores, sob nenhum título, direito adquirido em função do **PEPE – Pacto Empresarial para o Pleno Emprego**. Portanto, há que se realizar o maior esforço que for possível, da parte de todos, para conquistar o amadurecimento, pela prática, do regime estabelecido de forma voluntária nesta Medida Provisória, com o objetivo de harmoniosamente avançar na relação entre empregados e empregadores.

Art. 7.º O Governo Federal participará do esforço a ser realizado concedendo o abatimento de 50% nas obrigações de contribuições sociais e previdenciárias patronais,

incidentes apenas sobre o valor da folha de pagamento relativa aos novos empregados contratados em virtude da redução da jornada de trabalho.

§ 1.º O abatimento de que trata este artigo não excederá ao número de funcionários equivalente a 18% (dezoito por cento) da quantidade total de funcionários da empresa que aderir ao **PEPE**.

§ 2.º No caso da empresa manter parte dos trabalhadores no regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, esta deverá elaborar duas folhas de pagamento, separadas por regime semanal de horas de trabalho, sendo que os benefícios de que trata este artigo incidirão somente sobre a folha de pagamento dos funcionários enquadrados no regime de 36 (trinta e seis) horas semanais, com pagamento relativo a 44 (quarenta e quatro) horas.

§ 3.º O abatimento de que trata este artigo prevalecerá pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da data da regulamentação desta Medida Provisória, denominada **PEPE – Pacto Empresarial para o Pleno Emprego**.

Art. 8.º O Governo Federal deverá criar, através de seus órgãos de crédito oficiais, BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil, linhas de crédito com taxas de juros favorecidas, com redução de no mínimo 20% (vinte por cento) em relação às taxas de juros normais, às empresas que aderirem ao **PEPE – Pacto Empresarial para o Pleno Emprego**, empresas estas que deverão ter, na medida do possível, tratamento diferenciado junto aos Ministérios do Poder Executivo.

Art. 9.º Os Governos Estaduais, a seu exclusivo critério, poderão participar do **PEPE**, concedendo dilações de prazo para o pagamento de ICMS às empresas que a ele aderirem, bem como outros benefícios que estiverem ao alcance de cada Estado, inclusive redução de tarifas de energia elétrica e de fornecimento de água, de empresas controladas pelo Estado, até o máximo de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o aumento efetivo de consumo, em relação aos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo único – No caso de empreendimento novo, com adesão ao PEPE desde o seu início, o abatimento sobre o total da fatura de energia elétrica ou de fornecimento de água não poderá exceder a 9% (nove por cento) do seu valor total, pelo período de até três anos.

Art. 10.º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Ricardo Berzoini

JUSTIFICAÇÃO

Notadamente nos últimos dez anos o desenvolvimento da tecnologia dos computadores, da mecanização industrial, da comunicação e da robotização, compreendidos dentro do que se conhece como Globalização, sem dúvida fizeram reduzir os custos e aumentar a produtividade e qualidade dos produtos, aumentando de forma expressiva a riqueza no Mundo.

Desafortunadamente, no entanto, essa riqueza não foi dividida com justiça e inteligência, alcançando apenas uma massa de um bilhão de consumidores, onde ainda concentrou cada vez mais a fortuna para muito poucos, em detrimento de mais de cinco bilhões de excluídos do mercado consumidor, uma parte com remuneração insuficiente para uma vida digna e outra atravessando uma crise de desemprego sem precedente na História.

Passou a ser fato corriqueiro empresas eliminarem 50 postos de trabalho apenas com a implantação de um robô comandado por somente um operário melhor qualificado e bem treinado, demonstrando que uma produção muito maior está sendo realizada com um volume horas de trabalho/homem muito menor.

O setor empresarial, que muito lucrou com a evolução tecnológica e a Globalização da Economia, tem agora a oportunidade de ajudar a corrigir seus efeitos colaterais, sob pena de vir a não ter a quem vender seus produtos, caso a sociedade continue empobrecendo como se verifica atualmente.

Empolgados somente com a reengenharia das empresas, com a redução de custos e melhora da qualidade e produtividade, os empresários deixaram de perceber o que está acontecendo na sociedade como efeito colateral do seu próprio sucesso gerencial.

Sem dúvida ***"Não há hoje volume horas de trabalho para abrigar os trabalhadores desempregados no regime de 44 horas semanais", sendo que "o desemprego está deteriorando o tecido social, destruindo a auto-estima e promovendo a desesperança e o desespero, para se tornar uma monstruosa fábrica de bandidos"*** (Francisco Simeão, empresário paranaense, na edição n.º 93 do Jornal O PASQUIM 21).

Sobre o desemprego, a música de Gonzaguinha, "Guerreiro Menino", nos ensina:

Um homem se humilha, se castram seu sonho.

Seu sonho é sua vida, e a vida é o trabalho.

E sem o seu trabalho um homem não tem honra.

E sem a sua honra, se morre, se mata.

Por estarmos absolutamente convencidos de que *não há mesmo volume horas de trabalho para abrigar a massa de trabalhadores existente em regime de 44 horas semanais*, sabemos que não será suficiente o esperado aquecimento da economia e o conseqüente crescimento econômico do Brasil, para acabar com o desemprego em nosso País.

Sem dúvida existem condições de reduzir a jornada de trabalho para gerar todos os empregos que a Nação tanto precisa, conforme experiência comprovada de quatro anos em empresa no Paraná, com 560 empregados que trabalham em quatro turnos de seis horas, de segunda-feira a sábado (36 horas semanais).

O esforço ora proposto precisa ser de imediato realizado, não existindo qualquer impedimento para tanto, uma vez que é VOLUNTÁRIO e por prazo fixado de apenas três anos, tempo em que muito aprenderemos com a sua prática, que nos dará embasamento para saber o que fazer na seqüência.

A geração de empregos a todos aqueles que precisam e querem trabalhar dignificará suas existências e propiciará às camadas menos favorecidas o retorno à esperança de uma vida melhor, bem como irá entusiasmar principalmente às mães no cuidado extremado de seus filhos, com o objetivo de solidificar seu caráter e desenvolver sua cidadania.

Poderemos, assim, sonhar que o Brasil possa vir a ser uma ilha de felicidade no mundo conturbado em que vivemos.

Temos certeza de que os empresários não serão egoístas e que, ao contrário, atenderão nossa convocação para assumirem o compromisso de ajudar o País a alcançar o pleno emprego, sacrificando-se, nesta quadra tão difícil, dotando o Brasil das condições que precisa para vencer a criminalidade e nos possibilitar crescer e aquecer a economia, esforço este que contará com o esforço e sacrifício Governo Federal, que estará contribuindo com medidas complementares ao esforço dos empresários.

O sacrifício de todos os que têm condições para atender nosso chamamento é fundamental, pois se não tivermos a coragem de ousar medidas criativas e de sacrifício pessoal, estaremos caminhando inevitavelmente para o caos social, tendo que nos abrigar, com nossas famílias, em verdadeiras prisões que serão nossas casas depois de adequadas com os sistemas de segurança que seremos obrigados a nelas implementar.

Não temos dúvidas de que esta é a única forma, no momento, para se promover o pleno emprego em curto prazo. NÃO HÁ OUTRA.

Para melhor avaliar o PEPE, os empresários precisam levar em conta, além da produtividade, o bem-estar social que esse programa promoverá, mais a economia, em função da redução da criminalidade, com carros blindados, seguranças e guarda-costas, e ainda levar em conta o estado de espírito em que vivemos, com pavor de assaltos,

seqüestros e tantas outras agressões. Afinal, isso tudo também vale dinheiro, sendo que se pensarmos de forma mais abrangente, iremos perceber que o sacrifício proposto é menor do que parece.

Alertamos que a URGÊNCIA da geração de empregos não nos dá o tempo ideal para debater preliminarmente essa proposta com toda a classe empresarial, bem como não existe a possibilidade de se conquistar de pronto o consenso entre os empresários, que sempre foram da opinião de que a redução da jornada de trabalho teria que vir acompanhada da correspondente redução de salários, o que seria uma maldade ainda maior do que o desemprego existente. Também alertamos que somente seria viável a proposta desse PACTO, se com prazo certo para acabar, sendo que até o final do período avençado a solução definitiva para o problema do desemprego deverá ter sido encontrada, encerrando o pacto celebrado, com retorno das partes à situação original, se não houver melhor opção.

Após o lançamento oficial do PEPE, será ampliada a discussão desse tema, que precisa ser debatido com toda a sociedade empresarial do Brasil, com os políticos e os trabalhadores, buscando uma nova qualidade de relacionamento entre patrões e empregados, estimulando estes últimos a se comprometerem com o sucesso das empresas, usando a capacidade criativa que lhes foi outorgada por Deus, em vez de apenas cumprir sua jornada de trabalho.

A grande vantagem do PEPE e de seu lançamento imediato é que durante os debates, a solução, ainda que provisória, já estaria sendo implementada e gerando os benefícios sociais que teriam o condão de *"retirar o pino da panela de pressão"* e gerar nova esperança à maioria do povo brasileiro, que é pobre e precisa ter de novo o direito de sonhar com uma vida melhor.

A sociedade brasileira, na seqüência, será a grande indutora do convencimento dos empresários a aderirem ao PEPE, quando darão sua preferência de consumo aos produtos de quem a ele tiver aderido.

Igualmente o Governo Federal, ao privilegiar quem estiver no PEPE, com linhas de créditos especiais no BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil, dando a eles tratamento especial em Brasília nos Ministérios e órgãos do Executivo, estará estimulando maior adesão.

Da mesma forma, os Governos Estaduais estarão dispensando melhor tratamento aos empresário que a ele aderirem.

Finalmente, por termos ciência de que os governos não têm disponibilidade de recursos financeiros para promover de imediato o desenvolvimento e as correções conjunturais necessárias e por constatar existirem muitos empresários comprometidos com

a solução dos problemas da sociedade e dispostos a realizar o sacrifício que for necessário para se alcançar o pleno emprego e por via de consequência a paz social e a redução imediata da criminalidade, é que decidimos editar e encaminhar esta Medida Provisória, esperando contar com o apoio Congresso Nacional para sua aprovação.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Ricardo Berzoini

9. Quais viriam a ser os impactos positivos desta medida?

Aquecimento da economia, tendo em vista que ao alcançar o PLENO EMPREGO, teremos muito mais consumidores no mercado, bem como a abertura de novas atividades, principalmente na área de serviços (lazer e turismo), bem como na área escolar e intelectual.

Com isso, estaríamos alcançando PAZ SOCIAL e JUSTIÇA.

10. O Senhor acredita que a redução da jornada de trabalho é uma tendência histórica nas relações de trabalho?

Não há como duvidar disto, pelos ensinamentos da própria história, que nos mostra várias ocasiões em que tal aconteceu, reduzindo de 16 horas diárias para 12, depois para 44 horas semanais, sendo que em todas essas ocasiões os empresários sempre tiveram a mesma reação, argumentando que a empresa não suportaria, etc., para depois nenhuma dessas preocupações se confirmar.

Mais recentemente, em matéria veiculada em diversas revistas e jornais, a VEJA publicou matéria sobre a preocupação dos trabalhadores alemães com o risco de desemprego pelo fechamento de diversas empresas que em função dos altos custos de salários, agravado com jornada de 35 horas semanais, estariam os ameaçando de transferir suas fábricas para a Hungria e outros países de mão de obra muito mais barata.

O que acontece na Alemanha de forma alguma pode servir ao Brasil, pois lá os operadores de máquinas fabris ganham cerca de R\$ 8.000,00 por mês e têm uma Previdência muito forte, que inclusive lhes garante um ano do mesmo salário que ganhavam na empresa que os demitiu, passando a ganhar salário mínimo por mais 4 anos (este é um acordo recente, pois antes ganhavam o mesmo salário da empresa por cinco anos), enquanto os brasileiros na mesma função ganham um décimo deste valor e não têm Previdência que os ampare, razão pela qual o DESEMPREGO no Brasil é uma

injustiça e maldade sem igual, o que por si só deveria ser motivo mais do que suficiente para que todos os empresários deste País se irmanassem para o sacrifício que fosse necessário até solucionar este problema, além do que em sua criatividade, a exemplo do que ocorreu na B. S. Colway, o sacrifício pode se transformar em lucro.

11. No seu entendimento, qual o motivo de existir tanta resistência por parte dos empresários, no que tange a redução da jornada de trabalho?

Até bem pouco tempo eu pensava que a única razão seria o egoísmo da classe empresarial, que busca o lucro de forma incondicional, não levando em consideração seus compromissos com a Nação.

Hoje, mais maduro, estou convencido que além do egoísmo existe muito medo e insegurança na hora de mudar, e, principalmente, em razão da ULTRAPASSADA e incompetente Legislação Trabalhista, têm medo de não poder voltar atrás caso venham a se convencer de que erraram em sua avaliação.

12. Nos países onde foram adotadas medidas de redução da jornada de trabalho, ocorreu a participação do Governo, através da adoção de políticas fiscais e creditícias compensatórias. O Senhor acredita que este fato pode gerar problemas orçamentários para o Governo?

Da forma como propomos no PEPE, **É CLARO QUE NÃO**, pois o Governo Federal estaria dando apenas 50% do que sem a redução da jornada de trabalho (no PEPE) não teria, melhor dizendo, não teria nem os 50%, pois o abatimento seria apenas sobre os encargos dos trabalhos contratados EM FUNÇÃO da redução da jornada de trabalho, e não sobre a folha original, ocorrendo o mesmo com os Governos estaduais e municipais, que manteriam a filosofia estabelecida no texto da Medida Provisória proposta.

13. Dada a atual proposta de política econômica do Governo Brasileiro de geração de empregos, o Senhor entende que a redução da jornada de trabalho seria uma opção importante?

Não só importante, como fundamental. Não há, outrossim, qualquer outra possibilidade de gerar PLENO EMPREGO no Brasil, a não ser com a redução da jornada de trabalho, que deverá vir com a ajuda de outras providências, bem como do aquecimento da economia.

Por oportuno, é bom que se frise que com o aquecimento da economia, apenas, a redução do desemprego será pífia, tendo em vista que as empresas estarão usando sua

capacidade ociosa e aumentando sua produtividade com a robotização e computadorização, além da tal da re-engenharia.

A redução da jornada de trabalho com o fim maior de gerar empregos e bem estar social, coloca as inteligências empresariais dirigidas para este fim, quando estarão sempre analisando muitas vezes as formas de aumentar sua produção, evitando redução de pessoal, pois saberão que tal problema se reverterá novamente contra eles.

14. Recentemente (últimos meses), nas negociações salariais ocorridas na Europa, os empresários têm pressionado para a ampliação da jornada de trabalho, sob a ameaça de se direcionarem para países onde os custos fiscais e com a mão de obra são mais baratos. (China e Leste Europeu). Como o Senhor vê estas manifestações?

Este tema já foi tratado em parágrafos anteriores, o que eu não comentei foi que em função do desemprego estar grassando até nos países de primeiro mundo, em função do desenvolvimento da tecnologia, dos computadores e da comunicação (Internet), a tendência é de que a solução venha a ser dada através da única forma existente que a redução da jornada de trabalho. Assim sendo, as empresas que hoje pressionam os alemães e outros trabalhadores do Primeiro Mundo, desde que a tendência se confirme, estarão sendo preteridos no consumo de seus produtos, quando a sociedade consumidora destes mesmos países os enxergar como empresas descompromissadas com os problemas da sociedade, e começar a boicotar seus produtos.

Abraços do amigo,

Francisco Simeão, 12.09.04. (estou à sua disposição).



ANEXO 2
PROPOSTA DE PROJETO DE LEI

(Do Sr. Deputado Paulo Bernardo)

*Dispõe sobre a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, com o objetivo de promover o **PLENO EMPREGO** em curto prazo; e dá outras providências.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1.º Fica oficialmente criado o Programa denominado **PEPE – Pacto Empresarial para o Pleno Emprego**, com o objetivo de reduzir a jornada de trabalho das atuais 44 (quarenta e quatro) horas semanais para 36 (trinta e seis) horas, sem redução de salários, em regime de seis horas por dia, ou da forma que for ajustada entre empregadores e empregados, devendo estes, como contrapartida, se comprometer com o aumento da produtividade.

Art. 2.º A adesão das empresas ao **PEPE** será voluntária, pelo tempo certo de 3 (três anos) sendo que os empregados admitidos em função da redução da jornada semanal de trabalho terão seus contratos limitados a idêntico prazo, findo o qual a empresa nenhum compromisso terá com eles, encerrando-se seu contrato sem aviso prévio. Outrossim, havendo interesse das partes, novo contrato de trabalho poderá ser celebrado, dentro das condições normais da legislação vigente.

Art. 3.º O pacto de redução da jornada de trabalho dá à empresa o direito de retornar ao *status quo* atual, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sem o pagamento de qualquer tipo de compensação aos seus funcionários antigos, ao final do período de três anos, sendo que se extinguirão de pleno direito os contratos de trabalho celebrados com os trabalhadores admitidos em função do aumento de pessoal requerido pela redução da jornada de trabalho.

Art. 4.º A empresa, unilateralmente, poderá decidir pela demissão sem justa causa do funcionário contratado nas regras estabelecidas no **PEPE**, sem dever qualquer indenização pelo período remanescente do acordo, que nesse caso será rescindido de pleno, devendo a empresa ao demitido a indenização normal prevista pela legislação trabalhista, vigente para todos os empregados admitidos pelo regime normal de trabalho por tempo indeterminado.



Art. 5.º Durante o período de 3 (três) anos do **PEPE – Pacto Empresarial para o Pleno Emprego**, o Executivo, sob o comando de Sua Excelência o Presidente da República, os Sindicatos de Trabalhadores e as associações e federações empresariais deverão debater a reforma da legislação trabalhista, com o objetivo de, ao final do prazo estabelecido para a vigência do **PEPE**, e preferencialmente antes de seu decurso, aprovar nova legislação que melhor atenda aos interesses da sociedade brasileira.

Art. 6.º Ao final do período de 3 (três) anos, poderão então as empresas ratificar ou não a jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais de trabalho, caso até então não tenha sido reformada a legislação trabalhista, não restando aos trabalhadores, sob nenhum título, direito adquirido em função do **PEPE – Pacto Empresarial para o Pleno Emprego**. Portanto, há que se realizar o maior esforço que for possível, da parte de todos, para conquistar o amadurecimento, pela prática, do regime estabelecido de forma voluntária nesta lei, com o objetivo de avançar de forma harmoniosa na relação entre empregados e empregadores.

Art. 7.º O Governo Federal, como forma de participar do esforço a ser realizado, concederá o abatimento de 50% nas obrigações de contribuições sociais e previdenciárias patronais, incidentes apenas sobre o valor da folha de pagamento relativa aos novos empregados contratados em virtude da redução da jornada de trabalho.

§ 1.º O abatimento de que trata este artigo não excederá ao número de funcionários equivalente a 18% (dezoito por cento) da quantidade total de funcionários da empresa que aderir ao **PEPE**.

§ 2.º O abatimento de que trata este artigo prevalecerá pelo prazo de 3 (três) anos, ou seja, apenas durante a vigência do **PEPE – Pacto Empresarial para o Pleno Emprego**.

Art. 8.º Os Governos Estaduais, a seu exclusivo critério, poderão participar do **PEPE**, concedendo dilações de prazo para o pagamento de ICMS às empresas que a ele aderirem, bem como outros benefícios que estiverem ao alcance de cada Estado.

Art. 9.º O Governo Federal deverá criar, através de seus órgãos de crédito oficiais, BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil, linhas de crédito com taxas de juros favorecidas às empresas que aderirem ao **PEPE – Pacto Empresarial para o Pleno Emprego**, empresas estas que deverão ter, na medida do possível, tratamento diferenciado junto aos Ministérios do Poder Executivo.

Art. 10.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Notadamente nos últimos dez anos, os desenvolvimentos da tecnologia dos computadores, da mecanização industrial, da comunicação e da robotização, compreendidos dentro do que se conhece como Globalização, sem dúvida fizeram reduzir os custos e aumentar a produtividade e qualidade dos produtos, aumentando de forma expressiva a riqueza no Mundo.

Desafortunadamente, no entanto, essa riqueza não foi dividida com justiça e inteligência, alcançando apenas uma massa de um bilhão de consumidores, onde ainda concentrou cada vez mais a fortuna para muito poucos, em detrimento de mais de cinco bilhões de excluídos do mercado consumidor, uma parte com remuneração insuficiente para uma vida digna e outra atravessando uma crise de desemprego sem precedente na História.

Passou a ser fato corriqueiro empresas eliminarem 50 postos de trabalho apenas com a implantação de um robô comandado por somente um operário melhor qualificado e bem treinado, demonstrando que uma produção muito maior está sendo realizada com um volume horas de trabalho/homem muito menor.

O setor empresarial, que muito lucrou com a evolução tecnológica e a Globalização da Economia, tem a obrigação de ajudar a corrigir seus efeitos colaterais, sob pena de vir a não ter a quem vender seus produtos, caso a sociedade continue empobrecendo como se verifica atualmente.

Empolgados somente com a reengenharia das empresas, com a redução de custos e melhora da qualidade e produtividade, os empresários esqueceram-se de observar o que está acontecendo na sociedade como efeito colateral do seu próprio sucesso gerencial.

Sem dúvida ***"Não há hoje volume horas de trabalho para abrigar os trabalhadores desempregados no regime de 44 horas semanais"***, sendo que ***"o desemprego está deteriorando o tecido social, destruindo a auto-estima e promovendo a desesperança e o desespero, para se tornar uma monstruosa fábrica de bandidos"*** (Francisco Simeão, empresário paranaense, na edição n.º 93 do Jornal O PASQUIM 21).

Sobre o desemprego, a música de Gonzaguinha, "Guerreiro Menino", nos ensina:

Um homem se humilha, se castram seu sonho.

Seu sonho é sua vida, e a vida é o trabalho.

E sem o seu trabalho um homem não tem honra.

E sem a sua honra, se morre, se mata.



Por estarmos absolutamente convencidos de que *não há mesmo volume horas de trabalho para abrigar a massa de trabalhadores existente em regime de 44 horas semanais*, sabemos que não será suficiente o esperado aquecimento da economia e o conseqüente crescimento econômico do Brasil, para acabar com o desemprego em nosso País.

Sem dúvida existem condições de reduzir a jornada de trabalho para gerar todos os empregos que a Nação tanto precisa, conforme experiência comprovada de quatro anos em empresa no Paraná, com 460 empregados que trabalham em quatro turnos de seis horas, de segunda-feira a sábado (36 horas semanais).

O esforço ora proposto precisa ser de imediato realizado, não existindo qualquer impedimento para tanto, uma vez que é VOLUNTÁRIO e pelo prazo fixado de apenas três anos, tempo em que muito aprenderemos com a sua prática, que nos dará embasamento para saber o que fazer na seqüência.

A geração de empregos a todos aqueles que precisam e querem trabalhar dignificará suas existências e propiciará às camadas menos favorecidas o retorno à esperança de uma vida melhor, que voltará a entusiasmar principalmente às mães no cuidado extremado de seus filhos, para solidificar seu caráter e desenvolver sua cidadania.

Poderemos, assim, sonhar no Brasil como uma ilha de felicidade no mundo conturbado em que vivemos.

Porém, se o egoísmo e falta de compromisso com o País embotarem o entendimento dos empresários, possibilidade em que não acreditamos, estaremos caminhando inevitavelmente para o caos social, tendo que nos abrigar, com nossas famílias, em verdadeiras prisões que serão nossas casas depois de adequadas com os sistemas de segurança que seremos obrigados a nelas implementar.

Não temos dúvidas de que esta é a única forma, no momento, para se promover o pleno emprego em curto prazo. **NÃO HÁ OUTRA.**

Para melhor avaliar o PEPE, os empresários precisam levar em conta, além da produtividade, o bem-estar social que esse programa promoverá, mais a economia, em função da redução da criminalidade, com carros blindados, seguranças e guarda-costas, e ainda levar em conta o estado de espírito em que vivemos, com pavor de assaltos, seqüestros e tantas outras agressões. Afinal, isso tudo também vale dinheiro, sendo que se pensarmos de forma mais abrangente, iremos perceber que o sacrifício proposto é menor do que parece.



Alertamos que a URGÊNCIA da geração de empregos não nos dá o tempo ideal para debater preliminarmente essa proposta com toda a classe empresarial, bem como não existe a possibilidade de se conquistar de pronto o consenso entre os empresários, que sempre foram da opinião de que a redução da jornada teria que vir acompanhada da correspondente redução de salários, o que seria uma maldade ainda maior do que o desemprego existente. Também alertamos que somente seria viável a proposta desse PACTO, se com prazo certo para acabar, sendo que até o final do período avençado a solução definitiva para o problema do desemprego deverá ter sido encontrada, encerrando o pacto celebrado, com retorno das partes à situação original, se não houver melhor opção.

Após o lançamento oficial do PEPE, será ampliada a discussão desse tema, que precisa ser debatido com toda a sociedade empresarial do Brasil, com os políticos e os trabalhadores, buscando uma nova qualidade de relacionamento entre patrões e empregados, estimulando estes últimos a se comprometerem com o sucesso das empresas, usando a capacidade criativa que lhes foi outorgada por Deus, em vez de apenas cumprir sua jornada de trabalho.

A grande vantagem do PEPE e de seu lançamento imediato é que durante os debates, a solução, ainda que provisória, já estaria sendo implementada e gerando os benefícios sociais que teriam o condão de "*retirar o pino da panela de pressão*" e gerar nova esperança à maioria do povo brasileiro, que é pobre e precisa ter de novo o direito de sonhar com uma vida melhor.

A sociedade brasileira, na sequência, será a grande indutora do convencimento dos empresários a aderirem ao PEPE, quando darão sua preferência de consumo aos produtos de quem a ele tiver aderido.

Igualmente o Governo Federal, ao privilegiar quem estiver no PEPE, com linhas de créditos especiais no BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil, dando a eles tratamento especial em Brasília nos Ministérios e órgãos do Executivo, estará estimulando maior adesão.

Igualmente, os Governos Estaduais dispensariam melhor tratamento aos empresário que a ele aderirem.

Finalmente, por termos ciência de que os governos não têm disponibilidade de recursos financeiros para promover de imediato o desenvolvimento e as correções conjunturais necessárias e por constatar existirem muitos empresários comprometidos com a solução dos problemas da sociedade e dispostos a realizar o sacrifício que for necessário



CÂMARA FEDERAL

Gabinete do Deputado Paulo Bernardo

222

para se alcançar o pleno emprego e por via de consequência a paz social e a redução imediata da criminalidade, é que decidimos apresentar este Projeto de Lei, esperando contar com o apoio dos meus pares nesta Casa para sua aprovação.

Sala das Sessões, 12 de Dezembro de 2003

DEPUTADO PAULO BERNARDO – PT / PR

ANEXO 3

**PROPOSTAS PARA A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
E REDUÇÃO DO DESEMPREGO SEGUNDO ENTIDADES**

ENTIDADE	PROPOSTA	RESULTADOS ESPERADOS	OUTRAS PROPOSTAS EM DISCUSSÃO	OUTRAS MEDIDAS PARA GERAR EMPREGOS
CUT	1. Redução da jornada legal de 44 para 40 horas sem redução salarial	Criação de 3,6 milhões de novos empregos	1. Banco de horas: jornada mínima semanal de 37 horas e máxima de 43; compensação em máximo de seis meses 2. Redução de alíquotas de impostos federais, estaduais e municipais para empresas que contratarem trabalhadores.	1. Implantação da Convenção 158 da OIT que proíbe dispensa imotivada. 2. Reforma agrária e política voltada para pequena produção. 3. Política de estímulo ao crescimento econômico através do aumento do investimento nos setores de produção de bens de consumo de massa e geradores de empregos. 4. Sistema Público de emprego, articulando Seguro Desemprego, requalificação profissional, e realocação no mercado de trabalho. 5. Eliminação do trabalho infantil. 6. Eliminação do trabalho escravo.
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores	1. Contratar através dos acordos coletivos redução da jornada de trabalho. Os custos decorrentes das propostas devem ser divididos entre empregadores (mínimo 50%) e trabalhadores (máximo 50%).	Sem informações	Sem informações	1. Investimento em infra-estrutura de transportes, energia, telecomunicações e saneamento básico. 2. Criação e ocupação de novas fronteiras agrícolas. 3. Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação para ampliar a construção de habitações destinadas aos trabalhadores. 4. Concessão de incentivo e estímulos aos investimentos em atividade geradoras de postos de empregos permanentes e duradouros. 5. Implementação de planos, projetos e programas que incentivem os setores de turismo e a indústria de entretenimentos. 6. Incentivo às atividades agrícolas, às atividades econômicas familiares e individuais e à pequena e micro-indústria. 7. Implementação da lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional referente à formação profissional e do ensino regular para adultos. 8. Continuidade, aperfeiçoamento e expansão dos programas de qualificação e requalificação profissional.

ENTIDADE	PROPOSTA	RESULTADOS ESPERADOS	OUTRAS PROPOSTAS EM DISCUSSÃO	OUTRAS MEDIDAS PARA GERAR EMPREGOS.
CAT	1. Fixar a jornada de trabalho em 40 horas semanais até o ano 2000 e em 36 horas até o ano de 2010, sem redução do salário	Sem informações	1. Realização de seminários e discussão sobre o tema.	Sem informações
CONTAG	1. Não há proposta de redução da jornada de trabalho. 2. Desenvolvimento global que garanta a inclusão social e possibilite a produção e reprodução da qualidade de vida para o conjunto da sociedade e ampliação das oportunidades de geração de renda no meio rural.	Sem informações	Sem informações	1. Condições necessárias: <ul style="list-style-type: none"> - Crescimento econômico - Justiça e participação social - Preservação ambiental 2. Metas Sociais <ul style="list-style-type: none"> - maior nível educacional - melhoria na saúde - garantias previdenciárias - salários dignos - erradicação do trabalho infantil e escravo 3. Democratização da propriedade da terra através de uma reforma agrária. 4. Política agrária abrangente que permita a sustentabilidade e competitividade do setor agrícola, particularmente da agricultura familiar. Esta política deverá abranger os seguintes pontos: <ul style="list-style-type: none"> - créditos especiais - assistência técnica - investimento em infra-estrutura social e produtiva - incentivo à produção artesanal e turismo rural - desenvolvimento de pesquisa, experimentação e difusão de novas tecnologias de produção rural 5. Política de incentivo e desenvolvimento de agroindústrias ligadas à agricultura familiar 6. Incremento de atividades não agrícolas no interior do país.
Força Sindical	1. Redução da jornada de 44 horas semanais para 36 horas, podendo atingir 30 horas. 2. Proibição de horas extras. 3. O custo da redução da jornada distribuído entre Estado, Empregadores e Trabalhadores.	Para 36 horas: <ul style="list-style-type: none"> - geração de 2,07 milhões empregos - renúncia fiscal 13,9% - redução encargos sociais 3,2% - redução margem líquida 5,1% - redução salários 5% Para 30 horas: <ul style="list-style-type: none"> - geração de 4,4 milhões empregos - renúncia fiscal 37,4% - redução encargos sociais 7,2% - redução margem líquida 10,0% - redução salários 105 	Sem informações	1. Retomada do crescimento econômico sustentado a níveis, pelo menos, 7% a.a. 2. Desvalorização cambial. 3. Redução das taxas de juros. 4. Equilíbrio da balança de pagamentos. 5. Formação profissional integrada ao sistema formal, gratuito, público e de qualidade, visando elevar o nível médio de escolaridade dos trabalhadores. 6. Promover as reformas da previdência social; administrativa; tributária e fiscal; política; agrária e, econômica e social.

ENTIDADE	PROPOSTA	RESULTADOS ESPERADOS	OUTRAS PROPOSTAS EM DISCUSSÃO	OUTRAS MEDIDAS PARA GERAR EMPREGOS
CNI/FIESP	1. Redução da jornada de trabalho apenas de forma gradual e negociada, sem as amarras da lei ou do contrato coletivo de trabalho.	Sem informações	Sem Informações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Redução do custo da mão-de-obra através de flexibilização dos benefícios e direitos trabalhistas 2. Flexibilização da carga horária, criando o conceito de anuidade 3. Mudança na excessiva regulamentação do mercado de trabalho e na tributação incidente sobre a folha de pagamento 4. Redução do "Custo Brasil" pela melhoria dos setores de transporte, energia elétrica, educação e saúde 5. Apoio a setores e áreas intensivos em mão-de-obra, como construção civil 6. Retomada dos investimentos em infra-estrutura produtiva 7. Política de investimentos que propicie um crescimento econômico sustentado 8. Execução das reformas do Estado iniciando-se pela reforma fiscal e tributária
Projeto Lei do Executivo	1. Não trata da jornada de trabalho. Pretende instituir o contrato de trabalho por tempo determinada para empresas que façam admissões que representem acréscimo no número de funcionários.			<ol style="list-style-type: none"> 1. Reduz em 50% o valor da alíquota dos encargos destinados ao SESI, SESC, SENAI, SENAC, SENAT, SEBRAE e INCRA, assim como salário educação e seguro acidente. 2. Redução para 2% a alíquota para FGTS 3. Estas reduções teriam vigência por dezoito meses.

FONTE: Central Única dos Trabalhadores (CUT)